

**CHRISTIANNI CARDOSO MORAIS**

**“PARA AUMENTO DA  
INSTRUÇÃO DA  
MOCIDADE DA NOSSA PÁTRIA”:**

**ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DO  
LETRAMENTO NA  
VILA DE SÃO JOÃO DEL-REI  
(1824-1831)**

**BELO HORIZONTE  
2002**

**CHRISTIANNI CARDOSO MORAIS**

**“PARA AUMENTO DA INSTRUÇÃO DA  
MOCIDADE DA NOSSA PÁTRIA”:**

**ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DO LETRAMENTO NA  
VILA DE SÃO JOÃO DEL-REI (1824-1831)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade Federal de Minas Gerais,  
como parte dos requisitos para obtenção  
do título de Mestre**

**BELO HORIZONTE  
2002**

**CHRISTIANNI CARDOSO MORAIS**

**“PARA AUMENTO DA INSTRUÇÃO DA  
MOCIDADE DA NOSSA PÁTRIA”:  
ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DO LETRAMENTO NA  
VILA DE SÃO JOÃO DEL-REI (1824-1831)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Professora Doutora MARISA LAJOLO  
Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP**

---

**Professor Doutor LUCIANO MENDES DE FARIA FILHO  
Faculdade de Educação – UFMG**

---

**Professora Doutora CYNTHIA GREIVE VEIGA  
Faculdade de Educação - UFMG**

---

**Professora Doutora MARIA CRISTINA SOARES DE GOUVÊA  
Orientadora  
Faculdade de Educação – UFMG**

*Este trabalho é dedicado, 'in memoriam', a Vó Ana e Tia Gessy, que me ensinaram rezas e simpatias; contaram ao pé do fogão a lenha 'estórias', lendas e 'causos' de infância, criando em mim curiosidade e saudade por um tempo que eu não vivi.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à pessoa que me ensinou a ler e incentivou desde criança a amar os livros e ter vontade de aprender: minha mãe, Maria Dorotéia de Moraes.

Agradeço ao CNPq pelo financiamento concedido para a realização desta pesquisa.

Aos professores da FUNREI que muito contribuíram durante o início de meu percurso: Alberto Tibaji, Sílvia Brügger, Carlos Henrique Gerken e Écio Portes. Ao professor Geraldo Tibúrcio pelo esmero na correção de meu “português manco”.

Aos grandes amigos que encontrei em São João del-Rei: Luciene, Soraia, Raquel, Sávio, Waleska, Augusto, Adriano e, em especial, Maria Tereza, que me acolheu, e Fábio, que se desdobrou para me enviar textos da USP. Obrigada por permitirem que eu fizesse parte de suas histórias de vida.

À Lucy agradeço pela orientação dada durante mais de dois anos de pesquisa, organizando os arquivos de São João e na Especialização em História. Mais ainda por ser minha amiga e por se tornar a minha “bússola”, tanto em relação à minha futura carreira, quanto como exemplo de vida a ser seguido.

A minha orientadora do Mestrado, Cris, obrigada por me acolher nessa “nova” casa, por indicar os melhores caminhos da pesquisa, sempre com suavidade, paciência, profissionalismo e respeito pelo meu “tempo” e meus limites.

Aos professores da Faculdade de Educação da UFMG, Luciano, Cynthia, Luis Alberto, Ana Gomes, Maria Alice, Dute e Bernardo, obrigada por me fazerem ver mais longe e pelas excelentes indicações bibliográficas.

Não poderia deixar de mencionar os amigos que fiz durante o Mestrado, especialmente Mônica Yumi, Mônica Rahme, Anna Rachel, Arnaldo, Elisângela e Charles. Obrigada pela ajuda e pelas alegrias divididas nessa longa caminhada. Nana, Gui, Beto, Patrícia e Paco, obrigada por me acolherem em suas casas durante minha estada em Belo Horizonte.

Por fim, mas nem por isso menos importante, agradeço ao meu amigo, companheiro das horas tristes e alegres, meu amor: Eder. Como ele mesmo diz: “caminhamos juntos, bravos de alegria!”. Obrigada por fazer com que eu me sinta especial.

*“[...] Quase não tínhamos livros em casa  
E a cidade não tinha livraria  
Mas os livros que em nossa vida entraram  
São como a radiação de um corpo negro  
Apontando pra a expansão do Universo  
Porque a frase, o conceito o enredo, o verso  
(E, sem dúvida, sobretudo o verso)  
É o que pode lançar mundos no mundo.*

*[...] Os livros são objetos transcendententes  
Mas podemos amá-los do amor táctil  
Que votamos aos maços de cigarro  
Domá-los, cultivá-los em aquários,  
Em estantes, gaiolas, em fogueiras  
Ou lançá-los pra fora das janelas  
(Talvez isso nos livre de lançarmo-nos)  
Ou - o que é muito pior - por odiarmo-los  
Podemos simplesmente escrever um:*

*Encher de vãs palavras muitas páginas  
E de mais confusão as prateleiras. [...]”*

**Caetano Veloso, *Livros*, 1997.**

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO I: RECOMPOR UM MOSAICO: CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA, METODOLOGIA E FONTES ..... 10**

<b>I – Trajetória de leitora .....</b>	<b>10</b>
<b>II – História cultural e história da leitura .....</b>	<b>14</b>
<b>III – História do livro e da leitura no Brasil .....</b>	<b>19</b>
<b>IV – Práticas de <i>letramento</i> .....</b>	<b>25</b>
<b>V – Construção do objeto de pesquisa .....</b>	<b>41</b>
<b>VI – Fontes e metodologia .....</b>	<b>45</b>
<b>A – Fontes primárias manuscritas .....</b>	<b>48</b>
<b>B - Fontes primárias impressas .....</b>	<b>51</b>
<b>C– Fontes secundárias .....</b>	<b>53</b>

### **CAPÍTULO II: LUZES PARA A VILA DE SÃO JOÃO DEL-REI: O PROJETO DE CRIAÇÃO DA LIVRARIA PÚBLICA .....54**

<b>I – Contexto de inserção: a Vila de São João del-Rei:     “uma próspera e florescente cidade” .....</b>	<b>54</b>
<b>II – Cultura livresca no Brasil oitocentista:     esfera pública de poder e distinção social .....</b>	<b>59</b>
<b>III – A Livraria Pública de São João del-Rei:     “a primeira data da sua civilização” .....</b>	<b>69</b>
<b>IV – O acervo da Livraria Pública:     “volumes de boa escolha”.....</b>	<b>79</b>

**CAPÍTULO III: A SOCIEDADE PHILOPOLITECHNICA DE SÃO JOÃO DEL-REI: ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DO *LETRAMENTO***  
..... 95

- I – O projeto da Sociedade de Leitura:**  
    “promover a prosperidade literária de cada sócio, da sociedade e da nação” ..... 95
- II – A leitura ideal:**  
    silêncio para “aprender o método industrioso de ler com análise” ..... 112

**CAPÍTULO IV: OS AGENTES SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DA LIVRARIA PÚBLICA** ..... 119

- I – A elite local e a busca pela ampliação do acesso à palavra escrita**  
..... 119
- II – Baptista Caetano d’Almeida e Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho: trajetórias de homens comprometidos com o ideal civilizatório oitocentista** ..... 120
- III – Os subscritores da Biblioteca:**  
    uma comunidade de leitura marcada pela diferença ..... 129
- III.1 – Ocupações e condições econômicas** ..... 134
- III.2 – Posse de livros e graus de *letramento*** ..... 142

**CONCLUSÃO** ..... 169

**FONTES** ..... 172

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 175



## **TABELAS E ANEXOS**

<b>TABELA 1 – NÚMEROS DE ESCOLAS EM PROVÍNCIAS BRASILEIRAS .....</b>	<b>31</b>
<b>TABELA 2 – OCUPAÇÕES/PROFISSÕES DOS SUBSCRITORES ..</b>	<b>136</b>
<b>TABELA 3, ANEXO 1 – ESCALAS DE MAGALHÃES E NÚMEROS DE SUBSCRITORES POR GRAU DE <i>LETRAMENTO</i> .....</b>	<b>192</b>
<b>ANEXO 2 - RELAÇÃO DOS SUBSCRITORES (ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI: SUBSCRIÇÕES, SUB 208 - 1824-1827) .....</b>	<b>193</b>
<b>TABELA 4, ANEXO 3 – RELAÇÃO DOS SUBSCRITORES, FUNÇÕES E NÍVEIS DE <i>LETRAMENTO</i> .....</b>	<b>196</b>
<b>ANEXO 4 – RELAÇÃO DE OBRAS DOADAS PELO CONSELHEIRO JOSÉ DE RESENDE COSTA (1842) .....</b>	<b>199</b>

## RESUMO

O objetivo do trabalho é compreender as atribuições, os usos e a circulação do escrito na Vila de São João del-Rei - entre 1824 e 1831 - através dos projetos de constituição da primeira Biblioteca Pública da Província de Minas Gerais e de uma sociedade de leitura denominada “Sociedade Phylopolytechnica”. As tentativas de criação dessas instituições ganham sentido quando inseridas em seu contexto: um espaço urbano extremamente ativo, num momento em que as elites do Brasil recém-independente recusam progressivamente os valores lusitanos, buscando constituir uma nova nação. A Biblioteca e a “Sociedade Phylopolytechnica”, identificadas como espaços públicos não estatais ou *loci* de sociabilidade de idéias, podem ser tomadas como casos exemplares do processo civilizatório ocorrido no Brasil, uma vez que a ampliação dos usos do escrito entre a população livre e de posse tinham em vista o desenvolvimento de normas e valores que as elites identificavam como dos países europeus civilizados.

## ABSTRACT

The objective of this work is to understand the origins, use and circulation of written works in the Vila de São João del-Rei, between 1824 and 1831, through the projects of constitution of the first public library of the province of Minas Gerais and of a readers' society called “Sociedade Phylopolytechnica”. The attempts to create these institutions make sense when placed in their context of an extremely active urban centre at the moment in which the elites of the recently independent Brazil gradually rejected the Lusitanian values and sought to constitute a new nation. The Biblioteca and the Sociedade Phylopolytechnica, identified as nongovernmental public meeting places or social *loci* of ideas, can be taken as exemplary cases of the civilizing process occurring in Brazil, principally because the expansion of the use of written works among the free and wealthy had in view the development of norms and values that the elites identified as those of civilized European countries.

## Capítulo I

# RECOMPOR UM MOSAICO: CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA, REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E FONTES

### I - TRAJETÓRIA DE LEITORA:

Durante a graduação em Filosofia, na Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI), participei como bolsista de iniciação científica de um projeto de levantamento, organização e descrição de fontes primárias, em diversos arquivos da cidade<sup>1</sup>. Por ter mantido contato com os arquivos de São João del-Rei, ao longo da graduação crescia a vontade de elaborar um projeto de pesquisa sobre a cidade. São João é um lugar privilegiado, principalmente para os pesquisadores que se interessam pelos acontecimentos ocorridos no século XIX, pois possui grande quantidade de fontes manuscritas, muitos arquivos já organizados e descritos, documentação a partir da qual torna-se possível a realização de estudos em áreas as mais diversas.

Ao longo desse período, notava eu a grande distância entre os estudos dos historiadores da Filosofia e os historiadores “propriamente ditos”. Muitos dos primeiros geralmente estudavam as *idéias*, como se fossem algo absolutamente desconectado do resto das práticas sociais, havendo ainda os que, seguindo Hegel, consideram as *idéias* como tendo vida própria, como se condicionassem o movimento da História<sup>2</sup>.

Dentre muitos motivos que me levaram a procurar o curso de Filosofia, um deles foi a crença que eu possuía de que encontraria um espaço para “leitores profissionais”, e a leitura era uma de minhas práticas preferidas. Tal trajeto teve início mesmo antes de ser uma “iniciada” na “arte da leitura”, ou melhor, antes de dominar a palavra escrita, eu não entendia que segredo

---

<sup>1</sup> “Projeto de qualificação de pessoal para levantamento, organização, descrição e indexação de documentos e obras raras dos arquivos históricos e bibliotecas de São João del-Rei e Tiradentes”, coordenado pela Profa. Titular Aposentada da Escola de Biblioteconomia da UFMG Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves, então pesquisadora visitante pela FAPEMIG no DECIS/FUNREI.

<sup>2</sup> Sobre o distanciamento da História Cultural da “história das idéias” à moda dos historiadores da Filosofia, ver VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 149. Ou ainda: FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO e VAINFAS (Org.), op. cit., 1997. p. 91-125.

os “iniciados” guardavam. Como saber o momento certo de virar a página? A estratégia por mim utilizada - e por muitos outros leitores com os quais já discuti o assunto - foi a de decorar as histórias que os adultos liam, relacionando mentalmente as frases às imagens dos livros infantis, no intuito de depois fingir saber ler, mudando a página no momento certo. Para mim aquilo era ler, pois o leitor era o que sabia o momento exato de virar a página do livro. Anos mais tarde, eu, leitora, encontraria um interessante testemunho das lembranças de um adulto quando descobriu o mundo do impresso. Trata-se da autobiografia de Jean Paul SARTRE, *As palavras*. Diz o autor que uma das experiências mais incríveis de sua vida foi o dia em que sua mãe leu para ele uma história que ela costumava contar quando lhe dava banho. Quando a mãe leu a história, o menino, um ainda não leitor, ficou impressionado com o tom de voz e a expressão no rosto da mãe. Não era mais sua mãe diante de si: “quem estava contanto? o quê? e a quem? Minha mãe ausentara-se: nenhum sorriso, nenhum sinal de conivência [...] Ao cabo de um instante, compreendi: *era o livro que falava*”<sup>3</sup> [grifos meus]. Para aquele menino, o livro encarnava a verdade absoluta. Daí por diante, ele quis aprender a ler e, após o aprendizado, os autores e personagens se tornaram seus verdadeiros amigos, pois neles estava escrita toda a verdade, neles “homens e animais se encontravam [...] *em pessoa...*”<sup>4</sup>. E SARTRE diz ainda que, depois de aprender a ler, “achara a minha religião: nada me pareceu mais importante do que um livro. Na biblioteca, eu via um templo”<sup>5</sup>. O livro adquiriu, naquele momento, estatuto de sagrado, de palavra incontestável, petrificada. Cabia ao menino-leitor decifrar o que o autor quis dizer naquele momento, bastando abrir um livro e lê-lo para que a verdade se imprimisse em seu intelecto - sentimento com o qual a maioria dos leitores, dentre eles eu, já comungou. Já em *O que é a literatura?*, o filósofo francês argumenta que livros guardados em uma gaveta não podem cumprir o papel que lhes é destinado. Para que um livro tenha vida, é necessário que seja lido. O ato de leitura oscila entre dois pontos: a direção que o autor dá - pois o autor sempre tenta fixar o sentido das palavras - e a liberdade do leitor. As obras são atos de uma liberdade (do autor) precisando de uma outra liberdade (do leitor), pois são incompletas, estão prontas para receber as opiniões dos leitores<sup>6</sup>. A leitura é um ato de criação dirigida, um ato tenso, nada harmônico, pois de um lado a liberdade do autor tenta

---

<sup>3</sup> *As palavras*. São Paulo: DIFEL, 1967. p. 34-35.

<sup>4</sup> Id., *Ibid.*, p. 38.

<sup>5</sup> Id., *Ibid.*, p. 45.

<sup>6</sup> Cf.: SARTRE, J. P. *O que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1989. p. 37.

direcionar a do leitor, e este, sempre que quiser, poderá escapar, mesmo que para isso seja necessário interromper a leitura que está sendo feita, fechando o livro, abandonando-o sem chegar ao fim. O sentido das palavras não lhes é imanente, pois o leitor é quem lhes atribui significado<sup>7</sup>. A partir de então, pude entender que o que eu mais gostava de fazer poderia ser tomado não apenas como uma prática à qual eu me dedicava, mas sobretudo se tornar um objeto de estudo.

Através da Professora Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves, que coordenava o referido projeto de levantamento de fontes do qual participava, tive notícia da existência de um acervo de obras raras e antigas que compunham o *corpus* da Biblioteca Municipal da cidade, e resolvi a ver do que se tratava. Essa primeira visita causou-me um impacto visual muito forte, pois ver aqueles livros alojados em estantes de madeira, impróprias para seu acondicionamento, empoeirados, sem organização e/ou catalogação completa me motivou a fazer algo para que todas aquelas obras que, em algum momento, provavelmente teriam cumprido um papel importante na vida dos leitores da cidade saíssem do esquecimento<sup>8</sup>. A curiosidade que surgiu desse primeiro contato e a constatação da existência de autores que se ocupavam em teorizar e pesquisar o ato da leitura levaram-me a querer estudar aquela biblioteca que não estava cumprindo o destino que SARTRE tanto repetia, pois aqueles eram livros sem leitores.

Na busca de referências bibliográficas, acabei “esbarrando” com uma até então desconhecida História do Livro e da Leitura. Passei a ler a produção historiográfica sobre bibliotecas, livros e seus leitores que me caía sob as vistas e decidi dirigir meus estudos para assuntos ligados a essa temática. Num primeiro momento, a intenção era investigar quais livros raros compunham o acervo da Biblioteca Municipal de São João del-Rei, ou seja, o número de volumes, suas datas e locais de publicação, autores, coleções etc. O fato de a região carecer de estudos que privilegiassem esse aspecto da História foi mais um motivo que me levou a escolher a antiga “Villa de São João d’El Rey” como cenário para meus estudos posteriores à graduação. Comecei a tentar “pensar historicamente o objeto filosófico”, tendo em vista que todo o texto é o produto de uma leitura, uma construção de seu leitor e comecei a

---

<sup>7</sup> SARTRE, op. cit., 1989. p. 42.

<sup>8</sup> Na década de 1980, foi elaborado um catálogo dos livros da Biblioteca Municipal em questão publicados entre os séculos XVI e XVIII, pelas Professoras Marysia Malheiros Fiuza e Sonia de Conti Gomes, sob a supervisão da Professora Lucy G. Fontes Hargreaves. Esse catálogo foi editado em 1992, pela Central Globo de Comunicação da Rede Globo de Televisão. Acerca dos livros publicados no século XIX, as mesmas professoras elaboraram um catálogo preliminar, que não foi publicado.

repensar minha própria condição de leitora uma vez que passei a entender que minha prática da leitura era, conforme todas as existentes, histórica, social, institucionalmente condicionada, apesar de a leitura ser uma atividade criadora, ao mesmo tempo individual, que possibilita a *apropriação* “livre” de cada leitor<sup>9</sup>. A partir daí, procurei reconstruir minhas perspectivas teóricas a respeito da leitura, tendo sido o primeiro passo repensar o conceito de *liberdade* atribuído ao leitor. Segundo SARTRE, ninguém é livre por nada. A liberdade deve ser conquistada e isso só pode acontecer se conseguirmos nos livrar dos condicionamentos de raça, classe e demais determinismos<sup>10</sup>. Essa perspectiva metafísica que, no caso específico de SARTRE, “deixa apenas a opção [...] da liberdade absoluta do Homem” foi sendo revista e passei a entender a “*liberdade* de cada indivíduo como estando inscrita na cadeia de interdependências que o liga aos outros homens, limitando o que lhe é possível decidir ou fazer”. Desse modo, as “relações inter-subjetivas” passaram a ser pensadas como “modalidades historicamente variáveis, diretamente dependentes das exigências próprias de cada formação social”<sup>11</sup>. O leitor possui a possibilidade de atribuir significados à obra, mas se encontra em um momento histórico determinado, possui uma posição sócio-econômica e cultural específica, pertence a uma comunidade de leitura que define regras e prioridades, além de outras variáveis que influenciam as leituras possíveis. O leitor seleciona, mutila, acrescenta. O mesmo livro pode ser lido pela mesma pessoa em épocas diferentes de sua vida e esse leitor encontrará significados diversos na obra, dará mais importância, se emocionará mais com determinada passagem ou, para sua surpresa, detestará o livro. Os textos não são sagrados como pensava SARTRE quando criança, pois encarnam-se, tomam vida a partir de nossas leituras.

No percurso que ora reconstituo foi de fundamental importância ter sido aluna do curso de “Especialização em História de Minas no Século XIX” (FUNREI), pois pude colocar em prática a realização de uma pesquisa de monografia que me permitiu abordar o livro e o leitor como produtos culturais e utilizar, pela primeira vez, os referenciais teóricos que vinha reconstruindo desde a graduação, pondo-os a serviço de uma pesquisa de maior fôlego. Estas questões foram aprofundadas e ressignificadas durante o Mestrado.

---

<sup>9</sup> Para maiores detalhes, cf.: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Citações: p. 72, 60 e 61.

<sup>10</sup> SARTRE, op. cit., 1989. p. 45.

<sup>11</sup> Maiores detalhes a respeito dessa questão cf.: CHARTIER, op. cit., 1990, p. 100-103.

## II – HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA DA LEITURA

Com relação aos trabalhos que se ocupavam com a História do Livro, de acordo com Robert DARNTON<sup>12</sup>, na Europa, o início da História dos Livros remonta à Renascença, mas foi sobretudo no século XIX que ganhou força na Inglaterra, pois nesse período muitos se preocuparam em estudar os livros enquanto objetos materiais. Entre o final do século XIX e a década de 1960 tem-se notícia de produções isoladas. O que hoje conhecemos como *campo* da História do Livro e dos Leitores constitui-se de maneira mais sistemática a partir da década de 60 do século XX, com trabalhos de historiadores ligados à “Escola dos *Annales*”<sup>13</sup>. Em seus trabalhos, esses “*nouvelle*” historiadores - de maneira diferente da dos ingleses - “tentaram descobrir o modelo geral da produção e consumo do livro ao longo de grandes períodos de tempo”<sup>14</sup>. Seguindo e ampliando essa nova perspectiva, atualmente historiadores, lingüistas, sociólogos e pesquisadores da educação têm voltado seus diferentes olhares para o estudo das relações estabelecidas entre os livros e seus leitores, as formas de apropriação das leituras feitas, a maneira como as idéias contidas nos textos foram divulgadas e os motivos da aceitação ou não dessas idéias por grupos ou pela sociedade de modo geral. Para tanto, os estudiosos contemporâneos lidam com dados muito mais complexos do que os utilizados por pesquisadores que se limitavam a descrever coleções ou contabilizar obras raras e passaram a pensar não somente no pólo da produção, mas da circulação e *apropriação* dos livros. Nesse sentido, o conceito de *apropriação*, em termos contemporâneos, refere-se a uma perspectiva

---

<sup>12</sup> DARNTON, Robert. O que é a história dos livros?. In: *O beijo de L'Amurette*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 109 a 131.

<sup>13</sup> Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores do grupo de historiadores denominado *Escola dos Annales*, combatiam os historiadores que se preocupavam apenas com fatos singulares (“história historicizante”) e os que reconheciam a determinância do plano econômico sobre os demais níveis da sociedade. Propunham uma História interdisciplinar, que dialogasse com a Antropologia, a Psicologia, a Sociologia etc. e que se preocupasse com as massas anônimas, os modos de viver e sentir, as estruturas sociais em constante movimento. Cf.: VAINFAS, op. cit., 1997. p. 130; BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1991; LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>14</sup>Id., *ibid.*, p. 110. Uma das obras que inauguram esse novo olhar sobre a História do Livro é a de Febvre e Martin *L'aparicion du livre*, concebida e planejada por Febvre, que não permaneceu tempo suficiente entre nós para vê-la terminada, tendo sido levada a cabo por Martin e publicada em 1957. Tradução brasileira: FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Unesp: Hucitec, 1992. Outra obra de grande importância e que reflete essa “nova” perspectiva é a de CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. (vol. I). Principalmente os capítulos X (“A economia escriturística”) e XII (“Ler: uma operação de caça”).

que tem “por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais)”<sup>15</sup>. Desse modo, ao ler um determinado livro, por exemplo, um determinado leitor (inserido num momento histórico e uma posição social/cultural específicos) irá retirar dessa obra as passagens que para ele são mais coerentes, que estão em relação mais estreita com o seu modo de vida, sua visão de mundo. A construção de sentido, nesse caso, é considerada como estando intrinsecamente ligada à inserção sócio-cultural e às preferências dos leitores, pois “as inteligências não são desencarnadas”<sup>16</sup>. E isso é possível porque todos aqueles que se encontram inseridos num momento histórico e social ou numa dada instituição (como uma universidade, por exemplo) compartilham coerentemente as maneiras de acordo com a quais são estabelecidas as relações com o impresso, o modo como lêem e os lugares onde a leitura é permitida, a importância que lhe atribuem e o que procuram quando a realizam.

Nessa perspectiva, CHARTIER busca, num conjunto documental de fins do século XVIII - respostas às questões do Abade Gregório sobre os costumes dos camponeses franceses -, descobrir a presença do livro, as preferências e práticas de leitura daquela população<sup>17</sup>. Apesar de essas fontes parecerem promissoras, o historiador chega à conclusão de que “o levantamento sistemático das ‘espécies de livros’ citadas [...] não constitui um inventário sistemático à maneira notarial, mas um ‘tipo ideal’ da biblioteca camponesa”<sup>18</sup>. Em outras palavras, tanto a descrição dos tipos de livros quanto das práticas de leitura camponesas desse período foram feitas por “ilustrados”, “cidadinos”, que desqualificam as leituras das “gentes dos campos”. Esses homens da elite acabaram por diagnosticar de maneira pejorativa - mas não conscientemente - as bibliotecas rurais, uma vez que possuíam uma *representação* diferente dos camponeses do que devem ser os livros “ideais” e a maneira “correta” de lê-los. De acordo com a perspectiva de CHARTIER, o conjunto de fontes analisado diz mais a respeito das *representações* dos cidadãos sobre o campo do que sobre as práticas de leitura dos camponeses, não possuindo “estatuto de observação etnográfica”<sup>19</sup> - o que não quer dizer que tais fontes sejam desprezíveis para a História da Leitura. O conceito de *representação* é

---

<sup>15</sup> CHARTIER, op. cit., 1990. p. 26.

<sup>16</sup> Id., Ibid., p. 27.

<sup>17</sup> Cf.: Práticas e Representações: leituras camponesas em França no século XVIII. In: CHARTIER, op. cit., 1990. p. 141-163.

<sup>18</sup> Id., ibid., p. 150.

<sup>19</sup> Id., ibid., p. 159.



formulado como uma “ferramenta” da qual se utiliza o pesquisador para analisar o conjunto de discursos construídos sobre o mundo social que, embora aspirem à neutralidade e universalidade, “são sempre [determinados] pelos interesses de grupos que [os] forjam”. Essas “percepções do social [...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros”<sup>20</sup>. A *representação* não é uma cópia fiel da realidade vivida, pois, muito pelo “contrário, o conceito [...] remete à função de apresentar novamente (re-presentar) à consciência uma ‘coisa’ ou objeto ausente. Dessa forma, ela [a consciência] não reproduz o objeto, mas o reconstrói, tendo como matéria prima os signos”<sup>21</sup>. Determinado sujeito (ou grupo social) vai se *apropriar* de uma maneira específica das idéias contidas nos livros ou colocar em ação uma determinada prática da leitura a partir da *representação* que possui acerca do livro e da leitura. Para CHARTIER, a *cultura* deve ser vista enquanto *prática*, “[rejeitando-se] a visão dicotômica cultura popular/cultura erudita em favor de uma noção abrangente, mas não homogênea, de cultura”<sup>22</sup> (grifos do autor). O historiador considera tal dicotomia um problema quando se trata de fazer História Cultural e, para que seja factível o estudo da relação dos homens com os livros, afirma que a divisão entre letrados e iletrados não é pertinente, pois dá preferência não à “divisão massiva [...] [mas ao] inventário das divisões múltiplas que fragmentam o corpo social”<sup>23</sup>. Tentar perceber a circularidade da cultura tida como “erudita” no meio daqueles classificados como “iletrados”, ou vice-versa, é, para CHARTIER, mais interessante do que salientar características especificamente “populares” ou “letradas”. Sob esse ponto de vista, em oposição a autores que se utilizam dessa dicotomia, trabalhos mais ricos e completos são aqueles que pretendem entender como são culturalmente estabelecidos

*os vários princípios que manifestam as distâncias ou as oposições entre homens e mulheres, cidadãos e rurais, protestantes e católicos, e também entre as gerações, as profissões e os bairros” e “outras diferenças, fundadas nas pertencas sexuais, territoriais ou religiosas. Todas essas diferenças são plenamente sociais e susceptíveis de explicar, tanto ou melhor do que a oposição entre dominantes e dominados”<sup>24</sup>.*

---

<sup>20</sup> CHARTIER, op. cit., 1990. p. 17.

<sup>21</sup> GOUVÊA, M<sup>a</sup> Cristina Soares de. *O mundo da criança: a construção da infância na literatura*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1997. p. 13.

<sup>22</sup> VAINFAS, op. cit., 1997. p. 153.

<sup>23</sup> CHARTIER, op. cit., 1990. p. 134.

<sup>24</sup> Id., Ibid., p. 134-135.

Dependendo das especificidades históricas e geográficas e do modo como o objeto de estudo esteja sendo construído, o historiador francês sugere que se lance mão desses conceitos, “num diálogo constante entre a confrontação com o documento e a exigência metodológica”<sup>25</sup>, o que acaba por constituir tanto um *campo* de pesquisa como uma produção metodológica adequados a cada situação em estudo.

Outros historiadores, como o norte-americano Robert DARNTON, vêm produzindo estudos sobre História do Livro de maneira distinta da de Roger CHARTIER. Dentre os trabalhos realizados por DARNTON destaco a obra intitulada *Edição e Sedição*.<sup>26</sup> Nesse livro, o autor busca mapear o comércio de livros proibidos na França, nos anos que antecederam a Revolução Francesa, bem como as idéias contidas nas obras mais requisitadas. Para tanto, faz análises em correspondências e listagens de obras encomendadas por livreiros franceses à Sociedade Tipográfica de Neuchateau (Suíça). Conclui que os livros clandestinos mais requisitados não eram os de Iluministas “célebres”, mas sim os “irreligiosos” e “obscenos” que, de acordo com o autor, traziam idéias que satirizavam de maneira “virulenta” e “subversiva” os fundamentos do *Ancien Régime*, o que acabava por “miná-los”<sup>27</sup>. Importante ressaltar que nesse trabalho DARNTON não se dedica a estudar a maneira como os leitores individualmente se apropriaram dessas temáticas, por não haver, nos arquivos de Neuchateau, fontes que possibilitassem tal empreitada.

Já o italiano Carlo GINZBURG, em sua obra *O queijo e os vermes*<sup>28</sup>, segue uma linha de pesquisa diferente das de CHARTIER e DARNTON, preocupando-se mais com um leitor específico e seu universo. Em pesquisa realizada por GINZBURG nos processos inquisitoriais do século XVI, na Itália, encontra-se uma história no mínimo instigadora: a de um moleiro, conhecido como Menocchio, que sabia ler e escrever. Analisando suas falas nos depoimentos prestados à Inquisição e os livros que o réu menciona ter lido, o pesquisador reconstitui as formas de apropriação feitas por esse leitor, considerando-o um indivíduo singular, totalmente diferente dos demais de sua classe. Menocchio lia de maneira “intensiva” os livros que caíam

---

<sup>25</sup>Id., *Ibid.*, 1990, p. 27. Ainda sobre esses conceitos, cf.: VAINFAS, op. cit., 1997, p. 153-155.

<sup>26</sup>DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Schuarcz, 1992.

<sup>27</sup>Id., *Ibid.*, p. 161.

<sup>28</sup>GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

sob suas vistas e se apropriava de suas idéias de maneira “parcial e arbitrária”<sup>29</sup>. Procurava neles a confirmação de suas idéias, mas ao mesmo tempo re-elaborava os escritos de maneira original, “chegando a deformar palavras e frases; justapunha passagens diversas, fazendo explodir analogias fulminantes”. De acordo com GINZBURG, isso se dava pelo fato de esse leitor especial, ser proveniente de uma cultura predominantemente oralizada, entrar em contato com o mundo do escrito, da “cultura erudita”, o que formava “uma mistura explosiva”.<sup>30</sup>

Essas três perspectivas diferentes não se excluem, mas indicam pistas de tratamento metodológico de documentos diversos, demonstrando que, mesmo trabalhando com fontes esparsas, é possível ao historiador pelo menos se aproximar do que foi o mundo da leitura realizada ou da leitura idealizada pelos leitores de outros tempos.

Todos esses planos de pesquisas me levaram a pensar em múltiplas possibilidades de estudo para a Biblioteca, indicando caminhos da História da Leitura que perpassam pelas questões descritas ao longo deste texto. Meus movimentos foram norteados pelos pressupostos de que, numa obra, há dispositivos textuais que podem ser considerados como uma espécie de “máquina de interpretação” para o leitor. O autor sempre quer chegar a algum lugar com esses “dispositivos”. É possível, mesmo que a intenção não seja explícita, lendo as “entrelinhas” dos textos, descobrir para quem eles são dirigidos, se o autor pretende algo ou não. Além disso, a maneira como os leitores vão ou não aceitar o direcionamento que o autor tenta dar à leitura de sua obra é diversa, depende de sua condição e da relação que ele estabelece com o escrito, pois os modos de ler são histórica e socialmente determinados<sup>31</sup>. A relação que se estabelece entre autores e leitores, tendo como intermediários os textos, é, sobretudo, uma relação tensa, na medida em que a liberdade do autor sempre tenta direcionar a do leitor. Todo texto permite uma infinidade de interpretações, não havendo uma essência inalcançável e intrínseca às palavras que contém. Esses trabalhos vêm configurando um *campo* de investigação que, no Brasil, ainda é recente, mas que tem se mostrado muito produtivo.

---

<sup>29</sup>Id., Ibid., p. 93.

<sup>30</sup>Id., Ibid., p. 116.

<sup>31</sup>MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Schwarz, 1996. p. 43-54.

### III – HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA NO BRASIL

No Brasil, a História do Livro esteve por muito tempo restrita aos estudos feitos pelos bibliófilos, que concentravam seus esforços em pesquisar os livros como objetos materiais. Dentre esses estudiosos, um dos mais reconhecidos foi Rubens Borba de MORAES<sup>32</sup>.

Pelo que se sabe, o primeiro trabalho que se preocupou com a leitura no Brasil foi o de Eduardo FRIEIRO, publicado em 1945<sup>33</sup>. De acordo com o autor, não é possível sabermos exatamente como os indivíduos ou grupos sociais entendiam e absorviam as idéias propagadas pelos poucos livros que possuíam. O que temos são pistas e uma dessas pistas pode ser observada a partir da análise dos “autos de seqüestros feitos nos bens que se acharam em casa dos inconfidentes”, fontes utilizadas por FRIEIRO em seu livro. Mesmo as autoridades da Colônia opondo obstáculos à entrada de livros no Brasil, isso não impedia que escritos então proibidos fossem lidos. Examinando as livrarias do Cônego Luís Vieira da Silva, dos Drs. Cláudio Manuel da Costa e Inácio de Alvarenga Peixoto, FRIEIRO atesta “um índice de ilustração muito adiantado para o meio em que viviam”<sup>34</sup>, já que as pessoas no Brasil Colônia geralmente não possuíam livros. Do Cônego Vieira, a julgar por sua livraria, pode-se afirmar que foi, como o próprio historiador diz, “um mineiro que respirou a plenos pulmões os melhores ares do espírito do tempo”<sup>35</sup>, tendo sido o mais ilustrado dos inconfidentes. Para chegar a essa conclusão, basta correr os olhos pela lista dos livros do Cônego da Sé Marianense. A partir dessas afirmações, a proposta de FRIEIRO é pensar em termos regionais *o que os brasileiros liam e não como liam*.

No ano de 1946, Carlos RIZZINI lança sua obra intitulada *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822 com um breve estudo geral sobre a informação*. Numa perspectiva diferente da de FRIEIRO, RIZZINI parte do pressuposto de que a cultura é essencialmente informação e analisa as vários tipos de impressos disseminados pelo Brasil Colonial. Afirma ele que os livros eram escassos no território brasileiro do período estudado e que “de bibliotecas nem é bom falar. Quando muito as casas religiosas juntarem uma centena

---

<sup>32</sup> Cf: MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro : CEB, 1943. Id. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. Id. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: São Paulo : Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

<sup>33</sup> FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2 ed. São Paulo : Itatiaia, 1981.

<sup>34</sup> Id., *Ibid.*, p. 20.

<sup>35</sup> Id., *Ibid.*, p. 20.

de volumes hagiográficos e apologéticos”. Alega ainda que “vários factores concorreram para a escassez de livros na Colónia até o ministério de Pombal: a ignorância do povo; a sujeição da diminuta gente letrada à cultura dos jesuítas; o medo às excomunhões e à Inquisição; a barreira da censura literária, e a falta de livrarias”<sup>36</sup>.

Em 1982 Sonia de Conti GOMES chamava a atenção para a importância de se “desenvolver investigações sistemáticas na área obscura da história das bibliotecas brasileiras para conhecer a inter-relação biblioteca/sociedade em nosso país”<sup>37</sup>.

Seguindo as pistas levantadas por FRIEIRO, o historiador Luiz Carlos VILLALTA retoma a documentação utilizada em *O Diabo na livraria do cônego*, propondo-se “realizar uma breve radiografia da circulação dos livros, conjugando-a com uma análise das livrarias dos inconfidentes e de um personagem da ordem: o bispo de Mariana, dom frei Domingos da Encarnação Pontével”<sup>38</sup>. Ao comparar a composição dessas bibliotecas particulares, VILLALTA constata uma clara influência na escolha dos livros, que se pautava pelas ocupações profissionais de seus donos. Mesmo assim, havia espaço para que se expressassem as preferências pessoais daqueles letrados, onde geralmente apareciam livros então proibidos, principalmente os escritos por filósofos da Ilustração.

No início da década de noventa, Mariza LAJOLO e Regina ZILBERMAN procuraram, em seu livro *A Leitura Rarefeita*<sup>39</sup>, estudar a conformação de um público leitor e em que condições culturais foi criado o “campo” da Literatura Brasileira, constatando o quanto a leitura no Brasil, desde o período colonial até fins do XIX era “rarefeita”, uma vez que “precária” e apanágio de poucos. Como se pode perceber, grande parte da produção voltada ao estudo do livro e da leitura no Brasil refere-se ao período Colonial. Em obra mais recente, LAJOLO e ZILBERMAN procuram reconstruir a história da formação de um “ilustre desconhecido”: o leitor no Brasil. Utilizam-se de uma multiplicidade de fontes e descortinam tanto o universo do leitor representado nos romances quanto a formação do mercado de letras

---

<sup>36</sup> RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822 com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro: São Paulo: Porto Alegre: Kosmos, 1946. Repectivamente p. 228 e 233.

<sup>37</sup> GOMES, Sonia de Conti. Criação e desenvolvimento de bibliotecas e variáveis sócio-culturais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, p. 156, set./1982.

<sup>38</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. “O Diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Schwarcz, 1996. p. 369.

<sup>39</sup> LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

brasileiro nos oitocentos, tomando como objetos de estudo os empreendimentos editoriais das casas Garnier e Laemmert no Rio de Janeiro<sup>40</sup>.

É importante ressaltar aqui que a maioria dos estudos historiográficos sobre livros e leitores do Brasil demandam um tratamento interdisciplinar e a utilização de variados tipos de fontes documentais.

No campo da História da Educação, os trabalhos sobre educação e cultura letrada no Brasil vinham tradicionalmente privilegiando a instituição escolar, considerada por muitos autores a maior promotora do *letramento* na sociedade. Historicamente, os trabalhos do *campo* que adotavam essa abordagem também se dedicavam, de modo geral, a estudar o século XVIII, com especial interesse pelo ensino jesuítico ou por períodos posteriores à Proclamação da República.

O século XIX, principalmente sua primeira metade, durante muito tempo ficou relegado ao esquecimento por nossa historiografia, instaurando-se um hiato entre a Colônia e a República. A partir da década de 1980, pode-se perceber um crescente interesse dos pesquisadores brasileiros pelo século XIX e o aprofundamento do diálogo desses com os trabalhos dos historiadores franceses. Esse estudo sobre os oitocentos veio acompanhado da ampliação do conceito de fontes, da busca por fontes primárias e da utilização de outros documentos até então inexplorados, além da abordagem de novos temas e da construção de novos problemas<sup>41</sup>. Luciano Mendes de FARIA FILHO afirma que

*a história do alfabetismo e das práticas, escolares ou não, de leitura e da escrita tem, de forma crescente, chamado a atenção dos historiadores da educação, [havendo] um número crescente de pesquisadores que, a partir e no interior de um fecundo diálogo com outros campos do conhecimento, [como por exemplo a História Cultural], buscam ancorar suas 'aventuras historiográficas' no debate*<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Id. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

<sup>41</sup> Sobre as condições atuais da produção no campo da História da Educação em Minas Gerais cf.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *A escrita da História da Educação Mineira: a produção de Paulo Krüger*. In: GONDRA, José (org). *Dos arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia). p. 37.

<sup>42</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 07.

As pesquisas historiográficas que privilegiam as culturas letradas em Minas Gerais (região até então pouco estudada) vêm proliferando<sup>43</sup>. Dentre os trabalhos realizados, observa-se um crescente interesse pela historicidade do processo de constituição de outras instituições que não apenas as escolas “formais”, como as bibliotecas, gabinetes de leitura, sociedades científicas ou literárias - tomadas como locais de ensino, de discussão de idéias e de difusão das habilidades de ler e escrever. Assim é que as pesquisas sobre história do livro, da leitura, dos leitores, dos modos de alfabetização e das formas de ler e escrever constituem novas possibilidades para a pesquisa historiográfica brasileira, apesar de trabalhos desse tipo não serem tão recentes em outros países, como França, Inglaterra, Espanha e Portugal.

Na tentativa de manter uma interlocução com esses trabalhos mais recentes, sobretudo os de origem francesa, espanhola e portuguesa, procuro pensar a educação como um processo mais amplo, não apenas restrito às salas de aula, principalmente no período escolhido para minha pesquisa. Na primeira metade do século XIX, a maioria da população brasileira era analfabeta e a rede pública de ensino, incipiente. Grande parte dos “letrados” dessa época nunca havia freqüentado a escola regularmente, possuindo muitos deles uma formação autodidata. Partindo dessa concepção de educação, Clarice NUNES, ao fazer “um balanço da produção brasileira na área da história da leitura e da escrita, a partir do conjunto dos trabalhos apresentados no I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação”, afirma que existem trabalhos na área de educação que se preocupam com a “reconstituição de formas e gestos de leitura e escrita em certas instituições [como] bibliotecas. As bibliotecas têm sido trabalhadas com mais ênfase no seu papel pedagógico do que no seu papel cultural. Em relação a esse papel cultural, iniciativas isoladas caminham na direção do exame das preferências dos leitores, isto é, de uma possível história do gosto”<sup>44</sup>. Nesse sentido, partindo de uma abordagem histórica, meu trabalho, que gira em torno da criação de uma Livraria Pública em São João del-Rei (na primeira metade do século XIX), se insere nessa perspectiva de estudos, referindo-se ao papel cultural das bibliotecas no âmbito da História da Educação.

Meu projeto inicial abordava os anos de 1824 a 1850, mas, com o passar do tempo e o contato com novas leituras, decidi definir como recorte cronológico o período que corresponde aos anos de 1824 a 1831. Apesar de arbitrário - pois as práticas culturais não são definidas

---

<sup>43</sup> Ver, a esse respeito, os trabalhos de Luiz Carlos VILLALTA.

<sup>44</sup> NUNES, Clarice. I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: leitura e escrita em Portugal e no Brasil (1500-1970). In: FARIA FILHO, op. cit, 1998. p. 08 e 22.

cronologicamente - o estabelecimento dessa periodização explica-se por terem sido feitas, em 1824, as primeiras tentativas de se inaugurar a Biblioteca Pública de São João del-Rei. A demarcação da periodicidade pautou-se ainda nas referências bibliográficas, que apontam esse momento como aquele em que as elites do Brasil recém-independente buscam afirmar sua autonomia, fundar uma nova nação, constituir um sentimento de pertencimento, de patriotismo. Nos dizeres de Mariza VELOSO e Angélica MADEIRA,

*a Independência (1822) impõe reordenamentos políticos e sociais, que se viabilizam pela absorção de princípios liberais que subjazem à transformação do estatuto da ex-colônia em Império. Cultura e política convergem, dando início à formação do Estado nacional brasileiro. A autonomia política teve grande importância na organização dos intelectuais, das instituições [...] que tiveram vigência nas primeiras décadas desse século*<sup>45</sup>.

A principal característica cultural das elites brasileiras da primeira metade do XIX, conforme vários trabalhos apontam<sup>46</sup>, era a de se tentar inserir na “modernidade”, de se tornar “civilizado” aos moldes europeus. “Assim, um tema recorrente durante todo o século XIX é a necessidade de desencadear e implantar um processo civilizatório para a sociedade brasileira, ainda em formação. O Brasil, visto como uma nação jovem e promissora, voltada para o futuro, poderia modelar sua história e ocupar um lugar de destaque dentre as nações civilizadas da época”<sup>47</sup>. As elites políticas, econômicas e culturais assumem como principal via de acesso ao poder uma dimensão “civilizatória”, “classificando”, com um olhar “aristocrático”, os que não pertenciam a essas elites como “bárbaros”, “não civilizados”, e tentando, de variadas formas, educá-los para que se tornassem “civilizados” e capazes de se submeter a uma ordem pública<sup>48</sup>. Essa visão de mundo da elite brasileira nesse período acaba, de acordo com Ilmar Rohloff de MATTOS, “por dirigir a conduta social, porque é através dela que cada indivíduo ou grupo social toma consciência de sua relação com os demais e com o próprio mundo”<sup>49</sup>. Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, observa-se uma mudança não só

---

<sup>45</sup> VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 59.

<sup>46</sup>Cf.: MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: ACESS, 1994. Ou ainda: CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as Vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

<sup>47</sup>VELOSO; MADEIRA, op. cit, 1999. p. 64.

<sup>48</sup>MATTOS, op. cit, 1994. p. 105.

<sup>49</sup>Id., Ibid., p. 109.



do cenário político, mas também nas atitudes dessas elites com relação a seus projetos de civilização do Brasil.

O projeto de criação da Livraria Pública de São João del-Rei pode ser tomado como um caso exemplar do processo civilizatório - pensado por setores da elite - ocorrido no Império Brasileiro. Nesse sentido, a extensão da instrução e a ampliação dos usos do escrito entre a população branca e livre tinham em vista o desenvolvimento de normas e valores que essa elite cultural, econômica e política identificava como dos países europeus “civilizados”, cujo maior representante era a França. Essas medidas civilizatórias não eram planejadas e postas em prática para atender a toda população, sendo que cada parcela da sociedade deveria ser civilizada de modo a não romper com os parâmetros estabelecidos. A Biblioteca em estudo foi configurada como um projeto de instrução excludente, que dificultava o acesso não só de homens livres e letrados como de homens pobres. Há uma “tradução” no jornal *O Astro de Minas* na qual fica claro que o conceito de *instrução* era tomado em “sentido mais amplo, [pois não só as escolas, mas] tudo o que faz pensar pode chamar-se *instrução*”. O projeto de *instrução* da Biblioteca não deveria ser estendido a todos, cabendo a cada um instruir-se de acordo com sua posição social, pois “he preciso, que o lavrador conheça a Agricultura; o Jardineiro o Jardim; o Pastor os Rebanhos. So esta instrucção aproveita geralmente ao povo, porque so ella augmenta hum fundo de idéas convenientes à cada condição”<sup>50</sup>. Em meu trabalho, abordarei exclusivamente as ações efetuadas pelos homens da elite (livres e proprietários) para disseminação das práticas da leitura e escrita. Isso não quer dizer que os escravos, os libertos não brancos e as mulheres não conseguissem “burlar” o controle das elites masculinas e do Estado, criando “mecanismos” para se alfabetizar. A busca constante das elites oitocentistas brasileiras por ingressar no “mundo civilizado” pode ser considerada uma experiência social comum que representava necessidades coletivas de expressão dos agentes históricos estudados<sup>51</sup>. Essa noção comum de *civilização* “diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’<sup>52</sup> e que deve ser o tempo todo buscado. Para os envolvidos no processo de criação da Biblioteca de São João del-

---

<sup>50</sup> Cf. *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 80, p. 04, 5.ª feira, 22/5/1828. *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 81, p. 04, sábado, 24/5/1828.

<sup>51</sup> Sobre a “sociogênese” do conceito de *civilização* dos franceses cf.: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (vol. I). Elias chama a atenção para o quanto o conceito de *civilização* foi utilizado “em sentido semimetafísico”, de maneira imprecisa, “nebulosa”. p. 216.

<sup>52</sup> Id., *Ibid.*, p. 24.

Rei, a leitura e o debate de idéias eram meios eficazes de se alcançar a “civilização” e, conseqüentemente, o “progresso”<sup>53</sup>. A iniciativa dessa parcela da elite de São João del-Rei pode ainda ser vista como uma *estratégia* de difusão do *letramento* e de mediação do acesso ao escrito, que se organiza enquanto palco de conflitos, uma vez que inserida no campo da leitura, local de permanentes disputas. O conceito de *estratégia* define ações praticadas pelos agentes sociais de maneira não inteiramente racional. São atitudes tomadas em relação a determinada questão “que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação”<sup>54</sup>.

#### IV – PRÁTICAS DE LETRAMENTO

A noção de *letramento* é aqui redefinida para além do espaço escolar, tendo em vista que minha investigação privilegia um período histórico em que o número de escolas para o ensino do ler, escrever e contar era reduzido, além de ressaltar a importância de outras instituições e *estratégias* de difusão das habilidades de leitura e escrita, como as bibliotecas e as sociedades literárias.

Faz-se também necessário que se desconstrua a dicotomia alfabetizado *versus* analfabeto que, como mostrarei adiante, foi “construída” culturalmente pela escola durante um longo e conflituoso processo de “desapossamento” do direito de ensinar. Nesse processo de longa duração, a família, a Igreja e outras instituições sociais que tradicionalmente se ocupavam do ensino elementar sofreram severas críticas e foram desqualificadas por parte da escola, sendo seu papel “educativo” relegado a planos inferiores.

---

<sup>53</sup> Sobre os projetos *civilizadores* da elite de São João na primeira metade do XIX, CAMPOS afirma que o objetivo almejado era extirpar a *barbárie* e formar um povo, tomando como modelo a Corte do Rio de Janeiro, a qual, por sua vez, se inspirava na Europa. A educação desse povo era uma das principais vias de acesso à *civilização*, mas não era extensiva a todos, pois “educar o povo [...] significava educar os homens livres e brancos”. CAMPOS, op. cit., 1998. p. 75 a 78. A respeito de *espaços civilizadores e progresso*, cf.: p. 79 a 81. Citação, p. 77. O conceito de povo, de acordo com a constituição de 1824, dizia respeito aos “cidadãos ativos”, ou seja, proprietários, livres e brancos. Cf.: MATTOS, op. cit., 1987. p. 109-129; RIBEIRO, Gladys S. “Pés-de-chumbo” e “garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 141, set./ago./1992.

<sup>54</sup> BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 23.

Pode-se afirmar que, atualmente, “a leitura [e a escrita] obedece[m] às mesmas leis que as outras práticas culturais, com a diferença de que [são] mais diretamente ensinada[s] pelo sistema escolar, isto é, de que o nível de instrução vai ser mais potente no sistema dos fatores explicativos, sendo a origem social o segundo fator”<sup>55</sup>. Dessa forma, “entre as leis sociais que modelam a necessidade ou a capacidade de leitura [e incluo aqui a de escrita], as da escola estão entre as mais importantes” no mundo contemporâneo<sup>56</sup>.

António CANDEIAS e Eduarda SIMÕES, em interessante estudo sobre a implementação do sistema educativo em Portugal, afirmam que, até meados do século XIX, o acesso ao mundo das letras para os portugueses não se fazia somente através da escola, mas sobretudo por estratégias individuais e/ou familiares, que visavam à ascensão e mobilidade social, sendo somente ao fim do século XIX que a escola toma para si a responsabilidade social de alfabetizar. Sobre a categoria de alfabetizado, os autores mostram, através dos censos nacionais portugueses e de estudos de caso, como os critérios de avaliação do *alfabetismo* mudam ao longo do período pesquisado (os autores fazem um estudo retrospectivo de longa duração, abordando o tema a partir do século XVI europeu). CANDEIAS e SIMÕES constataam que os recenseamentos feitos em Portugal partem de critérios diferentes para declarar se um indivíduo pode ou não ser considerado alfabetizado. Em Portugal, durante o século XIX, para ser considerado alfabetizado, devia-se estar de posse apenas da habilidade da leitura, o que nos leva à constatação de que, historicamente, nem sempre as figuras de leitor e de escrevente estiveram fundidas na mesma pessoa<sup>57</sup>. Dando um salto no tempo, “em 1960, com início provável em 1940, para ser considerado “alfabeto” era necessário pelo menos ter frequentado uma escola”. Desse modo, percebe-se que ao longo da História “alfabetização e escola confundem-se cada vez mais”, o que também tem sido constatado em pesquisas sobre o Brasil<sup>58</sup>.

Angela KLEIMAN também afirma que a escola tomou para si a função de se tornar a “mais importante das *agências de letramento*”. A autora define *letramento* “como um

---

<sup>55</sup> BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996. p. 237.

<sup>56</sup> CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier, In: CHARTIER, op. cit., 1996. p. 240.

<sup>57</sup> Mais adiante serão discutidos os processos de ensino/aprendizagem e a posse dessas habilidades.

<sup>58</sup> CANDEIAS, António e SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: censos nacionais e estudos de caso. *Análise psicológica*, v. 1, n. XVIII, p. 169 e 173, 1999. A respeito do Brasil, ver: LOPES, Eliane Marta Teixeira de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”<sup>59</sup>. De acordo com Antonio VIÑAO FRAGO, “uma concepção mais ampla da alfabetização [*letramento*] deveria contemplar também a *capacidade para decifrar/decodificar outros signos diferentes dos alfabéticos, especialmente os do mundo da imagem, do número e das formulações algébricas*”, ou ainda o “código da música”<sup>60</sup> [grifos do autor]. Portanto, tomando o conceito nesse sentido não restrito, e admitindo haver diversos tipos de *letramento*, a escola, apesar de ser atualmente sua instituição difusora dominante, só pode ser responsabilizada pela divulgação de um tipo específico dessa prática, uma vez que se preocupa com “apenas um tipo de prática de *letramento*, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico)”<sup>61</sup>. A partir do momento em que passa a ser vista como a instituição responsável pela difusão do *letramento*, a escola torna-se também aquela que toma para si a tarefa de definir socialmente esse conceito, estabelecendo uma classificação social que restringe seu significado à “dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado”<sup>62</sup>, identificando como alfabetizados os indivíduos que passaram por um processo mínimo de escolarização.

Insistindo no que diz respeito ao conceito em questão, de acordo com KLEIMAN, “a palavra ‘letramento’ não está ainda dicionarizada”<sup>63</sup>, não havendo um sentido e utilização únicos. O fato de haver uma grande quantidade de estudos com usos diferenciados do conceito torna o mesmo extremamente complexo. A palavra *letramento* é, segundo Magda Becker SOARES, sinônimo de *alfabetismo*. Em Portugal, utiliza-se o termo *literacia* e, na Inglaterra, *literacy*<sup>64</sup>. Em outro texto, ao realizar um estudo sobre a utilização do conceito de *alfabetismo* nas Ciências Sociais, SOARES afirma em nota de rodapé que “a palavra *letramento*, introduzida recentemente na bibliografia educacional brasileira, é uma tentativa de tradução da

---

<sup>59</sup> KLEIMAN, Angela B. O que é letramento. In: KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995. p. 19.

<sup>60</sup> Cf.: VIÑAO FRAGO, Antonio. *Alfabetização na Sociedade e na História: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 42. Atenção para a nota nº 47.

<sup>61</sup> KLEIMAN, op. cit., 1995, p. 20.

<sup>62</sup>Id., Ibid., p. 19.

<sup>63</sup>Id., Ibid., p. 17.

<sup>64</sup> Sobre a utilização do conceito em Portugal, cf.: MAGALHÃES, Justino. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (orgs.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte : Autêntica, 1999. p. 119-142. Atenção para a nota 1. O texto de Magda B. SOARES ao qual me reporto intitula-se *Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas*. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 05-16, set./out./nov./dez. 1995.

palavra inglesa *literacy*” e completa que “o neologismo parece desnecessário, já que a palavra vernácula *alfabetismo*, como bem demonstra Tomaz Tadeu da Silva, tem o mesmo sentido que *literacy*”<sup>65</sup>. Chama a atenção para o fato de que os termos *analfabetismo* e *alfabetizar* sejam largamente utilizados e facilmente compreendidos pelos que falam a língua portuguesa, ao passo que o termo *alfabetismo*, que designa “o ‘estado’ ou ‘condição’ que assume aquele que aprende a ler e a escrever” não exista no dicionário nem seja utilizado socialmente<sup>66</sup>. Neste sentido considera o conceito em discussão extremamente impreciso e complexo, pois diz respeito “a um conjunto de comportamentos” que “engloba um amplo leque de conhecimentos, habilidades, técnicas, valores, usos sociais, funções, e varia histórica e espacialmente”<sup>67</sup>.

No mundo contemporâneo, a UNESCO propõe um conceito de *alfabetismo/letramento* que se define “não como um conjunto de habilidades de leitura e de escrita, mas como uso dessas habilidades para responder às demandas sociais”. Dessa forma, observa-se a ênfase na *funcionalidade* do ler e do escrever na definição proposta pela UNESCO<sup>68</sup>.

Justino MAGALHÃES define como alfabetizado o sujeito “cujo grau de alfabetismo compreende um domínio da leitura e das destrezas necessárias à escrita e que sabe contar pelo sistema grafo-numérico”<sup>69</sup>, mas admite a existência de níveis diferenciados de capacitação *literácita*. Sendo preciso, para pesquisas históricas, definir o conceito de alfabetizado conforme o período estudado, pois há concepções distintas do mesmo ao longo do tempo. Reitera a proposição de outros autores citados, dizendo que, atualmente, é em função da escolarização que se define o conceito de alfabetizado, mas alerta o pesquisador para que não se confunda alfabetização com escolarização. Em obra mais recente, diz que “tomado na

---

<sup>65</sup> SOARES, Magda Becker. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 0., p. 07, set./out./nov./dez. 1995. Cf.: nota nº 7. A nota de Tomaz Tadeu da Silva à qual a autora se refere foi feita à tradução do texto de Graff: O mito do analfabetismo. *Teoria & Prática*, n. 2, p. 30-64, 1990.

<sup>66</sup>Id., Ibid., p. 6.

<sup>67</sup>Id., Ibid., p. 7.

<sup>68</sup>Id., Ibid., p. 11. Sobre a imprecisão do conceito de *analfabetismo funcional* cf.: VIÑAO FRAGO, Antonio. *Alfabetização na Sociedade e na História: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 17. Sobre os critérios de funcionalidade adotados pela UNESCO: MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia). p. 09-10.

<sup>69</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação - Universidade do Minho, 1994. p. 62.

acepção de produto, o conceito de alfabetização, se aplicado aos sujeitos, pode traduzir-se por letramento e, como fenómeno comunicacional e alfabético, por letrismo [ou literacia]”<sup>70</sup>.

Para estudar o *alfabetismo/letramento*, Magda Becker SOARES enfatiza a necessidade de se estudar a alfabetização entendendo-a como fenómeno multidisciplinar e propõe, dentre outras perspectivas de análise, as que se seguem:

*histórica, que investiga, entre outros temas, a história dos sistemas de escrita, dos suportes da escrita, dos objetos de escrita, dos processos de acumulação, difusão, circulação, distribuição da escrita ao longo do tempo e em diferentes momentos históricos (história de bibliotecas, de livrarias, de sistemas de informação...), a história das possibilidades de acesso à escrita, das conseqüências sociais e culturais da imprensa, a história dos leitores (número, condição social, sexo etc.) das leituras e das práticas de leitura e de escrita em diferentes grupos sociais, a história da escolarização da aprendizagem da leitura e da escrita; [...] sociológica, que toma a leitura e a escrita com práticas sociais, pesquisa as relações entre essas práticas e as características sociais dos que as exercem, como nível de instrução, origem social, profissão, sexo, busca determinar o que e como lêem as pessoas, as motivações para a leitura e a escrita, o valor simbólico da escrita em diferentes contextos sociais, o lugar da leitura e da escrita na hierarquia dos bens culturais [...] perspectiva educacional ou pedagógica, que investiga as condições institucionais e programáticas de promoção do alfabetismo.*<sup>71</sup>

Como disse anteriormente, não podemos afirmar que a escola tenha sempre ocupado, socialmente, o lugar central de maior difusora das práticas de leitura e escrita, tampouco que ela tenha se apoderado dessa posição de forma harmoniosa. De acordo com Luciano Mendes de FARIA FILHO, “a produção da centralidade da escola dá-se como um movimento de questionamento, de redefinição ou de desqualificação de outros processos de formação das novas gerações”<sup>72</sup>. Pensemos na primeira metade do século XIX, recorte temporal em que os sistemas escolares eram, mesmo nos países europeus, ainda incipientes. No período que corresponde às décadas de vinte e trinta do século XIX, a principal característica cultural do Brasil é a de país que convivía com a existência de uma grande massa de analfabetos - tomando como analfabeto o sujeito não dotado da capacidade de ler e/ou escrever, realidade essa atribuída, por muitos autores, principalmente à falta de uma rede de escolas de ensino elementar que atendesse à população brasileira. Fato é que, durante várias décadas do século XIX, as condições de *letramento* no Brasil se definiam pela precariedade ou incipiência. Esse fenómeno pode ser observado não apenas no Brasil, mas em vários países europeus. A título

<sup>70</sup> MAGALHÃES, op. cit., 2001, p. 185.

<sup>71</sup> Id., Ibid., p. 13.

<sup>72</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA; GALVÃO, op. cit., 1999. p. 144.

de exemplo, observemos a seguir alguns índices de *letramento* de países da Europa no século XIX. De acordo com o pesquisador espanhol Antonio VIÑAO FRAGO, em seu país, “aproximadamente 75% da população de dez anos e mais, até 1850, não sabia ler nem escrever”.<sup>73</sup> É ainda o mesmo autor quem afirma que,

*em meados do século XIX os países europeus, de acordo com sua porcentagem de analfabetismo, classificavam-se em três grandes grupos. Um (grupo A), com uma cifra inferior a 30%, no qual junto com Dinamarca, Noruega e Suíça, destacavam-se os casos da Prússia (20%), Escócia (20%) e Suécia (10%). Outro (grupo B), França (40-45%), Império Austríaco (40-45%) e Bélgica (45-50%). E outro (grupo C), por último, com mais de 75% de analfabetismo, no qual juntamente com Portugal, Romênia, Bulgária, Grécia e a [...] Iugoslávia, destacavam-se expressamente a Itália (75%), Espanha (75%) e o Império Russo (90-95%). Em suma, com algumas exceções e variações, uma Europa do Norte, protestante e alfabetizada, e outra Europa, a do Sul, católica e analfabeta.*<sup>74</sup>

No que se refere a Portugal, sabe-se que as taxas de analfabetismo superavam a marca de setenta e cinco por cento da população oitocentista. Mas havia regiões em que esse índices poderiam ser inferiores, como bem mostrou MAGALHÃES em seu estudo sobre a região Norte de Portugal<sup>75</sup>. Luís Carlos VILLALTA diz que estudos feitos com base em análises de inventários, subscrições e processos inquisitoriais, buscando os índices de assinaturas da “população reinol”, entre 1750 e 1820, “mostram que o analfabetismo imperava, girando em torno de 60% - e isso sugere que, na Colônia, essa cifra deveria ser muito superior e a alfabetização, um apanágio de poucos”<sup>76</sup>.

Buscando precisar melhor os dados no Brasil, não se sabe da existência de trabalhos que quantifiquem de modo preciso as taxas de *alfabetismo* em todo o País, no período ao qual me reporto. O que se têm em maior abundância são números referentes a instituições escolares no território brasileiro. Esses dados se concentram em períodos posteriores ao recorte

<sup>73</sup> VIÑAO FRAGO, op. cit., 1993. p. 29.

<sup>74</sup> Id., Ibid., p. 30. Sobre as taxas de assinantes na Europa e na “Nova Inglaterra” entre os séculos XVI e XVIII cf.: CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Phillippe; DUBY, Georges (orgs). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 114-121.

<sup>75</sup> O autor conclui que “o alfabetizado de Antigo-Regime é assim um assinante que medeia entre os níveis 2 e 3, que por defeito é um leitor/assinante rudimentar e por excesso lê de forma compreensiva, podendo fazer leitura coletiva; assina razoavelmente e redige pequenas mensagens por sua iniciativa, embora incorrendo em falhas gramaticais de diversa natureza. Accede ao desempenho de certas funções sócio-administrativas como a de escrivão de testamentos e de escrivão do juiz ordinário, pela sua capacidade de desempenho alfabético”. MAGALHÃES, op. cit., 1994. p. 374.

<sup>76</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Scwarcz, 1997. p. 356-357.

cronológico privilegiado por minha pesquisa e, além disso, essas estatísticas escolares se caracterizam pela extrema precariedade. A seguir, confira na Tabela 1 os números aproximados de estabelecimentos de ensino distribuídos pelas diversas Províncias brasileiras:

**TABELA 1: NÚMEROS DE ESCOLAS EM PROVÍNCIAS BRASILEIRAS**

<i>Província</i>	<i>N.º de localidades</i>	<i>N.º de escolas</i>	<i>N.º de cadeiras</i>	<i>Outras instituições educativas</i>	<i>Datas de inauguração</i>
Alagoas	06	06	02	-----	1823-1839
Bahia	118	132 (06)*	11	02 Seminários 01 Bibl. Pub. (Salvador)	Antes de 1800-1840
Ceará	09	13 (03)	08	-----	Antiga-1883
Espírito Santo	06	08 (02)	02	-----	Desde o Tempo dos Jesuítas
Goiás	17	18 (01)	07	-----	Antes de 1800-1840
Maranhão	07	14 (02)	07	01 Asilo para meninas acima de 07 anos	Antiga-1841
Mato Grosso	04	08 (02)	03	-----	Antiga-1833
Paraíba do Norte	18	27 (05)	07	-----	Antiga-1834
Minas Gerais	50	55 (07)	22	01 Asilo para 100 moças; 02 Bibl.Pub. (Monte Alegre e S. J. del Rei)	1819-1840
Pará	08	07 (01)	05	01 Seminário	Antiga-1841
Piauí	05	07	04	-----	Antiga-1833
Pernambuco	14	23 (03)	08	Escola de Direito; 01 Seminário; Colégio Imp. D. Pedro II; 01 Liceu; 01 Bibl. Pub. (Olinda)	Antiga-1832
Sergipe	12	16 (04)	01	01 Liceu	Antiga-1842
Rio de Janeiro	19	25 (04)	07	Escola de Arquitetura e Agrimensura; Escola de Artes e Ofícios;	1811-1842



				Colégio Freez	
Santa Catarina	06	07 (01)	-----	-----	1818-1832
R. Grande do Norte	19	20 (01)	02	-----	Antiga-1840
S. Pedro do Rio Grande do Sul	10	14 (04)	06	01 Asilo feminino	1770-1830
São Paulo	23	34 (03)	09	01 Colégio; Escola de Direito; 01 Seminário; 01 Bibl. Pub. (São Paulo)	Jesuítas 1554-1832
*Os algarismos fora de parênteses referem-se aos números totais de escolas de primeiras letras das Províncias. Os números entre parênteses dizem respeito às escolas freqüentadas exclusivamente por meninas.					

FONTE: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC: INEP, 2000. p. 66-78.

Além dessas escolas distribuídas pelas Províncias, a cidade do Rio de Janeiro contava com 48 estabelecimentos de ensino (dentre esses, 23 eram escolas particulares para meninos e 16 para meninas); 01 Curso de Taquigrafia; 22 professores particulares de línguas, ciências, desenho e música; Academia da Marinha (1808); Escola Anatômica, Cirúrgica e de Medicina (1808 - transformada posteriormente em Academia Imperial de Medicina); Academia Militar (1829 - depois Escola Militar); 01 Laboratório de Química (1810); Escola de Agricultura e de Botânica (1810/1812); Academia Imperial de Belas-Letras (1814); Museu Nacional (1816); Arquivos Militares (1810); Arquivos Públicos; Biblioteca Nacional (com 80.000 volumes); Colégio Imperial de D. Pedro II (1837/1838); Jardim Botânico (1812); Sociedade Amante da Instrução (1829); Sociedade Literária do Rio de Janeiro; Sociedade de Literatura Brasileira (1843)<sup>77</sup>.

Importante é ressaltar a posição de destaque ocupada por Minas Gerais no que se refere ao grande número de escolas, quando comparamos essa Província com as demais do Império.

Com relação aos dados referentes a números de alfabetizados, o que se tem são pesquisas pontuais realizadas em algumas regiões do país. Não bastasse a dificuldade de se encontrar registros que possibilitem estabelecer os níveis de *letramento* da população brasileira, outro grande problema advém do fato de grande parte dos pesquisadores identificar

<sup>77</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC: INEP, 2000. p. 79.

a capacidade de assinar com a alfabetização, o que é muito arriscado, em se tratando de sociedades setecentistas e oitocentistas, assunto sobre o qual voltaremos a falar mais adiante<sup>78</sup>.

Para anos posteriores ao meu recorte cronológico, José Murilo de CARVALHO, ao se utilizar dos recenseamentos realizados em 1872 e em 1890, afirma que, aquele ano, havia 15,75% da população brasileira alfabetizados (excetuando-se 181.583 pessoas para as quais o pesquisador não encontrou esse tipo de informação). Dentre esses 15,75% do total da população alfabetizada, 18,56% eram pessoas livres, sendo que os que viviam nessa condição somavam 8.490.910 habitantes. Para o ano de 1890 o censo contabiliza 14,80% de alfabetizados<sup>79</sup>.

Diversos autores, dentre eles Antonio VIÑAO FRAGO e Justino Pereira de MAGALHÃES, apontam sérios problemas ao se buscarem indícios de leitores em períodos pré-estatísticos: na medida em que os processos de difusão da leitura/escrita se encontram profundamente marcados pelas permanências, é preciso que se faça um estudo de longa duração para que se percebam não só as continuidades, mas as rupturas, avanços e retrocessos desse fenômeno cultural<sup>80</sup>. E onde conseguir fontes seriais que permitam tais estudos? Uma vez que não existem documentos que possibilitem a avaliação direta da capacidade dos indivíduos de ler e escrever, esses índices devem ser buscados pelo pesquisador de maneira indireta, em fontes que não foram produzidas originalmente para indicar as marcas de alfabetização, mas que, tomando-se os devidos cuidados, acabam servindo aos propósitos dos pesquisadores. Conforme MAGALHÃES, para a maioria dos que viveram em períodos históricos pré-estatísticos, o único indício que resta de suas capacidades *literácitas* é a assinatura (chancela). A assinatura torna-se, então a única

---

<sup>78</sup> VILLALTA analisou 163 inventários feitos em Mariana no fim do XVIII até 1822 (num universo de 2582). Identificou 103 inventariantes capazes de assinar (63,2%). Concluiu que “os inventariantes, em sua maioria, pertencem às camadas proprietárias, [portanto] entre estas era difundida a capacidade de assinar”. Essa capacidade se distribuía de modo desigual entre a população: nem um terço das mulheres chegou a assinar. Dentre 149 homens brancos, 97 assinaram e dentre 05 homens de cor apenas 02 negros e 01 mulato o fizeram. VILLALTA, op. cit., 1997. p. 356.

<sup>79</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem* - a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 70. Os mesmos dados estatísticos foram utilizados por FERREIRA, que contabilizou em 1872 84,2% de analfabetos entre 9.930.748 habitantes e 85,2% entre 14.333.915 em 1890. FERREIRA, Tania M<sup>a</sup> Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. p. 60. Nenhum dos autores citados descreve quais critérios de avaliação foram utilizados nos referidos censos para se afirmar que determinado indivíduo era alfabetizado.

<sup>80</sup> Ver, a esse respeito, MAGALHÃES, op. cit., 1999. p. 119-142. VIÑAO FRAGO, op. cit., 1993, principalmente cap. 2.

*medida que [permite] comparar níveis de alfabetismo [pois satisfaz às seguintes] condições: ser aplicável a uma vasta população em diversos países, população com idade, nível económico e condições sociais diversas e por um longo período de tempo; ser padronizada de pessoa para pessoa, de grupo para grupo, de região para região, de período histórico para período histórico. [...] A assinatura é portanto praticamente o único elemento objectivo que permite uma aproximação ao grau de alfabetismo para a generalidade das situações [...] dadas suas características de universalidade e uniformidade*<sup>81</sup>.

Dessa forma, os trabalhos acabam sendo realizados investigando-se as taxas de assinaturas em testamentos, inventários, registros de batismos, casamentos, óbitos e até em listas de recrutamento militar. Ao lado das taxas de assinaturas é prudente que se estabeleçam correlações com outras variáveis, como por exemplo o contexto de aprendizagem da leitura, variáveis geográficas, de sexo, idade, profissão, detenção de bens, cargos e títulos, a circulação e posse de livros ou outros materiais impressos etc. Esse alargamento da noção de fontes vem permitindo uma problematização mais sofisticada, mais depurada do objeto. Os estudiosos têm utilizado as assinaturas como fontes de várias formas, para alcançar objetivos diferentes. Daniel ROCHE diz que, basicamente, podemos distinguir entre dois tipos de alfabetização: uma passiva e outra ativa. O primeiro tipo se restringe ao mundo “da leitura, mais passiva, que questiona menos a relação com as normas sociais e religiosas”. Já a alfabetização ativa corresponderia ao “domínio da escrita, que permite libertação, evasão, até afirmação de identidade”. Mas, pela simples “capacidade de assinar, é impossível distinguir a alfabetização ativa da alfabetização passiva”. É necessário que se busquem informações mais detalhadas. Como foi dito, muitos pesquisadores procuraram distinguir indivíduos assinantes de não assinantes e consideraram os primeiros como alfabetizados. Outra linha de pesquisa busca utilizar as assinaturas como indicadores intrínsecos de níveis de *alfabetismo*, o que permite medir os graus de autografia dos indivíduos e grupos estudados. Essa proposta, à qual os estudos de MAGALHÃES se filia, mostra-se mais refinada e, portanto, de mais difícil execução. Toma por base o traçado gráfico - marcas de correção, rigor, segurança e harmonia da letra - sendo o suporte para este tipo de pesquisa a Escala de Assinaturas, perspectiva que será melhor desenvolvida no quarto capítulo desta dissertação.

Além dos problemas com a obtenção e o tratamento dispensado aos dados, outro grande obstáculo deve ser levado em consideração ao se pensar em índices de *letramento*: de

---

<sup>81</sup> MAGALHÃES, op. cit., 1994. p. 85.

acordo com Jean HÉBRARD, existem modos de ler diferentes, diferentes tecnologias na História. Aliás, a leitura em si não existe, mas existem sim maneiras diversas de se trabalhar com os textos. Antes do século XIX aprendia-se a ler; depois, se a família do aprendiz tivesse condições e aspirações, talvez fosse possível aprender a escrever. Daniel ROCHE também se refere à maneira como essas habilidades eram aprendidas, afirmando que “as condições de aquisição da escrita limitam um pouco sua generalização corrente: aprende-se a ler antes de escrever, chega-se ao domínio da escrita apenas ao termo de um aprendizado técnico e corporal complexo”<sup>82</sup>. No século XIX houve uma grande difusão da escrita, possibilitada por novas tecnologias que facilitavam sua aprendizagem: muda-se a pena, o papel, a letra etc<sup>83</sup>. Portanto, quando Roger CHARTIER afirma que há trabalhos que se ocupam de “mensurar o tamanho da população capaz de ler [...] ao contar as assinaturas nas atas de casamento [...] identificando a porcentagem da população alfabetizada apta a ler e escrever, com aquela dos grupos que sabiam assinar. [Diz também que] uma tal equivalência, globalmente verdadeira para o século XIX” na França, não pode ser tomada como a mesma para os períodos anteriores, pois “se todos os homens que sabem assinar podem, sem dúvida, ler, pelo contrário, nem todos os que sabem ler podem assinar”. E termina com a seguinte pergunta: “tal hipótese pode ser generalizada? Sem dúvida [...] [pois havia] dissociação, no interior da pequena escola, de dois aprendizados elementares”<sup>84</sup>. Em trabalho mais recente, CHARTIER é menos enfático a esse respeito e diz que, apesar de fundamentais, pois possibilitam o “entrecruzamento entre a história do livro e a história da educação do ponto de vista da história da alfabetização”, os trabalhos quantitativos que usam como fontes as assinaturas não refletem a totalidade dos que sabem ler nem dos que sabem escrever, pois se um indivíduo assina o nome isso não quer dizer que ele possa escrever<sup>85</sup>. Nesse sentido, “não se pode medir

---

<sup>82</sup> ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996. p. 186.

<sup>83</sup> HÉBRARD, Jean. “Cultura manuscrita nos séculos XVIII e XIX: correspondência, revistas manuscritas, diários”. Seminário proferido aos 30/3/2000 na sala 307 da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>84</sup> CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996. p. 79-80.

<sup>85</sup> MAGALHÃES admite a possibilidade de existirem sujeitos capazes de ler e incapazes de escrever, situação muito comum para o modelo de formação feminina e afirma que “a capacidade de leitura tende a estar sempre a um nível superior relativamente à capacidade de escrita”, mas aconselha que não se identifiquem os que possuem assinaturas muito rudimentares, “de mão guiada” com leitores hábeis. Os que “assinam de cruz” não são capazes de ler ou escrever nada. MAGALHÃES, op. cit., 1994. p. 219, 317 a 333. Citação: p. 328.

[a totalidade da] população que escreve ou [da] população que lê a partir das assinaturas, embora estas dêem uma idéia da familiarização de uma sociedade com a cultura escrita”<sup>86</sup>.

Jean HÉBRARD diz que a prática da escrita, até o fim do XVIII, é uma capacidade profissional específica, pouco difusa na sociedade. Há instituições especializadas para formar os especialistas da escrita: os copistas, pessoas capazes de “pintar” as letras, formadas em mosteiros, ou então os tabeliões, notários, juristas, administradores e universitários. Escrever, portanto, não era compor um texto, mas copiar palavras. Várias áreas da vida pública precisavam de escritores: os administradores, os homens de negócios e os juristas. Em diversos países da Europa, há pesquisas que buscam saber como essas pessoas eram formadas. Não foi encontrada referência desse tipo de trabalho no Brasil, pois aqui vem-se pesquisando mais a respeito da difusão do impresso. Ainda segundo HÉBRARD, na França e no Norte da Itália foi organizado, após o Concílio de Trento, um programa de alfabetização geral para transmitir a doutrina cristã nas escolas para crianças. Para eles, era suficiente apenas saber ler. Portanto, a escola não difundia o escrito, sendo esta uma atividade profissional dos notários, que desenvolviam um modo de transmitir sua arte, ou seja, ensinavam a escrever e contar durante suas férias, a partir de contratos individuais com aqueles que podiam pagar por seus serviços de “professores”. A alfabetização urbana na França, entendida como capacidade de ler, foi muito rápida, não tendo acontecido o mesmo com a prática da escrita até os oitocentos. Já em Portugal e Espanha, segundo HÉBRARD, o modelo de alfabetização era outro, tendo sido “confiscado” pelas elites urbanas. A elite buscava delimitar e restringir o acesso à alfabetização, pois temia o poder que ela poderia proporcionar àquele que fizesse uso da palavra escrita. Os detentores das mais altas taxas de alfabetização nesses países são os negociantes, principalmente os de grandes centros comerciais, sendo sua formação geralmente feita em escolas de ler, escrever e contar (aprendizagens efetuadas necessariamente nessa ordem)<sup>87</sup>. Dessa forma, os pais daqueles que não tinham condições de manter os filhos na escola durante muito tempo, pois precisavam de braços para o trabalho, acabavam por retirar os meninos das aulas assim que eles se apoderavam da capacidade de ler, instrução suficiente para os que não podiam e/ou não pretendiam seguir carreiras públicas administrativas,

---

<sup>86</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p. 74-75.

<sup>87</sup> HÉBRARD, Jean. “Cultura manuscrita nos séculos XVIII e XIX: correspondência, revistas manuscritas, diários”. Seminário proferido aos 30/3/2000 na sala 307 da Faculdade de Educação da UFMG. Cf.: nota número 82 da dissertação.

continuar seus estudos até graus superiores de ensino, ou não seriam negociantes, não sendo necessária, para esse tipo de indivíduo, a aquisição da prática da escrita.

Sobre o contexto do Antigo Regime português, Justino MAGALHÃES afirma que os clérigos, barbeiros, cirurgiões, boticários, alfaiates e outros oficiais de “ofícios não vis” tratavam de ensinar a leitura e a escrita e que, “no seio das próprias famílias existiu uma prática regular de iniciação à leitura e de prática da escrita”, principalmente as famílias de proprietários de bens móveis e imóveis. De maneira geral,

*o método de aprendizagem, envolvia geralmente o conhecimento do alfabeto, a partir do qual vinham a soletração e a silabação. No entanto acedia-se ao alfabeto por duas vias distintas: uma cartilha ou um quadro mural com o abc em maiúsculo e minúsculo, ou na ausência destes recursos didáticos, através da composição/decomposição do respectivo nome próprio. Esta segunda via não permitia ultrapassar o estágio de semi-alfabetização, caracterizado por uma capacidade rudimentar de leitura e pela função de assinante<sup>88</sup>.*

Não se pode esquecer que, como apontado anteriormente, a capacidade de escrever confere ao seu detentor um “poder” diferente da habilidade de ler um texto. Esse “poder” é não apenas *simbólico*, como também efetivo, na medida em que saber escrever

*significa poder-se comunicar em segredo, indivíduo a indivíduo [...] Ler é uma atividade passiva [...] [para os muitos homens dos séculos passados]. Daí a difusão da leitura, mas não da cultura escrita, num sistema de alfabetização restringida e estamental, especialmente entre as mulheres. [...] A cultura oral é pública e coletiva e a escrita, secreta e pessoal. O escrito une o indivíduo com um conjunto humano mais amplo que sua comunidade<sup>89</sup>.*

Daí as capacidades de *letramento* variarem de maneira tão significativa de acordo com o pertencimento sexual. A educação feminina, até muitos anos após o início do século XIX, se encontrava reduzida à leitura, pois “a escrita [ocupava] uma função de reserva e de segurança”<sup>90</sup>. Tal redução explica-se pelo fato de a habilidade da escrita, quando possuída pelas mulheres, poder se transformar em “instrumento de uma perigosa independência, [tornando-se inclusive] meio da correspondência amorosa”<sup>91</sup>, o que não agradaria de maneira nenhuma aos pais de família zelosos e possíveis maridos traídos... Portanto, o potencial de alfabetização “restrito” das mulheres, ou seja, daquelas que só aprendiam a ler, não pode ser

---

<sup>88</sup> MAGALHÃES, op. cit., 1994. p. 515.

<sup>89</sup> VIÑAO FRAGO, op. cit., 1993, p. 34-35.

<sup>90</sup> ROCHE, op. cit., 1996, p. 186.

<sup>91</sup> CHARTIER. *Práticas da Leitura*, op. cit., 1996, p. 81.

apreendido apenas a partir de “seus medíocres índices de alfabetização, calculados a partir de suas assinaturas”<sup>92</sup>. VIÑAO FRAGO e MAGALHÃES também chamam a atenção para necessidade de trabalhos que abordem mais detidamente as condições da alfabetização feminina. Ambos confirmam a tradição da mulher leitora e não escritora e os “perigos morais” que poderiam resultar do contato das mulheres com a escrita. Nas palavras de MAGALHÃES:

*É entre as mulheres dos comerciantes que as marcas de assinatura rudimentar são mais freqüentes, havendo casos de aprendizagem adulta, por vezes já em estado de viuvez. [...] A mulher urbana, a mulher comerciante ou de zonas mercantis, alfabetizou-se mais cedo e em maior escala que a mulher rural. A mulher de proprietário, a mulher de comerciante, como mais tarde a mulher de industrial surgem a assumir a direcção dos negócios familiares por morte do marido, passando assinar os documentos. Por vezes fazem-no de uma forma tão rudimentar que se conclui que amestraram um ‘ductus’ por sua iniciativa. Também as ‘donas’ esposas de militares e de letrados, são assinantes e, em regra fazem-no com elevada qualidade. [...] São muito poucos os casos que encontramos de mulheres assinantes, que para o Antigo Regime, quer mesmo para a primeira metade do século XIX, sobretudo nos estratos mais baixos da população. Das 37 mães solteiras registadas junto do Administrador do concelho de Guimarães para o ano de 1836, todas ‘rogam’ a alguém que por elas assine. A situação não se altera para os anos de 1837 e 1838<sup>93</sup>.*

Historicamente, observa-se que não somente com relação às mulheres são estabelecidas exclusões e dificuldades de acesso às práticas sociais de *letramento*. No que diz respeito ao Brasil, sabe-se que a questão racial é uma marca distintiva de acesso às práticas da leitura e da escrita<sup>94</sup>.

Outra importante medida que se deve tomar ao se pesquisar a História do *Letramento* é admitir e distinguir diferentes níveis ou graus de alfabetização, ou seja, avaliar sua “difusão qualitativa”<sup>95</sup>, pois ao se estudar a alfabetização simplesmente opondo-se “duas populações: a dos alfabetizados e a dos analfabetos iletrados”, corre-se o risco de se agir de maneira

---

<sup>92</sup>Id., Ibid., p 81.

<sup>93</sup>Cf.: VIÑAO FRAGO, op. cit, 1993, p. 15. MAGALHÃES, op. cit, 1994, p. 27, 62, 84, 215 e 216, 219. Citação: p. 220.

<sup>94</sup> Encontrei vários casos de escravos alfabetizados no periódico *O Astro de Minas*, que suscitaram interessantes idéias para pesquisas futuras, dentre eles o que se segue: “Fugiu ao Cap. M. João Pedro Diniz Junqueira hum escravo pardo de nome Vicente, official de alfaiate, sabe ler, e escrever, tem a cor clara, os cabellos pretos, o braço esquerdo seco e os dedos quase encolhidos...” (*O Astro de Minas* sábado, São João del-Rei, n. 144, p. 04, 18/10/1828). A respeito do ingresso de escravos oriundos de culturas exclusivamente oralizadas no mundo da palavra escrita ver o trabalho de MOYSÉS, Sarita M<sup>a</sup> A. Literatura e história: imagens de leituras e de leitores do Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 53-62, set./out./nov./dez 1995.

<sup>95</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. op. cit., 1993. p. 41.

“necessariamente simplificadora”<sup>96</sup>, uma vez que os processos de aquisição da linguagem escrita se davam de maneiras muito diferentes das que podemos observar em nossos dias. Além disso, deve-se considerar que essa dicotomia “simplificadora” foi historicamente estabelecida pelas redes escolares, na medida em que a escola foi, cada vez mais, ocupando os espaços sociais destinados ao ensino das aptidões de ler, escrever e contar. Portanto, é fundamental que o pesquisador tome a precaução de “distinguir [...] alfabetización y escolarización. [...] Es decir, que estamos ante un proceso condicionado por otros factores - por ejemplo, la difusión y usos sociales de la cultura escrita -, cuya modalidad escolar es eso, una modalidad social más”<sup>97</sup>. Devido à grande complexidade e diversidade dos processos de *letramento*, deve-se ser minucioso e estabelecer “categorias” de “qualificação” mais refinadas. VIÑAO FRAGO orienta aos pesquisadores que trabalham com recortes cronológicos até o século XIX que façam distinções em “cinco níveis educativos, conectados cada um às necessidades e aspirações de uma diferente classe social”. Deve-se tomar cuidado também quanto aos “diversos níveis no domínio e uso da leitura e escrita e estabelecer critérios para sua medição”<sup>98</sup>.

Para se estudar o caso brasileiro, faz-se necessário constituir um programa de pesquisa aliado a um programa metodológico que vise a analisar o fenômeno do *letramento* em regiões bem delimitadas, em períodos de longa duração para, a partir daí, ser possível a realização de pesquisas comparadas<sup>99</sup>.

De acordo com Rogério FERNANDES em *Os caminhos do ABC. Sociedade portuguesa e ensino de primeiras letras*, a escola elementar portuguesa das últimas décadas do século XVIII e início do XIX, apesar de ser a primeira da Europa a possuir um sistema nacional, não era assegurada a todos, uma vez que se entendia que nem todos necessitavam do ensino, como por exemplo aqueles que exerciam “ofícios manuais”. Além disso, a rede escolar foi implantada primeiramente nos centros urbanos da metrópole, ficando as colônias em

---

<sup>96</sup> CHARTIER, op. cit, 1996, p. 82.

<sup>97</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. Leer y escribir (siglos XIX-XX). *Educación em revista*. Belo Horizonte, n. 29, Ano XIII, p. 62, jun. 1999.

<sup>98</sup> VIÑAO FRAGO, op. cit, 1993, p. 41.

<sup>99</sup> A importância dessas categorias históricas para analisar os graus de competências do *letramento* será melhor discutida no terceiro capítulo.



segundo plano<sup>100</sup>. Portanto, no Brasil Colonial, as condições de alfabetização deveriam ser ainda mais difíceis do que as da metrópole, podendo-se estimar que o analfabetismo era superior a setenta e cinco por cento da população brasileira. Essa situação persistiria por muitos anos do século XIX, mesmo depois da Proclamação da Independência, em 1822.

Sendo grande a escassez de escolas e não havendo no Brasil um sistema nacional de educação no início do XIX, não se pode restringir a difusão do *letramento* apenas às instituições escolares. Assim, torna-se importante a reconstituição da maneira como os sujeitos que viveram nos oitocentos se relacionavam com a cultura escrita: como eram aprendidas as habilidades de ler e escrever, quem eram os grupos sociais mais alfabetizados do século XIX, através de que meios e em que formato se dava a maior circulação de escritos, quais outras instituições cumpriam o papel de disseminadoras das habilidades de leitura e escrita etc. A partir da bibliografia estudada, tenho percebido que a prática da leitura estava mais disseminada entre a população oitocentista e sua aprendizagem era mais incentivada do que a da escrita, dadas as possibilidades de comunicação indesejada que esta última poderia facilitar. Apesar de temida e, portanto, policiada, pode-se afirmar que a leitura era vista como uma atividade menos perigosa que a escrita, pois, aos olhos de muitas pessoas do século XIX, “escrever é produzir o texto; ler é recebê-lo de outrem sem marcar aí o seu lugar, sem refazê-lo”<sup>101</sup>. Além disso, o ensino da leitura a vários alunos, durante muitas gerações, poderia ser feito com um mesmo livro, enquanto o papel e a tinta não podem ser reaproveitados. Eram raros e muito altos os custos dos materiais utilizados para escrever, prática que requeria, ainda, toda uma técnica corporal por parte de seus aprendizes<sup>102</sup>.

Até meados do século XIX, grande parte da população que tinha acesso à língua escrita era dotada apenas da capacidade de ler, uma vez que os aprendizados da leitura e da escrita eram feitos em momentos dissociados. De acordo com VIÑAO FRAGO, “no século XIX, uma das principais inovações pedagógicas foi a aprendizagem da leitura feita ao mesmo tempo que a da escrita, ao contrário do que acontecia tempos anteriores, quando o aprendizado da escrita

---

<sup>100</sup> FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras. Porto: Porto, 1994. Ver, a esse respeito, o capítulo II, intitulado: “Legado pombalino e organização administrativa do ensino de primeiras letras”, p. 69-76.

<sup>101</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis : Vozes, 1994. p. 264. (vol. I).

<sup>102</sup> SILVA afirma que o valor dos folhetos vendidos no Rio de Janeiro no século XIX não deveria passar de 100 réis, ao passo que uma resma de papel branco custava 5\$760, um quartilho de tinta para escrever 320 réis, uma bala de papel almaço 2 mil réis e um arrátel de lingüiça 280 réis. Ver: SILVA, M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, São Paulo, v. 94, n. 46, p. 450-451, 1973.

era feito - se o aluno tivesse condições de seguir sua vida escolar - dois anos após seu ingresso na escola, quando já dominava um pouco a leitura”<sup>103</sup>. Dentre outros fatores que contribuíram para uma maior disseminação da prática da escrita ao longo dos oitocentos, pode-se destacar a invenção de materiais que facilitavam o trabalho de escrita, como a pena de metal, a simplificação da grafia e a instituição da ortografia.

Nessa pesquisa, a Biblioteca Pública de São João del-Rei é tomada não como objeto em si mesma. A partir da utilização de uma multiplicidade de fontes, da contextualização feita com momento histórico em que foi planejada e da análise das estratégias utilizadas para sua institucionalização, a Biblioteca torna-se um caso exemplar de difusão do *letramento* e do processo civilizatório oitocentista. Esse caso paradigmático toma sentido apenas quando inserido no contexto cultural e político descrito anteriormente.

## V - CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Apesar de estarem sendo empreendidos novos estudos, é lícito dizer - trazendo as palavras de Robert DARNTON para o contexto brasileiro – que, no Brasil, “a leitura ainda permanece um mistério, embora a façamos todos os dias”,<sup>104</sup> principalmente na Região dos Campos das Vertentes, onde estão sendo realizados trabalhos sobre História Econômica, Política e Demográfica sendo realizados, mas poucos sobre História Cultural. Dentre os trabalhos que fazem referência à Biblioteca em questão encontram-se o de Maria Augusta do Amaral CAMPOS, que a toma como uma das instituições da Vila oitocentista de São João del-Rei responsáveis por disseminar a civilização, ao lado da tipografia, da Sociedade Protetora da Independência Nacional e das associações musicais, e o de Rosemary Tofani MOTTA, que faz um estudo sobre a inserção do fundador da Biblioteca (Baptista Caetano d’Almeida ) na Vila de São João e suas diversas iniciativas de civilizar a cidade<sup>105</sup>.

---

<sup>103</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. op. cit., 1999. p. 66.

<sup>104</sup> DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos - e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 277.

<sup>105</sup> Cf.: CAMPOS, op. cit., 1998; MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João del Rei no início do século XIX - a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Mestrado), Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

Nos meus contatos com a Biblioteca desde a graduação, foi se constituindo um programa de pesquisa, num percurso que agora retomo. Esse caminho foi de idas e voltas, pois às vezes procurava me distanciar dos referenciais teóricos, tentando deixar as categorias de análise emergirem das fontes e, outras vezes, distanciava-me da empiria, permitindo uma análise mais apurada e não simplesmente a descrição do que as fontes informavam. Dentre as possibilidades de pesquisa que vislumbrava com relação à Biblioteca de São João, pensei em fazer um levantamento sobre os consulentes da biblioteca, ou seja, quem eram os leitores mais assíduos, quais os livros mais retirados, mas, para minha surpresa, não existe fonte que permita esse trabalho, uma vez que os leitores dessa biblioteca são “os grandes ausentes do arquivo”.<sup>106</sup> Não sendo possível esse tipo de trabalho, passei a me preocupar com a história da fundação da Biblioteca Municipal “Baptista Caetano d’Almeida”, apoiando-me nas cartas de seu fundador e no discurso proferido no dia da inauguração da então “Livraria Pública de São João d’El Rey” procurando uma justificativa para as atitudes de Baptista Caetano. De onde vinham suas preocupações? O que movia suas atitudes patrióticas e filantrópicas, além de sua determinação em propiciar o desenvolvimento da educação e da cultura da cidade? Em suma, o que orientava suas ações? Na tentativa de esclarecer essas questões, procurei, através da *Enciclopédia metódica*, uma obra “emblemática” para Baptista Caetano, pois a única que cita nominalmente, a chave capaz de desvendar os segredos de suas leituras. Passei a perguntar-me: por que somente ela? Teria sido essa obra a que mais o influenciou? Apesar de pretender não fazer uma história intelectual das idéias, como mencionei no início deste capítulo, eis que, paradoxalmente, assim procedia, ao tentar perceber a existência ou não de relações entre a *Enciclopédia metódica* e as atitudes e opiniões de Baptista Caetano, além de suas iniciativas de “ilustrar” a cidade com atos como o da fundação da “Livraria Pública”. Em outras palavras, tentava pelo menos me aproximar do modo como “interpunha entre ele e a página impressa o filtro que fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória [...] deformando a sua leitura”<sup>107</sup>, ou seja, perceber em seus escritos como ele se *apropriava* do que lia, mas ao mesmo tempo insistia na hipótese de que a *Enciclopédia* era a obra que influenciava o leitor em questão.

---

<sup>106</sup> DARTON, op. cit., 1992. p. 10.

<sup>107</sup> GINZBURG, op. cit., 1989. p. 89.

A primeira publicação a respeito da Biblioteca Pública de São João del-Rei foi feita por E. Bradford BURNS, em seu artigo “The enlightenment in two colonial brazilian libraries”. Segundo BURNS, duas grandes doações foram feitas à Biblioteca, a primeira por Baptista Caetano e a segunda pelo Conselheiro José de Resende Costa, mas não se têm documentos comprobatórios que esclareçam a quem os livros pertenciam, nem a data em que a doação do acervo do Conselheiro foi feita. Afirma ainda que a biblioteca de Resende Costa foi constituída a partir de alguns volumes que seu pai lhe deixou de herança, tendo sido aumentada no decorrer de sua vida.<sup>108</sup>

De acordo com documentação da Câmara Municipal de São João del-Rei, o acervo doado por Resende Costa chegou à cidade em 1842, contendo muitos livros “traçados e estragados”<sup>109</sup>. O documento traz a relação, em ordem alfabética, dos livros legados pelo Conselheiro em testamento, no ano de 1841 (totalizavam 120 obras, distribuídas em 500 tomos). Quem elaborou a listagem teve a preocupação de separar as obras em bom estado de conservação das que se encontravam “traçadas e estragadas”, mas não se deu ao trabalho de anotar o nome completo das obras, nem as datas de publicação ou autores, o que pode ser indicativo de uma forma de relação com os livros<sup>110</sup>. Pretendi explorar analiticamente os escritos e tradução feitos pelo Conselheiro, considerando que, muitas vezes, a escrita torna-se um “documento” que materializa, sutil ou explicitamente, as leituras feitas pelo autor. A tradução também constitui fonte riquíssima de análises, já que todo tradutor é um intérprete, pois suas palavras podem expressar coisas distintas da obra traduzida, como opiniões, gostos e

---

<sup>108</sup> BURNS, E. Bradford. The enlightenment in two colonial brazilian libraries. *Journal of the history of ideas*. v. 25, n. 3. 1964. Aqui uso a tradução: O Iluminismo em duas bibliotecas do Brasil colônia. *Universitas*, Salvador, n. 8-9, p. 05-15, jan./ago. 1971. Cf. ainda: SILVA, M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Histórias de Leitura). p. 147-164, especialmente a p. 157, em que a autora menciona o artigo de BURNS.

<sup>109</sup> ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (ACMSJDR): “Ofício de Martiniano Sevéro de Barros sobre a doação, em testamento, do Conselheiro José de Resende Costa, de livros à Biblioteca Pública de São João del-Rei - 1842”.

<sup>110</sup> José de Resende Costa nasceu no Arraial da Lage, atual cidade de Resende Costa (1765). Participou da Inconfidência Mineira, tendo sido preso e sentenciado a degredo na Ilha de Cabo Verde. De inconfidente passou a integrar a estrutura imperial, tendo exercido vários cargos administrativos da Coroa, tendo sido aposentado como Escrivão da Mesa do Tesouro Régio e recebido o título de Conselheiro do Império (1827). Foi nomeado sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Deputado da Assembléia Constituinte em 1823, da Assembléia Legislativa nos anos de 1826 e 1829, e às Cortes em 1827. Faleceu em 1841. A biblioteca particular de Resende Costa não se constitui em objeto de análise dessa dissertação. Cf.: BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. (vol. 5) p. 147-148; PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Os inconfidentes José de Resende Costa (pai e filho) e o Arraial da Lage*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1992.

intenções, ao se dar ênfase a certas passagens ou ao se acrescentarem notas explicativas<sup>111</sup>, o que havia sido feito por meu protagonista. Os rascunhos e anotações à margem dos textos também poderiam ser “transformados” em “documentos”, na medida em que, através deles, é possível certificar que os livros foram lidos, além de obter indícios do que era ou não importante para o leitor, de como aceitava ou contestava as idéias contidas nos textos que leu. Para que meu projeto fosse exequível, era necessário que eu encontrasse, na Biblioteca Baptista Caetano d’Almeida e nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico, os livros e anotações do Conselheiro, sejam aquelas provavelmente feitas às margens dos textos, sejam as que, segundo Rosalvo Pinto, foram doadas ao Instituto por Resende Costa, na forma de brochuras.

Descobri que os documentos acerca de Resende Costa eram insuficientes, que não me permitiriam alcançar todos esses objetivos, uma vez que os doados ao Instituto Histórico e Geográfico não eram textos escritos pelo Conselheiro, e, através dos documentos da Câmara Municipal de São João, pude observar que grande parte de seus livros e todas as “brochuras” com seus escritos se encontravam “arruinados”, adjetivo a eles conferido pelo olhar dos “examinadores” da época.<sup>112</sup> Assim, procurando constatar a existência dos grifos e anotações feitos nos livros doados à Biblioteca, passei a procurá-los. Encontrei alguns dos livros doados por Resende Costa e constatei que ele escrevia suas iniciais na folha de rosto de seus livros, mas não grifava quando lia (se é que lia), o que demonstra a historicidade das práticas de leitura: uma relação de respeito com o livro, na qual não é permitido ao leitor preencher, interferir nos espaços em branco.

Desse modo, abandonei as pesquisas sobre o Conselheiro Resende Costa, centrando meus esforços em descobrir mais sobre Baptista Caetano d’Almeida, por ter sido o maior incentivador dos projetos “civilizatórios” ocorridos na Vila de São João no início do século XIX e fundador da Biblioteca<sup>113</sup>.

---

<sup>111</sup> Conforme conferência do Professor Jorge Llarosa proferida no *I Encontro de História da Leitura e do Livro no Brasil*, no dia 15 de outubro de 1998, intitulada “Os Paradoxos da Repetição e a Diferença. Notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges”. Essa conferência se encontra publicada In: ABREU, op. cit, 1999, p. 115-145.

<sup>112</sup> ACMSJDR: “Atas das Sessões da Câmara” (ATA SES 28 - 1839-1844), folha 216.

<sup>113</sup> Entendendo por “projeto civilizatório” iniciativas tomadas pelas elites políticas, econômicas e culturais brasileiras oitocentistas tanto para “educar” os “bárbaros” e assim torná-los obedientes a uma ordem pública (o que permitiria fundar uma nação) quanto para manter-se no poder. As escolas, o exército, o teatro em praça pública ou as bibliotecas podem ser tomados como exemplos de instituições civilizatórias.

Assim, ao longo do meu percurso de investigação sobre a Biblioteca, meus objetivos foram ampliados e revistos, e hoje o eixo central de meu estudo é entender o sentido dado à fundação da Biblioteca pelos agentes sociais envolvidos em seu projeto de abertura e a ligação dessa Biblioteca com uma Sociedade Literária, mostrando como essas instituições difusoras de práticas de *letramento* podem ser tomadas como casos exemplares do processo civilizatório ocorrido no Império do Brasil. Para tanto, o primeiro passo é recuperar a historicidade das práticas de *letramento* através dos casos elucidativos que são a constituição da Biblioteca e da Sociedade Literária, demonstrando que esses projetos de difusão do *letramento* tomam a forma de projetos excludentes, no sentido que estabeleciam diferenciações no acesso ao escrito. Procuo mapear e entender as relações entre os diversos agentes sociais envolvidos nos projetos de constituição da Biblioteca e da Sociedade Literária com o mundo da palavra escrita e ainda analisar como o Estado brasileiro se comportava com relação a essas práticas de acesso ao *letramento*. Assim, deixei de lado as preocupações com a análise da história de vida do fundador da Biblioteca (Baptista Caetano) e passei a me preocupar com os diversos agentes sociais envolvidos no processo de negociação para a abertura desse estabelecimento, que, como será mostrado, não transcorreu de maneira harmoniosa. Ainda me movimentando de maneira a reconstruir o objeto de pesquisa, em vez de descrever a história da Biblioteca ao longo de sua existência, concentrei esforços para entender como a iniciativa de sua inauguração pode ser entendida como inscrita nos diversos processos de civilização naquele momento específico, num local determinado.

## VI – FONTES E METODOLOGIA

Às vezes, os documentos de que o pesquisador dispõe não são o bastante para comprovar suas especulações. Outras, com os documentos e informações levantados não é possível satisfazer a todas as perguntas feitas ao passado que se tenta, pelo menos em parte, desvendar, já que, como diria Robert Darnton, “toda tentativa que vise recuperar um mundo desaparecido [...] está destinada, no máximo, à aproximação”<sup>114</sup>. Em incontáveis momentos, muitos historiadores chegaram a um ponto em que as fontes não lhes informavam aquilo que

---

<sup>114</sup> DARNTON, op. cit, 1992. p. 145.

queriam saber, pois, muitas vezes, são pouco eloquentes. O historiador tem que aceitar as condições de produção do discurso: a de uma pessoa que depende do registro de outra, nem sempre muito rico em detalhes. Em outras palavras, na feitura de um documento lhe é atribuído um propósito que, geralmente, não é o mesmo que o pesquisador possui. Detalhes que a princípio parecem insignificantes, mas que se tornam essenciais para a pesquisas futuras, são muitas vezes deixados de lado no momento em que os documentos são feitos. Tive às vezes a sensação de flutuar na superfície dos acontecimentos passados, de não conseguir apreender nem sequer uma pequena parte da dinâmica com que os agentes de outros períodos se relacionavam, viviam, pensavam, sentiam... Sei que os documentos com os quais trabalhei não podem me informar “as coisas tais como realmente aconteceram” e que a produção do historiador não é a “realidade”, mas uma racionalização construída a partir dos vestígios que as fontes possibilitam que se tenha acesso. Por mais “objetivista” que se pretenda ser, há que se considerar que as pessoas que escrevem qualquer tipo de texto ou documento estão inseridas numa realidade específica, que possuem intenções, preferências, preconceitos, que interesses pessoais e institucionais podem estar em jogo. Todos esses sentimentos e interesses muitas vezes se encontram inscritos nos documentos. Nesse sentido, o historiador é quem deve identificar criteriosamente se suas fontes poderão ou não ser utilizadas e para quais fins, tendo, às vezes, que “driblar” o olhar do outro que “classifica”, “acrescenta”, “mutila”, influenciando o julgamento do pesquisador. As questões recorrentes são: primeiramente, como saber até que ponto minhas fontes são confiáveis? Tentando solucionar esses problemas, em História há que se fazer uma “crítica interna dos documentos” (manuscritos ou impressos), principalmente quando são esses os únicos tipos de fontes que o pesquisador tem à disposição. Cabe ao historiador fazer a pergunta certa para o documento certo e é o pesquisador quem decide - às vezes baseando-se na leitura de textos da área em que pesquisa, outras vezes fazendo um esforço de se livrar de seus preconceitos, sentimentos e teorias - qual a melhor pergunta a fazer, qual o melhor caminho a seguir. Existem momentos em que se deve ser “desprendido”, não insistir em hipóteses que não possam ser comprovadas com as informações de que se dispõe, fazer um movimento de “se deixar levar” por aquilo que é mais recorrente, que emerge a partir da leitura da documentação. Muitas vezes, só a partir dessa postura é que se consegue estabelecer as categorias a serem analisadas na pesquisa.

Mesmo trabalhando com a Biblioteca de São João del-Rei - alvo de estudos anteriores - devido à minha inserção, essa pesquisa tem um “fazer” diferenciado. Minhas interpretações não são as únicas possíveis e, ainda que estudando o mesmo tema, as conclusões a que diferentes pesquisadores chegam serão necessariamente diversas, não só em decorrência das teorias que lhes dão suporte, mas principalmente se levarmos em consideração que todo “historiador é, essencialmente, um leitor e um escritor, portanto, sua fonte e seu instrumento são a linguagem, e é por ela e com ela que ele constrói e produz a História”<sup>115</sup>. Desse modo, cada “leitor-historiador” vai se apropriar de determinada forma da documentação que encontra e escrever de acordo com seu estilo próprio. Entendo que as possibilidades de trabalho com os documentos não se esgotam com as pesquisas já empreendidas. “Li” e analisei a documentação levantada “[considerando] a leitura como um ato concreto” encarnado em sua materialidade, procurando “identificar o modo como [...] uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”<sup>116</sup>. No decorrer do processo de pesquisa, foi constatada a importância de se estabelecer um diálogo da História com a Sociologia, pois, apesar de estudar um período em que ainda não havia se constituído de fato o *campo* da leitura no Brasil, os leitores da época estudada não podem ser tomados de maneira isolada.

Em meu trabalho de pesquisa procurei levantar a maior quantidade de vestígios possível para entender a historicidade do processo de criação da Biblioteca em estudo, buscando uma multiplicidade e cruzamento de uma diversidade de documentos. Essas fontes de origens diversas, como a documentação oficial do Estado, as várias pistas sobre as vidas e as falas dos envolvidos no projeto da Biblioteca, os jornais etc. permitiram-me entender o fenômeno do *letramento* em suas múltiplas possibilidades, sendo possível relacionar, a partir dos dados levantados, a História Cultural com a História da Educação.

A partir do que foi dito, meu estudo tem como principais fontes primárias (manuscritas e impressas) e secundárias as que se seguem.

---

<sup>115</sup> SOARES, Magda. História e linguagem: uma perspectiva discursiva. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, Ano XII, p. 34, julh. 1998.

<sup>116</sup> CHARTIER, op. cit., 1990. Citações p.: 25; 15-16.



## **A) - FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS**

### **- DOCUMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI**

Foram utilizados vários documentos do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei (alocados na Biblioteca Municipal da cidade), como *Acórdãos*, *Atas das Sessões da Câmara*, *Cartas e Editais*, *Receita e Despesa*, *Subscrições* e documentos avulsos referentes à Biblioteca, como *Correspondências* e *Recibos* produzidos no período em que se compreende o meu recorte cronológico. Encontrei informações que me permitem entender a relação da Câmara Municipal da Vila de São João del-Rei com a “Livraria Pública”, ou seja, decisões concernentes à manutenção da biblioteca, gastos feitos com funcionários, aumento do acervo etc. Documentos como o *Livro para subscrição voluntária em benefício da manutenção da Livraria Pública* e uma série de documentos avulsos pesquisados trazem as informações mais precisas a respeito da criação da Biblioteca. Neles podem-se perceber as intenções de Baptista Caetano ao doar seu acervo particular à cidade, a maneira como idealizou e procurou organizar a Biblioteca, qual a leitura que ele idealizava, as intenções que afirma tê-lo movido a criar a biblioteca e a *Relação de Subscritores*. As fontes também nos permitem observar quais as opiniões das autoridades governamentais da época sobre a instituição e o auxílio prestado à biblioteca por tais autoridades. Por meio das leituras das correspondências de Baptista Caetano dirigidas à Câmara tratando de diversos assuntos, pode-se comprovar como as marcas das leituras que ele fazia se mostravam presentes.

### **- RELAÇÃO DE SUBSCRITORES/ASSINATURAS**

A *Relação de Subscritores* foi o ponto de partida para que fosse possível buscar informações mais detalhadas acerca das pessoas que inicialmente se encontraram ao lado de Baptista Caetano e se envolveram em seu projeto de abrir a Livraria na cidade. Essa relação, que se encontra ao final do *Livro para subscrição voluntária em benefício da manutenção da Livraria Pública*, merece destaque em meu trabalho, uma vez que traz as assinaturas de cada subscritor, além da quantia de “ações” com as quais eles contribuiram para a Biblioteca.

Suas assinaturas podem ser elevadas ao estatuto de fontes, uma vez que possuem valor historiográfico, conforme demonstrou Justino Pereira de MAGALHÃES em seus trabalhos citados anteriormente, ao utilizar “como recurso e por via indirecta a capacidade para assinar o

próprio nome, como elemento de informação, relativamente à capacidade alfabética”<sup>117</sup>. Conforme aponta MAGALHÃES, a escala de assinaturas, quando relacionada a outras variáveis, pode se tornar um importante indicador dos graus de *letramento* de grupos que viveram em períodos anteriores aos processos de escolarização ocorridos no Ocidente. Tomando como fontes para análise a *Relação de Subscritores* e outras chancelas feitas pelos subscritores em documentos existentes no Arquivo da Câmara Municipal ou em seus próprios Testamentos, essa escala de assinaturas foi aplicada ao grupo social que estudo. A utilização desse tipo de escala traz à tona importantes indícios de suas capacidades de *letramento*, principalmente dentre aqueles em que não foi possível o estabelecimento mais detalhado de sua caracterização sócio-econômica e cultural, uma vez que os únicos registros de suas existências são suas assinaturas.

#### **- INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS**

Localizei no Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei trinta e seis inventários e dezesseis testamentos de subscritores. Retirei dessa documentação os seguintes dados: nome, local e data em que o documento foi lavrado, localização no arquivo, monte-mor, dívidas (somadas a gastos com funeral, custas do processo e perdas), monte líquido, se possui livros, profissão ou alguma relação com eles, profissão exercida, se há assinaturas ou escritos feitos pelos titulares e observações diversas, como parentesco, posse de títulos ou patentes etc. Para completar minhas informações a respeito dos comerciantes envolvidos com a Biblioteca foram utilizados dados encontrados no Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei, nos “Livros de Licenças para Negociantes e Ofícios”, no Arquivo Público Mineiro, nas “Respostas das Câmaras Municipais aos Inquéritos Provinciais da Presidência de Minas Gerais, 1855” e nas observações de W. L. von Eschwege<sup>118</sup>.

Esse conjunto de fontes permite-me ter acesso às características econômicas e intelectuais de uma parcela dos envolvidos no projeto da Biblioteca, mas não posso deixar de levar em consideração os limites dos Inventários e Testamentos para minha pesquisa - principalmente com relação à caracterização dos leitores. O aparecimento da posse de livros

---

<sup>117</sup> MAGALHÃES, op. cit., 1994, p. 311.

<sup>118</sup> ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. (02 vol.). Esses dados foram utilizados em pesquisa de tese de doutorado e gentilmente cedidos a mim pelo Prof. Dr. Afonso de Alencastro Graça Filho (DECIS/FUNREI).

nesse tipo de fonte não é muito comum, o que não quer dizer que os inventariados não liam. Os livros poderiam ser tomados de empréstimo ou outras formas de escrito poderiam ser utilizadas e não inventariadas, como os periódicos, folhetos ou ainda cópias manuscritas de outros textos, pois nem sempre é através do livro impresso que se pode manter em contato com o mundo da leitura (nesse sentido, a análise das assinaturas e escritos dos subscritores podem suprir a carência de fontes mais detalhadas). Nem sempre aquele que tem por obrigação descrever uma biblioteca particular ao inventariar os bens o faz de maneira minuciosa. Portanto, muitos livros não são descritos ou, quando o são, seus títulos muitas vezes se encontram incompletos, os nomes dos autores escritos de forma incorreta, não se menciona o idioma em que o livro foi publicado e muito menos as datas, locais de publicação e editoras. Todas essas lacunas dificultam a identificação dos livros em análise. Algumas vezes o estado de conservação, o formato do livro e o número de tomos são informados. Como esses registros mais minuciosos são raros, não se pode dizer que esse tipo de fonte possibilite um estudo do livro enquanto objeto, ou seja, de que material era produzido, o aspecto da encadernação etc. Uma vez que confirmada a posse de livros, é importante tentar perceber qual a relação de seus donos com estes, se essa era uma relação puramente profissional, já que ficavam guardados em seus locais de trabalhos, os móveis onde eram alocados etc. E ainda se foram deixados em testamento para alguma pessoa em especial, se alguma recomendação foi feita com relação aos livros, qual a condição de uso deles etc. Com a ajuda de repertórios especializados, é possível identificar os títulos dos livros, apesar de ser esse um trabalho moroso, como disse anteriormente, dificultado pelo fato de muitos títulos terem sido descritos incorretamente ou de maneira incompleta pelos avaliadores. A identificação e “classificação” dos livros permitem que se delineie e se faça uma comparação do gosto literário dos subscritores, os assuntos e idiomas mais presentes, além de comparar os conteúdos de suas bibliotecas particulares com o acervo da Livraria Pública. Dos trinta e seis inventários analisados, há treze em que foram encontrados livros e/ou partituras de música. Em dois inventários foi mencionada a existência apenas de partituras - ressaltamos que saber “ler” uma partitura de música evidencia não só ligações com atividades musicais, mas também um dos possíveis tipos de *letramento*. Importante ressaltar que Luiz Carlos VILLALTA faz um extenso levantamento de informações acerca da posse de livros em Mariana (1714 a 1822). Estabelece um perfil dos proprietários de livros e enumera os tipos de impressos mais comuns

para o período estudado. Nossos dados muito se assemelham aos levantados por esse historiador. Podemos dizer que o grupo de São João del Rei em estudo se enquadra no perfil de leitor oitocentista encontrado por Villalta<sup>119</sup>.

## **B) - FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS**

### **- PERIÓDICO *O ASTRO DE MINAS***

*O Astro de Minas*, primeiro periódico produzido em São João del-Rei (1827-1839), um jornal que se declarava liberal, circulava nas terças, quintas e sábados. Sua tipografia situava-se na Rua Direita, e podia ser comprado mediante assinatura semestral ou avulso, na própria tipografia. Possuía o formato “pequeno, a exemplo dos pasquins atuais, [...] em torno de quatro páginas”<sup>120</sup>. De acordo com CAMPOS, o jornal dividia-se da seguinte maneira: Na primeira página trazia sempre uma epígrafe<sup>121</sup>. Sua programação incluía “notícias oficiais - decretos, resoluções da assembléia, discursos de deputados e senadores”; numa outra parte, “notícias nacionais e estrangeiras”. Seguia-se “uma parte de correspondências, onde os leitores escreviam [...] se [apresentando] com pseudônimos” e, finalmente, havia uma “sessão de avisos”<sup>122</sup>. Nessas duas últimas partes é que encontramos maior número de informações relativas à posse, uso e circulação do escrito na Vila de São João del-Rei, além de grande número de informações acerca da Biblioteca Pública e da Sociedade Literária.

### **- APONTAMENTOS SOBRE A BIOGRAFIA DE BAPTISTA CAETANO D'ALMEIDA. *Revista do Arquivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, jan./jul.1905.**

Ao longo da pesquisa, foi-se tornando necessário localizar o fundador da Biblioteca Pública em seu espaço social e identificar o contexto no qual suas relações com a palavra escrita foram estabelecidas. Uma das fontes privilegiadas para essa empreitada foi sua biografia, provavelmente escrita por seu irmão Francisco de Assis e Almeida. Através dela, conseguimos em parte estabelecer uma caracterização de seu meio familiar e percorrer sua

---

<sup>119</sup> Cf.: VILLALTA, Luís Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado), USP, 1999. p. 355-388.

<sup>120</sup> CAMPOS, op. cit., p. 177.

<sup>121</sup> A epígrafe do primeiro número do *Astro de Minas* trazia a seguinte frase de Bonin: “Plus ... la instruction deviendra commune à la tous les hommes, plus aussi les delicts serons rares dans la societé”. *O Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 1, p. 01, 5.ª feira, 20/11/1827.

<sup>122</sup> CAMPOS, op. cit., 1998. p. 179-181.

trajetória de leitor, tomando como principal marco o período em que se muda para a Vila de São João del-Rei, no intuito de terminar seus estudos primários e aprender com seu tio a arte de negociar.

**- PROJECTOS D'ESTATUTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE PHYLOPOLYTECHNICA EMPREHNDIDA EM A VILLA DE SÃO JOÃO D'EL REI.**

*Revista do Archivo Publico Mineiro, Belo Horizonte, Ano IV, 1899.*

A idéia de criar uma Sociedade Literária partiu do subscritor e diretor da Biblioteca Pública o Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, quem escreveu e “ofereceu” seus estatutos ao grupo de subscritores. Dentre vários objetivos propostos por essa instituição, um era proteger e aumentar o acervo da Biblioteca. Além de trazer todas as informações acerca do modo como seria organizada, ou seja, suas divisões internas, as atribuições de cada divisão e de cada funcionário, os horários de funcionamento, os modos como seus trabalhos seriam desenvolvidos, os Estatutos informam também o tipo de leitura que se deveria efetuar na instituição, as punições e prêmios aos associados, quem poderia se associar, os assuntos que poderiam ser debatidos durante as reuniões, as maneiras como seriam dirigidas as discussões etc. Os Estatutos nos informam qual a relação ideal que se deveria estabelecer com a cultura letrada, mas não qual relação era posta em prática por seus possíveis sócios.

**- PARECER DO VISCONDE DE CAYRU SOBRE OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE.** *Revista do Archivo Publico Mineiro, Belo Horizonte, Ano IV, 1899.*

O parecerista Visconde de Cayru mostra explicitamente a maneira como os responsáveis pelo Império viam esse tipo de instituição, deixando emergir de sua escrita o perigo que o tipo de comunidade de leitura que se pretendia organizar no decorrer dos trabalhos da Sociedade representava para os poderes constituídos, numa Província já marcada por conflitos anteriores, em que letrados e livros já haviam sido perseguidos por se insurgirem contra o Estado.

**- VIAJANTES**

Dentre os viajantes que visitaram a Vila oitocentista de São João del-Rei (Robert Walsh, Saint Hillaire e Richard Burton), o que mais nos traz informações acerca da circulação

do livro, sobre a Livraria Pública e os envolvidos em seu processo de criação é o Reverendo Roberto Walsh, que esteve na Biblioteca e nos dá uma idéia bastante interessante de seu ambiente.

### C) - FONTES SECUNDÁRIAS

- **ALMEIDA, José Ricardo Pires de.** *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação.* São Paulo: EDUC: INEP, 2000.
- **MOACYR, Primitivo.** *A Instrução e as Províncias* (subisídios para a história da educação no Brasil). 1834-1889. São Paulo : Nacional, 1940. (Coleção Brasileira, vol. 147-B).
- **MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa.** *O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império.* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1959.
- **SOBRINHO, Antonio Gaio.** *História da Educação em São João del-Rei.* São João-del Rei: FUNREI, 2000.

Ambos trazem informações sobre a instrução no Brasil e na Província de Minas Gerais no período privilegiado por minha pesquisa, sendo a Biblioteca Pública em estudo mencionada algumas vezes por KRÜGER.

Cabe agora analisar de que maneira se pensou constituir a Biblioteca Pública e a Sociedade Literária de São João del-Rei e em que sentido esses projetos de difusão do *letramento* podem ser tomados como casos exemplares do processo civilizatório ocorrido no Brasil na primeira metade do século XIX.

## Capítulo II

### LUZES PARA A VILA DE SÃO JOÃO DEL-REI: O PROJETO DE CRIAÇÃO DA LIVRARIA PÚBLICA

#### I - CONTEXTO DE INSERÇÃO: a Vila de São João del-Rei - “uma próspera e florescente cidade”.

São João del Rei era uma das maiores vilas da Província de Minas Gerais na primeira metade do XIX. Na tentativa de contextualizarmos esse espaço privilegiado por nossos estudos, torna-se necessário localizá-la geograficamente e traçar, com as informações disponíveis, um quadro de suas atividades econômicas e de sua dinâmica sócio cultural.

A Vila se encontrava “localizada na confluência de duas estradas importantes, a que ligava São Paulo a Ouro Preto, Estrada Real, e a que ligava Ouro Preto ao Rio de Janeiro, importando e exportando mercadorias”<sup>123</sup>. Em 1828, o viajante inglês e clérigo anglicano Robert WALSH a descrevia do seguinte modo:

*São João fica situada no sopé da Serra do Lenheiro, em cuja superfície escavada os lenhadores, que lhe deram o nome, não deixaram em pé um único arbusto, sendo dividida ao meio por um braço do Rio Limpo [...]. Ela se compõe de várias ruas íngremes, que seguem pelas ladeiras acima e são cortadas por outras, mais planas, paralelas ao rio. As ruas são pavimentadas com pedras arredondadas e geralmente têm de cada lado uma calçada em plano mais elevado, feita de lajes. A maioria das casas se compõe de lojas de aparência bem cuidada e cheias de mercadorias de várias procedências, principalmente louças e artigos de algodão da Inglaterra. Viam-se fardos de algodão cru e pilhas de grosseiros chapéus de feltro, fabricados na província, bem como outros artigos manufaturados em Minas Gerais. Tudo isso dava a impressão de ser ali uma próspera e florescente cidade. Entre as mercadorias à venda havia grandes quantidades de sal, em sacas colocadas do lado de fora, junto à porta. Todo ele era trazido do Rio [de Janeiro]; durante nossa viagem, as tropas de burros com carregamento de sal, que encontramos pelo caminho, eram mais numerosas do que as que transportavam qualquer outra mercadoria. [...] De acordo com informações fidedignas, é de 7.000 o número de seus habitantes. Contudo, esse número cresce dia a*

---

<sup>123</sup>LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 44.

*dia. É tão privilegiada a situação da cidade no que se refere à sua acessibilidade [...], não obstante achar-se localizada no interior*<sup>124</sup>.

De acordo com LENHARO, a especialidade econômica do Sul de Minas (incluindo aí a Comarca do Rio das Mortes, onde se localiza São João del-Rei) no século passado era a produção de gêneros alimentícios, gêneros que, além de abastecer as Gerais, eram exportados para outras províncias e, principalmente, para a Corte, sendo o Rio de Janeiro “o grande pólo que atrai a massa da produção mineira”<sup>125</sup>.

Enquanto as antigas áreas mineradoras de Minas buscavam se equilibrar economicamente no início dos oitocentos, passando por dificuldades com o fim do *boom* da extração aurífera, o Sul de Minas já se encontrava “alicerçado”, produzindo gêneros alimentícios, sendo muito intensa a busca de novos mercados para que esses produtos fossem comercializados. Havia, além do comércio de alimentos, a produção e mercantilização de outros produtos, tais como o tabaco, principal produto de Baependi, e o algodão, muito cultivado pelo Norte de Minas e exportado para outras províncias através da região Sul de Minas Gerais.

A praça comercial de São João del-Rei era, ainda segundo LENHARO, um dos principais centros de exportação dos produtos mineiros. Possuía uma situação geográfica privilegiada, já que cortada por várias estradas, como a do Comércio, a da Polícia e o Caminho Novo. A Vila de São João del-Rei exercia também “a importante função de redistribuição dos produtos trazidos do Rio de Janeiro”<sup>126</sup>. É preciso salientar que a Vila de São João del-Rei era, além de um entreposto comercial extremamente ativo e diversificado, a “cabeça” da Comarca do Rio das Mortes, ou seja, sua sede administrativa.

Angela MARTINS concorda com LENHARO quando este afirma ser a Vila de São João del-Rei o grande “centro das exportações mineiras”,<sup>127</sup> se comparada, por exemplo, à Vila de Campanha, que participava em menor escala no comércio de exportações para a Corte. Quanto à “estrutura e dinâmica ocupacional”, ao comparar os municípios de Campanha e São João del-Rei, e as suas Vilas em separado, a historiadora afirma que essas eram muito semelhantes, e que apresentavam “uma estrutura dinâmica mais

---

<sup>124</sup> WALSH, *Notícias do Brasil - 1828/1829*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. p. 74. (vol. II).

<sup>125</sup> LENHARO, op. cit., 1979.p. 82.

<sup>126</sup> Id., Ibid., p. 90.

<sup>127</sup> MARTINS, Angela Magalhães. Século XIX: estrutura ocupacional de São João del Rei e Campanha, In: IV SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. *Anais...* Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p. 37.



diversificada, onde as pessoas, principalmente os homens, não estavam tão concentrados em certas atividades como na área rural”<sup>128</sup>. Nas Vilas, ao contrário dos Distritos comparados, o “comércio era mais intenso, havia mais artesãos, e prestadores de serviços, bem como não havia uma segmentação do trabalho por sexo tão forte”<sup>129</sup>. O que diferencia as duas Vilas é o fato de a de São João ser mais dinâmica, como dissemos anteriormente. A explicação para esse fato, de acordo com MARTINS, era a localização privilegiada de São João del-Rei, o que conferia a essa Vila um lugar de destaque no cenário mineiro. Nesse contexto, negociantes sediados na Comarca do Rio das Mortes, principalmente na Vila de São João del-Rei, “constituíam-se no elo da veiculação dos produtos que desciam das propriedades mineiras, efetivando a articulação entre as zonas produtoras de Minas e o mercado consumidor do Rio de Janeiro”<sup>130</sup>.

As tropas desciam de São João carregadas de gêneros de subsistência (queijos, gado *vacum*, toucinhos) numa longa viagem até a Corte e, “à margem das estradas, desenrolava-se um tipo especial de negócios, montado para satisfazer as necessidades dos viajantes, de suas mulas e gados. Constituía vendas, ranchos de pastagens...”<sup>131</sup>. Tudo se tornava lucrativo nesse negócio extremamente integrado, desde a saída dos produtos da Vila de São João até seu destino na Corte.

De outra parte, quanto aos aspectos culturais da Vila de São João, Maria Augusta do Amaral CAMPOS afirma que, a partir da instalação de sua primeira tipografia em 1827, “a Vila de São João del-Rei assistiu à explosão da imprensa local”, tendo sido “publicados doze periódicos entre 1827 e 1844”<sup>132</sup>. Poder-se-ia argumentar que nem todos podiam ter acesso aos periódicos da Vila, tanto por dificuldades financeiras quanto por ser grande o número de analfabetos. Porém, ROCHE afirma que, no mundo urbano, “as exigências da vida ordinária conferem à escrita e à sua circulação um lugar particular”<sup>133</sup>. Para os que viviam em vilas prósperas e sedes administrativas, como era o caso de São João del-Rei, nas mais diferentes situações, e nos mais diversos momentos de suas vidas, o

---

<sup>128</sup> Id., Ibid., p. 44.

<sup>129</sup> Id., Ibid., p. 41.

<sup>130</sup> LENHARO, op. cit, 1979. p. 75-76.

<sup>131</sup> Id., Ibid., p. 76.

<sup>132</sup> CAMPOS, Maria Augusta Amaral. *A Marcha da Civilização - as Vilas Oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1998 p. 176.

<sup>133</sup> ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996. p. 178.

escrito estava presente numa multiplicidade de formas de acesso. “Para a maioria urbana, a relação com o livro não implica necessária e unicamente”<sup>134</sup> a forma de se manter em contato com a palavra escrita. Pode-se afirmar que esta se encontrava por toda a parte, nos mais diferentes momentos da vida dos habitantes da cidade, desde a hora de se fazer o registro de batismo e em demais cerimônias religiosas, como o casamento, até na hora da morte. Quanto ao não saber ler, esse empecilho de acesso ao escrito poderia ser resolvido com leituras comunitárias em voz alta, muito comuns para o período. Como mostra Luiz Carlos VILLALTA, “a leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo. A oralidade e a publicidade da leitura, embora comuns entre os letrados, representavam sobretudo uma alternativa para os analfabetos ou para os que entendiam apenas o português”<sup>135</sup>. FABRE também diz que, em diversas situações nas cidades, enquanto “uns lêem, os outros escutam ou, ao menos, vêem, mas todos aproximam-se, de perto ou de longe, da escrita, todos percebem-na e experimentam sua presença”<sup>136</sup>. Em suma, “a cidade constitui um universo cultural original, onde a escrita representa algum papel mesmo para aqueles que não a decifram.”<sup>137</sup>. Grande parte dos homens que viviam na cidade era letrada, ao contrário dos que viviam no campo. Isso se dava muito em razão de serem as cidades locais de maior circulação do escrito e de seus habitantes desenvolverem atividades profissionais que requeriam a prática da leitura, da escrita e do cálculo, como no caso dos comerciantes, administradores públicos, notários, clérigos, juizes etc.<sup>138</sup>.

---

<sup>134</sup> Id., *Ibid.*, p. 195-6.

<sup>135</sup> VILLALTA, O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Schwarcz, 1997. p. 373. No Dicionário de Moraes Silva, a palavra *letrado* aparece como o que “sabe letras, que teve estudos; de ordinario se entendendo dos advogados, e juristas”. SILVA, Antonio de Moraes. DICIONARIO// DA// LINGUA PORTUGUEZA,// COMPOSTO// POR// ANTONIO DE MORAES SILVA// NATURAL DO RIO DE JANEIRO,// QUINTA EDIÇÃO,// APERFEIÇOADA, E ACCRESCENTADA DE MUITOS ARTIGOS NOVOS,// E ETYMOLOGIAS,// TOMO II,// A-E// LISBOA: TYPOGRAPHIA DE ANTONIO JOSÉ DA ROCHA – AOS MARTYRES N.º 13,// 1884. p. 344.

A respeito do significado das palavras *letrado* e *homem de letras* e da relação destes com o Estado ao longo dos séculos XVIII e XIX, *cf.*: ROCHA, João Cezar de Castro. O homem de letras (cordial). In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000. p. 211-232.

<sup>136</sup> FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, op. cit., 1996. p. 202.

<sup>137</sup> ROCHE, op. cit., 1996, p. 177.

<sup>138</sup> Ver, a esse respeito, MAGALHÃES, Justino. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (orgs.) *Leitura: práticas, impressos, letamentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 130.

Além da mencionada busca constante por diferenciação em relação ao povo, várias medidas necessitavam ser adotadas pelos “homens ilustres” para que o “sonho da civilização” pudesse ser concretizado. É aí que aparecem diversas instituições culturais, ou melhor, *espaços de socialização* do ideário civilizatório oitocentista “onde cidadãos do sexo masculino se reuniam para discutir os problemas do seu tempo”<sup>139</sup>. Várias dessas associações foram inauguradas em São João del-Rei, sendo um dos exemplos mais notáveis dessas práticas características de meios urbanos sua intensa vida musical.

Na primeira metade do século XIX, essas instituições, tanto de cunho político, como cultural ou ainda comercial foram inauguradas em diversos locais do Império, inclusive na Vila de São João del-Rei que, “com toda a dinâmica urbana que tanto a caracterizou, foi sede de várias associações”<sup>140</sup>. CAMPOS analisa, em sua dissertação de mestrado, várias dessas “academias”, como a “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional”, a “Livraria Pública” e as “Instituições Musicais” da Vila de São João del-Rei, além da imprensa local. Pelo que se pode perceber a partir da documentação da Câmara Municipal e pela grande circulação de periódicos, a Vila de São João del-Rei, na primeira metade do século XIX, era um centro não só de exportações de produtos de primeira necessidade para a Corte do Rio de Janeiro e demais províncias do Império, mas possuía também uma vida cultural bastante ativa (que buscava sobretudo referências na Corte, a qual, por sua vez, se espelhava nos países europeus “civilizados”, principalmente a França).

Em correspondência enviada ao redator do periódico *O Astro de Minas*, o “Inimigo do inútil de mistura com o desagradável” afirma ter mudado para São João del-Rei com seus dois filhos para que estes pudessem se educar na aula pública de Ensino Mútuo oferecida na Vila e se refere ao local seguinte maneira:

*Carregou a fama nas ligeiras azas, e espalhou por este sombrio retiro, onde habito, que a Villa de S. João d’El-Rei era a melhor da Provincia, e em fim o Paraizo das Minas; que nella havião magnificos templos, soberbos edificios, casa de Misericordia, Biblioteca, Imprensa, dois Medicos Inglezes, hum Portuguez, Cirurgioes approvados em Cirurgia, e Medicina, cinco boticas, vinte e quatro lojas de fazendas secas, dezassete armazens de effeitos do Reino, e muitos da terra, huma aula de Grammatica Latina, e outra de Ensino mutuo, pagas pelos cofres da Nação [além dos professores*

---

<sup>139</sup> CAMPOS, op cit., 1998. p. 153. Sobre o ideário civilizatório oitocentista, ver o Cap. I desta dissertação, p. 13 a 15.

<sup>140</sup>Id., Ibid., p. 153.

*particulares] Guilherme José da Costa, homem pardo casado, de boa vida, e costumes, e [...] Antonio Dias Pereira, homem creoulo casado, e de igual procedimento, em cujas Aulas se contao mais de cem discipulos*<sup>141</sup>.

Portanto, utilizando-me das palavras de HÉBRARD e trazendo-as para o contexto de minha pesquisa, posso dizer que ao remontar o cenário da Vila de São João del-Rei, estou “bem longe da descrição de uma comunidade aldeã que vive em enorme privação econômica, intelectual e moral”<sup>142</sup>.

## **II - CULTURA LIVRESCA NO BRASIL OITOCENTISTA: espera pública de poder e distinção social.**

Apesar de, num primeiro momento, a muitos parecer estranha a iniciativa de se inaugurar uma biblioteca numa vila situada no interior da Província de Minas Gerais, num período em que grande parte da população brasileira era analfabeta, podemos perceber que, realmente, não se tratava de uma excentricidade sem razão e que havia um grupo de homens “letrados” em torno de um projeto de “civilização” para a Vila estudada. Mais ainda, o momento histórico era propício para a abertura dessas instituições em diversos locais do Império, pois o baixo número de instituições de ensino e a busca por “escolaridade” vão demandar outros espaços de *letramento*, como as bibliotecas, gabinetes de estudo e sociedades literárias, bem como outras formas de sociabilidade estabelecidas em torno do escrito muito características do período.

De acordo com VILLALTA, no Brasil colônia, “poucas pessoas possuíam livros, representando parcela insignificante da população e, até mesmo, dos homens livres”. Porém, em Minas Gerais, desde o início dos setecentos, “a propriedade de livros [...] disseminou-se mais que nas outras capitanias [...] tendo sido favorecida pela constituição de uma civilização urbana, com expressivo setor de serviços”<sup>143</sup>. Sabe-se, portanto, que ao longo dos oitocentos, principalmente depois da transferência da família real portuguesa para o Brasil, começam a surgir a imprensa (inaugurou-se a Impressão Régia em 1808), a

---

<sup>141</sup> *O Astro de Minas*, São João del Rei, n. 14, p. 02-03, 5ª feira, 20/12/1827.

<sup>142</sup> HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler?. In: CHARTIER, op. cit., 1996, p. 49.

<sup>143</sup> VILLALTA, op. cit., 1997, p. 362.

Biblioteca Real (1814), que deu princípio à Biblioteca Nacional, alguns cursos de caráter profissionalizante, como a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808) e os cursos de Química (1812) e de Agricultura (1814), mais tarde os cursos superiores de Direito em São Paulo e Olinda (criados em 1827 e iniciados em 1828) e outros espaços que legitimam o campo da leitura, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838),<sup>144</sup> além de várias associações literárias de caráter particular.

A primeira biblioteca pública do Brasil, de acordo com Rubens Borba de MORAES,<sup>145</sup> foi fundada em 1811, pelo Conde dos Arcos, no Estado da Bahia. A segunda em 1814, quando é permitido ao público o acesso às obras da Biblioteca Real, instalada no Hospital dos Terceiros Carmelitas, no Rio de Janeiro. A Livraria Pública de São João del-Rei, inaugurada no ano de 1827, foi a primeira Biblioteca Pública da Província de Minas Gerais. De acordo com Marisa LAJOLO e Regina ZILBERMAN, era comum, principalmente a partir do ano de 1829, a abertura de diversas sociedades literárias e bibliotecas em várias cidades do Brasil<sup>146</sup>. No Brasil oitocentista, a cidade do Rio de Janeiro era, segundo Tania Tavares B. C FERREIRA, o “centro urbano que mais dispunha de bibliotecas” públicas, sendo as “bibliotecas particulares [...] constituídas por um número relativamente pequeno de pessoas”<sup>147</sup>. Na década de setenta do século XIX, a pesquisadora contabilizou mais de doze Bibliotecas Públicas na capital do Império Brasileiro, as quais

---

<sup>144</sup>Ver, a esse respeito: FRANÇA, Jean M. Carvalho. Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p. 17-27, julho/1998. Ou ainda: AZEVEDO, Moreira. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XLVIII, P. II, p. 265-322, 1884.

<sup>145</sup> MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro : CEB, 1943. Sobre as histórias de fundação da Biblioteca Nacional, da de Salvador e de São Paulo, ver: MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1996. p. 357-367. Veja-se ainda: ELIS, Myriam. Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*. São Paulo, n. 30, p. 387-447, 1957. SILVA, M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da. Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*. São Paulo, p. 441-457, 1973. Id., A livraria pública da Bahia em 1818: obras de história. *Revista de História*. São Paulo, 43 (87), p. 225-239, 1971. Idem, Uma biblioteca científica brasileira no início do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, (14), p. 137-148, 1977. DINIZ, Sílvio Gabriel. Biblioteca Setecentista nas Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n<sup>o</sup> 6, p. 333-344, 1959b.

<sup>146</sup> Maiores detalhes, cf.: LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 136-141.

<sup>147</sup> FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro, ACCESS, 1999. p. 59.

“tinham o número de seus leitores freqüentemente divulgados no *Jornal do Commercio*”<sup>148</sup>.

Também pelo interior do país, de acordo com MORAES, foi sobretudo no século XIX que as bibliotecas se desenvolveram. Até a vinda da família real portuguesa, as bibliotecas que existiam eram as dos conventos e as de particulares. Durante o Segundo Reinado, começaram a ser inaugurados pelo interior do Brasil os liceus literários, geralmente abertos por sociedades beneficentes. É a partir desse momento que aparecem as figuras beneméritas, fazendeiros e barões “amigos das letras”. Muitos desses “homens de bem” tinham a intenção de transformar suas cidades em centros de cultura e progresso, fundavam as bibliotecas, as quais geralmente recebiam seus nomes, mas não se preocupavam com o seu funcionamento e manutenção. Na realidade, não podemos qualificar muitas dessas instituições como bibliotecas no sentido atual, pois essas instituições assumiam outros significados, tendo em vista as outras formas de sociabilidade que se costumava estabelecer com relação ao mundo da cultura escrita no período em questão. Eram lugares que abrigavam livros, nos quais os cargos de bibliotecários eram geralmente exercidos por pessoas que gostavam de ler<sup>149</sup>.

Na documentação levantada para essa pesquisa, as palavras *biblioteca* e *livraria* são empregadas como sinônimos. No *Dicionário da lingua portugeza*, de Antonio de Moraes Silva, o dicionarista faz uma distinção entre esses vocábulos, pois

*posto que usados frequentemente como se tivessem identica significação, ha entre elles uma differença. Bibliotheca quer dizer precisamente caixa, armario, casa em que se depositão livros, e se conservão ordinariamente em certo arranjo. Livraria, quer dizer precisamente multidão de livros: é esta a energia de sua terminação [...] D'aqui vem que o guarda da casa dos livros encarregado do seu arranjo, etc. se chama Bibliothecario e não Livreiro, dando-se este último nome ao que tem multidão de livros para vender. Se um viajante, p. ex., levasse em suas viagens uma caixa com alguns livros para estudo, ou entretenimento, poderíamos dizer que leva consigo uma bibliotheca, mas não uma livraria*<sup>150</sup>.

---

<sup>148</sup> Id., Ibid., p. 64.

<sup>149</sup> MORAES, op.cit., 1943.

<sup>150</sup> SILVA, op. cit., 1844. p. 309 (vol. I). Grifos do autor. O dicionarista estudou Geometria e Direito na Universidade de Coimbra e foi processado pela Inquisição Portuguesa por defender proposições deístas, vindo a fugir para Londres depois de ordenada sua prisão. Maiores informações ver: VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado). USP, 1999. p. 158-160; NOVINSKY, Anita Waingort. Estudantes brasileiros ‘afrancesados’ da Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Moraes Silva (1779-1806). In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: CNPq, 1990. p. 357-371.

O significado do adjetivo *pública*, dado à biblioteca de São João del-Rei por época de sua fundação, também deve ser discutido. Para Wilson MARTINS, “o adjetivo pública, que contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo [...], mas aberto a todos os interessados. Serviço público; no sentido de serviço posto permanentemente à disposição de todos”<sup>151</sup>. Já no século XIX, o adjetivo público incorporado ao nome da livraria ou biblioteca de São João del-Rei relaciona-se com a criação de um “espaço público” de debate de idéias importantes para aquele tempo. Essa “esfera pública” de debates (predominantemente masculina e burguesa) começou a se esboçar em “locais de sociabilidade” como cafés, clubes, sociedades literárias etc. na Europa setecentista e, conforme Jürgen HABERMAS, “pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante”<sup>152</sup>. Já na América Latina, é sobretudo no século XIX que essa esfera pública de discussão e crítica vai, por meio de associações similares às descritas por HABERMAS, introduzir práticas de sociabilidade até então desconhecidas neste Continente, como a reunião de homens de posse em salas privadas de leitura, não só para ler, mas também para discutir as obras lidas e os problemas relacionados aos lugares em que viviam.<sup>153</sup> Esses setores privados que vão se constituindo como esfera pública acabam por reivindicar para si o papel de “porta-voz”, de “educador” da massa iletrada, ganhando cada vez mais espaço, principalmente no mundo da política.

A respeito da participação dos homens de posse de São João del-Rei e região na esfera pública-política, LENHARO afirma que, no início dos oitocentos, “o setor ligado à produção e ao comércio de abastecimento do mercado interno ficava marginalizado do

---

<sup>151</sup> MARTINS, op. cit., 1996. p. 352.

<sup>152</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 42. A respeito dos cafés, salões e sociedades secretas, cf. p. 48 a 52. Os periódicos também são considerados por HABERMAS como *loci* de debate de idéias, principalmente os que publicam o “círculo de conversação social”, as discussões ocorridas nos cafés por meio das seções destinadas às cartas dos leitores. Ver p. 58-59.

<sup>153</sup> CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 64. Sobre esses espaços de sociabilidade em São João del-Rei, veja-se: CAMPOS, op cit., 1998.

poder da Corte, resistindo e expandindo-se mais no âmbito municipal e provincial”.<sup>154</sup> Somente a partir de 1826 esses comerciantes ligados ao abastecimento começaram a penetrar “na esfera do poder”, viabilizando “a projeção dos seus representantes políticos. Ganhando o mercado, os políticos do abastecimento começaram também a ganhar notoriedade”.<sup>155</sup> Sheila de Castro FARIA afirma que nem sempre o setor mais rico da sociedade - o dos comerciantes - era o que possuía maior prestígio, uma vez que “a riqueza, por si só, não possibilitava necessariamente prestígio, mas sem ela era impossível a manutenção do *status* numa sociedade mercantil em que a reprodução da própria riqueza ligava-se intrinsecamente ao comércio”.<sup>156</sup> Assim sendo, a tentativa da inauguração da biblioteca por Baptista Caetano, em 1824, e o apoio obtido principalmente entre os comerciantes da cidade podem ser considerados sinais de que essa elite de São João del-Rei desejava não só formar um espaço público de discussão, mas ainda ganhar notoriedade e ingressar no meio político, mesmo que não diretamente. E nada melhor para aumentar o prestígio da Vila de São João do que a abertura de uma biblioteca, ainda mais sendo a primeira instituição desse tipo inaugurada nas Minas Gerais. Essa medida poderia, sobretudo, promover uma elevação do *status* social desses comerciantes, ligando-os definitivamente ao mundo da cultura letrada, o que, como veremos adiante, poderia ser a maneira encontrada por essa parte da elite de São João del-Rei para “demarcar” um espaço social que os “distinguisse” da grande massa de iletrados que imperava no período estudado.<sup>157</sup>

Não afirmo que a intenção dos subscritores ou mesmo de Baptista Caetano ao abrir a livraria seja única e exclusivamente o desejo de se destacar, de obter maior projeção perante o público, mas defendo a idéia de que esses agentes sociais sabiam que as obras

---

<sup>154</sup> LENHARO, op. cit., 1979, p. 87.

<sup>155</sup> Id., Ibid., p. 88.

<sup>156</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)*. Universidade Federal Fluminense, Tese (Doutorado), 1994. p. 220.

<sup>157</sup> HÉBRARD afirma que dentre os setores mais alfabetizados das sociedades de Antigo Regime destacam-se os comerciantes e que, no início do XIX, “100% [deles] assinam registros de casamento em Yonne, região rural da França”. Cf.: HÉBRARD, op. cit., 1996, p. 45. Veja-se o texto de ROCHE, op. cit., 1996, p. 179-180, sobre as taxas de alfabetização na Normandia, em que 75% dos comerciantes podem assinar seus nomes. Júnia Furtado, ao analisar as redes de comércio estabelecidas entre negociantes que se encontravam no Brasil com os sediados em Portugal (1712-1744), estabelece um perfil dos caixeiros e dos vendeiros e comerciantes de molhados, constatando que todos os caixeiros eram capazes de assinar seus nomes (num total de 06) e que dos 23 comerciantes estudados, 17 assinavam seus nomes e um assinava de cruz (sobre os demais a pesquisadora não encontrou informações). Cf.: FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 253 e 259.



*filantrópicas* poderiam render notoriedade àqueles que as executavam. As próprias palavras dessa elite de letrados podem nos ajudar a entender como era possível se “demarcar” um espaço social “distinto” por meio através da “filantropia”. Dias antes da abertura da Livraria Pública de São João del-Rei, Baptista Caetano envia uma correspondência ao Juiz de Fora de S. J. del Rei comunicando o dia de sua inauguração e convidando-o para a solenidade de abertura, na qual pede ao Juiz “queira V. S. cooperar para a sua consolidação [da Biblioteca], que assim *fará mais hum feito que será levado a posteridade*, e mais ha de pinhorar a estima que lhe consagra” [grifos meus]<sup>158</sup>. Em outro ofício enviado à Câmara Municipal de São João del-Rei, aos 28 dias do mês de março de 1828, o mesmo “cidadão Baptista Caetano d’Almeida” fala à Câmara “acerca da Subscrição para o Chafariz público”. Nesse ofício, o comerciante expressa sua satisfação em ter feito parte da Câmara no ano transacto e sua frustração com relação ao cargo, uma vez que, “desejando fazer alguma cousa, de tantas que precisa esta Villa, que é destituída de todas as comodidades públicas, ou menos das principais”, não foi possível, por diversas causas, cumprir com seus desejos de melhorar a qualidade de vida de seus concidadãos. Aponta como causa principal para a não execução de seus planos, “a falta dos créditos do Conselho”, uma vez que este possuía uma “diminuta renda anual, consumida no tratamento dos Expostos, festas inúteis, marcadas por Leis como obrigatórias, de serem feitas pelo Conselho; e algumas outras despesas indispensáveis, ao cargo da mesma Câmara”. Baptista Caetano afirma ter tentado usar o expediente da subscrição, como era muito comum no período, mas não foi possível contar com a

*pública opinião, uma vez que o exemplo que tinha da Câmara que serviu em 1826, me amedrontava contando com o mesmo resultado, que ela então teve exigindo uma subscrição a benefício da Ponte do Rio das Mortes Pequeno; cujo resultado foi não haver subscriptores, e a ponte ficar em o seu antigo estado. Esta razão existiu para as Câmaras de 1826, e de 1827, e há de subsistir para esta de 1828, porque nenhuma mudança tem havido que possa fazer supor melhoramento na opinião da maioria dos habitantes desta Villa; ou ao menos eu não alcanço...*

---

<sup>158</sup> ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI (ACMSJDR): “Livro para subscrição voluntária a benefício da manutença da Livraria Publica de São João d’El Rey” (SUB 208 - 1824-1827), documento que oferece as informações mais detalhadas acerca da história da biblioteca em questão: “Correspondência de Baptista Caetano d’Almeida enviada ao Juiz de Fora da Vila, comunicando data de inauguração da biblioteca”. Interessante ressaltar que “Do mesmo tior deregio aos Cidadãos desta Villa”.

Dessa maneira, considerando como de grande necessidade a obra de um “Chafariz aquém das Pontes”, e não podendo contar a não ser com os membros da Câmara “dotados de patriotismo”, o comerciante faz a seguinte proposta:

*compõem-se a Câmara de um Presidente, de três Vereadores e de um Procurador, formando todos um corpo de cinco membros, os quais além de patrióticas intenções, tem os necessários meios pecuniários; estas duas qualidades são suficientes para que se possa principiar, e concluir dentro em um ano o Chafariz [...] de entre os membros da Câmara se deverá formar um quantitativo que chegue para o encanamento, e construção do referido Chafariz, e não podendo subir na despesa a mais de dois contos de réis, [...] virá a tocar a cada uma diminuta quantia de 400\$000 réis...*

Feita a proposta, Baptista Caetano termina seu ofício exclamando: “Que glória, a que resulta, ao que faz bem a sua pátria!!! é a única que pode ambicionar, a alma do cidadão generoso!!!!” e convida a quatro membros da Câmara para “conjuntos comigo, *construir-mos o Chafariz, e nele inscrever-mos a Seguinte inscrição - Fulano, e Fulano, ao amor do público de São João del Rei*”. E afirma estar persuadido, “que de um, ou de outro modo, vós fareis quanto for possível para um feliz resultado, com o que *muito ganhareis em opinião pública*”<sup>159</sup> [grifos meus].

Em outro documento, no qual os vereadores da Câmara Municipal discutiam a necessidade de se vacinarem os habitantes de São João del-Rei contra a varíola, também assinado por Baptista Caetano, vê-se outro indicativo do prestígio que esses homens sabiam que poderiam alcançar, quando trabalhavam em obras vistas como “filantrópicas” por seus contemporâneos. De acordo com os vereadores da Câmara Municipal, “o Estabelecimento de uma permanente vacinação nesta Vila, que é o Centro da Comarca do Rio das Mortes não só previnirá o mal que tanto atormenta a humanidade, *como acreditará a Municipalidade, que a instituir e souber manter...*”<sup>160</sup> [grifos meus]. Entendendo *acreditará* como conferir créditos, dar poder, confiança para representar.

Portanto, ao lado do conceito de *civilização*, o de *filantropia* era fundamental para esses homens do século XIX. FALCON diz que o conceito de “filantropia” foi cunhado pelos iluministas e pode ser definido como “amizade desinteressada pela espécie humana”,

---

<sup>159</sup> ACMSJDR: “Cartas e Editais da Câmara” (CAED 68, 1823-1831) “Registro de um ofício dirigido a esta Câmara pelo Cidadão Baptista Caetano d’Almeida acerca da Subscrição para o Chafariz Público - 30/3/1828”. p. 170-173v.

<sup>160</sup> ACMSJDR: “Acórdãos e Termos de Vereança” (ACOR 14, 1823-1828; 1831): Acórdão da reunião dos vereadores do dia 04/8/1827.

“sentimento de dever para com os miseráveis”. Ser filantropo e praticar “beneficências” significa fazer bem aos outros, assistir doentes e pobres. Esse trabalho, de acordo com os iluministas, devia caber aos “homens ilustrados”. Por isso os filantropos criavam instituições como hospitais, asilos, orfanatos etc.<sup>161</sup> Além dessas instituições, podemos relacionar outras situações em que os homens “ilustrados” poderiam exercitar a filantropia e a beneficência: instituindo bibliotecas públicas, promovendo vacinação em massa contra epidemias, melhorando as condições de saneamento básico dos lugares onde moravam etc.

Além da existência desses ideais filantrópicos e da importância dada a eles pelos que viveram nos oitocentos em São João del-Rei (pelo menos por parte da elite), deve-se levar em consideração o que significa, ou melhor, o que *simbolizaria* a relação de determinados homens com livros em uma sociedade marcadamente iletrada. Só assim, poderemos perceber um pouco mais do significado da criação da biblioteca pública, para os homens que se envolveram com seu projeto. Nesse sentido, o conceito de *estratégias*, utilizado por Pierre BOURDIEU pode nos ajudar a entender um pouco das intenções e expectativas dessa elite local com relação à biblioteca. Assim sendo, a doação dos livros para a inauguração da Livraria Pública e as contribuições dos subscritores podem ser consideradas *estratégias*, de acordo com as quais esses homens moviam-se sinceramente pela crença de estar contribuindo para o melhoramento da sociedade - pois, ao que parece, eles acreditavam que os livros possuem uma “força transformadora” capaz de “civilizar” e levar a nação ao “progresso” - e, *ao mesmo tempo e de maneira inseparável*, ampliavam sua reputação na sociedade são-joanense, reputação que poderia ser *convertida* posteriormente em *capitais* político e econômico.<sup>162</sup> CHARTIER aconselha observar, em épocas passadas, “o papel do livro no retrato masculino”. Esse “papel”, de acordo com o autor, era “de atributo estatutário, índice de uma condição ou função [...] Na tradição, o livro

---

<sup>161</sup> FALCON, Francisco J.C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1991. p. 70-77. Para MARCÍLIO, “o termo ‘filantropia’ é ambíguo. Como designação genérica, qualifica o conjunto das obras sociais, caritativas e humanitárias de iniciativa privada, quer sejam confessionais ou não. No sentido específico, são chamadas filantrópicas [...] as obras pluralistas, as obras neutras ou interconfessionais, sem finalidade missionária. [...] A ‘Filosofia das Luzes’ não diferenciava, inicialmente, *caridade*, *beneficência* e *filantropia*. [...] No século XIX, filantropia e caridade compartilham o mesmo objetivo: ligar as relações pessoais com as famílias populares, tendo como fim explícito o controle social” de modo racional. MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998. Especialmente o cap. 5: O século da criança abandonada na Europa. A filantropia dos oitocentos, p. 73 a 75.

<sup>162</sup> Sobre a “economia das trocas simbólicas”, ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59 à 73, especialmente o Capítulo III: A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo.

é decoração e a biblioteca, sinal de um saber ou de um poder”<sup>163</sup>. Afirma Alberto MANGUEL que “a associação de livros com seus leitores é diferente de qualquer outra entre objetos e seus usuários”, pois os “livros infligem a seus leitores um simbolismo muito mais complexo do que o de um mero utensílio. A simples posse de livros implica uma posição social e uma certa riqueza intelectual”<sup>164</sup> que, caso seja necessário, pode ser “estrategicamente” “convertida” em aceitação pública ou superioridade intelectual durante um debate, por exemplo, no caso desses homens, que exerciam cargos públicos como os de Vereadores, Juizes de Paz etc.

Não se pode tomar o poder do livro como algo que lhe é intrínseco, pois certamente assim não seria possível conhecer historicamente a relação que os agentes estudados estabelecia com esses objetos. O livro, enquanto objeto material, possui, de acordo com BOURDIEU, um poder. Mais do que a simples posse sobre o livro, a capacidade de decifrá-lo é um poder. “O poder sobre o livro é o poder sobre o poder que exerce o livro [...] poder simbólico”.<sup>165</sup> Esse “efeito” produzido por aquele que, para nós, seria um simples leitor, torna-se muito mais expressivo em sociedades iletradas onde mesmo assim existe disseminada a circulação do escrito, como no caso de São João del-Rei nos oitocentos. Portanto, saber ler e escrever não só possibilita acesso a cargos públicos, mas também “semelhante saber redobra [...] ou até mesmo instaura [...] a diferença social”.<sup>166</sup> Não é possível afirmar que a capacidade de ler e escrever de letrados da época, que possibilitava, em muitos casos, a obtenção de cargos públicos, tinha como principal “papel [...] a reprodução das posições sociais”. Havia, em alguns casos, a oportunidade de se conseguir “uma brecha para a ascensão [...] facilitad[a] pelos estudos”.<sup>167</sup>

O que também não se deve deixar de levar em consideração é que esse “poder simbólico” exercido pelo livro ou por sua posse e capacidade de decifrá-lo não se

---

<sup>163</sup> CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, op. cit., 1996. p. 90. Ainda sobre a relação de *distinção* entre cultura escrita e poder cf.: CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p. 154 a 156 e 158. Id. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 21-22.

<sup>164</sup> MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Schwarcz, 1996. p. 242.

<sup>165</sup> BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, op. cit., 1996. p. 243.

<sup>166</sup> Id., *Ibid.*, p. 203.

<sup>167</sup> PETITAT, André. *Produção da escola: produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 88.

estabelece de uma vez por todas. É preciso que se prove, ao máximo de pessoas, a cada dia, a diferenciação que o saber pode proporcionar. De acordo com PETITAT, tomando como exemplo os italianos, “o *popolo grasso* [que] designa a grosso modo os comerciantes, os letrados e todos os detentores de funções públicas de alguma importância” mesmo em se tratando de pessoas letradas, freqüentadores dos colégios da época, se esforçava ao máximo para se apoderar da cultura humanista para, a partir da posse dessa, se distanciar do “*popolo minuto*, [...] todos aqueles que trabalham com as próprias mãos”, estabelecendo uma hierarquia de valores não só econômicos, mas sobretudo *simbólicos* - nesse caso específico, a posse da cultura humanista burguesa, que permitiria a articulação entre “saber e poder”.<sup>168</sup>

Retomando a fala de BOURDIEU sobre o poder do livro, este afirma que “evidentemente esse efeito apenas se exerce se houve[r] predisposição”.<sup>169</sup> Essa “predisposição” a que se refere o sociólogo pode ser detectada nas maiores vilas, principalmente nas sedes administrativas, como era o caso de São João del-Rei, onde, “desde o século XVIII [...] o valor do texto e de suas leituras, a escrita - jurídica, administrativa e religiosa - ocupa um lugar essencial”, principalmente porque “o acesso às funções políticas locais [...] é cada vez mais justificado pelo domínio da letra”.<sup>170</sup> Dessa forma, entre os que compunham a elite da Vila de São João, o “capital simbólico” estaria em constante disputa, para que se pudesse alcançar não só cargos ou funções, mas sobretudo diferenciação, *status* social.

Como foi dito, não existem trabalhos que nos possam revelar os índices de alfabetização para a Região das Vertentes, tampouco a freqüência da circulação do escrito e da posse de livros para a maioria dos habitantes, o que nos daria uma visão mais detalhada das condições culturais da região e um número aproximado da quantidade de moradores de São João del-Rei que estariam em condições de consultar os livros da Livraria Pública. Apesar do aspecto de prosperidade que a criação das diversas associações culturais na Vila de São João dá a entender, não se pode esquecer que, no período em que foi inaugurada a Biblioteca e durante muitas décadas posteriores, o número de analfabetos no Brasil era elevado, conforme foi dito. Além disso, outras formas de acesso à cultura letrada, como a

---

<sup>168</sup> Id., *Ibid.*, p. 97.

<sup>169</sup> BOURDIEU; CHARTIER, *op. cit.*, 1996, p. 244.

<sup>170</sup> FABRE, *op. cit.*, 1996, p. 201 e 203.

circulação de jornais, se davam de maneira muito intensa nos meios urbanos, não sendo o contato com o escrito e o aprendizado das habilidades literárias restritos ao mundo escolar.

### **III - A LIVRARIA PÚBLICA DE SÃO JOÃO DEL-REI: “a primeira data da sua civilização”.**

A primeira curiosidade que tem o pesquisador é a de procurar saber qual a atividade interna da biblioteca, mas, dada a inexistência de fontes que possibilitassem esse tipo de pesquisa, não é possível realizar tal trabalho. Portanto, com relação aos possíveis leitores da biblioteca, pode-se afirmar que “eles são os grandes ausentes do arquivo”<sup>171</sup>, pois não existe meio de avaliar com que frequência seus livros eram consultados pela população local no século XIX. Seria fundamental, para tanto, a existência de uma relação de empréstimos. A partir desse documento poderíamos descobrir as preferências dos leitores, quais os mais assíduos, os livros mais procurados etc. As únicas notícias que temos a esse respeito foram conseguidas indiretamente no jornal *O Astro de Minas*. O leitor “Pernilongo” parece conhecer e se utilizar do espaço destinado aos leitores de periódicos da Biblioteca, pois afirma em correspondência ao *Astro* que “Lendo em varios N. da *gazeta do Brasil* (que por desgraça ainda vem enxovalhar a Bibliotheca desta Villa)...”<sup>172</sup>. E outro leitor-correspondente do jornal, com o pseudônimo “O Perneira da Corte” dizia que “segundo li em hum livro da sua Bibliotheca = em *Politica o triunfo que momentaneamente se pode conseguir pela injustiça, perde as corporações, e os individuos, porque este triunfo acaba sempre destruindo aquelles, que o havião conseguido*”<sup>173</sup> [grifos do autor]. Mas esses são apenas fragmentos, poucos momentos em que pude flagrar a atividade da biblioteca, restos de leituras realizadas, reduzidas tanto em quantidade quanto em detalhamento de informações. Mas, mesmo não tendo acesso a dados quantitativos, essas referências indicam que a Biblioteca era um espaço de leitura utilizado pelos letrados da Vila.

---

<sup>171</sup> DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Schuarcz, 1992. p. 10.

<sup>172</sup> *O Astro de Minas*, São João del Rei, n. 20, p. 02, 5ª feira, 03/01/1828.

<sup>173</sup> *O Astro de Minas*, São João del Rei, n. 27, p. 02, sábado, 19/01/1828. O autor da citação utilizada pelo correspondente não foi localizado.

Constatada a dificuldade de se proceder a uma pesquisa sobre o “gosto literário” dos frequentadores da Livraria de São João del-Rei, a alternativa encontrada para a pesquisa foi a de descrever os diversos significados atribuídos à biblioteca pelos agentes sociais envolvidos no processo de sua criação, tentando solucionar as seguintes questões: como entender a iniciativa de se inaugurar em São João del-Rei uma biblioteca? O que significaria esse projeto? Quais os agentes sociais envolvidos e quais suas expectativas com relação à biblioteca? A análise das relações do leitor Baptista Caetano com seus livros parecia o bastante para explicar suas diligências. À primeira vista, a criação de tal estabelecimento pareceu-me uma tentativa isolada de melhoria das condições culturais da Vila, uma ação de um “entusiasta” ou, como ele mesmo se qualificava, alguém “desde meus primeiros annos muito amante da Litteratura”. Foi esse comerciante que dizia amar os livros quem, após empregar “alguns centos de mil reis em alguãs Óbras politicas e historicas; e conhecendo o estado actual deste paiz, que é falto no todo de illustração [...]” cheio de entusiasmo e movido pelo “fogo Patriotico, que me inspira o decidido amôr do meu Paiz”, teve “a honra de oferecer” ao Presidente da Província de Minas Gerais seu acervo particular, numa correspondência com data de trinta de julho de 1824<sup>174</sup>, segundo ano da Independência do Império do Brasil. Nessa correspondência dirigida ao Presidente da Província, foi por Baptista Caetano oferecida “não só a minha pequena Livraria, como a Enciclopedia methodica, Diccionario das Artes e Agricultura, e alguãs outras interessantes obras, que reunidas completaraõ talvez oitocentos volumes, para principio de huã Livraria Publica desta Villa.” A justificativa para ter tomado essa iniciativa não é muito clara, mas Baptista Caetano alega que, para superar a falta de ilustração do país, uma alternativa deveria ser a de se abrir uma biblioteca. Como destaca o fato de até então “não ter havido quem movido de Patriotismo desse o primeiro impulso a hu estabelecimento taõ util, como necessario, qual o de uma Livraria Publica”, o que levaria ao “inteiro proveito do publico”, ele se dispunha a doar seu acervo para que, após esse passo inicial, a instituição pudesse “chegar aaquelle necessario ponto em que se torne util aos habitadores deste terreno”.

Como, nas palavras de Baptista Caetano, “todas as couzas querem principio”, fazia-se necessário, além do primeiro passo dado por ele ao doar os livros para que se iniciasse a

---

<sup>174</sup> Todas essas informações se encontram no ACMSJDR, no “Livro para Subscrição voluntaria...”. Especificamente a esse respeito, ver: “Correspondência de Baptista Caetano d’Almeida ao Presidente da Província, em que oferece sua livraria aos 30/7/1824”.

livraria, um local adequado que abrigasse as obras, confortável o bastante não só para elas como para seus consulentes. Dessa forma, na correspondência em que fazia o “offerecimento”, o comerciante pedia também que o Presidente da Província desse “as competentes Instrucções a Camara desta Vila, para em hum dos Salloens da Caza do Conselho dar lugar ao estabelecimento da Livraria”.

Essas ações seriam o “primeiro impulso”, mas, de acordo com o autor da correspondência, as coisas devem “depois serem contenuadas”, ou seja, a oferta da “pequena” quantidade de livros deveria ser, no decorrer do tempo, acrescida de outros exemplares. Por esse motivo, é pedido, além do local para locação dos livros, a “alta generosidade” de se permitir a “entrada franca em Mathias Barboza de todas as Obras que para a mesma Livraria forem emportadas do Rio de Janeiro”, para aumentar seu acervo. Essas obras que seriam enviadas do Rio de Janeiro viriam “acompanhadas de huã guia do Procurador da Livraria Estevão Alves de Magalhães”.

A livraria iria constituir-se como uma associação sem fins lucrativos, “regulada por hum Regimento organizado por huã Commissão”, seus estatutos mais tarde seeriam enviados ao Sr. Presidente da Província para análise e aprovação. Essa comissão que organizaria o regimento interno da livraria seria, de acordo com Baptista Caetano, composta por “Subscriptores”, posteriormente convocados dentre os moradores da Vila, caso fosse aceito o oferecimento do comerciante, ou seja, permitida a inauguração da livraria. Não tendo mais informação alguma a prestar, termina a correspondência pedindo ao Presidente que ponha a livraria “debaixo de sua protecção, favorecendo em quanto julgar conviniente”.

Pouco tempo depois, aos quatorze dias de agosto do mesmo ano, da Imperial Cidade de Ouro Preto José Teixeira da Fonseca Vasconcellos responde a correspondência de Baptista Caetano, dizendo ter lido sua representação “com a mais viva saptisfação”.<sup>175</sup> Todavia, teria “a honra de expôr na Augusta Prezença de Sua Magestade O Imperador as suas prestantes diligencias”, para que fosse assim possível atender aos pedidos feitos pelo iniciador da Livraria Pública. As notícias pareciam promissoras, pois o Presidente da Província incentivava a Baptista Caetano, desde já, prosseguir na “convocação dos Subscriptores, e formatura do Regimento, ou Estatutos proprios”.

---

<sup>175</sup> Id., “Correspondência de José Teixeira da Fonseca Vasconcelos a Baptista Caetano d’Almeida” - 14/8/1824.



Cinquenta e cinco dias após a data dessa carta, Vasconcellos escreve novamente a Baptista Caetano, dizendo ter “recibido na Portaria datada de 20 de Setembro proximo preterito a Resolução de S. M. O Imperador sobre sua Representação concernente ao estabelecimento de huã Bibliotheca Publica nessa Villa”, transmitindo-lhe inclusa sua cópia integral. O “Augusto Senhor” dizia nessa Portaria que a instituição da biblioteca em Minas Gerais “deve contribuir sobre maneira para o progresso das luzes naquella Provincia” e, portanto, ordena ao Presidente da Província que aprovasse sua instituição. Porém dizia a resolução do Imperador que não havia “lugar a isenção de Direitos nos Registros, requerida para as Obras, que forem para a mesma Bibliotheca”, ou seja, o Estado não iria investir no projeto da Livraria Pública.

A maneira como Baptista Caetano inicia sua correspondência com o Presidente da Província nos permite conhecer um pouco de sua habilidade em “negociar”. Parece-nos que ele estava certo de que o assunto era delicado, que sua iniciativa poderia gerar uma tensão entre ele e o Estado. Por isso, tenta sutilmente controlar a situação e, em vez de pedir permissão logo no início da carta para que pudesse abrir a biblioteca, dá outro tom à conversa. De maneira extremamente hábil, *oferece*, “humildemente”, seus livros em proveito público. Somente algumas linhas depois, começa a pedir ajuda ao Presidente da Província para levar adiante seu projeto. Da forma como Baptista Caetano agiu, utilizando-se da *estratégia* de fazer primeiro um *oferecimento*, ficaria difícil para o Presidente escusar tamanha “gentileza”, sendo este quase que obrigado a permitir a inauguração da biblioteca.<sup>176</sup>

Insatisfeito com a decisão imperial de não ajudar a biblioteca, alguns anos depois do “oferecimento” Baptista Caetano enviou uma carta ao Sr. Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, então Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei, com cópia “do mesmo teor dirigi[da] aos Cidadãos desta Villa”, comunicando-lhes a data e o local da inauguração da Livraria Pública (dia 19 de agosto de 1827, na Santa Casa da Misericórdia) e convocando-os “para assistir a Solemnidade da referida abertura, e o Discurso analogo que

---

<sup>176</sup>Considerando o período em estudo, podemos dizer que os sentimentos e valores relacionados ao ato de se *oferecer* devem ser ressaltados quando analisamos as *estratégias* de Baptista Caetano. De acordo com Júnia F. FURTADO, “ao dispensar um favor ou uma graça, o ofertante se colocava numa posição superior ao que recebia, o que lhe conferia *magnificência* [...] [pois] o ato de dar em si honorificava o próprio ofertante. Numa sociedade na qual a honra distinguia os homens, ofertar era forma de torná-la pública, extraindo daí *status* social [...] para aquele que fazia um gesto aparentemente desprendido”. FURTADO, op. cit., 1999. p. 63.

deve *recitar* o Bibliotecario da Livraria, o Reverendo Francisco d’Assiz Braziel”<sup>177</sup> [grifo meu]. Além do convite, diz que sua iniciativa “seria inutil [...] se dado o passo da instauração da Livraria, nada mais fizesse para a sua conservação e manutenção”. Se agisse dessa maneira, diz Bastista Caetano que “então seria reunir os Livros, e deixa-los entregues as traças que os consumerião”. Nesse seu texto, o comerciante ainda nos dá a conhecer qual procedimento deveria ser tomado para que fosse possível “conservar, manter e até aumentar” o acervo da livraria, pois tendo dado o passo inicial de inaugurá-la, a próxima providência, fundamental para sua continuidade, seria convocar Subscritores, que contribuiriam com “huma subscripção modica de cinco mil reis annuaes”. Além das indicações de como pretendia manter a Biblioteca, Baptista Caetano aponta, rapidamente, interessantes considerações sobre a posição social e o gosto literário dos subscritores que tinha em vista, o que nos leva a levantar várias hipóteses. Observa-se que não era qualquer homem que poderia ser subscritor. Em primeiro lugar, apesar de ser usado por Baptista Caetano o adjetivo “módica” ao se referir ao valor da subscrição, um subscritor deveria ser um homem de posses, para pudesse contribuir anualmente com a causa da Livraria. O mais interessante, ao nosso ver, é o tipo de estratégia que o comerciante usa para atrair os subscritores, afirmando quanto ao “Estabelecimento, elle ja inserra em si interessantes obras politicas, e litterarias, e mesmo algumas elementares: com tudo não são só estes objectos os que podem atrahir os Subscritores, nem a curiosidade publica”.

Ao afirmar o que atrairia o público leitor e o financiamento para a biblioteca, nosso “ilustrado” comerciante nos mostra, indiretamente, qual a preferência e curiosidade dos leitores da Vila de São João del-Rei daquele período, e ainda qual o tipo de impresso que mais interessava e, provavelmente, era o mais lido na cidade: “a historia do tempo, publicada, e manifestada diaria ou mensalmente por Periodicos e Folha Publicas: este he de certo o incentivo maior que pode atrahir grande numero de Subscritores: he portanto por este lado, que eu caminho mais seguramente”. Muito provavelmente, o jornal tenha sido o escrito que mais circulou nas maiores cidades brasileiras, ainda mais se levarmos em

---

<sup>177</sup> ACMSJDR: “Livro para subscripção voluntária...”, “Correspondência de Baptista Caetano d’Almeida ao Juiz de Fora da V. de S. João de Rei e aos Cidadãos da mesma Vila, comunicando-lhes a data da inauguração da Livraria Pública - S/D”. JANCSÓ afirma que em Minas Gerais a prática de “versejar” (recitar) assumia grande importância “como forma de expressão artística e de sociabilidade literária” (JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Schwarcz, 1997. p. 408).

consideração que, no período pós Independência, os periódicos, folhetos e panfletos de preços bem acessíveis ao público “converteram-se em veículos de largo alcance das idéias esclarecidas, que passavam a ser discutidas nos novos espaços de sociabilidade, que surgiam, tais como os cafés, as academias e as livrarias”.<sup>178</sup> CAMPOS também nos lembra acerca da grande atividade da imprensa de São João del-Rei nessa época. Para atrair os leitores, Baptista Caetano tinha a intenção de transformar a biblioteca em “assignante de todas as Folhas Publicas do Brazil”, dizendo fazer aos subscritores essa proposta com o objetivo “de certo saber de quanto se passa em nosso paiz, com mais exactidão de que aquillo que só nos toca mui de longe”. Mas deveria-se saber não só o que se passava no Brasil, mas, “por principios de philantropia Universal; acerca das Nações Estrangeiras”. Para que os interessados pudessem saber o que ocorria fora do país, a livraria seria assinante, além das Folhas Publicas daqui, “de huã mais interessante de França, de outra de Portugal, de outra de Inglaterra, e de outra de Cadiz, hum dos pontos mais conhecidos de Hespanha”. Vários historiadores do livro e da leitura, dentre eles Roger CHARTIER e Reinhard WITTMANN<sup>179</sup>, chamam a atenção para o fato de que, a partir da segunda metade do século XVIII, na Alemanha, e nas primeiras décadas do XIX, na Nova Inglaterra, teria ocorrido uma “revolução” da leitura. Essa revolução teria sido iniciada por uma nova maneira de ler que estava sendo “inventada”, ou melhor, “uma nova maneira de ler que vai se impor”. Além de ser essa uma “leitura de numerosos textos, lidos em uma relação de intimidade”<sup>180</sup>, caracteriza-se também por ser silenciosa e laicizada mas, sobretudo, individual. Esse novo modo de ler seria *extensivo*, ou seja, uma leitura rápida e superficial de vários textos (principalmente da imprensa periódica e dos romances), na qual seus leitores mostrariam grande desenvoltura ao passar de um assunto a outro. Essa maneira

---

<sup>178</sup> Cf.: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Uma nova cultura política: os folhetos no debate da Independência do Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marcos (org.) COLÓQUIO HISTÓRIA E IMPRENSA: HOMENAGEM A BARBOSA LIMA SOBRINHO – 100 ANOS. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998. p. 09; PALLARES-BURKE, M.<sup>a</sup> Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cad. Pesq.*, N.º 104, jul/1998. p. 144-161.

<sup>179</sup> Veja, a esse respeito, CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, op. cit., 1996. p. 77-105; Id. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (org.) *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 111-166; Id. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 23 e 26; WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?. In: CHARTIER, R. e CAVALLO, Guglielmo (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. p. 135-156. (vol. II).

<sup>180</sup> CHARTIER, op. cit., 1996, p. 86.

de ler teria surgido nos meios urbanos, no seio da burguesia que, como se sabe, foi a responsável pelo estabelecimento da intimidade individual, pela criação do espaço privado.<sup>181</sup> Um modo de ler oitocentista, essencialmente burguês, que se contrapunha às leituras oralizadas, coletivas e *intensivas* dos séculos anteriores.<sup>182</sup> Apesar de a *leitura extensiva* ganhar espaço principalmente entre as elites letradas, a *leitura intensiva* continuavam acontecendo, sobretudo nos meios rurais, pois, como afirma VILLALTA, houve coexistência dessas duas maneiras de ler, inclusive no Brasil.<sup>183</sup> Dessa forma, a idéia de Baptista Caetano assinar uma diversidade tão grande de jornais para atrair subscritores confirmaria o que, segundo outros pesquisadores, de maneira geral se tornava uma tendência em termos de preferências de leitura em diversas partes do ocidente no período estudado: o aumento do interesse pelos periódicos. Isso pode ser um indicativo de que a *leitura extensiva* era praticada pelos habitantes da Vila de São João ou de que, se não praticada, era almejada, na medida em que essa iniciativa tinha como objetivo ampliar a quantidade de textos lidos pelos freqüentadores da Biblioteca.

Retomando a carta enviada por Baptista Caetano, que informava sobre a solenidade de inauguração da Livraria, observa-se que, após mostrar sua estratégia para atrair subscritores, o comerciante começa a descrever “os dados com que pretendo organizar hu dos mais uteis Estabelecimentos para augmento da instrucção da mocidade da nossa Patria”: reunidos os subscritores, seria dentre eles eleita uma comissão para que fosse organizado um Regimento Interno da Livraria, além da eleição de uma Mesa Administrativa, composta pelo Diretor, um Secretário e um Tesoureiro. As obrigações do Bibliotecário também seriam estipuladas nessa primeira reunião e constariam do

---

<sup>181</sup> A respeito do “divórcio” entre público e privado ocorrido na Europa (principalmente a partir da segunda metade do século XVIII e início do XIX), e sobre a emergência da família patriarcal, cf.: HABERMAS, op. cit., 1984. p. 43-44; 60 a 64; ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada; REVEL, Jacques. Os usos da civilidade; HALL, Catherine. Sweet Home. Todos esses In : *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. Respectivamente: v. III, p. 07-19; v. III, p. 168-209; v. IV, p. 53-87. No Brasil, cf.: ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (vol. I).

<sup>182</sup> Um caso exemplar de *leitura intensiva* era aquela feita pelo moleiro conhecido como Menocchio, um friulano do século XVI que sabia ler e escrever, estudado por Carlo GINZBURG em *O queijo e os vermes*. Menocchio lia os poucos livros de que dispunha, intensivamente, conseguindo repetir algumas passagens de cor, apropriando-se de suas idéias de uma maneira singular, deformando as frases decoradas e empregando-as a serviço de sua cosmologia “perigosa”, segundo os inquisidores que o interrogaram. Defendeu essas idéias de forma tão apaixonada que acabou sendo condenado à fogueira. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

<sup>183</sup> VILLALTA, op. cit., 1997. p. 373.

Regimento. Por fim, conclama os leitores de sua “correspondência-convite” que “[queiram] [...] cooperar para a sua consolidação, que assim far[ão] mais hum feito que será levado a posteridade”.

Para a abertura da livraria foram armadas estantes, feita a “prontificação da Salla” e, como sendo um dia festivo, na solenidade de inauguração, além do discurso proferido pelo bibliotecário, Baptista Caetano contratou músicos. Como ainda não podia contar com o financiamento dos possíveis subscritores da biblioteca, arcou com todos os preparativos, o que consumiu mais 208\$050 “de sua algibeira”, nas palavras de Francisco de Assis e Almeida<sup>184</sup>. A reunião de inauguração da Biblioteca, festejada com música e discurso solene, mostra a posição que o mundo da palavra escrita ocupava nessa sociedade. Esse mundo dos que sabem ler e escrever e se utilizam dessas habilidades era marcado pela “convivialidade” urbana e deveria ser mostrado a todos num “ritual” de diferenciação.

A convocação de Baptista Caetano foi, num primeiro momento, atendida, pois houve 91 assinantes, alguns que inclusive contribuíram com mais de uma “ação” (lembremo-nos que cada uma valia a quantia de 5\$000). O senhor Miguel de Noronha Rodrigues, que doou uma ação, encabeça a lista de subscritores, seguido por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, “com cinco ações”.<sup>185</sup>

Estando presente os futuros subscritores e interessados na Biblioteca de São João del-Rei, foi *recitado* um discurso<sup>186</sup> pelo “bibliotecário da Livraria, o Reverendo Francisco d’Assis Braziel, em cujo [discurso] evidentemente demonstr[ou] os bens que podem resultar deste Estabelecimento”<sup>187</sup>. Afirma o autor do discurso que “o estabelecimento de huã Biblioteca Publica em hum Paiz he sem duvida a primeira data da sua civilização”. Sobre as bibliotecas, diz seu autor que, “depois que foi inventada a Typographia, esse dom sublime do Genio, em todos os Governos da Europa estabeleceraõ-se innumeraveis: entaõ

---

<sup>184</sup> ACMSJDR: Correspondência enviada à Câmara Municipal de São João del-Rei, contendo a “Relação dos livros que Baptista Caetano d’Almeida deu para a Livraria desta Cidade, e de seus preços...” - São João del Rei, 23 de setembro de 1845 (documento avulso).

<sup>185</sup> ACMSJDR: “Livro para subscrição voluntária...”, “Relação dos subscritores da Livraria Pública”.

<sup>186</sup> Id., “Discurso proferido na solenidade de inauguração da Livraria Pública de São João del Rei - 19/8/1827”. Essa é uma fonte que requer cautela, pois foi escrita para ser apresentada numa solenidade pública em que os homens de posse da Vila estariam presentes. Contém um “tom” de grande comoção, ou melhor, de *deslumbramento* - palavra utilizada por seu autor em determinada passagem. Além disso, seu autor não é apontado em momento algum. O fato de não se conhecer sua autoria não invalida tal fonte, pois certamente não seria “recitado” um discurso com o qual Baptista Caetano não concordasse.

<sup>187</sup> Id., “Correspondência de Baptista Caetano d’Almeida ao Juiz de Fora da V. de S. João del-Rei e aos Cidadãos da mesma Vila, comunicando-lhes a data da inauguração da Livraria Pública - S/D.”

propagaraõ-se as luzes de hum modo admiravel”. Logo após decidiu-se que o Diretor da Livraria seria “Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Bacharel, Formado em Leis pela Universidade de Coimbra, actualmente Juiz de Fora da mesma Villa”. O escolhido para ocupar o cargo de Tesoureiro foi João Baptista Pinto de Almeida, natural de São João del-Rei, primo de Baptista Caetano d’Almeida, que, segundo seu inventário, possuiu um negócio de bestas (uma tropa).<sup>188</sup>

O Secretário, Capitão Felipe Gomes Pereira, era natural da Freguesia de São Pedro da Vil de Torres Novas, Patriarcado de Lisboa, ao longo de sua vida teve uma sociedade, sobre a qual o inventário não traz maiores informações; ainda segundo seu inventário, o Capitão foi casado mas não teve filhos e sempre viveu com sua sogra, “em decadência”.<sup>189</sup>

Mas as dificuldades para aumentar o acervo não haviam sido solucionadas e aos 20 de agosto de 1827 - um dia após a inauguração da Livraria Pública - Baptista Caetano envia uma representação aos Deputados da Assembléia Legislativa<sup>190</sup> dizendo que, desde 1824, “com o mais sincero, e ardente dezejo de ser utill a minha Patria”, tentava erigir em São João del-Rei uma Biblioteca Pública, “porém circunstancias appareceraõ, que me fizeraõ sobre estar na realizaçã de taõ util projecto”. Afirma ainda que somente a partir do ano de 1826 é que pôde retomar e dar continuidade a “meo citado projecto, e consegui enfim com geral aplauzo dos meus concidadaõs abrir huã pequena Livraria Publica, em hum dos Sallões da Mizericordia, no dia 19 do corrente Agosto” (1827). Anexou a essa representação seis documentos, dos quais os quatro primeiros referiam-se a “toda correspondencia, que serve de authorizar este Estabelecimento Patriotico”. O documento de número cinco dizia respeito à “maneira porque julguei organizar a Livraria, para ser duradoura”, mas não deixa claro se essa documentação seria os Estatutos organizados pela comissão de subscritores, sobre a qual foi feita menção em correspondência anteriormente citada. No último documento, de número seis, “consta o Discurso que o Bibliothecario recitou na Solemnidade da abertura”. Nas últimas linhas da carta, pede encarecidamente aos legisladores que, ao estabelecimento que se inicia seja dada, por meio de “huã Rezoluçãõ Protectora [...] a consistencia de que elle tanto precisa, para ser util”. E o que ele queria

---

<sup>188</sup> ARQUIVO DO MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/IPHAN (AMRSJDR/IPHAN): Inventário 1837, caixa 06.

<sup>189</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv. 1838, cx. 451.

<sup>190</sup> ACMSJDR: “Livro para subscrição voluntária...”, “Correspondência de Baptista Caetano d’Almeida aos Deputados da Assembléia Legislativa, comunicando a abertura da Biblioteca Pública - 20/8/1827.”

dizer com a palavra “consistência”? De que tipo de ajuda Baptista Caetano estaria falando? Essa correspondência nos revela que, além de não ter conseguido a sala do Conselho para abrigar a biblioteca, tendo sido ela inaugurada na Santa Casa, mesmo quase três anos depois de iniciar seu projeto, seus demais pedidos também não foram atendidos, pois mais uma vez diz que

*acolhida a minha oferta, como hum feito Patriotico, eu folgarei de contente, e nada mais exigerei do Poder Legislativo, que a franquia de parte das folhas Periodicas, que assignar a Livraria, e assim tambem a franquia dos direitos em todos os Livros de que ella possa fazer aquisição. De outra sorte não poderá ter o necessario augmento, nem tão pouco poderá se tornar util ao paiz; porque o pequeno numero de subscriptores, que poderá dar aprovaçãõ, não chegará a dar quantitativo, que possa mante-la, tendo de ser contrapezada com os portes, e direitos de entrada.*

Não ficam explícitos a partir da leitura dos documentos citados até o momento os motivos pelos quais o seu oferecimento de abertura da Livraria foi aceito, mas nenhum dos pedidos para manutenção de seu acervo foi atendido. O Salão da Casa do Conselho pedido por Baptista Caetano lhe foi negado. A ajuda para aumentar o acervo da biblioteca foi recusada pelo Governo Imperial em 1824. Talvez este fato evidencie a relação estabelecida entre o Estado Imperial e essas instituições difusoras do *letramento*: uma relação acima de tudo tensa, principalmente com aquelas localizadas nas Províncias que se encontravam longe dos olhos das autoridades da Corte. Ao mesmo tempo em que o Império do Brasil queria se inserir na modernidade, ser reconhecido como um país “civilizado” aos moldes europeus, temia que ações desse tipo fugissem ao seu controle<sup>191</sup>.

E por qual motivo a livraria teria sido aberta justamente na Santa Casa da Misericórdia? Baptista Caetano era um grande comerciante e político local, estava muito ligado à Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei, pois “pelos mesmos tempos [em que foi fundada a biblioteca] elle servio como membro da Meza Administrativa da Misericordia, e ahi prestou relevantes serviços”.<sup>192</sup> Muito certamente por isso tenha tido o apoio dos homens ligados à medicina local, conseguindo uma das salas da Santa Casa para levar adiante o seu projeto de abrir a livraria.

---

<sup>191</sup> A Sociedade Literária do Rio de Janeiro foi proibida no fim do XVIII por suspeitas de insurreição. Cf.: JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, op. cit, 1997; KURY, Lorelai B.; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 105-122, jan/dez 1995.

<sup>192</sup> Apontamentos sobre a biografia de Baptista Caetano d’Almeida”. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, p. 39, jan./jul. 1905.

Mas em após a correspondência enviada aos Deputados, a situação parecia começar se reverter a favor do projeto da biblioteca, pois pode-se ler no *Astro de Minas* a seguinte correspondência:

*Tendo a Assembleia Geral Legislativa pela Resolução de 15 de Nov. de 1827 concedido isenção de direitos de entrada, e franquia de portes em todos os livros e folhas periodicas, que forem importados para a nossa Publica Livraria; e sendo conveniente saber-se quem no RJ, por ordem da Directoria da mesma Livraria, deverá dar guias, ou cédulas para os conductores poderem passar nos Registos, ou ainda mesmo fazer despachos na Alfandega daquela Corte; e tendo a citada Directoria autorizado ao Sr. Estevão Alves de Magalhães, para o mencionado fim, e mesmo para qualquer outro, que interesse à referida Livraria: rogo-lhe portanto queira inserir em sua folha a procuracao junta, com o que muito obsequiarà ao seu amigo, e obrigadissimo servidor B. C. d'A.*<sup>193</sup>

#### **IV- O ACERVO DA LIVRARIA PÚBLICA: “volumes de boa escolha”.**

A respeito dos livros da Livraria Pública, sabe-se que foram identificados pelo Vereador Francisco Antônio da Costa, um dos subscritores da mesma Biblioteca, como “volumes de boa escolha”. O acervo da Livraria era assim qualificado numa representação na qual o vereador requeria um colégio para a Vila, ou, se não fosse possível, pelo menos a “criação de mais cadeiras; ao menos duas, uma de Filosofia Racional e outra de Rethórica [...] a bem da propagação das luzes; meio o mais óbvio de conseguir-se a perfectibilidade humana, e após dela a verdadeira prosperidade geral”. Ao fazer esse pedido, argumentava que a Vila oferecia vários atrativos para os prováveis alunos, sendo o principal deles a existência da Biblioteca “com volumes de boa escolha, e não em pequeno numero [que]

---

<sup>193</sup> *O Astro de Minas*, São João del Rei, n. 30, p. 04, sábado, 02/01/1828. Abaixo dessa correspondência de Baptista Caetano vem a procuração, passada pelos membros da Mesa Administrativa da Livraria Pública, na Sala da mesma, aos 20/12/1827, pelo Director Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o Secretário Felipe Gomes Pereira e o Thesoureiro João Baptista Pinto d’Almeida. Diz a procuração que acham-se “reunidas na pessoa do Sr. Estevo Alves de Magalhaes, as qualidades essenciaes” para que “possa procurar, e agenciar qualquer objecto que julgar conveniente ao estabelecimento que administramos; assim tambem para passar cedulas authorisando aos tropeiros, ou outros quaesquer conductores, que conduzirem livros ou utensilios para a Livraria; para fazer quaesquer compras de livros, de utensilios, ou assignaturas de jornaes, e folhas periodicas”.



tornará profícua a criação de tal estabelecimento, pelo recurso de serem consultados com facilidade os pontos mais controversos”.<sup>194</sup> Mas quais volumes seriam esses?

Ao se referir à constituição do *corpus* da Livraria, CAMPOS afirma ter sido a “preocupação em expandir o acervo da biblioteca [...] constante” por parte da Câmara Municipal da Vila. Ao realizar pesquisa nos documentos da Câmara, pude observar que, nos livros de Receita e Despesa correspondentes ao período de 1824 a 1831, não houve sequer uma menção referente à compra de qualquer livro ou periódico para a Livraria e nem ao menos pagamentos feitos a seus funcionários.<sup>195</sup> Grande parte da receita do município era destinada à criação dos expostos e outra porção ao pagamento de funcionários da Câmara Municipal, como por exemplo o porteiro. O “Sallario ao Bibliothecario desde a fundação em 1827 até o anno de 1836 [...], à razão de 120\$000 réis annuaes em 9 annos, como é publico [...] [e o] Sallario ao Continuo durante o mesmo tempo à 30\$000 reis”<sup>196</sup> foram pagos pelo fundador da Livraria, Baptista Caetano d’Almeida, até 1836.

Como documento que confirmaria a preocupação dos vereadores em expandir o acervo da livraria, CAMPOS cita uma Ata da Câmara em que o Coronel Martiniano de Barros comunica que os livros doados em testamento pelo Conselheiro José de Resende Costa teriam chegado à Vila. Trata-se de 120 obras (500 tomos) deixadas em testamento pelo Conselheiro, em 1841, à livraria de São João.<sup>197</sup> De acordo com a documentação da Câmara Municipal, estes livros só teriam chegado do Rio de Janeiro em 1842, após vários pedidos e reclamações do Conde de Valença, testamentário do Conselheiro, que insistia em pedir à Câmara que mandasse alguém ao Rio de Janeiro para se responsabilizar pelo transporte das obras doadas para a Biblioteca. Quando finalmente são trazidas para São João del-Rei, por Martiniano Severo de Barros, ao todo “quatro caixas e um caixote de

---

<sup>194</sup> ACMSJDR: “Livro de Atas das Sessões da Câmara” (ATA-SES 27, 1831-1835): “Representação do Vereador Francisco Antônio da Costa dirigida aos Conselheiros da Província”, transcrita em Ata da Câmara Municipal, na sessão de 06/10/1831.

<sup>195</sup> ACMSJDR: “Receita e Despesas” (REC 171, 1806-1868); (REC 172, 1829); (REC 173, 1829-1838); (REC 174, 1830-1833).

<sup>196</sup> ACMSJDR: Correspondência enviada à Câmara Municipal de São João del Rei por Francisco de Assis e Almeida, irmão de Baptista Caetano, contendo a “Relação dos livros que Baptista Caetano d’Almeida deu para a Livraria desta Cidade, e de seus preços... - São João del Rei, 23 de setembro de 1845” (documento avulso).

<sup>197</sup> ACMSJDR: “Correspondência dirigida ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de São João del Rei, por Martiniano Severo de Barros, a respeito das obras doadas em testamento pelo Conselheiro Resende Costas - 1842” (documento avulso).

livros”<sup>198</sup>, os vereadores enviam um ofício ao bibliotecário dizendo que há muitos livros “arruinados” e que deve-se constituir uma “comissão” para examinar e escolher os que ainda servem. Afirma também o ofício que existem várias duplicatas de livros e que estes deveriam ser vendidos para que se pudesse comprar outros para a biblioteca, mas na documentação não se faz mais nenhuma referência a esse acervo, ou se as duplicatas foram mesmo vendidas e novos livros comprados.

O acervo doado por Resende Costa, como disse, chegou em São João del-Rei em 1842, contendo muitos livros “traçados e estragados”, como consta da já citada “Correspondência dirigida ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de São João del Rei, por Martinianno Sevéro de Barros, em 1842”. O documento traz a relação, em ordem alfabética, dos livros legados pelo Conselheiro. Quem elaborou a listagem teve a preocupação de separar as obras em bom estado de conservação das que se encontravam “traçadas e estragadas”, mas não se deu ao trabalho de anotar o nome completo das obras, nem as datas de publicação ou os nomes dos autores.<sup>199</sup>

Até o ano de 1841 nenhuma referência a medidas de conservação ou aumento do acervo da livraria foi feita nas Atas, Acórdãos, livros de Receita e Despesa ou Editais da Câmara Municipal. Interessante ressaltar que inclusive no período em que a biblioteca foi inaugurada, não foi feita sequer uma menção à sua abertura nos documentos da Câmara Municipal.

Somente alguns anos após os limites estipulados por minha pesquisa (1831) é que se encontram registros de discussões na Câmara Municipal acerca de algumas providências tomadas com relação à biblioteca. A partir do ano de 1842 é que os vereadores da Câmara Municipal começam a mostrar algum interesse pela instituição, pois, acompanhando as Atas, observa-se que começa um “movimento” para que se pudesse mudá-la de lugar, levando os livros para “as salas onde estão as cadeiras de Instrução Pública”, ou seja, o prédio onde havia funcionado a Casa da Intendência, para onde também foram transferidas

---

<sup>198</sup>ACMSJDR: “recibos avulsos do transporte de quatro caixas e dois caixotes de livros legados pelo Conselheiro Resende Costa à biblioteca - 12/10/1842”, documentos que se encontram entre as folhas 65 e 66 do livro de Atas número 28 (1839-1944) do mesmo arquivo.

<sup>199</sup>A composição da biblioteca doada pelo Conselheiro José de Resende Costa não constitui objeto de análise dessa dissertação. Contudo, para que se possa entender o processo de formação do acervo da Biblioteca em estudo, seria de extrema importância fazê-lo numa pesquisa futura. Além da citada relação de livros doados, foram localizadas no acervo de obras raras e antigas da Biblioteca Municipal 16 obras com as iniciais JRC (José de Resende Costa) inscritas em suas folhas de rosto. Cf. Anexo 4: Lista de livros legados por Resende Costa à Livraria Pública de São João del-Rei.

as Aulas Públicas de Instrução Primária, o Correio e a Recebedoria.<sup>200</sup> Até então, a Livraria Pública ficara alocada primeiramente na Santa Casa de Misericórdia e, em 1828, segundo o *Astro de Minas*, na Casa da Câmara:

*Aos seis dias do mez de setembro de mil oitocentos e vinte e oito na Santa Casa de Misericordia, onde se achavão reunidos o Ilmo Provedor e mais Officiaes foi accordado em fazer trasladar a Biblioteca publica que se achava interinamente nesta Santa Casa, para hum dos Salões da Casa da Câmara, não só por ficar allí mais bem accomodada, decente e util aos Cidadãos desta Villa, como pelo incomodo, que aqui causava, por se achar em huma das Sallas no interior das enfermarias: sendo por isso necessario conservar abertas as portas, do que resultava infinitos inconvenientes: o que tudo tendo entrado em consideração fez com que a actual Mesa, desejando a boa ordem desta Casa; e outro sim a prosperidade e decencia de tão util estabelecimento, qual huma livraria publica sempre apreciada em paizes civilizados, se compromettesse a promptificar, como de facto promptificou a sua custa aquelle Salão da casa da Camara, fazendo pintar, olear, e prepara-lo do mais com toda a decencia ser para allí transportada a dita livraria, visto que em virtude de ordem superior foi o mesmo Salão designado para este estabelecimento pelo Doutor Ouvidor desta Comarca.<sup>201</sup>*

Em 1842 começam longas negociações e discussões referentes ao transporte e à chegada da doação de livros do Conselheiro Resende Costa. Há intervalos durante essas discussões, e um pedido feito em Ata ao novo bibliotecário, para que fosse feito um “inventário das obras da livraria pública”- interesse talvez impulsionado pela chegada dos livros doados pelo Conselheiro. Não obtendo resposta sobre o assunto, os vereadores decidiram nomear uma “comissão composta pelos professores de Estudos Intermediários para procederem o inventário da biblioteca, de acordo com o livro de inventário que se acha no Archivo”. Poucos dias depois, um vereador faz um “lembrete”: a comissão não tinha, até aquele momento, feito o inventário das obras da Livraria. Novamente a Câmara Municipal envia um ofício ao bibliotecário, exigindo resposta, mas a correspondência pára nesse ponto. Conclui-se que não houve resposta, e o inventário não foi feito, ou que, se houve

---

<sup>200</sup> ACMSJDR: “Atas das Sessões da Câmara” (ATA-SES 28, 1839-1844) Sessão de 10/7/1840; CAMPOS, op. cit., 1998. p. 104 e 168. MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João del Rei no início do século XIX - a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Mestrado), Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. p. 111-112.

<sup>201</sup> *O Astro de Minas*, São João del Rei, n.127, p. 01, terça-feira, 09/9/1828. O termo publicado pelo *Astro* afirma que a Câmara assumiu a “prontificação” da sala que abrigaria os livros, mas nos documentos do ACMSJDR não foram encontradas referências a gastos com a Biblioteca Pública entre 1824 e 1840.

resposta, esta não chegou aos nossos dias, assim como não chegou também o mencionado “livro de inventário que se acha[va] no Archivo”.<sup>202</sup>

A intenção não realizada dos vereadores de inventariar as obras da biblioteca faz despertar muitas dúvidas com relação ao acervo original da Livraria Pública. Como se pode constatar analisando os *ex-libris* de vários livros ainda existentes no acervo de obras raras e antigas da Biblioteca, ao longo de sua existência muitas doações foram feitas por moradores da cidade, sobretudo por famílias de médicos, advogados e padres, quando estes faleciam. Importante ressaltar que, pelo que se tem notícia, após 1842 não mais se registrou a preocupação, por parte dos responsáveis pela biblioteca, de se fazer um “inventário” das obras doadas. Outro problema é o fato de a biblioteca ter sido transferida para locais diferentes várias vezes desde sua criação, conforme foi dito anteriormente. Além das mudanças, outras dificuldades enfrentadas por esse acervo foram o descaso e a falta de segurança com que foi tratado durante longo período de sua existência, o que muito provavelmente pôde possibilitar o desaparecimento de parte dos livros.<sup>203</sup> Por falta de documentação não é possível conhecer o “movimento” de formação de seu atual *corpus*, tampouco se houve perda de obras antes da catalogação feita em 1980. Também a inexistência de documentos da época que citem, nominalmente, a totalidade dos títulos dos livros que compunham seu acervo original é um limite a minhas análises, uma vez que tal lacuna não permite conhecer a exata composição inicial da biblioteca, além de impedir que se conheçam de modo preciso as preferências de Baptista Caetano em matéria de leitura.

Entre as obras existentes na biblioteca, CAMPOS diz, a respeito da doação inicial de Baptista Caetano, que esta teria sido de grande monta, e cita como componentes desse acervo a *Revue de deux mondes*, a *Encyclopedie methodique* de Diderot e d’Alembert e o

---

<sup>202</sup> Todas as informações foram retiradas do ACMSJDR: “Atas das Sessões da Câmara” (ATA-SES 28, 1839-1844).

<sup>203</sup> Em 1915 a Biblioteca passou a funcionar no atual prédio da Prefeitura Municipal da cidade, tendo recebido o nome de seu iniciador em 1916. Na década de 1970 foi novamente transferida de local, ficando num prédio na Rua da Prata, onde atualmente funciona a Biblioteca Municipal. Os livros publicados entre os séculos XVI e XVIII passaram por um trabalho de catalogação na década de 1980, realizado pelas professoras da Escola de Biblioteconomia da UFMG Sônia Conti Gomes e Marysia Malheiros Fiusa, sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Lucy Gonçalves Fontes. Cf.: FONTES, Lucy G.; FIUSA, Marysia M.; GOMES, Sonia de C. *Catálogo de livros raros da Biblioteca Baptista Caetano*. Central Globo de Comunicações da Rede Globo de Televisão, 1992. Em 1999 as obras raras e antigas da Biblioteca Municipal foram mudadas para a Biblioteca do *Campus* Santo Antônio da FUNREI, em espaço cedido por esta instituição. Há um novo projeto de organização, catalogação e classificação de todas as obras sendo realizado com o financiamento da Fundação *Vitae*, sob a coordenação da Prof. Lucy G. Fontes Hargreaves, do qual fazem parte os bolsistas Augusto C. Dias de Araújo e Monica A. da Silva.

periódico francês *Gazette nationale ou le moniteur universel*, composto de cinquenta e um volumes.<sup>204</sup> Rosemary Tofani MOTTA também cita a *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert, e destaca os periódicos *Le moniteur*, *Jornal de Coimbra*, *Correio brasiliense* e as *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*.<sup>205</sup> Como foi dito, não se tem notícia de uma relação de todos os livros doados por Baptista Caetano. No entanto, existe no Arquivo da Câmara Municipal uma relação parcial de seus livros, incluindo seus preços, mas nessa fonte não se encontra menção ao *Moniteur* ou à *Revue de deux mondes* mencionados por CAMPOS, muito menos aos demais periódicos citados por MOTTA.<sup>206</sup> Dentre outros livros, nessa relação parcial aparece a *Enciclopédia metódica*. Na correspondência em que oferece ao Presidente da Província sua livraria, datada de trinta de julho de 1824, também já citada, as únicas referências que Baptista Caetano faz a seus livros são aquelas, quando dizia ser desde jovem um admirador dos livros e afirma estar doando, dentre “outras interessantes obras”, a *Enciclopédia metódica*. Importante ressaltar que a *Encyclopédie méthodique* não constitui o texto original da *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert (publicada pela primeira vez entre 1751-1772), conforme pensam MOTTA e CAMPOS.<sup>207</sup> A *Encyclopédie méthodique* foi, segundo DARNTON, “uma monstruosidade”, um grande empreendimento editorial, a última e maior enciclopédia publicada no século XVIII. Trata-se de uma incorporação, reorganização e ampliação de várias publicações da *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert, cuja primeira edição foi iniciada em 1782 pelo famoso editor francês Charles-Joseph Panckoucke.<sup>208</sup> Ela simboliza o ponto máximo do enciclopedismo, sendo a obra que ilustra de maneira mais brilhante o interesse pela discussão teórica a respeito de objetos, máquinas, instrumentos etc. e a

---

<sup>204</sup> CAMPOS, op. cit., 1998. p. 167.

<sup>205</sup> MOTTA, op. cit., 2000. p. 113-116.

<sup>206</sup> Existe atualmente na biblioteca uma coleção da *Revue de deux mondes* cuja data inicial é 1855. (Trata-se da segunda série do novo período, ano 25, tomos 9 e 10). Portanto, essa obra não poderia fazer parte do acervo original da biblioteca doado por Baptista Caetano em 1824. O *Moniteur* (1789), editado por Panckoucke, era um jornal revolucionário, que publicava notícias sobre o parlamento durante a Revolução Francesa. Cf.: DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”*, 1775-1800. São Paulo: Schwarcz, 1996. p. 374.

<sup>207</sup> A respeito da *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres* de Diderot e D’Alembert ver: DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos - e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 249-270; FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. p. 107-108; HEYNEMANN, Cláudia. Edições perigosas: a *Encyclopédie* para Robert Darnton. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 167-182, jan./dez. 1995.

<sup>208</sup> A edição encontrada na Biblioteca Municipal data de 1782-1832. O *Moniteur* subsidiou indiretamente a *Encyclopédie méthodique* e, segundo DARNTON, possuía um estilo incompatível com esta. Id., Ibid., p. 383.

“preocupação setecentista de colocar a ciência a serviço do aperfeiçoamento da agricultura, da manufatura, da construção naval e dos transportes”.<sup>209</sup> A *Enciclopédia metódica*, de caráter muito mais científico do que filosófico, marcou um momento decisivo nas relações estabelecidas entre os homens e o conhecimento, pois sua publicação revela e alimenta o interesse pelas ciências que nesse período era crescente entre as elites, promovendo um movimento de disseminação desses saberes nas comunidades de leitura. Segundo DARNTON, não se pode saber se a *Enciclopédia metódica* era tida por seus proprietários como obra de referência ou como obra filosófica, não se pode interpretar o significado atribuído a ela por seus leitores.<sup>210</sup> Seu editor, Panckoucke, afirmava que ela deveria ser “sempre o primeiro livro de toda biblioteca ou gabinete”.<sup>211</sup> Também não posso dizer se essa obra foi lida e nem de que maneira foi lida e/ou utilizada pelo iniciador ou pelos frequentadores da Livraria Pública de São João del-Rei. Não posso, portanto, estabelecer qual tipo de relação essa comunidade de leitura estabeleceu com essa obra em particular, mas posso afirmar, com base na documentação levantada, que essa parecia tratar-se de uma obra “emblemática” para Baptista Caetano, na medida em que era a única citada nominalmente dentre todas as que compunham o *corpus* da Livraria Pública.

Voltando aos demais livros que compunham o acervo original da Biblioteca de São João del-Rei, dentre as fontes que privilegiam esse aspecto da instituição estão os registros do viajante inglês Robert WALSH, feitos durante sua estada na Vila, em 1828. Em sua visita à Biblioteca, afirma que seu acervo era constituído de aproximadamente mil volumes e que ela se encontrava instalada na Câmara Municipal, estando aberta ao público das nove da manhã à uma da tarde. Suas impressões sobre o bibliotecário e editor do *Astro de Minas* Francisco d’Assis Braziel são muito interessantes. Diz o viajante que se tratava de um “padre mulato, de aparência bastante curiosa - baixo, gordo, com um vasto chapéu colocado de banda e o rosto afundado no peito [...] se assemelhava, sob todos os aspectos, a um ‘porco de armadura’ [um tatu]. Tratava-se, contudo, de um homem de talento [...] falava um pouco de francês”. Após mencionar essas características físicas e intelectuais do bibliotecário, WALSH nos descreve o ambiente da Biblioteca, onde os livros ficavam “dispostos ao longo das paredes, numa sala bem arrumada, com uma mesa de leitura no

---

<sup>209</sup>Id., Ibid., p. 350.

<sup>210</sup>Id., Ibid., p. 253.

<sup>211</sup>Id., Ibid., p. 252.

centro”. O viajante cita a existência de livros publicados na língua portuguesa, em espanhol, francês e, para sua surpresa, em inglês. Escritas em francês estavam as obras de Voltaire, Rousseau, e Raynal, “juntamente com outras que aparecem na fase inicial da Revolução Francesa” e a *Encyclopédie*. Dentre os livros ingleses, cita *O Revolucionário Plutarco*, *Riqueza das Nações* de Smith, *Geografia* de Pinkenton, *O Paraíso Perdido*, *Viagem Sentimental* e *Trials for Adultery*, além dos periódicos *Chronicle* e *Times*. Diz ainda que todos os periódicos publicados no Brasil “são recebidos ali e colocados na sala de leitura”.<sup>212</sup>

Mas o documento que traz as informações mais precisas a respeito do acervo inicial da livraria, doado por Baptista Caetano, é uma correspondência, elaborada por seu irmão Francisco de Assis e Almeida, no ano de 1845, no intuito de prestar informações à Câmara Municipal da Vila de São João del-Rei acerca da “Relação dos Livros, que Baptista Caetano deu para a Livraria desta Cidade, e de seus preços, não incluindo muitos, cujas contas se não poderão a dar.”<sup>213</sup>

Como se percebe, a intenção do autor da correspondência é informar o quanto seu irmão despendeu com a livraria e não a composição desta. Não traz mais informações, segundo Francisco, porque o que ele envia “foi o que pude achar dos Livros de Baptista”, o que mostra que seu irmão, iniciador da biblioteca, trazia grande parte de seus gastos registrados em algum livro de contas que, muito provavelmente, se perdeu. Por sorte, outras informações interessantes são dadas, como, por exemplo, de quem Baptista Caetano comprou alguns livros doados à Biblioteca Pública. Francisco de Assis informa-nos que foram gastos cem mil novecentos e vinte réis com livros comprados a João Pedro da Veiga, dez mil oitocentos e oitenta com obras da testamentaria do Vigário Joaquim Marianno e, da testamentaria de Lemos, foram comprados 493\$260 de livros.<sup>214</sup> Faz referência também aos prováveis fornecedores de livros de Baptista Caetano, quando menciona os “Livros comprados à Ogier: 80\$000” ou ainda “ditos comprados à Cogê, compreendendo 123

---

<sup>212</sup> WALSH, op. cit., 1985. p. 77 e 78.

<sup>213</sup> ACMSJDR: Correspondência enviada à Câmara Municipal de São João del Rei, contendo a “Relação dos livros que Baptista Caetano d’Almeida deu para a Livraria desta Cidade, e de seus preços...” - São João del Rei, 23 de setembro de 1845 (documento avulso).

<sup>214</sup> Esses testamentos não foram localizados no Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei/IPHAN.

volumes”.<sup>215</sup> Dentre esses 123 volumes, ao observar seus títulos, fica visível o grande interesse de nosso “benemérito” comerciante por livros “iluministas” e assuntos ligados à França.<sup>216</sup>

De acordo com o referido documento, através do fornecedor Cogê foram adquiridas as “obras completas” dos seguintes autores: Condillac, Mably, Raynal, Helvetius, Diderot e Buffon. Também as *Obras de Napoleão*, os *Ensaio de Montaigne*, livros de história francesa, como *Fastos da Nação Franceza* e *História da França*, sem se referir a seus autores. Um *Diccionario historico dos Cultos*, as *Memórias de Las Casas*.<sup>217</sup> Toda essa compra custou a Baptista Caetano vinte e cinco mil réis.

Além desses a correspondência cita mais alguns livros, como os 44 volumes de *Voltaire, Obras Completas*, que custaram 40\$000. Com as obras completas de Benjamin Constant, Bentham, De Pradt, Say e Bonin, que, juntando-se a outros volumes, como *Curso de Litteratura de La Harpe*, *Martyres*, *Hyssope* (sic)<sup>218</sup>, *Jury Criminal*, *Diccionario Francez*, *Millot*, *História Universal*, *Spectaculo da Natureza*, *Fabulas de La Fontaine*, *Encyclopedia methodica Franceza* e um *Diccionario Histórico* teriam sido consumidos trezentos e quarenta e oito mil réis.

Por fim, mais alguns títulos trazidos pela correspondência, como *Biographia dos contemporaneos* e *Choix de rapports* nos quais foram gastos, respectivamente, 42\$000 e 50\$000. Foram comprados ainda “seis caixões de Livros dos trabalhos da Assemblêa nacional Franceza”, por vinte e quatro mil réis, dois volumes dos *Diários da Assemblêa Constituinte* (12\$120), alguns *Diários da Câmara dos Deputados* em 1826 (20\$000), “ditos em 1827” avaliados em 15\$000 e “Ditos ditos dos Senadores” pela importância de 6\$000.

---

<sup>215</sup> ACMSJDR: Correspondência enviada à Câmara Municipal de São João del Rei, contendo a “Relação dos livros que Baptista Caetano d’Almeida deu para a Livraria desta Cidade, e de seus preços...”

<sup>216</sup> A utilização das aspas em iluministas advém da constatação de que os pensadores que participaram desse movimento de idéias assumiram diferentes posicionamentos, não constituindo, portanto, um grupo homogêneo. “A Ilustração variou conforme as diferenças de nacionalidade, de credo, [de geração] e de religião, havendo, portanto, diferentes Ilustrações”. Cf.: VILLALTA, Luiz Carlos. op. cit., 1999. p. 96 e 102; GAY, Peter. *The enlightenment: the rise of modern paganism*. New York: Norton, 1995. p. 04.

<sup>217</sup> Las Casas teria escrito sobre o homem americano, as civilizações antigas do México e do Peru. Seus dados foram fortemente criticados por Buffon e Raynal. Ver a esse respeito: VENTURA, Roberto. *Leituras do Abade Raynal na América Latina*. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.) *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp: Brasília: CNPq, 1990. p. 171.

<sup>218</sup> Talvez se tratasse da obra *Hyssope*, de “Antônio Dinis da Cruz e Silva, Elpino Nonacriense, poeta lírico e satírico de raro mérito, membro da alçada que julgou os inconfidentes e juiz da devassa contra os jacobinos fluminenses de 1794”. Cf.: RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: São Paulo: Porto Alegre: Kosmos, 1946. p. 275.



É importante ressaltar que, dentre os autores de livros que compunham o *corpus* da Livraria, Diderot, La Fontaine, Rousseau e Voltaire haviam entrado no edital de 24 de setembro de 1770 da Real Mesa Censória, “o mais importante edital que se voltou contra os Ilustrados e os pensadores políticos modernos”.<sup>219</sup> E que, apesar de não terem sido incluídos no temido edital de 1770, autores como Buffon, Condillac, Mably, Helvétius, Raynal e Montaigne, que também figuravam na Biblioteca de São João del-Rei, tiveram várias de suas obras proibidas e inscritas num catálogo organizado pelos órgãos censórios entre 1769 e 1796, poucos anos antes da abertura da dita Biblioteca.<sup>220</sup>

Grande parte dos demais autores existentes na Livraria Pública de São João eram muito lidos em outros locais do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, no período imediatamente posterior à Independência. De acordo com Yara Lis Carvalho SOUZA, “a obra de De Pradt circulava em trechos, recortada, através de vulgarizadores, adquirindo ampla divulgação e eficácia política. [...] Raynal, De Pradt, Benjamim Constant, Mably, Rousseau e outros mais contribuíram, assim, para o aprendizado político das elites”.<sup>221</sup> Outros autores muito lidos no período eram os pensadores liberais Jeremy Bentham e Say.<sup>222</sup>

Outras doações de obras foram feitas, como as noticiadas pelo periódico local *O Astro de Minas*. Em correspondência enviada ao *Astro* em 1827, Baptista Caetano d’Almeida roga ao redator do periódico “a graça de inserir no seu *Astro* a carta junta do Sr. S. M. Antonio Felisberto da Costa a qual se torna digna de publicação por conter huma offerta interessante a Publica Livraria; e mesmo porque della colligirá o Respeitavel Publico as patrioticas intencoes do Sr. Costa”. De acordo com a correspondência do Sargento Mór Costa publicada,

---

<sup>219</sup> VILLALTA, op. cit., 1999. p. 226.

<sup>220</sup> Id., Ibid., p. 228-231.

<sup>221</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 123. Benjamin Constant era lido por D. Pedro (Id., p. 124) e seu livro *Cours de politique constitutionnelle*, publicado pela primeira vez em 04 volumes em 1818-1820, é considerado por MARTINS como “o manual do liberalismo oitocentista”. MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. p. 113. (vol. II). José Bonifácio era “leitor cuidadoso de De Pradt, de quem copiava trechos de obras, tomava deste o argumento de que Portugal, sem o Brasil, enfrentaria a ruína, [além da] apaixonada defesa da *civilização*, como *bem universal* e em *expansão gradual*” [grifos meus]. SOUZA, op. cit., 1999. p. 190-191.

<sup>222</sup> Id., Ibid., p. 128.

*o Atlas Historico, Chronologico, Geografico, e Genealogico de Le Sage, raro, e pouco lido no nosso Paiz; mas que sera hum dia apreciado segundo o seu merecimento, [que] vai para a Biblioteca Publica, sorte que terao outros meos Livros, persuadido, que serao aproveitados, e nao serviraõ para embrulhar cominhos. Deos Guarde a pessoa de V. S. para continuar a marcha, que emprehendeo a bem de espalhar as Luzes, e a instrução publica.*<sup>223</sup>

Outras doações de que se tem notícia foram feitas por “beneméritos filhos da Patria, que, desejosos do augmento das luzes em o nosso paiz, vão doando a nossa Publica Livraria obras, com as quaes ella se vai enriquecendo, e tornando-se mais util á mocidade”, segundo Baptista Caetano d’Almeida. A relação de beneméritos e obras doadas compreendia

*os trabalhos da Assembleia Constituinte de França em 96 volumes, [doados pelo] Illustre Deputado o Sr. Januario da Cunha Barboza [...] o mui importante opusculo moral - Les enfants de l’Abbaye em 6 volumes, [doado pelo] Sr. Cap. Francisco José da Silva [e mais 14 volumes oferecidos pelo Sr. Joaquim Francisco da Rosa]:*  
*Empresas Politicas de Sabédra - 1 vol.*  
*Elementos de Euclides - 1 vol.*  
*Paradise Lost - 1 vol.*  
*Principios de Cirurgia por M. Jerge de La Faye - 2 vol.*  
*Abrégé d’Astronomie, por M. de la Lande - 1 vol.*  
*Eloisa by J. J. Rousseau - 5 vol.*  
*Philosophical Dissertations on the Egiptians and Chinese - 2 vol.*  
*The Letters of Abellard and Heloisa - 1 vol.*  
*Ensaios Politicos, Economicos, e Philosophicos, por Benjamim, Conde de Runford, traduzido em vulgar por Hippolyto José da Costa Pereira - 2 vol.*<sup>224</sup>

Uma possibilidade de pesquisa seria a de rastrear os títulos e compreender não só as escolhas feitas para a constituição do acervo inicial da Livraria Pública com seu tempo, mas ainda o modo como essas obras eram “classificadas” por seus organizadores, tendo em vista que todo livro “é marcado em relação a sistemas de classificação implícitos”, marcas que, de acordo com BOURDIEU, são históricas.<sup>225</sup> A partir da correspondência do subscritor Sargento Mor Antonio Felisberto da Costa, pode-se observar que ele atribuía ao *Atlas* de Le Sage doado um estatuto de livro “sagrado”, “raro e pouco lido” que deveria permanecer e ser utilizado durante muito tempo e não virar papel para embrulho. Mas na medida em que não existem fontes que permitam conhecer qual o possível sistema de classificação estabelecido para os livros que compunham o *corpus* da Livraria Pública de São João del-

<sup>223</sup> *O Astro de Minas*, São João del Rei, n. 16, p. 04, 3.<sup>a</sup> feira, 25/12/1827.

<sup>224</sup> *O Astro de Minas*, São João del Rei, n. 35, p. 02, 5.<sup>a</sup> feira, 07/02/1828.

<sup>225</sup> BOURDIEU; CHARTIER, op. cit., 1996. p. 248.

Rei - o que seria extremamente interessante, pois revelaria em grande parte a percepção desses leitores sobre a distribuição dos livros de acordo com os diversos ramos do conhecimento humano - optei por tentar constituir um outro tipo de classificação. Há uma infinidade de classificações possíveis de se realizar, desde “classificações explícitas [...] divisões da ordem do saber ou das classificações bibliográficas” quanto “classificações utilitárias, as das bibliotecas” e ainda “o sistema de classificações construído por todo leitor”.<sup>226</sup> Ao tentar classificar os livros doados para a Biblioteca, deparei-me com uma grande dificuldade em identificar exatamente de que assunto tratavam, pois, como se pode constatar a partir da leitura das listas de doações, vários tomos trazem como identificação apenas parte dos títulos ou somente os nomes dos autores, como os 44 volumes das *Obras completas de Voltaire*. VILLALTA divide o títulos encontrados em inventários de Mariana em dois grandes grupos: o primeiro de *ciências sacras*, que se subdivide em escritura santa (que compreende a Bíblia e os comentários feitos a partir dela), padres da Igreja (que se refere aos escritos dos primeiros padres), teologia (livros de teologia moral e história sagrada), cânones, liturgia (livros de catecismos, manuais de confessores, breviários, sermões e oratória sacra) e dicionários. O segundo grupo, de *ciências profanas*, subdividido em geografia, retórica, história, dicionário, literatura e gramática, filosofia, política, direito e ciências físicas e naturais.<sup>227</sup> Apesar de não conseguir estabelecer com absoluto rigor a qual das subdivisões citadas pertenciam os livros que compunham o acervo original da Biblioteca de São João del-Rei (dados os limites impostos pelas fontes disponíveis), pode-se afirmar que a maior parte deles se encontrava no grupo de ciências profanas, como geografia, história, filosofia, política, direito, ciências naturais.

---

<sup>226</sup> Id., *Ibid.*, p. 248-249.

<sup>227</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, nº1-2, p. 25, jan./dez. 1995. O autor inspira-se no trabalho de PICARD, Evelyne. Une bibliothèque conventuelle aux XVIIIe siècle: les théatins de Sainte-Anne-La-Royale. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris, n. 27, 235-255, abr./jun. 1979. ANTUNES também utiliza a divisão “entre *Sacros* e *Profanos*, que são categorias inspiradas em Nuno Marques Pereira, autor setecentista do *Compendio Narrativo do Peregrino da América*. Em seguida, as obras *Sacras* foram divididas em: *História eclesiástica* (que tratava de assuntos relativos aos padres e à instituição clerical); *História sacra* (referentes à Bíblia); *Dicionários* (religiosos); *Teologia*; *Liturgia* (envolvendo os catecismos, manuais de confissão e a Sagrada Escritura); e *Cânones* (que abarcava o direito canônico e eclesiástico). As obras *Profanas* foram distribuídas em: *Direito*; *História*; *Belas Letras* (prosa e poesia); *Filosofia*; *Geografia*; *Dicionários* (referentes a assuntos profanos); *Gramáticas* (incluindo as ortografias); *Botânica*; *Medicina*; *Química*; *Matemática*; *Economia*; *Artes plásticas*; e *Arte militar*”. ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Dissertação (Mestrado). Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. p. 84.

Os livros ainda existentes no acervo de obras raras e antigas da Biblioteca Municipal que provavelmente pertenceram a Baptista Caetano foram consultados no intuito de que se pudessem encontrar rascunhos, grifos ou anotações em suas margens. Essas marcas são importantes, na medida em que, através delas, pode-se certificar de que os livros foram lidos, além de obter indícios do que era ou não importante para o leitor, de como aceitava ou contestava as idéias contidas nos textos que leu. A única inscrição encontrada foi feita na primeira parte do volume I das *Oeuvres Complètes de Buffon, Des Époques de la Nature*. Na anotação, seu autor anônimo afirma que o livro era “[...] Uma das melhores obras de Buffon: serve de suplemento á sua Historia Natural. O autor descreve as revoluções do globo terretre e emitte hyposthe[...] (*sic*) arrojadas, algumas das quaes foram confirmadas pela sciencia contemporanea”. Como não há assinatura e nem data do escrito, não podemos afirmar que tenha sido feito por Baptista Caetano. Apenas um dicionário de Português-Francês possui a assinatura do iniciador da Livraria<sup>228</sup> O fato de os livros não possuírem anotações demonstra um tipo de relação com eles, que passa pelo cuidado e vontade de preservá-los, tendo em vista o estatuto de objeto sagrado muitas vezes assumido pelo livro no período.

De outra parte, considero importante enfatizar que nenhuma gramática consta na listagem dos livros que compunham o acervo da Livraria, ao contrário do “Dicionário Francez” que possuía inclusive a assinatura de Baptista Caetano d’Almeida. Essa constatação indica não só que o francês seria a língua estrangeira que mais estaria presente dentre os livros de Baptista Caetano mas designa, principalmente, a preocupação com a leitura, a prioridade dada à prática de se traduzir o que se lia, uma vez que “o número de dicionários evidencia o idioma em que se lê ou em que se pretende ler, enquanto o de gramáticas demonstra preocupações em aprender a falar ou a escrever em determinada língua”.<sup>229</sup>

---

<sup>228</sup> Trata-se do NOUVEAU DICTIONNAIRE DES LANGUES FRANÇOISE, & PORTUGAISE DU PRETRE JOSEPH MARQUES Tire dès Dictionnaires dès meilleurs Auteurs. Troisième Edition, revue, corrige & augmente Par \*\*\*\* A LISBONNE DE L’IMPRIMERIE ROYALE MDCCLXXVI. A obra traz a assinatura de Baptista Caetano d’Almeida na página 678 e ainda a inscrição: “João Baptista da Cunha São João d’El Rey, 29 de Julho de 1831” na folha de rosto.

<sup>229</sup> LOUREIRO, M<sup>a</sup> Olímpia da Cunha. *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*. Porto: Humbertipo, 1994. (Col. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão - 3). A autora analisou 125 bibliotecas de particulares na cidade do Porto, constatando que dos 6122 títulos identificados 235 eram gramáticas e dicionários (49% e 30% respectivamente). p. 132-133.

Sobre a posse de livros no Brasil, VILLALTA afirma que, mesmo antes da vinda da família real portuguesa, em 1808, “assistiu-se a uma mudança na composição das bibliotecas” particulares do Brasil. Havia sim predominância das obras de cunho religioso, mas “em algumas livrarias, em particular nas pertencentes a pessoas que tiveram acesso a uma educação mais esmerada, abriu-se espaço para as ciências e os saberes profanos, deixando-se contaminar pela ilustração”<sup>230</sup>, ainda que se tratasse de obras proibidas pela censura.<sup>231</sup> E complementa dizendo que, se durante o século XVIII o latim era a língua culta utilizada pelos intelectuais e os livros lidos geralmente se encontravam escritos nesse idioma, a partir do fim dos setecentos, outra língua começa a se disseminar, ocupando o lugar do latim, e “obras publicadas em francês tornavam-se freqüentes nas bibliotecas coloniais. [...] Na medida em que trazia consigo idéias revolucionárias, o francês era geralmente perigoso para os habitantes da Colônia”.<sup>232</sup> Não só o aparecimento de obras em

---

<sup>230</sup>VILLALTA, op. cit., 1997. p. 361. Há uma extensa bibliografia que versa sobre os livros e as idéias iluministas no Brasil, e várias vertentes interpretativas, sendo o caso mais estudado o da Inconfidência Mineira (1789). COSTA afirma que as idéias ilustradas dos franceses que procuravam denunciar injustiças encontraram terreno fértil nas colônias e viraram “moda” no fim do século XVIII. (COSTA, Emília Viotti da. A Invenção do Iluminismo. In: *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella, 1990). ROUANET, ao constatar a posse de livros a influência do ideário iluminista nos escritos dos inconfidentes mineiros, afirma que “os intelectuais da Inconfidência articulavam sua expressão escrita através do que estou chamando a *língua* da Ilustração [...] a grade epistêmica através da qual o mundo era percebido e verbalizado” por esses homens. (ROUANET, Sergio Paulo. *As Minas iluminadas. A ilustração e a inconfidência*. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Schwarcz, 1996. p. 331-332). VILLALTA, em trabalho mais recente, afirma que também compartilhou dessa perspectiva, embora atualmente prefira pensar, assim como ROMEIRO (ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001), que havia um “legado luso-brasileiro, mediado pelos livros e pelas leituras, [que] imbricou-se nas falas dos Inconfidentes, amalgamando-se com as Luzes, enebriando-se com a Independência dos Estados Unidos da América”. (VILLALTA, op. cit., 1999. p. 459) Portanto, as idéias presentes em Minas naquele momento não teriam sido “importadas” da Europa e os inconfidentes não teriam tomado consciência “subitamente” da situação das colônias a partir da leitura dos livros iluministas.

<sup>231</sup> A fiscalização quanto à posse, circulação e leitura de livros no Brasil colônia esteve a cargo de diversas instituições censórias ao longo da história: Ordinário (1517); censura tríplice (Ordinário, Inquisição mais Desembargo do Paço a partir de 1536); Real Mesa Censória (1768); Real Mesa da Comissão Geral (1787); reinstalação da censura tríplice em 1794; Mesa do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro (1808). Mesmo com a repressão eram comuns tanto os contrabandos de obras defesas quanto as concessões de privilégios para que algumas pessoas ou instituições ficassem autorizadas a comprar e ler livros então proibidos. Ver: VILLALTA, op. cit., 1999. Principalmente os capítulos 4, 5 e 6. Entre 1808 e 1821 a Mesa do Desembargo do Paço era a responsável pelo exame dos livros importados e pelas publicações feitas em território brasileiro. Apesar da proclamação da liberdade de imprensa em 1821, num “clima [ainda] permeado pelos vestígios do Antigo Regime, a liberdade de imprensa em seu sentido pleno não podia se instaurar”. Cf.: NEVES, Lúcia M<sup>a</sup> Bastos P., Antídotos contra obras ‘ímpias e sediciosas’: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Histórias de Leitura). Citação: p. 391.

<sup>232</sup> Id., *Ibid.*, p. 346. Sobre livros franceses defesos encontrados em posse de letrados mineiros de fins do XVIII, Cf.: VILLALTA, op. cit., 1996; Idem, op. cit., 1999; ou ANTUNES, op. cit., 1999.

francês aumentava nas bibliotecas do período, mas crescia também a “diversificação dos interesses [...], estendendo-se das obras devocionais e de ciências sacras para as ciências profanas, principalmente as naturais”.<sup>233</sup> De acordo com VELOSO e MADEIRA, principalmente “no decorrer do século XIX, assiste-se à perda progressiva dos valores e modelos lusitanos. Torna-se notória a hegemonia da cultura francesa, por intermédio dos vários bens materiais – moda, arquitetura, etiqueta, obras de arte e literatura –, de práticas sociais, como a frequência a salões e saraus literários, e até mesmo na modelação das instituições culturais”<sup>234</sup>, como as bibliotecas e sociedades literárias. Pesquisando a virada o século XVIII para o XIX, VILLALTA encontrou referências de bibliotecas de letrados que possuíam interesses literários bastante parecidos com os livros doados por Baptista Caetano. O primeiro deles, o padre baiano Francisco Agostinho Gomes,

*reunia a melhor e maior livraria particular do Brasil de então, composta de milhares de livros, entre eles as obras de Lavoisier, de Buffon, de Thomas Paine, de William Robertson; a ‘Encyclopédie’ de Diderot e D’Alembert, e a ‘Wealth of nations’, de Adam Smith; e títulos variados em língua inglesa e francesa sobre história natural, economia, política, viagens, filosofia. [...] No Rio de Janeiro, João Mendes da Silva, pai do poeta Antônio José, possuía 250 volumes, 150 de direito e o resto, de história e curiosidades. [...] Na biblioteca de [Mariano José Pereira], os livros franceses, de vários assuntos, eram a maioria dos 96 volumes, destacando-se a ‘Histoire philosophique’, do abade Raynal, o ‘Émile’, de Rousseau, e os ‘Direitos do cidadão’, de Mably”.*<sup>235</sup>

Portanto, apesar da ausência de um sistema nacional de educação e de não haver ainda um *campo*<sup>236</sup> da literatura solidamente constituído no Brasil, estava sendo composta a elite intelectual do país naquela época, muitas vezes educada em locais de sociabilidade de idéias. Assim, não é preponderantemente através da escola que vai se dar o acesso ao escrito nesse momento histórico. Ela é apenas uma dentre as muitas possíveis estratégias de difusão do *letramento*. Em espaços sociais de exercício da leitura - como as bibliotecas,

<sup>233</sup>VILLALTA, op. cit., 1996. p. 365.

<sup>234</sup>VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo : Paz e Terra, 1999. p. 67. CAMPOS, op. cit., 1998 também afirma ter sido a “influência da Ilustração francesa [...] patente” no Brasil do século XIX. Cf.: p. 167. Sobre o antilusitanismo político cf.: RIBEIRO, Gladys S. ‘Pés-de-chumbo’ e ‘garrafeiros’: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 160-165, set./ago./1992.

<sup>235</sup>VILLALTA, op. cit., 1997, p. 367.

<sup>236</sup>O conceito de *campo*, no sentido usado por BOURDIEU, refere-se a um espaço estruturado, com uma lógica interna própria, no qual as posições sociais são definidas de acordo com a distribuição de capitais que lhes são específicos. Para que seja possível ocupar uma posição num *campo*, seus agentes batalham, sendo o agente ou grupo que conseguir acumular maior quantidade de bens específicos o vencedor, passando a dominar o *campo*. Mais detalhes a esse respeito Cf.: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 59-73.

os gabinetes de leitura, as sociedades científicas e literárias – constituíam-se ambientes nos quais havia uma recepção compartilhada dos textos por meio de uma comunidade de interpretação que procurava conhecer e traduzir o mundo a partir de parâmetros racionais. Nesses espaços predominantemente masculinos, a cultura francesa foi, de maneira crescente, afirmada e idealizada como o símbolo máximo do mundo civilizado, sendo apropriada de diferentes modos. O desejo das elites oitocentistas brasileiras de se aproximar dessa cultura “superior” pode ser constatado tanto através da maneira como se pensou organizar o funcionamento dos ambientes de sociabilidade de idéias, quanto a partir da presença maciça de obras de autores franceses e de livros publicados em seu idioma.

Retornando ao acervo da Livraria Pública de São João del-Rei, como foi dito, a instituição contava com as subscrições e a possibilidade de isenção das taxas das obras que viessem do Rio de Janeiro e passassem pelo Registro de Mathias Barboza. Mas parece que essas medidas ainda não eram o bastante para sua ampliação. Dessa forma, pensando em saídas para aumentar o *corpus* e dinamizar a utilização da Livraria, ao assumir o cargo de Diretor, Aureliano Coutinho oferece à sua Mesa Administrativa os “Projectos d’Estatutos para a Organização da Sociedade Phylopolytechnica” (uma sociedade literária), durante a primeira reunião após sua inauguração. De acordo com aviso publicado no *Astro*:

*Hontem fez-se a reuniao da Mesa Administrativa da Biblioteca desta Villa para a leitura do Projeto de Estatutos da Sociedade Philo-polytechnica, que por permissão de S. M. I. se vai estabelecer nesta Villa offerecido pelo seu Director o Doutor Aureliano de Souza Oliveira Coutinho; obra digna de todo elogio nao só pelas luminosas idéas que apresenta o seu illustre autor, mas ainda pelo bom arranjo dellas. A Sessao foi aberta com um eloquente discurso, que breve offereceremos ao Publico*<sup>237</sup>.

A seguir, passarei à descrição da maneira como se pensou organizar essa instituição protetora da Biblioteca e às análises feitas a partir do estudo desse tipo de espaço de sociabilidade, na medida em que também se trata de um local que visava a promover a ampliação das práticas de leitura em São João del-Rei.

---

<sup>237</sup> *O Astro de Minas*, São João del Rei, n. 07, p. 04, 3ª feira, 04/12/1827.

## Capítulo III

### **A SOCIEDADE PHILOPOLYTECHNICA DE SÃO JOÃO DEL-REI: ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DO *LETRAMENTO***

#### **I - O PROJETO DA SOCIEDADE DE LEITURA: “promover a prosperidade literária de cada sócio, da sociedade e da nação”.**

No capítulo anterior demonstrei que a Biblioteca Pública em estudo deve ser entendida dentro de um contexto de circulação do escrito, do qual faziam parte diversos tipos de suporte para a leitura, estando dentre os mais importantes os jornais ou folhas públicas. Devido à amplitude da circulação desses periódicos - o que não é objeto dessa pesquisa - neste capítulo vou me deter a analisar a Sociedade de Leitura, na medida em que essa instituição é exemplar no que se refere à maneira como os que viveram no século XIX se relacionavam com o escrito. Numa sociedade não marcada pelo modelo escolar, o estudo da Sociedade de Leitura mostra que, na medida em que a escola não era a instituição difusora do *letramento* por excelência, outras formas de acesso ao escrito deveriam ser “arquitetadas” e postas em prática pelas elites desejosas de instrução. No caso de São João del-Rei, percebe-se que as estratégias de inauguração da Biblioteca e da Sociedade de Leitura se encontravam em constante diálogo, e que raramente se menciona a relação entre a Biblioteca e a escola na documentação levantada.

Historicamente, foram várias as instituições culturais ligadas a livros inauguradas por diversas partes da Europa e das Américas. Além das *bibliotecas* podemos destacar as *sociedades literárias* e os *gabinetes de leitura*. De acordo com WITTMANN, “o desenvolvimento histórico das sociedades literárias começou com assinaturas conjuntas de jornais no século XVII, mais tarde também de revistas. Tais círculos de leitura, que serviam para acalmar a fome de informação, muitas vezes conservaram-se até o século XIX sem qualquer institucionalização”<sup>238</sup>. Ao lado das bibliotecas, as sociedades literárias foram as instituições que, segundo WITTMANN, representavam a grande “revolução da leitura” que

---

<sup>238</sup>WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?. In: CHARTIER, R. e CAVALLO, Guglielmo (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. (vol. II). p. 159.



vinha ocorrendo na Europa desde o século XVIII, quando esse continente assistiu ao crescimento de seu contingente de leitores, principalmente entre as camadas “burguesas”. Tanto na Alemanha quanto na Inglaterra e França, grande número dessas associações teria sido inaugurado, com intuito de promover a “emancipação cultural da burguesia”<sup>239</sup>.

No Brasil setecentista foram muitas as *sociedades literárias* onde se reuniam os letrados da época. Esse tipo de espaço de sociabilidade, segundo Roberto Acízelo SOUZA, gerava entre seus sócios participantes um espírito associativo, que “não consistia apenas na reunião regular ou intermitente dos escritores; mais do que isso, consubstanciava-se na concepção de um programa de trabalho intelectual coletivizado”<sup>240</sup>. Num levantamento desse tipo de academia inaugurada no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, o citado autor faz uma relação dos “atos acadêmicos em homenagem a personalidades (Academia dos Seletos - Rio de Janeiro, 1752 -, em preito a Gomes Freire de Andrada, e Academia em Homenagem a Bernardo José de Lorena - São Paulo, 1791)” além disso, mais sete academias: Academia Brasílica dos Esquecidos (Bahia, 1724-5), Academia dos Felizes (Rio de Janeiro, 1736-40), Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos (Bahia, 1759), Academia dos Felizes (São Paulo, 1770), Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-9), Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-90; 1794), Sociedade Bahiense dos Homens de Letras (1810)<sup>241</sup>. Uma das mais importantes instituições que buscava ampliar o acesso ao escrito foi a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, criada inicialmente como “Academia Científica”, em 1771. Em 1779 teve seu funcionamento suspenso pelas autoridades, por se tratar de um espaço “perigoso”. Foi reaberta em 1786, já com o nome de Sociedade Literária do Rio de Janeiro, e funcionou até 1790, quando foi novamente proibida. Veio a retomar suas atividades em 1794, desta vez por apenas quatro meses, quando é

---

<sup>239</sup> Id., *Ibid.*, p. 156. HABERMAS contabiliza mais de 270 sociedades literárias na Alemanha no fim dos anos setecentos. Esses locais de sociabilidade ofereciam “a possibilidade tanto de ler revistas e jornais quanto também, igualmente importante, a oportunidade de conversar sobre o que foi lido”. Ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 92.

<sup>240</sup> SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999. p. 19. Ver também: CAVALCANTE, Berenice. Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n° 1-2, p. 53-66, jan/dez 1995.

<sup>241</sup> SOUZA, op. cit., 1999. p. 18.

definitivamente fechada, e alguns de seus membros denunciados e presos por três anos por “professarem contra a religião, a monarquia e a favor da República francesa”<sup>242</sup>.

A respeito do surgimento dos *gabinetes de leitura*, Ana Luiza MARTINS diz que esses eram, a princípio, instituições exclusivamente européias, sendo inaugurados principalmente em países como a França, a Inglaterra e a Alemanha setecentistas. Mas ao se disseminarem pelos Estados Unidos e Brasil, foram se diversificando e tomando outros significados, apesar de possuírem em comum com os *gabinetes* europeus o fato de serem locais de proposta laica, onde se alugavam livros, muitas das vezes para leitura domiciliar. No Brasil, além da locação de livros, os *gabinetes* possuíam, de maneira geral, um caráter filantrópico, sendo um dos mais importantes espaços brasileiros desse tipo o Gabinete Português de Leitura, inaugurado na Corte do Rio de Janeiro em 1837, com forte proposta política<sup>243</sup>.

Ao ressaltar a importância dos estatutos de bibliotecas e sociedades literárias como fontes para o mapeamento do universo do livro e dos leitores, Valéria AUGUSTI faz uma análise dos estatutos do Gabinete Português de Leitura, da Biblioteca da Marinha e da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, mostrando como esses espaços de leitura organizada geravam em seus freqüentadores vários constrangimentos, pois eram estipulados em seus regimentos tanto o tipo de público que podia se utilizar de seus serviços quanto os dias, horários, número de livros emprestados então permitidos e ainda as práticas de leitura instituídas. Assim, “numa análise conjunta, os catálogos e estatutos de bibliotecas recobrem

---

<sup>242</sup> JANCÓS, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Schwarcz, 1997. p. 412-413. KURY, Lorelai B.; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, p. 112, jan/dez 1995.

<sup>243</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido. (1847-1890)*. Dissertação (Mestrado). USP, 1990. A autora afirma que a denominação *gabinete* assumiu múltiplos significados ao longo da história e faz uma distinção entre *gabinete* e *biblioteca*, pois, apesar de o gabinete possuir uma biblioteca, era ainda espaço para discussão política, leitura organizada etc. A respeito do surgimento dos *gabinetes de leitura* cf. p. 21-31. Sobre o “Gabinete Português de Leitura” p. 32-53. Ver ainda: Id. *Gabinetes de leitura no Império: casas esquecidas da censura?*. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Histórias de Leitura). p. 395-410.

universo do livro, enquanto objeto cultural em circulação, e, também, o universo da leitura, enquanto prática sujeita, no caso dessas instituições, ao controle e à vigilância”<sup>244</sup>.

As semelhanças da Sociedade Phylopolytechnica de São João del-Rei com as sociedades literárias alemãs descritas por HABERMAS são muitas. Assim como na Alemanha, onde os sócios “elegem a sua diretoria de acordo com os estatutos, resolvem por maioria sobre a aceitação de novos membros, decidem questões conflituosas sobretudo por vias parlamentares”<sup>245</sup> etc., os Estatutos da sociedade de São João del-Rei trazem todas as informações acerca do modo como esta seria organizada. Começam afirmando que “esta sociedade he livre, litterariamente fallando; isto he, proffessa-se nella a liberdade de pensamento, e de expressão”, sendo “as leis sociaes, e religiosas [...] a unica coacção externa”<sup>246</sup>. Essa sociedade, ligada à Biblioteca, seria constituída a partir de um “pacto espontâneo de Litteratos associados”, sendo seus membros todos os subscritores da Biblioteca Pública, que, ao subscrever, “mostrão ser amantes das letras e desejosos do progresso do espirito humano”<sup>247</sup>. Desde que matriculados, poderiam se inscrever nela outros sócios da Vila, da região, ou correspondentes de todas as Províncias do Império, qualquer um que se interessasse por ciências, literatura ou artes. A admissão dos novos sócios seria feita a partir da indicação de nomes pelos sócios efetivos. O segundo passo seria a votação secreta dos nomes indicados. Após a votação, a matrícula só seria aceita se pelo menos dois terços dos subscritores tivessem concordado com a entrada do nome indicado. Os estatutos deixam claro que, para se tornar sócio, não bastava a indicação de um subscritor, pois, apesar de a sociedade se declarar livre, os requisitos essenciais para se tornar um membro são: “além de bons costumes, e consideração da sociedade civil, ser amante da litteratura em geral, das artes e sciencias”<sup>248</sup>. Após a indicação e a votação, sendo um novo sócio aprovado, este receberia como atestado de sua inserção nesse grupo um diploma assinado pelo Presidente e pelo Secretário da Sociedade. Portanto, não era permitida a participação de qualquer pessoa nessa associação, pois, apesar de ela não falar

---

<sup>244</sup> AUGUSTI, Valéria. Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. *Leitura, teoria & prática*. Campinas, São Paulo: ALB: Porto Alegre: Mercado Aberto, n. 32, p. 13, dez./1998.

<sup>245</sup> HABERMAS, op. cit., 1984, p. 92.

<sup>246</sup> Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica emprehendida em a Villa de São João D’El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 817, 1899.

<sup>247</sup> Id., Ibid., p. 835.

<sup>248</sup> Id., Ibid., p. 836.

dos “limites sociais, a homogeneidade social era assegurada pelo fato de que, para a aceitação de novos membros era necessária uma decisão da maioria”<sup>249</sup>. Tendo sido a proposta de criação da sociedade de leitura de São João del-Rei feita por uma parcela da elite local, observa-se que ela estava destinada a uma parte específica da população: os “cidadãos”, homens livres e de posse que se relacionassem bem com Baptista Caetano e os subscritores, ficando clara a intenção *excludente* desse projeto “civilizatório”. Além de se perceber que a sociedade se destinava idealmente aos homens de posse, ou seja, possuía um caráter restritivo, vê-se, através de seus Estatutos, indicativos acerca das tensões existentes entre os que compunham a elite de São João del-Rei, já que as votações deveriam ser secretas, a fim de “acautellarem-se assim odios, e vinganças por aqui occasionadas”<sup>250</sup>, o que indica que essa elite não era homogênea. Tinha-se como objeto de disputa o reconhecimento da posse do capital cultural, marcado por diversas formas de distinção, havendo sempre uma dupla estratégia, baseada tanto no pertencimento quanto na exclusão.

Sugere-se que a Sociedade seja constituída de três corpos ou Institutos. O primeiro seria o “Gymnasio Litterario”, que teria como finalidade “aperfeiçoar nossas faculdades pela deliberação, e pelo conflicto das Luzes em todos os assumptos dos conhecimentos humanos” ou seja, seria este corpo um fórum de discussões sobre o conhecimento humano, classificado por seus membros em os “trez grande objectos - Sciencias, Artes e Letras”, sendo que os assuntos debatidos sempre deveriam seguir essa ordem. Seria, nos dizeres do Estatuto, “huma escolla de perfeição, huma assembléa de ensaios”, de “índole [...] parte scientifica, parte erudita, parte instructiva”<sup>251</sup>.

Esse primeiro corpo da Sociedade deveria funcionar numa sala, com uma mesa no alto e três cadeiras. Esses móveis seriam ocupados pelo Presidente, que ocuparia a cadeira do centro, pelo Secretário (à direita) e pelo “Tachygrafo” (do lado esquerdo). Deveria haver outra mesa no fundo da sala, que seria a do “mestre de cerimônias”, que agiria como um ajudante do Presidente. Nas primeiras reuniões de cada mês, seriam escolhidos os funcionários do “Gymnasio”, não ficando nenhum sócio isento de exercer os diversos cargos desse Instituto<sup>252</sup>. O Presidente teria o como principal objetivo manter a ordem das

---

<sup>249</sup> WITTMANN, op. cit., 1999, p. 159.

<sup>250</sup> Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica., op. cit., p. 836, 1899.

<sup>251</sup> Id., Ibid., p. 817 e 818.

<sup>252</sup> Id., Ibid., p. 819.

sessões e dirigir a discussão dos temas propostos e, sobre sua mesa, estariam sempre uma publicação da “Lei Fundamental do Império, a da Lei da Liberdade de Imprensa, e os estatutos dessa Sociedade”, além de um livro em branco para o secretário copiar as atas das reuniões<sup>253</sup>. A presença física das Leis impressas por sobre a mesa do Presidente da Sociedade de Leitura revela o quanto seus idealizadores queriam se afirmar simbolicamente como obedientes à ordem pública imperial e, ao mesmo tempo, indica que essa elite percebia que a leitura organizada e o debate de idéias poderiam ser considerados perigosos pelos representantes do Estado.

Chama a atenção o fato de o Estatuto afirmar que haveria “concorrencias” entre os participantes das reuniões do “Gymnasio Litterario”, sendo inclusive os vencedores de cada “ramo de disciplinas” “coroados” durante um “ritual”<sup>254</sup>. Os que alcançassem maior distinção nos assuntos discutidos “separar-se-hão do resto da assembléia [...] e sentar-se-hão conduzidos pelo mestre de ceremonias [...] ao lado do Prezidente”. Tendo essa honra, os vencedores das discussões verbais ficariam à esquerda e os de escritos à direita do Presidente do Ginásio Literário<sup>255</sup>. Essas “concorrencias” ou “rituais” seriam realizadas todos os sábados à tarde, durante três horas seguidas, da seguinte maneira: após a leitura e aprovação da ata da sessão anterior, seriam encaminhadas as propostas para o debate. Logo a seguir, os sócios poderiam propor os assuntos para o debate, anunciando-os em voz alta. O Presidente, depois de “classificar” a que ramo dos conhecimentos humanos o assunto pertenceria, “se apparecerem socios n’ella versados que se offereçam para a discutir, ou competir, [...] entrará o assumpto”. Caso a proposta a ser discutida fosse considerada “escandalosa”, poderia ser rejeitada, tendo claro que por “escandaloso” entende-se o que pode ferir “qualquer pessoa, ou Leis”<sup>256</sup>. Esses trechos acima descritos permitem as seguintes reflexões: primeiramente, para que o sócio pudesse participar das atividades da instituição, era preciso estar livre de encargos o tempo suficiente para ler, procurar se informar e para participar das reuniões. Dessa forma, aqueles que precisassem trabalhar diariamente para garantir seu sustento jamais poderiam dispor de horas livres o bastante para se dedicar a tal empreendimento, o que obriga a uma imediata “seleção” dos sócios.

---

<sup>253</sup> Id., Ibid., p. 818.

<sup>254</sup> Id., Ibid., p. 818.

<sup>255</sup> Id., Ibid., p. 825.

<sup>256</sup> Id., Ibid., p. 822 e 823.

Em segundo lugar, apesar de haver um desejo de “libertação”, conseguido através da leitura e confronto de idéias, deveria haver “bom senso” e respeito pelas instituições sociais, nunca “escandalizando” ou ferindo as leis, ou seja, essa comunidade de leitores sabia o quanto esse tipo de leitura organizada era perigosa, pois poderia fugir ao controle dos padrões sociais estabelecidos. Dessa maneira, agia também de forma a “dirigir” e “orientar” a leitura, a maneira como os impressos deveriam ser entendidos e como os assuntos propostos deveriam ser discutidos.

Com relação aos temas para as discussões, caso algum fosse aceito para o debate, o Presidente deveria definir se ele deveria ser “assumpto de recitação - assumpto de discussão verbal - assumpto de emulação por escripto, ou programma”<sup>257</sup>. O tempo todo a relação com o escrito se dá de maneira ritualizada, pois para essa elite o livro é “sagrado”, e a maneira de se colocar em contato com ele nesse espaço de sociabilidade deve ser organizada num sistema de distinção e promoção. Certamente, aos assuntos de maior destaque na época ou que possuíssem maior número de sócios capazes de discuti-los seriam dispensados maior tempo de debate e, a partir do confronto, um escrito a seu respeito seria organizado por seu proponente. Aos assuntos de programas escritos vencedores “considera-se huma nova honra” sendo imprimidos com a permissão de uma “Commissão de sençura”<sup>258</sup> (sobre a qual se falará posteriormente). Caso não haja quem queira ou possa falar acerca do assunto proposto, este seria rejeitado, ou “se observar que a questão depende de novas experiencias de factos, ou de fontes que não sejam communs à assembléa, será logo sustada [...] e remetida como em consulta à faculdade, ou pessoa que possuir as fontes proprias (isto quando a Sociedade venha a ter tal amplitude de correspondencias)”<sup>259</sup>.

Para que as discussões feitas no Ginásio Literário não ficassem restritas ao círculo dos seus sócios, pois dessa forma a única coisa que conseguiria era “[tirar] de si proprias luzes para as concentrar em si mesmo [...] avaramente num circulo inutil”, tornando-se “hum instituto solitario, insufficiente á si mesmo, e indifferente á Sociedade”, os estatutos propõem um outro corpo, para que o primeiro possa “gozar de huma vida de relação [...] que abra huma porta ao ingresso das luzes, e outra ao derramamento d’ellas”. Esse segundo corpo seria chamado “Gabinete de Estudos”, descrito como um “Instituto estudioso, a fim

---

<sup>257</sup>Id., Ibid., p. 821.

<sup>258</sup>Id., Ibid., p. 824.

<sup>259</sup>Id., Ibid., p. 823.

de nos enriquecer, e pôr ao nível das luzes da Europa culta pela leitura das peças periodicas de varias Nações”. Este “thezouro” seria dividido com os demais interessados através de um periodico, uma folha “d’extractos” redigida pelos sócios participantes. Enquanto o primeiro corpo “nutrirá nosso Instituto do espírito das Nações cultas da Europa”, o segundo corpo teria um objetivo educativo mais amplo, pois nele se “diffundirá esse mesmo espirito sobre as bellas e remottas Provincias da nossa infante Nação”. A intenção de se tornar um instituto que desse aos leitores de seus extratos a possibilidade de se educar é muito enfatizada, pois, de acordo com os Estatutos, o Gabinete “terá por fim o estudo, e o ensino”, ficando ocupado “em recolher, e transmittir”<sup>260</sup>. Nessa passagem vê-se como a Sociedade de Leitura tentava assumir o que posteriormente se tornou “obrigação” dos sistemas escolares de ensino: *recolher e transmitir* o conhecimento. Ao contrário de outros estatutos de sociedades literárias, os da Sociedade Philopolytechnica de São João del-Rei não fazem nenhuma referência à escola<sup>261</sup>. No Rio de Janeiro, a *Sociedade Jovial e Instrutiva*, inaugurada em 1829 por dez jovens, tinha como objetivo “o ensino recíproco dos membros entre si”. Em 1831, “a polícia procurava ativamente as sociedades secretas e as perseguia rigorosamente. Para não parecerem suspeitos nem passarem por conspiradores, os membros da *Sociedade Jovial* não se limitaram a admissões e conceberam a idéia de abrir escolas”. Os estatutos passaram por reformulações e, a partir de 1831, a sociedade passou a se chamar *Amante da Instrução*, tendo criado cursos de ensino elementar, de Francês, Português, Latim, Lógica, um asilo para órfãs etc.<sup>262</sup>

Para o funcionamento da Sociedade de Leitura de São João seria arranjada uma sala com mesa, cadeiras, escrivaninha, papel, tinta e os materiais de leitura. Chamo a atenção

---

<sup>260</sup> Id., Ibid., p. 826 e 827.

<sup>261</sup> Talvez o motivo fosse o grande descontentamento da população local com a Escola do Ensino Mútuo (inaugurada aos 28/3/1827), pois tanto na documentação da Câmara Municipal quanto no *Astro de Minas* observa-se que na Vila esse modelo de escola pública passava por grandes dificuldades no momento de sua implantação. Quanto ao número de alunos, diz o responsável pela Escola do Ensino Mútuo e subscritor da Biblioteca Cadete José Queiroga de Vasconcelos e Ataíde que “escede muito a 90, e seria muito maior, se falsos boatos” e a “ignorância dos pais de alguns meninos” não os fizessem abandonar a escola. Há vários desentendimentos entre o Cadete, os professores da Escola e os pais dos alunos, fontes interessantes para futuros estudos. Cf.: ACMSJDR: “Cartas e Editais da Câmara” (CAED 68, 1823-1831). Folhas: 163-165v; 175v-176; 181; 183-185v; 197. Ou ainda: *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 58, p. 01 (3.<sup>a</sup> feira, 1.<sup>o</sup> /4/1828); 63, p. 02 (sáb., 12/4/28); 72, p. 02 (sáb., 03/5/28); 81, p. 01 (sáb., 24/5/28); 92, suplemento (5.<sup>a</sup> feira, 19/6/28). Dessa forma, na medida em que a escola de São João não estava cumprindo o papel de “instruir a mocidade”, a Sociedade Literária poderia ocupar esse lugar.

<sup>262</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *A instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC, 2000. p. 211-212. Ver também o caso do *Liceu Literário Português*, p. 213-218.

para o fato de se perceber, dessa forma, o modo de leitura pretendido (ler anotando), pois, se foi pensada a possibilidade de se adquirir mobiliário adequado para a escrita, além de papéis e tinta, isso indica que os leitores das obras da Sociedade de Leitura deveriam anotar em folhas avulsas as passagens dos livros que mais lhes interessassem. Dentre tudo que se classificou na época como “materiais de leitura” estariam, além dos periódicos brasileiros, folhas públicas de outros países, pontos considerados os mais “civilizados”. Como foi mencionado anteriormente, essas “interessantes” obras viriam da França, de Portugal, da Inglaterra e de “Cadiz” na Espanha<sup>263</sup>. Além dessas, comporiam o *corpus* do Gabinete algumas obras de referência, como “peças classicas de Geographia, Historia, e Linguas para a intelligencia dos periodicos, e bem assim todos aquelles Livros instructivos que se poderem ir obtendo”. Haveria duas “comissões” a constituir esse segundo corpo da “Sociedade Philopolitechnica”, uma responsável por redigir os extratos mensais a ser publicados e outra para censurar esses textos antes de irem para as prensas, que trabalhariam nos oito últimos dias de cada mês. Todos os sócios poderiam participar dos trabalhos desse gabinete, que funcionaria diariamente, das nove às doze e das quatorze às dezoito horas<sup>264</sup>.

A assinatura dos periódicos deveria ser aprovada preliminarmente pela Sociedade, tanto os “Nacionaes” quanto os “Estrangeiros”. Caso a Sociedade não dispusesse de condição financeira para a assinatura, seria feita, “com aprovação da Assembléa uma *derrama pelos Socios*”<sup>265</sup> [grifo meu] Mais um motivo que permite enfatizar o caráter elitista desse grupo, pois não era qualquer um que teria condições econômicas favoráveis o bastante para dispor de dinheiro de maneira inesperada, caso a manutenção do Gabinete ou da Biblioteca requeresse.

Dentre os periódicos existentes no acervo do Gabinete, sua distribuição entre os leitores deveria ser “uniforme [...] [para] que todos possam ler tudo”. As folhas públicas em “línguas communs” deveriam sempre ser lidas em silêncio, mas as publicadas em “linguas

---

<sup>263</sup> ACMSJDR: “Livro para subscrição voluntária...”, “Correspondência de Baptista Caetano d’Almeida ao Juiz de Fora da V. de S. João del-Rei e aos Cidadãos da mesma Vila, comunicando-lhes a data da inauguração da Livraria Pública - S/D.” Sobre a utilização de papel e tinta pelos leitores da Sociedade Literária, ver também: *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n.º 08, p. 04, quinta-feira, 06/12/1827.

<sup>264</sup> “Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica...”, op. cit., p. 827e 828, 1899.

<sup>265</sup> Id., Ibid., p. 828 e 829.



menos vulgares poderão ser [lidas] por um interprete, [...] mas em lugar separado”<sup>266</sup>. Dentre essas “línguas menos vulgares”, poderia se pensar no alemão, uma vez que Baptista Caetano, ao sugerir assinaturas de jornais de diversos países europeus, não estimula em nenhum momento a assinatura de uma “folha publica” em línguas germânicas. Mas WALSH afirma que, durante sua estada em São João del-Rei, “descobrimos que havia três pessoas na cidade que falavam inglês e eram membros da biblioteca, além de algumas outras que conseguiam ler a língua e estavam fazendo progressos na conversação”<sup>267</sup>. Dessa forma, constata-se que o idioma britânico também era, para grande parte dos moradores da Vila de São João, uma “língua menos vulgar”. Dentre os subscritores da biblioteca que falavam inglês, sabemos através de WALSH que um deles era Aureliano Coutinho, Diretor da Biblioteca.

Dentre os funcionários do Gabinete, o “Conservador” (que ocuparia também o cargo de bibliotecário da Livraria Pública) seria o responsável por manter a ordem, inventariar as “peças” do Gabinete e ajudar o “Redactor” em seus trabalhos<sup>268</sup>. A redação dos “extractos”, a cargo do Gabinete, seria feita mensalmente. Esses extratos constituiriam “uma compilação simples”. Seu principal objetivo e, de acordo com os Estatutos, “vantagem”, “he annunciar n’uma tenue, mas universal synopsis a face actual do mundo litterario”, de modo sintético e “historicamente, e até como uma pura bibliografia”, uma orientação para os estudos. Todos os sócios do Gabinete ficam responsáveis por sua redação, venda e, caso seja necessário, “concorrer provizoriamente [...] para a sua impressão” - mais uma fonte de gastos para os associados. Dependendo da aptidão ou gosto dos sócios é que os assuntos ou ramos do conhecimento seriam distribuídos para a posterior redação dos extratos.

Os que quisessem enviar textos para compor os extratos seriam aceitos, mas todos, tanto os artigos dos sócios, quanto dos colaboradores, deveriam, antes da publicação, ter passado pela comissão de censura. Essa comissão deveria dirigir seus trabalhos tendo como norteadoras “as Leis de liberdade de Imprensa”, a preocupação em corrigir a “ortographia contexto, e elocução”, manter “certo decoro para com individuos, e personalidades”,

---

<sup>266</sup>Id., Ibid., p. 829.

<sup>267</sup>WALSH, *Notícias do Brasil - 1828/1829*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. p. 78. (vol. II).

<sup>268</sup>Todas essas informações, Cf.: “Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica...”, op. cit., p. 835 e 929, 1899.

mesmo que este “decoro” não estivesse descrito nas Leis, que revela, mais uma vez, a perspectiva “orientadora” e, por que não dizer?, cautelosa da Sociedade Phylopolitechnica. Todas as rendas com a venda desse periódico mensal seriam convertidas na compra das “peças, e livros para o augmento do Gabinete”<sup>269</sup>. Sendo todos os trabalhos desse Instituto silenciosos, estes poderiam ser realizados, de acordo com seus idealizadores, na Biblioteca Pública, pois os sócios, ao trabalhar, “não estorvão a qualquer ainda não socio que queira ler” no recinto da Biblioteca. A Biblioteca sempre seria “[administrada], [protegida], e [aumentada] pela Sociedade que [a] considera como seu Gabinete”<sup>270</sup>. Pode-se dizer que, uma vez que o Estado Imperial não tenha se esforçado para ajudar na manutenção e aquisição de novas obras para a Biblioteca, como pediu Baptista Caetano ao doar seu acervo particular - de acordo com documentos citados anteriormente -, essa foi a alternativa encontrada por esses “letrados” para dar continuidade ao projeto de criação de uma livraria. Através desse projeto, além de dar impulso à cultura, levando o País à “civilização” e, conseqüentemente, ao “progresso”, essa parte da elite cultural, política e econômica da Vila de São João del-Rei pretendia instituir uma comunidade de leitores “orientada para a comunicação e reflexão, com o objetivo de formar, por seu intermédio, [sua] identidade social”<sup>271</sup>, distinguindo-se dos “iletrados”, como foi dito.

Apesar de o Gabinete ser o órgão responsável por “proteger” a Biblioteca, esta, por compor um estabelecimento que difere dos corpos da Sociedade de Leitura, teria “um regimento particular”<sup>272</sup> mas, pelo que se tem notícia, esses estatutos nunca chegaram a ser feitos de fato. Ao visitar a biblioteca, WALSH afirma que ela constituía “apenas uma parte de um programa mais vasto proposto por uma Sociedade Politécnica”<sup>273</sup>.

Por fim, haveria anexo a essa sociedade um “Instituto economico”, para administrar e dirigir, denominado “Directoria”, de “indole não [...] litteraria, mas puramente administrativa”<sup>274</sup>.

O último objetivo da “Sociedade Philopolitechnica” seria, após aprovados seus Estatutos por S. M. O Imperador, “para o futuro da aquisição de um predio suficiente, e

---

<sup>269</sup>Id., Ibid., p. 831.

<sup>270</sup>Id., Ibid., p. 835.

<sup>271</sup> WITTMANN, op. cit., 1999, p. 144.

<sup>272</sup> “Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica...”, op. cit., p. 835, 1899.

<sup>273</sup> WALSH, op. cit., 1985, p. 78.

<sup>274</sup> Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica... op. cit., , p. 817 e 832, 1899.

magestoso para nelle estabelecer os seus trez corpos, e um Gabinete de Historia Natural”<sup>275</sup>.

Isso evidencia o quanto essa elite da Vila de São João del-Rei se encontrava ligada ao que André PETITAT denomina “uma cultura técnico-científica”, que ia ganhando espaço entre as elites européias desde a Renascença, mas que toma força nos setecentos, tornando-se maciça sobretudo a partir do século XIX<sup>276</sup>. No seio das elites européias oitocentistas eram muito difundidos os laboratórios de Física, Química e os museus de História Natural.

*These new museums embodied a number of purposes [...] but, more important, these museums were intended to educate their visitors [...] because they have the authentic power to open the visitor’s eyes to the movement and meaning of the stream of life [...]. In the nineteenth-century tradition, the museum is a window onto nature, a microcosm standing in for the macrocosmic stream of life*<sup>277</sup> [grifo meu].

Esse interesse pela “sciencia” demonstrado pelos Estatutos da Sociedade de Leitura “fornecem indicações importantes acerca da articulação entre os conhecimentos técnico-científicos e as práticas sociais”<sup>278</sup>. Podemos, de acordo com PETITAT, admitir que essa sociedade se tratava de um *locus* onde se articulariam saber e poder, pois, para os homens do século XIX, era importante conhecer para controlar e saber para se distinguir da massa de iletrados ou mal letrados. As capacidades de ler e escrever, para esses homens, “eleva-os acima da ‘grosseria’” e, principalmente, “operam uma articulação no topo da pirâmide envolvendo ciências, técnicas e classes dominantes”<sup>279</sup>. Talvez essa tenha sido a grande contribuição da *Enciclopédia metódica* para os fundadores da Livraria Pública de São João del-Rei, pois, na medida em que a obra constituída por si só uma “biblioteca”, um repositório de todos os saberes, possibilitava o acesso ao conhecimento técnico e científico da natureza, não um conhecimento de maneira abstrata, mas incorporado, e que, sobretudo,

---

<sup>275</sup> Id., *Ibid.*, p. 837.

<sup>276</sup> PETITAT, André. *Produção da escola: produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 126.

<sup>277</sup> LENOIR, Timothy; ROSS, Cheryl Lynn. The naturalized history museum. In: GALISON, Peter; STUMP, David J. (orgs.). *The disunity of science: boundaries, contexts, and power*. Stamford: Stamford University Press, 1996. p. 372. De acordo com POMIAN, “até metade do século XVIII, pelo menos em França, são as *medailles*, isto é, as moedas antigas, as peças de coleção por excelência. A partir desta data, serão suplantadas pelos objectos de história natural”. POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1977. p. 77.

<sup>278</sup> PETITAT, op. cit., 1994, p. 133.

<sup>279</sup> FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, op. cit., 1996. p. 206 e PETITAT, op. cit., 1994. p. 134.

permitia a aproximação, o conhecimento e o controle da natureza, submetendo-a a serviço de suas necessidades.

A partir da leitura não só dos estatutos da Sociedade de Leitura, mas também de documentos deixados por parte da elite de São João del-Rei, pode-se perceber de que maneira esse interesse pela ciência tipicamente oitocentista acabou por se tornar parte dos “horizontes de expectativas políticas e sociais”<sup>280</sup> de parte da elite local. Muitas vezes a escrita torna-se um “documento” que materializa, sutil ou explicitamente, as leituras feitas por seu autor. Deve-se, portanto, considerar de que maneira as palavras escritas podem refletir opiniões, gostos e intenções de seu autor, mesmo que ele não dê conta disso.

Em um ofício dirigido à Câmara Municipal de São João del-Rei, Baptista Caetano tenta convencer os vereadores da importância e necessidade de se construir na Vila um chafariz “aquém das pontes”. Quando se refere à água do córrego que pretendia canalizar, o autor da correspondência afirma que, apesar de muitos falarem o contrário,

*nenhuma há que tão boa seja, como a do Chafariz do largo de São Francisco: porque além de merecer a aprovação do químico João Manso, pertence à mesma serventia pública, e já a Câmara tem despendido com ela, e sua conservação o melhor de seis mil cruzados; e demais nenhuma outra há que seja tão abundante, e que menos possa importar o seu encanamento.*

Continuando sua argumentação a respeito da qualidade da água, completa que

*embora digam alguns amigos do velho ideal, que outra origem há da Serra do Lenheiro, que melhor é, e que mais cômodo se tornará o seu encanamento: a estes responderei que contra a experiência não há argumentos, tanto mais quando ela não se funda em factos duvidosos, e sim em factos autênticos, com exames formados por peritos, em 1822, quando se intentou fundar um Chafariz, aquém das Pontes”<sup>281</sup>.*

---

<sup>280</sup>DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo : Schuarcz, 1992. p. 129.

<sup>281</sup> ACMSJDR: “Cartas e Editais da Câmara” (CAED 68, 1823-1831): “Registro de um ofício dirigido a esta Câmara pelo Cidadão Baptista Caetano d’Almeida acerca da Subscrição para o Chafariz público, aos 30/3/1828”. Grifos meus. João Manso Pereira era natural de Minas Gerais, alto, magro e de cor parda. Foi professor de Gramática Latina no Rio de Janeiro. Sabia latim, grego, hebraico, francês e inglês e publicou cinco obras sobre alambiques, destilação de vinho e aguardente etc. Autodidata, solicitou ao frei José Mariano da Conceição Veloso, em Lisboa, vários livros de química. (CAVALCANTI, Nireu O. A livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, p. 187m jan./dez. 1995. Relação dos livros ver nota nº 11.) “Procurava inteirar-se o melhor possível do desenvolvimento da ciência e das técnicas químicas contemporâneas, adaptando-as e buscando aperfeiçoá-las numa série variada de empreendimentos” (FILGUEIRAS, Carlos A. L. “João Manso Pereira, químico empírico do Brasil Colonial”. *Química Nova*, São Paulo, v. 2, n. 16, p. 155, 1993.). Foi membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. (Cf.: KURY, Lorelai B.; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro*.

Outro documento, assinado não só por Baptista Caetano mas também por Pedro José Martins, o Alferes Manoel José da Costa Machado e o Alferes José Coelho Mendes, outros vereadores do ano de 1827 - sendo este último um dos subscritores da Livraria Pública -, também nos traz indicações da importância dada por esses homens aos conhecimentos produzidos “à luz da razão”. Segundo o Acórdão, a municipalidade é responsável, de acordo com as leis, por “cuidar, e pensar em prevenir os males, que podem resultar do desleixo, em que geralmente caem semelhantes corpos pelo esquecimento [...] dos seus deveres, e mesmo não *adotarem o que identicamente se pratica nos Países cultos da Europa, e mesmo da America do Norte, adotando, e adaptando quanto se tem descoberto e útil para prevenir os males físicos*”. A grande preocupação expressada pelos vereadores no documento era com uma possível epidemia de “bexiga”, ou seja, varíola, que “de certos em certos anos nos tem roubado milhares de braços a nossa indústria Agrícola”. Entretanto, o que mais interessa nesse documento é o fato de esses homens mostrarem, como dissemos, sua confiança na “ciência”. Através dessa discussão travada na Câmara Municipal, percebe-se o quanto esses homens queriam enfatizar quais lugares tomavam como modelo, pois suas afirmações indicam de onde eles tiravam inspiração para atacar os males que acometiam a sociedade de seu tempo, tomando medidas que consideravam “civilizatórias”. Fica claro sua filiação aos povos que consideravam “esclarecidos”, quando dizem ser necessário adotar e adaptar as providências tomadas nos lugares “cultos”, ou seja, Europa e Estados Unidos. Confiavam e procuravam o estabelecimento da aplicação de um tipo de saber que era uma das grandes características das elites do século XIX, pois suas atitudes se pautavam em idéias orientadas por saberes racionalmente instituídos, experimentais, “científicos”. Segundo seu plano, para prevenir a epidemia de varíola dever-se-ia agir cientificamente, “antepondo-lhe o previdente remédio descoberto por

---

*Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n 1-2, p. 105-122, jan./dez. 1995. Atenção para a nota nº 37.) Segundo ESCHWEGE, “em 1801 um certo João Manso, mulato de nascimento, tendo extraído dos livros alguns conhecimentos químicos [...] [pensou] estar habilitado para fabricar ferro [e] auxiliado pelo irmão do conhecido mineralogista Andrada [...] construíram eles um alto forno de tijolos [com] [...] um fole manual” e tentaram fundir ferro, diante de convidados ilustres. Não tendo conseguido seu intento, João Manso e o auxiliar “fugiram às escondidas dali” e, ao contar sua aventura frustrada, o mulato “tria-se gostosamente de toda essa história”. (VON ESCHWEGE, W. L. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. p. 202-203).

*homens amantes da humanidade, e que a experiência tem mostrado ser profícuo; este remédio é o vírus vacínico*”<sup>282</sup> [grifos meus].

Os trechos transcritos acima são exemplares, na medida em que mostram o quanto as preocupações com as condições de saneamento da Vila estavam acompanhadas de um discurso baseado nos “conhecimentos científicos”, na “experimentação” e “exames” feitos por especialistas no assunto, nos “factos autênticos”. Através de suas ações e de seu vocabulário, essa parte da elite da Vila criava um espaço de diferenciação que a colocava acima dos que defendiam o “velho ideal” que não possuíam “argumento convincente” e que só agiam de acordo com “a conveniência, e desconveniência, [que] faz o homem mudar de linguagem a todo o momento, e muito principalmente quando ele não tem formado *ideais exactos* do que lhe convém”<sup>283</sup>.

Essa admiração pelo conhecimento acompanha a todo tempo o já citado “discurso de inauguração da Biblioteca Pública”, pois, segundo esse documento, os brasileiros, desejosos de cultura, “lançavaõ avidos olhos para as Naçoens trans-Athlanticas”, onde havia tipografia, bibliotecas, livros, comunidades de leitores. Dessa forma, as bibliotecas teriam, em primeiro lugar, uma função educadora e, por quê não dizer?, propulsora, pois possibilitariam o “progresso” no lugar onde fossem inauguradas, levando seus freqüentadores a alcançar, através do conhecimento, os bons costumes, uma vez que “o homem ignorante [...] se deprava, e se faz mau: [sendo] o flagello de si proprio, e da Sociedade, em que vive”. O “homem civilizado” deveria ser, acima de tudo, racional, não se deixando levar “de disvario em disvario”, nem “[arrastar] pelo tropel de desenfreadas paixões”. Ainda de acordo com o citado discurso, o “homem civilizado”, ao contrário do bárbaro, do ignorante, é firme, corajoso, virtuoso, abrilhanta o lugar onde vive, encara firme a morte. Aos ignorantes cabem os papéis contrários aos virtuosos e civilizados, pois são avarentos, cruéis, intolerantes e só fazem o bem se forem pressionados, ao passo que o homem civilizado “está tranquillo em sua consciencia, ama, e aprecia a Virtude só porque he Virtude”.

---

<sup>282</sup>ACMSJDR: “Atas das Sessões da Câmara (ATA-SES 14, 1823-1828; 1831): Acórdão da reunião dos vereadores do dia 04/8/1827. Grifos meus.

<sup>283</sup>ACMSJDR: “Cartas e Editais da Câmara” (CAED 68, 1823-1831): “Registro de um ofício dirigido a esta Câmara pelo Cidadão Baptista Caetano d’Almeida acerca da Subscrição para o Chafariz público, aos 30/3/1828”.

A sabedoria deveria ser constantemente perseguida, pois é ela a maior “benfeitora do homem! [...] mantem a moral em sua nativa pureza, engrandece a alma, eleva o pensamento, torna inabaláveis a Virtude e a Liberdade; e enche de beleza, de encantos, e de vida o espetáculo da Natureza”. Para as elites otocentistas brasileiras, na medida em que alguém é colocado perante a palavra escrita, entra em contato com a “Sabedoria”, pois o livro é um dos lugares onde seu espírito encarna, deixando-se conhecer, mesmo por aqueles mais obscuros, desde que bem orientados. A sabedoria torna-se indispensável para a civilização do País, pois “as mais importantes verdades lançadas no meio de hum Povo rude [...] são como a mais brilhante luz, que, interceptada pelos Corpos opacos, ou absorvida pelos escuros, se confunde com as trevas”. Torna-se imprescindível instituir um programa que civilizasse, que educasse os cidadãos do país de acordo com o que essa elite considerava o ideal de virtude, sabedoria e racionalidade.

Além de todo vocabulário usado, das metáforas que utilizam as luzes em oposição às trevas, a primeira representando a sabedoria e a segunda a ignorância, as dicotomias virtuoso *versus* viciado, civilizado *versus* bárbaro, racional *versus* passional, as atitudes da elite de São João del-Rei também podem ser tomadas como comprovantes de sua busca constante por ideais constantemente perseguidos pelos homens dos oitocentos. A Sociedade de Leitura e a Biblioteca são descritas por WALSH como partes de um programa vasto de busca do conhecimento. Os dois objetivos principais da Sociedade apontados pelo viajante seriam

*a criação de um ginásio literário, onde as pessoas poderão obter conhecimentos através de estudos e debates ou do choque de idéias e de inteligências, e de um gabinete de estudos, cuja finalidade seria extrair das várias publicações literárias de outros países as informações que constituiriam novidade para o Brasil, divulgando todas as variadas descobertas feitas na Europa após reduzi-las a uma linguagem acessível ao povo do lugar*<sup>284</sup>.

Interessante assinalar que, *apenas trinta anos após a Conjuração Mineira*, eis que os fundadores da Livraria Pública explicitam, pública e orgulhosamente, sua ligação com os filósofos da Ilustração, até bem pouco tempo censurados. Isso assinala que esse tipo de ideário era não só aceito como procurado pela população branca e letrada do período; comprova uma mudança de ares, a valorização da cultura escrita e menor temor pelas idéias

---

<sup>284</sup> WALSH, op. cit., 1985. p. 78.

dos franceses, por parte dessa elite local, desde que as pessoas “certas” fossem “civilizadas”. Tudo isso que a documentação deixa transparecer é muito significativo, pois,

*o fato de que algumas coisas que eram censuradas, que não podiam ser publicadas se tornassem publicáveis, tem um efeito simbólico enorme. [...] O fato de uma coisa que era oculta, secreta, íntima ou simplesmente indizível [...] torne-se dita e dita por alguém que tem autoridade, que é reconhecido por todo mundo, não somente por um indivíduo singular, privado, isso tem um efeito formidável. Evidentemente esse efeito apenas se exerce se houvesse predisposição<sup>285</sup>.*

Não se pode afirmar que as idéias trazidas pelos livros que compunham o acervo da Biblioteca de São João del-Rei estariam orientando as ações e pensamentos de seus fundadores. Não se pode afirmar categoricamente se esses livros eram lidos e nem “medir” claramente o que seus prováveis leitores sentiam quando liam, mas também “não se pode fazer uma história das formas de sociabilidade [...] sem levar em consideração os conceitos abstratos ou as noções que são referência das práticas culturais”<sup>286</sup>. No que diz respeito às questões sobre as práticas de leitura e escrita comuns ao período estudado, pode-se dizer que, através dos Estatutos da Sociedade Philopolitechnica, consegue-se ter acesso aos protocolos de leitura que esse documento, de caráter normativo, pretendia estabelecer nesse ambiente com códigos de comportamento compartilhados.

Com o que foi mostrado, vê-se que o empreendimento da Sociedade Phylopolitechnica de São João del-Rei é característico do século XIX. E que, através do estudo de seus estatutos, pode-se perceber uma mudança no comportamento das elites brasileiras com relação ao mundo da palavra escrita. Se num passado não muito distante essa relação se baseava no medo do perigo oferecido aos poderes constituídos pela circulação desenfreada de idéias apropriadas de escritos então proibidos, nos oitocentos as elites voltam-se para a busca de iniciativas civilizatórias que o livro, a leitura e o debate de idéias poderiam promover. Os iniciadores das instituições responsáveis por promover a civilização buscavam a permissão para o funcionamento e o apoio do Estado para sua manutenção e ampliação. O acesso a esses espaços de convívio com o escrito era marcado, desde o início, pela distinção/exclusão, pois definia-se tanto o público leitor quanto os

---

<sup>285</sup> BOURDIEU; CHARTIER. op. cit., 1996. p 244.

<sup>286</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p. 124.



suportes e as formas de acesso à leitura, sendo sua prática nesses ambientes restrita às elites. Ao mesmo tempo, essas elites tomam para si o papel de difundir o ideal civilizatório para o povo, através da publicação dos extratos, o que garantiria o controle do acesso ao escrito.

## **II - A LEITURA IDEAL: silêncio para “aprender o método industrioso de ler com análise”.**

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que, devido aos limites impostos pelas fontes trabalhadas, assim como AUGUSTI, estou o tempo todo investigando um “público virtual e de práticas possíveis de leitura, pois se trata de uma situação de idealidade na medida em que essa documentação [exclui] todo o universo de leitores e práticas de leitura que, provavelmente, escapavam às regras de funcionamento elaboradas por essas instituições”<sup>287</sup>. Dessa forma, o que se pode analisar é o modo como se pretendia organizar a leitura “ideal”, a mais “adequada”, os modos “corretos” de se ler em um espaço social de exercício da leitura determinado e nunca as práticas de leitura efetivamente realizadas pelos que se inseriam nessa comunidade de interpretação. Nos dizeres de CHARTIER: analisar as “normas e convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e os procedimentos de interpretação”<sup>288</sup>.

A forma de leitura a ser feita nas dependências da Sociedade de Leitura de São João del-Rei era a visual silenciosa, pois o “profundo silêncio, e continuidade da leitura” nunca poderiam ser “rompidos”, nem por “consulta geográfica, ou phylologica, nem qualquer dúvida”. As eventuais dúvidas deveriam ser solucionadas “por leitura, e nunca verbalmente”. Daí o motivo pelo qual as obras de referência como os dicionários estariam

---

<sup>287</sup> AUGUSTI, op. cit., 1998. p 14.

<sup>288</sup> CHARTIER, op. cit., 1998. p. 13. De acordo com o autor, “o que podemos fazer na história da leitura não é restituir as leituras de cada leitor [...] mas sim organizar modelos de leitura que correspondem a uma dada configuração histórica em uma comunidade particular de interpretação [...], descrever as condições compartilhadas que a definem, e a partir das quais o leitor pode produzir esta criação de sentido que sempre está presente em cada leitura”. Cf.: CHARTIER, op. cit., 2001. pp. 32-33.

sempre na sala, e nunca “estes objectos serão retirados do Gabinete”<sup>289</sup>. Os Estatutos justificam essa insistência pela leitura silenciosa na medida em que ela não distrairia os demais leitores, mas refletindo um pouco mais sobre essa afirmação, acredito que essas regras de funcionamento do Gabinete de Estudos indicam uma certa relação com o escrito. A leitura, para esses homens, ou melhor, a “boa” leitura, a leitura “correta”, deve ser feita em silêncio. Esse tipo de leitura não pode ser visto somente como aquela que “autoriza o recolhimento”, que não perturba os demais leitores, não nesse período da história<sup>290</sup>. Essa prática, a da leitura visual em silêncio, denota grande intimidade com o impresso e, acima de tudo, o estabelecimento desse tipo de leitura, que não permite a oralização, acaba por considerar esta última inferior, recurso para semi-letrados ou analfabetos. Durante o século XIX, a leitura silenciosa, desfrutada na intimidade, na solidão absoluta, vai tomando o lugar antes dominado pela leitura oralizada, sendo esta cada vez mais mal vista. Apesar de não ser extinta, de coexistir com a leitura silenciosa, a verbal é cada vez mais desprezada pois, para as elites, estava relacionada a camadas inferiores da população citadina ou às gentes do campo. Segundo CHARTIER, no “século XIX, a coleta de testemunhos que atestam a perpetuação de leituras que necessitam de suporte da voz, está ainda por ser feita”<sup>291</sup>. Portanto, quando os Estatutos da Sociedade de Leitura de São João del-Rei sinalizam para a permissão, somente em ocasiões especiais, da leitura oralizada e coletiva, dão-nos testemunho da ainda existência dessa prática de leitura. Mesmo que sendo esse o último recurso para os leitores da elite, que tomam essa iniciativa somente quando não conseguem entender textos escritos em línguas desconhecidas, ou seja, quando são “analfabetos” em determinado idioma - como demonstrado em páginas anteriores quando os Estatutos se referem à tradução e leitura em voz alta de periódicos em línguas desconhecidas. Assim, percebe-se que ao longo dos séculos XVIII e XIX a leitura “também ganhou qualidades, agora caracterizada pela recepção discreta, silenciosa [...] disciplinada. Silêncio e tranqüilidade eram considerados virtudes [...] da leitura, também pré-condição para a

---

<sup>289</sup>Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica..., op. cit., respectivamente p. 829 e 827, 1899.

<sup>290</sup>Lembrando que “aqueles capazes de ler os textos não o fazem da mesma maneira, e há uma grande diferença entre os letrados talentosos e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que lêem para poder compreender”. CHARTIER, op. cit., 1998. p. 13. Sobre a emergência da leitura solitária (no sentido de íntima, mesmo na presença de outro) e silenciosa, “que toca o leitor diretamente em seu íntimo”, permitindo uma relação pessoal com o texto na Europa entre os séculos XVI e XVIII, ver: CHARTIER, Roger. op. cit., 1991. p. 119, 126, 135, 137 a 139 e 143.

<sup>291</sup> Id., Ibid., p. 82.

recepção estética” das elites<sup>292</sup>. Talvez outros moradores da Vila, detentores de graus de *letramento* inferiores aos do grupo em questão, praticassem aquele modo de ler “inferior”, “bárbaro” e os sócios do Gabinete insistissem em “demarcar” uma posição cultural diferente, que seria evidenciada, ou melhor, encarnada a partir da observação da citada regra dos Estatutos do Gabinete de Leitura: ler somente em silêncio.

A Sociedade de Leitura tinha, dentre outros objetivos “promover a prosperidade Litteraria de cada Socio, da Sociedade, e da Nação Braziliense”, ou seja, a leitura realizada pelos sócios nunca deveria se limitar a uma mera distração, pois deveria ser, em última instância, *útil* ao indivíduo e ao País, à construção de uma nação *civilizada*<sup>293</sup>.

O principal ganho dos que contribuísssem com os trabalhos de redação dos “extractos mensais” do Gabinete de Estudos é o fato de eles “[aprenderem] o methodo industrioso de ler com analyse (stylo utitur)”<sup>294</sup>. Não nos é dada a informação exata do que seria esse método, mas fica claro que essa leitura é uma leitura atenta, que busca os variados aspectos dos textos, confrontando as idéias neles contidas, diferente daquela feita rapidamente, sem se deter aos argumentos dos textos. Talvez ainda esse “methodo” seria um dentre aqueles que WITTMANN adjetiva “métodos de leitura do Iluminismo”, que têm como objetivo servir a uma causa, que “amaldiçoavam essa leitura de entretenimento socialmente inútil”<sup>295</sup>. Márcia ABREU, ao analisar os tratados setecentistas mais difundidos no Brasil sobre as maneiras ideais de se ler as belas letras, constata haver três funções básicas para a leitura: “formar um estilo, instruir e divertir”, sendo essa última função desqualificada, pois a leitura deveria, antes de tudo, ser *formadora*, ter uma *função utilitária* bem expressa<sup>296</sup>. A leitura era feita para que se pudesse “incorporar um estilo” e, para ler com utilidade, sugere-se percorrer os seguintes passos:

*Atenha-se em seus estudos aos bons autores. [...] Leia estes autores com aplicação e perseverança; leia pouco de cada vez, reflita bastante; não passe sem ter perfeitamente compreendido [...] e volte a eles freqüentemente: saiba consultar os homens instruídos, assim, você retirará de suas leituras tantas e tão preciosas vantagens, que um dia me*

---

<sup>292</sup> WITTMANN, op. cit., 1999, p. 149.

<sup>293</sup> Id., Ibid., p. 835.

<sup>294</sup> Id., Ibid., p. 830.

<sup>295</sup> Id., Ibid., p. 151.

<sup>296</sup> ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil Colonial. In: ABREU, op. cit., 1999, p. 314.

*será agradecido de lhe ter dado alguns concelhos sobre as maneiras de ler com utilidade*<sup>297</sup>.

Portanto, além de silenciosa, a leitura idealizada pelos Estatutos da Sociedade Philopolytechnica era aquela que, conforme aconselha BIRON, esmiuça, revê, desfia o texto para que suas idéias fossem mais tarde debatidas em reuniões, recortadas, alinhavadas a outras e reescritas. Em poucas palavras: *bem utilizada*. Em todos os momentos em que os Estatutos se referem à leitura “correta”, fica claro que a leitura para entretenimento e sem supervisão deveria ser evitada. Era preciso obedecer a regras que, na verdade, acabavam por construir uma identidade de grupo entre aqueles que participavam dos trabalhos da Sociedade de Leitura, diferenciando-os do “povo miúdo”. A leitura, esse ato por muitos considerado de “suposta neutralidade cultural”, de “aparente instrumentalidade”<sup>298</sup>, era considerada pelos participantes da Sociedade, tendo em vista seus Estatutos, capaz de conseguir uma eficácia social, pois era possível formar a si próprio e à Nação, tendo como recurso sua prática constante.

Como foi demonstrado, o processo de criação da Livraria Pública de São João del Rei, ou seja, as negociações estabelecidas entre Baptista Caetano d’Almeida, a Câmara Municipal e o Estado não transcorreram de maneira harmoniosa. Estratégias de negociação foram utilizadas por seu iniciador, o comerciante Baptista Caetano d’Almeida, na tentativa de conseguir apoio do Estado e da Câmara Municipal da Vila para seu projeto. Apesar de o Estado elogiar a iniciativa e permitir a inauguração da Biblioteca, não apoiou, em momento algum, os pedidos feitos por Baptista Caetano para manter e aumentar o acervo da Livraria, e somente três anos após a data em que foi aceita sua doação de livros, o comerciante consegue levar adiante seu projeto, inaugurando na Santa Casa da Misericórdia a Livraria Pública. Para manter a Biblioteca e ampliar sua coleção de livros, Baptista Caetano utilizou-se do expediente da subscrição, muito comum no período e, além das subscrições, pensou-se em criar a Sociedade de Leitura. Tendo ficado pronto em trinta de novembro de 1827, o projeto dos estatutos da Sociedade foi enviado pelo diretor da Livraria de São João del-Rei, o então Juiz de Fora da Vila, Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, para exame e aprovação de Sua Magestade Imperial, aos nove dias do mês de fevereiro de

---

<sup>297</sup> BIRON. *Discours sur la manière d'utiliser ses lectures*. Paris: chez J. Charles, Imprimeur, 1802. p. 39-40 apud ABREU, op. cit., 1999. p. 224.

<sup>298</sup> HÉBRARD, op. cit., 1996. p. 35.

1828<sup>299</sup>. Quando da estada de WALSH na Vila de São João, em 1828, o projeto já havia sido “enviado ao governo, pra aprovação, mas não [havia ainda] resposta. A impressão geral era que não só a sociedade como também a biblioteca não iriam ser incentivadas”<sup>300</sup>. Portanto, havia consciência por parte dessa população de como as práticas de *letramento* eram ainda marcadas pelo temor, principalmente por parte do Estado.

O parecer sobre os estatutos e o pedido de permissão para a abertura da sociedade foram assim analisados pelo parecerista Visconde de Cayru, em correspondência datada de cinco de março de 1828: “ainda que sejam úteis as sociedades puramente Litterarias”, “que se pode esperar de hum Estalebecimento excentrico e sem base?”<sup>301</sup>. Essa indagação tão negativa acerca da sociedade justifica-se, segundo o Visconde, pelo fato de que, uma vez declarando-se livre essa sociedade, com “liberdade de pensamento e *expressão*, em *todos os assumptos de conhecimentos humanos*” pode “implicar com a Religião e Politica”<sup>302</sup> [grifos do autor]. Tanto assim que o próprio autor do projeto previu esta possibilidade, estipulando um artigo que, aos olhos do parecerista, é “insuficiente”, quando diz “Poder-se-ha interromper e rejeitar a leitura, quando *escandalizar o systema politico e religioso*, ou o *decoro civil*”<sup>303</sup> [grifos do autor].

Além disso, os estatutos permitiam que qualquer pessoa “cult”, de qualquer lugar, pudesse ingressar na sociedade, sendo “esta clausula [...] [considerada] perigosa, por dar facilidade à correspondencias sinistras com Estrangeiros”. Preocupações e suspeitas semelhantes já haviam recaído sobre as sociedades literárias de final dos setecentos, tendo sido várias delas extintas por ordens oficiais pois, de acordo com WITTMANN, mesmo “tendo assumido um papel importante tanto para a formação política quanto para a cultura leitora dessa elite [...], tais círculos autônomos pareciam suspeitos à autoridade, [sendo] particularmente desconfiados da leitura organizada [...] os territórios católicos”<sup>304</sup>.

De acordo com Cayru, o principal motivo que impediu a criação oficial dessa sociedade de homens das letras em São João foi o fato de ela estar “tão remota da Corte, e

---

<sup>299</sup> Ainda os Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica... op. cit., p. 816, 1899.

<sup>300</sup> WALSH, op. cit., 1985. p. 78.

<sup>301</sup> Parecer do Visconde de Cayru acerca dos Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica emprehendida em a Villa de São João D’El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, p. 838 e 839, 1899.

<sup>302</sup> Id., Ibid., p. 839.

<sup>303</sup> Id., Ibid., p. 839, citando o “Art. 25” dos Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica, op. cit., 1899.

<sup>304</sup> WITTMANN, op. cit., 1999, p. 160.

sem Inspeção de Authoridade”<sup>305</sup>. Desde as primeiras povoações, no século XVIII, as Minas Gerais eram temidas pelas autoridades, pois, além de se localizar no interior do Brasil, seus habitantes eram considerados instáveis, inquietos<sup>306</sup>. Todos os cuidados eram tomados com relação a Minas. Mesmo assim, várias conturbações foram verificadas ao longo de sua história, provocadas tanto pelos colonizadores e vadios sem ocupação, quanto por escravos fugidos e índios que ocupavam o território. Como exemplos, podem-se citar a Guerra dos Emboabas no início dos setecentos, os inúmeros quilombos surgidos nas décadas de 1740-50, a revolta de Curvelo (1777), a Inconfidência Mineira (1789) e o levante de escravos em 1820, que reuniu cerca de 21.000 homens<sup>307</sup>. Mesmo após a Independência, os ânimos dos mineiros ainda necessitavam ser controlados, como em 1822, pois em Ouro Preto “grassava um movimento de dissidência contrário à adesão ao príncipe”<sup>308</sup>. Minas Gerais conjugava o fato de se localizar no interior do Império, ou seja, estar situada longe dos “olhos do Governo” - como dizia o próprio Visconde de Cayru - e, ao mesmo tempo, era um lugar historicamente marcado por revoltas. Além disso, o fato de a Sociedade de Leitura de São João del-Rei pretender o estabelecimento de uma política de leitura silenciosa e útil e de escrita de um periódico que “educasse” seus leitores poderia fugir ao controle do Estado. Nesse período, a leitura silenciosa é vista como perigosa, “pois permite a cada um desenvolver seus próprios pensamentos a partir dos textos recebidos sem possibilidade de controle [...] a partir dessa leitura silenciosa, que significa a solidão, a privacidade, pode-se reconstituir um novo espaço público [...] que é diretamente um desafio ao poder estatal”<sup>309</sup>. Desse modo, se assim realizada, a leitura silenciosa poderia disseminar rasteira e silenciosamente na Sociedade Phylopolytechnica de São João del-Rei idéias

---

<sup>305</sup> Parecer do Visconde de Cayru acerca dos Projectos d’Estatutos, op. cit., p. 839, 1899.

<sup>306</sup> De acordo com SOUZA, durante o século XVIII, o processo de urbanização turbulento e a relação desequilibrada entre o número de brancos e de negros nas Minas Gerais amedrontavam as autoridades portuguesas. “O clima instável, enevoadado, traiçoeiro da capitania foi comparado pelo conde [de Assumar] à população”: “Os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. [...] a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e, amotinada lá por dentro, é como no inferno”. Cf.: SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Schwarcz, 1996. p.348-350.

<sup>307</sup> Sobre as revoltas em Minas Gerais ver: SOUZA, op. cit., 1996. p. 352-364; JANCSÓ, op. cit., 1997. p. 388-437; OLIVEIRA, Paulo de Salles. O processo de Independência em Minas Gerais, In: MOTA, Carlos G. (org.). *1822 - Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 283-292.

<sup>308</sup> SANTOS, Estilaque F. dos. Minas e a Monarquia. In: *A Monarquia no Brasil - o pensamento político da Independência*. Vitória: EDUFES/CEG, 1999, p. 261.

<sup>309</sup> CHARTIER, op. cit., 2001. p. 156-157.

perigosas, que poderiam acabar sendo postas a favor de causas com as quais o Estado Imperial não concordava, num período tão conturbado como foi o imediatamente após a Independência, em que se procurava fundar uma nação.

Pelo que se sabe, a sociedade não chegou a funcionar oficialmente do modo proposto em seus Estatutos. De acordo com as informações dirigidas à Câmara Municipal da Vila anos após o falecimento de Baptista Caetano, por seu irmão Francisco de Assis e Almeida,

*formou-se uma Sociedade Litteraria para sustentação deste estabelecimento, sendo cada Acção de 5\$000 reis; e segundo consta do Livro, que está na Bibliotheca apenas se pôde tirar em Acções a quantia de 625\$000 reis, sendo que a maior parte dos assignantes não pagou, e de tudo só se recebeu 160\$000. [...] A Sociedade reduziu-se à nada, e apenas depois alguns particulares doarão obras<sup>310</sup>.*

Apesar de recém-instituída uma política educacional por parte do Estado, com a implantação da “Lei de 15 de outubro de 1827”, na tentativa de minorar o “atraso” cultural do País, os homens do governo sabiam que “o ensino da leitura é um meio de transformar os valores e os hábitos dos grupos sociais que são o seu alvo”<sup>311</sup>. O Estado desejava instruir “a mocidade de nossa Pátria”, oferecendo-lhe o elementar, ou seja, criava aulas de ler, escrever e contar. As formas de acesso à leitura eram muito variadas nesse período e, apesar de as elites estarem promovendo um movimento de busca pela civilização, temia-se que os leitores fugissem ao controle da ordem pública. Pode-se dizer que se vivia uma ambigüidade com relação ao acesso e disseminação das práticas de *letramento*, pois ao mesmo tempo em que as medidas civilizatórias eram admiradas e desejadas, eram ainda temidas.

---

<sup>310</sup> ACMSJDR: “Correspondência enviada à Câmara Municipal de São João del-Rei por Francisco de Assis e Almeida, contendo a Relação dos livros que Baptista Caetano d’Almeida deu para a Livraria desta Cidade, e de seus preços...” - São João del Rei, 23 de setembro de 1845 - documento avulso.

<sup>311</sup>CHARTIER, op. cit., 2001. p. 35.

## Capítulo IV

### OS AGENTES SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DA LIVRARIA PÚBLICA

#### **I – A elite local e a busca pela ampliação do acesso à palavra escrita.**

Após o estudo dos projetos de criação da Biblioteca Pública e da Sociedade Literária de São João del-Rei, passarei a tentar compreender melhor quem foram os agentes sociais envolvidos nos processos de criação dessas instituições difusoras do *letramento*. Para tanto, fez-se necessário reunir o máximo de informações a respeito de suas trajetórias de vida. Além de reconstruir em parte suas condições sócio-econômicas e profissionais, tentou-se mapear e entender a maneira como essa parcela da elite local se relacionava com o mundo da palavra escrita, na medida em que, historicamente, são atribuídos diferentes significados, usos e funções às habilidades do leitor/escritor. De maneira geral, pode-se afirmar que esses homens atribuíam ao escrito uma função “utilitária”, na medida em que o contato com a cultura letrada permitiu-lhes exercer profissões que dependiam da prática da leitura, da escrita e do cálculo, possibilitou-lhes o acesso a cargos importantes no espaço local e, ainda, trazia a oportunidade de se estabelecer um lugar social “distinto” da massa de iletrados. Ainda no que se refere aos modos de se relacionar com a palavra escrita, destaca-se o momento histórico no qual esses homens viviam, pois suas iniciativas civilizatórias se inscrevem num contexto no qual o Estado não promovia políticas eficientes para a propagação das habilidades de leitura e escrita. Havia, dessa forma, necessidade por parte das elites de ampliar o acesso ao escrito, o que se concretizava em práticas e medidas filantrópicas ou ainda subscrições voluntárias, como foram os casos em estudo.



## II - BAPTISTA CAETANO D'ALMEIDA E AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO: trajetórias de homens comprometidos com o ideal civilizatório oitocentista.

De todos os envolvidos no processo de criação da Biblioteca Pública e da Sociedade Literária de São João del-Rei, Baptista Caetano d'Almeida e Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho foram os que se dedicaram mais intensamente à implantação desses projetos, que, conforme foi dito no capítulo anterior, buscavam ampliar as condições de *letramento* de parte da elite da Vila de São João del-Rei.

Maria Augusta do Amaral CAMPOS afirma “ser importante nos determos na figura de Baptista Caetano, pois [acredita] ser ele o exemplo mais representativo do homem oitocentista empenhado em trazer a civilização para seu mundo cotidiano”<sup>312</sup>. Vários indícios documentais levam o pesquisador a crer que realmente esse comerciante era um entusiasta, com “sincero, e ardente desejo de ser útil a [...] Patria”<sup>313</sup>, empenhando-se em diversos projetos “civilizatórios”. Muitas vezes Baptista Caetano parece ter sido um indivíduo singular, diferente dos demais de seu nível social. Dessa forma, cabe aqui a pergunta feita por Ginzburg: “que relevância podem ter, num plano geral, as idéias e crenças de um indivíduo único em relação aos do seu nível social?”<sup>314</sup>. Sabe-se que ele era um homem influente no meio político, que possuía uma posição social e *habitus*<sup>315</sup> específicos. Mas por que não tentar recuperar sua trajetória, mesmo que no fim da pesquisa se chegue à conclusão de que ela não nos servirá de regra? E como explicar sua busca

---

<sup>312</sup>CAMPOS, Maria Augusta Amaral. *A Marcha da Civilização - as Vilas Oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. p. 164.

<sup>313</sup> ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (ACMSJDR): “Livro para subscrição voluntária em benefício da manutença da Livraria Pública de São João del Rei” (SUB 208 - 1824). “Correspondência de Baptista Caetano d'Almeida aos Deputados (20/8/1827)”.

<sup>314</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 26. Ainda sobre casos exemplares de indivíduos ligados à palavra escrita ver: HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler?. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996.

<sup>315</sup> O conceito de *habitus* é, segundo Bourdieu, “entendido como um sistema de disposições duráveis e intransponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações* - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas...”. BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 65. Em outras palavras, o *habitus* é o que gera as escolhas dos grupos sociais ou dos indivíduos, ou seja, gostos socialmente coerentes entre si e que definem um “estilo de vida”.

constante por melhorias culturais e sua crença nos livros como capazes de promover a prosperidade intelectual daqueles que os liam?

De acordo com CAMPOS, Baptista Caetano tornou-se esse exemplo de homem comprometido com a promoção de projetos civilizatórios que buscavam a disseminação do *letramento* a partir dos contatos viabilizados por sua profissão de comerciante, pois “o comércio com o abastecimento [...] possibilitou-lhe manter relações com pessoas de diferentes lugares. Mas, principalmente, *o contato com o Rio de Janeiro foi responsável pela abertura de seus horizontes*”<sup>316</sup> [grifo meu].

Reconstituindo sua história de vida sob uma outra perspectiva, penso que outros motivos - que antecederam o contato com a Corte - devem ser apontados, para que seja possível explicar a relação estabelecida por Baptista Caetano com os livros e sua crença na capacidade de se civilizar a partir da leitura. Ao tomar o livro como educador, Baptista Caetano acaba por revelar a maneira como foi educado, pois “o que eu digo da leitura é produto das condições nas quais tenho sido produzido enquanto leitor”<sup>317</sup>. Para tanto, torna-se necessário investigar detalhadamente sua trajetória de vida, para sabermos como se formou seu *habitus*, que, afinal de contas, foi o que gerou em Baptista Caetano o interesse pelos livros. Nesse nível de análise, é indispensável que se localize o leitor em questão no seu espaço social e que se identifique o contexto institucional no qual suas relações com a palavra escrita foram estabelecidas. Como foi dito no primeiro capítulo dessa dissertação, os aprendizados das práticas de leitura e escrita no período pesquisado eram feitos em tempos separados, um sucedendo ao outro, sendo “a difusão da escrita para um público mais amplo, durante o século XIX, [...] possível [apenas] com a anterior democratização/simplificação gráfica e ortográfica do signo e [...] *sua aprendizagem simultânea e combinada [...] com a leitura, inovação introduzida, a princípios do século XIX, pelo movimento do ensino mútuo*”<sup>318</sup> [grifo meu].

Segundo Sebastião de Oliveira CINTRA, “Baptista Caetano nasceu em Camanducaia, no dia 3 de maio de 1797. Veio para São João del-Rei aos 15 anos de idade,

---

<sup>316</sup>CAMPOS, op. cit., 1998, p. 164.

<sup>317</sup> BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo : Liberdade, 1996. p. 234.

<sup>318</sup>VIÑAO FRAGO, Antonio. *Alfabetização na Sociedade e na História: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993, p. 41. Ver também, a esse respeito, o artigo de VIÑAO FRAGO intitulado *Leer y escribir (siglos XIX-XX)*. *Educación em Revista*. Belo Horizonte, n. 29, Ano XIII, jun./1999.

trabalhar com seu tio”. Em sua biografia, provavelmente escrita por seu irmão Francisco de Assis e ALMEIDA, afirma-se que “não teve estudos regulares, porque em São João d’El-Rei somente havia uma aula de Grammatica latina, e nem uma outra escola de instrução secundaria, nem imprensa”. A vinda para São João del-Rei com seu tio não só lhe proporcionou o aprendizado do ofício de comerciante, mas também serviu para “completar a sua educação primaria”<sup>319</sup>. Muito provavelmente Baptista Caetano deve ter freqüentado a escola com a intenção de aprender a escrever, pois até finais do século XIX a iniciação à leitura era comumente feita no espaço doméstico. A instrução dos filhos, principalmente das filhas, quando não feita pelos pais, era encarregada a professores particulares - se as condições financeiras e as aspirações familiares permitissem. De acordo com VILLALTA, a situação da escola no Brasil era grave,

*na medida em que havia poucas aulas régias e em que as disciplinas, via de regra, não eram oferecidas em todas as vilas e cidades, os interessados em instruir-se tinham que se deslocar por vários locais. [...] Por isso, no período colonial, os pais desejosos de garantir a instrução dos filhos tiveram eles próprios que o fazer, ou que se socorrem nos préstimos de parentes e capelães, ou ainda, que contratar mestres para lhes ensinar, em especial as primeiras letras”<sup>320</sup>.*

Essa situação persistiria século XIX afora. Um caso exemplar de educação doméstica deu-se com os filhos do subscritor e sócio de Baptista Caetano, Cap. João Martins de Carvalho, casado com D. Mecias Cândida de Almeida. No inventário desse comerciante-subscritor há uma “Conta da Receita e despesa dos órfãos filhos do finado Cap. João Martins de Carvalho, feita pela Mãe e Tutora dos mesmos”, em 1845. Além de compras de “fazendas e outros objetos de vestuário”, encontram-se vários pagamentos feitos a professores de música, durante muitos anos, aos cinco filhos do casal, e ainda uma “gratificação à Mestra Maria Herculana Lustosa, que trouxe para casa para ensinar a ler,

---

<sup>319</sup> Apontamentos sobre a biographia de Baptista Caetano de Almeida. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, p. 37-38, jan./jul. 1905. Apesar de, aos nossos olhos, 15 anos parecer uma idade muito “avançada” para se freqüentar os estudos primários, no período em questão os limites das idades escolares, como também a separação de classes por idades, ainda não se encontravam rigidamente instituídos, o que se assistirá ao longo do século XIX. A conformação da idade infantil, ou melhor, a “instituição” da infância vai sendo construída ao longo desse século, sendo o infante socialmente identificado como aluno num processo de longa duração. Cf.: ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. Ou ainda NARODOWSKI, Mariano. *Infância y poder: la conformación de la pedagogia moderna*. Buenos Aires: Aique, 1994.

<sup>320</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Scwarcz, 1997. p. 357.

escrever, contar, gramática, cozer e bordar às quatro meninas”, no período correspondente ao mês de janeiro de 1839 a 1842<sup>321</sup>. O filho provavelmente recebia as instruções numa das aulas públicas da Vila, pois estas eram freqüentadas exclusivamente por meninos<sup>322</sup>.

A biografia de Baptista Caetano menciona a escassez de aulas públicas na Vila de São João del-Rei, no período que corresponde a 1810-1811, quando tinha quinze anos. Não foi possível encontrar muitos registros para saber exatamente quantos locais de instrução existiam na Vila nesse período, mas Antônio GAIO SOBRINHO menciona a existência de uma “aula régia de latim”, ou seja, de instrução secundária, criada no ano de 1774 - a primeira desse tipo na Capitania das Minas Gerais. O professor designado para essa cadeira de latim foi o Padre Marçal da Cunha Matos, que a ocupou durante vinte e cinco anos, até 1800, quando gravemente adoentado passou a regência das aulas ao Padre-mestre Manoel da Paixão e Paiva<sup>323</sup> (este também subscritor da biblioteca em 1827). Por qual motivo então Baptista Caetano não teria freqüentado essa aula de ensino secundário, conforme sua biografia? Teria ele apenas completado os estudos primários ou sua biografia omite informações a esse respeito? Chama a atenção o fato de o autor da biografia de Baptista Caetano demarcar com muita clareza a fronteira que separa sua vida entre os períodos pré e pós-escola. O período anterior à vinda para São João del-Rei, ou seja, à escolarização, é totalmente desprezado pelo autor, que procura enfatizar o caráter autodidata e as “aptidões naturais” do jovem Baptista, principalmente quando diz que, em São João del-Rei, eram “muito poucas as pessoas que sabião traduzir o Francez. Entretanto elle [Baptista Caetano]

---

<sup>321</sup> ARQUIVO DO MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI/IPHAN (AMRSJDR/IPHAN): Inventário do Cap. João Martins de Carvalho/cx. 48/1837. A mestra Maria Herculana Lustosa recebeu 40 mil réis anuais para ensinar às quatro meninas. Dentre outros mestres de música, Salvador Frabegas recebeu a razão de 10 mil réis mensais para ensinar a três filhas, entre janeiro de 1843 e setembro de 1844.

<sup>322</sup>A respeito das especificidades do ensino ministrado a meninos e a meninas até inícios dos oitocentos ver: SILVA, M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da. Educação feminina e educação masculina no Brasil Colonial. *Revista de História da USP*, São Paulo, v. 109, n. 55, 1977. p. 149-64. Sobre o ensino no século XIX cf.: BASTOS, M<sup>a</sup> Helena; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuco*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. Ou ainda: LOPES, Eliane Marta Teixeira de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>323</sup>SOBRINHO, Antonio Gaio. *História da Educação em São João del-Rei*. São João del-Rei: FUNREI, 2000. p. 42-43. ALMEIDA cita a existência de duas escolas públicas de instrução primária (uma para meninos e outra para meninas) e um colégio em São João del-Rei, inaugurados em 1832. Cf.: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *A instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC, 2000. p. 211-212. Ver também o caso do *Liceu Literário Português*, Id., *Ibid.*, p. 73.

aprendeu essa lingua, e como tinha talento natural, e apreciava muito a leitura, e instrucção, adquiriu conhecimentos practicos das cousas, e negocios publicos”<sup>324</sup>.

Na tentativa de conhecer mais a respeito da vida de Baptista Caetano d’Almeida, fui consultar o Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei - IPHAN, pensando encontrar testamento, inventário, algumas informações mais detalhadas, mas nada consegui. Para tentar estabelecer uma caracterização do meio familiar mais precisa de Baptista Caetano, busquei os inventários ou testamentos de seus pais, mas esses documentos também não foram encontrados. Existem o inventário e o testamento de seu tio, Cap. Pedro de Alcantara de Almeida, feitos de “mão comum” com sua esposa D. Mecina Joaquina de Magalhães, “visto que nosso casal foi sempre da mais íntima união da qual só a morte poderá nos separar”. O inventário dos bens descreve uma casa de sobrado, no Largo do Carmo, um dos locais que “abrigava residências de pessoas de posses, principalmente ligadas ao comércio”<sup>325</sup>. Na casa de sobrado havia muitos pertences, dentre eles talheres, utensílios de cozinha, oratório com imagens, muitas mesas, catres, “espreguiceiro”, armários, cômodas e outras mobílias e duas palmatórias, mas nenhum livro. Esse fato não invalida a possibilidade de essa família estar ligada ao mundo do escrito, pois tanto o tio quanto a tia assinam seu testamento com letra firme e, sendo negociante, o Cap. Pedro de Acantara precisava conhecer minimamente as habilidades de ler, escrever e contar. Além de possuir vinte escravos, estando muitos deles em boas condições de saúde, conforme a avaliação feita no inventário, a família era dona de uma Chácara no Rio Acima, subúrbio de São João del-Rei, composta de logradouros, curral, tanques, regos d’água, açude, moinho, horta, pomar, e mais benfeitorias, como também outros móveis, pertences e animais<sup>326</sup>. Em nenhum momento essa documentação faz referência a Baptista Caetano d’Almeida que, como se sabe, além de morar em São João del-Rei sob os cuidados desse tio, viria a constituir, junto com seu primo Francisco de

---

<sup>324</sup>Apontamentos sobre a biographia de Baptista Caetano de Almeida, op. cit., p. 38, 1905. Deve-se ter muito cuidado ao se tentar reconstruir trajetórias autodidatas, pois sempre o autodidata se vê como bem sucedido, um vitorioso que conseguiu, à própria custa, romper com o local de origem iletrado de onde era proveniente, mesmo que, em muitos casos, não tenha sido, “em sua infância, tão desprovido de contatos com indivíduos afeitos a uma prática do escrito”. Cf.: HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler?. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996. p. 46.

<sup>325</sup>CAMPOS, op. cit., 1998, p. 91-92.

<sup>326</sup>AMRSJDR/IPHAN: Inventário do Cap. Pedro de Alcantara de Almeida/cx. 588/1815. Segundo FURTADO, era “usual nas Minas, os plantéis [...] de pequeno porte, variando em sua maioria de um a seis escravos”. FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 248.

Paula de Almeida Magalhães, uma “sociedade mercantil, destinada principalmente a salvar a casa antiga de seo thio, e primos”, negócio que, segundo a biografia de Baptista, duraria até o ano de 1828, por meio do qual se relacionava com a “Praça do Rio de Janeiro [...] tendo até freguezes de Goyaz, e Matto-grosso”<sup>327</sup>.

Mesmo mantendo relações comerciais e, muito certamente, estabelecendo contatos diretos por meio de viagens de negócios com a Corte do Rio de Janeiro, não se pode afirmar que Baptista Caetano tenha “inventado brutalmente” sua relação “iluminista” com os livros a partir dessas experiências de viagens. Se as viagens à Corte fossem o bastante para “ampliar os horizontes”, seu primo Aureliano de Almeida Magalhães teria se empenhado tanto quanto Baptista Caetano nos projetos de disseminação do *letramento* na Vila de São João del-Rei. Tendo sido o filho mais velho do tio Cap. Pedro de Alcantara de Almeida, Aureliano manteve desde muito cedo contato com a Corte, o que fica claro quando lemos a seguinte passagem do inventário de seu pai:

*dei ao meu filho Aureliano um mulatinho [...] em remuneração do bem que me serviu desde que principiou ajudar-me no negócio [...] descancei sobre o seu cuidado o maior trabalho do meu negócio tempo em que ele foi a primeira vez ao Rio só e sem a minha companhia buscar os sortimentos necessários para a nossa casa em que desempenhou a comissão que lhe confiei [...] pois se não tivera propício este filho ser-me-ia por isso preciso pagar outro tanto a um caixeiro estranho em caso de experimentar ingratidão por parte dos mais herdeiros.*

De acordo com as informações prestadas pelo inventário do Cap. Pedro Alcantara, ao fazer essa primeira viagem sozinho ao Rio de Janeiro, em 1800, seu filho Aureliano de Almeida Magalhães tinha dezenove anos de idade. Quando da abertura da Livraria Pública, em 1827, esse primo não aparece como subscritor, ao passo que seu irmão, Francisco de Paula de Almeida Magalhães assina a lista em quarto lugar, contribuindo com “huma acção” para a Biblioteca. O testamento e o inventário desse último, feitos respectivamente em 1838 e 1849, trazem sua assinatura, além de informações acerca de sua sociedade comercial com Baptista Caetano. Estão descritos também grande número de escravos (vinte e sete), nove bens de raiz, entre fazendas, chácaras, sobrados, terrenos etc., mas nenhum livro<sup>328</sup>.

---

<sup>327</sup>Apontamentos sobre a biographia de Baptista Caetano de Almeida, op. cit., p. 37-38.

<sup>328</sup>AMRSJDR/IPHAN: Inventário do Comendador Francisco de Paula de Almeida Magalhães/cx. 400/1849.

Penso que a relação de Baptista Caetano com os livros tenha sido estabelecida a partir de um *habitus primário*, herdado de sua família, do contato com o escrito feito logo nos anos iniciais de sua vida, que foi ampliado ao longo de sua carreira como comerciante, pois ele se transformou em algo mais do que alguém que sabia ler, escrever e comercializar, como provavelmente projetara seu pai ao enviá-lo a São João, sob os cuidados de seu tio comerciante. Sua relação de confiança nos livros como grandes educadores não foi criada subitamente e nos dá pistas de sua trajetória de leitor, bem como do modo como as elites oitocentistas se relacionavam com o escrito. Os livros se tornaram, ao longo de sua vida, meios através dos quais conseguia suas conquistas. Prosperou rapidamente no ramo do comércio com a Corte e obteve inclusive provisão para advogar, mesmo sem ter freqüentado regularmente a escola. Foi vereador da Câmara Municipal de São João del-Rei e ocupou o cargo de Juiz de Paz. Casou-se com Mariana Alexandrina Teixeira Leite, no dia 2 de setembro de 1827. Além de ter aberto a Livraria Pública, fundou também a primeira tipografia da cidade, na qual foi impresso o primeiro jornal de São João, *O Astro de Minas*<sup>329</sup>. Foi também benemérito e participou da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei, tendo feito vários donativos a essa instituição. Em 1829 contratou um professor português para que lecionasse Belas-Letras a seus irmãos e à população da cidade, curso que durou até o ano de 1833. WALSH o considerava “um homem moço e de espírito ativo”<sup>330</sup>. No mundo da política, ocupou ainda o cargo de Deputado pelo Partido Liberal da Província Mineira, entre 1830 e 1837. Os resultados de sua experiência com a cultura escrita, sempre positivos, acabaram por distanciá-lo da cultura oral (tome-se como exemplo o sucesso alcançado por seu periódico marcadamente liberal *O Astro de Minas*, que circulou de 1827-1839, saindo três números por semana<sup>331</sup>). Esse distanciamento aproximou-o cada vez mais da cultura letrada, acabando por gerar seu gosto, respeito e admiração pelos livros, principalmente se tivermos em mente que a circulação do impresso não era tão intensa em sua infância, no início dos oitocentos. Dessa forma, os poucos exemplares possuídos por uma minoria de letrados eram utilizados

---

<sup>329</sup>Essa e outras informações acerca de Baptista Caetano podem ser encontradas em: CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*, 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 203 e 205. (vol. I).

<sup>330</sup> WALSH, *Notícias do Brasil - 1828/1829*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1985. p. 78. (vol. II).

<sup>331</sup> A respeito do periódico *O Astro de Minas* e do projeto político liberal das elites de São João del-Rei ver: CAMPOS, op. cit., 1998; Ou a pesquisa em andamento de SILVA, Wlamir José da *‘Liberais povo’: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

intensamente, lidos e ouvidos com atenção repetidas vezes. Para os que aprenderam a ler nessas situações muitas vezes adversas, “a relação com os livros parece determinante na consciência que adquirem de sua trajetória”<sup>332</sup>.

Com os documentos e informações que ainda existem não é possível satisfazer a todas as perguntas feitas a respeito da trajetória desse leitor do passado que se procura conhecer, pelo menos em parte. Chega-se a um ponto em que as fontes disponíveis são pouco eloqüentes. Sabe-se que Baptista Caetano d’Almeida faleceu no ano de 1838, de tísica<sup>333</sup>. Sua trajetória individual demonstra uma das possíveis maneiras de as elites brasileiras oitocentistas incorporarem a idéia de civilização. Na vida de Baptista Caetano, a preocupação com a disseminação do escrito assumiu centralidade, possibilitando ainda a difusão do ideário liberal por ele abraçado através do periódico que fundou em São João del-Rei.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, nascido no Rio de Janeiro em 1800, pertencia a uma família de militares e, mesmo tendo estudado dois anos na academia militar, decidiu ingressar na Universidade de Coimbra, onde tomou grau de Bacharel em 1825<sup>334</sup>. De volta ao Brasil, tornou-se Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei e Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes. Segundo as observações feitas por WALSH, em sua visita a São João del-Rei em 1828, Aureliano Coutinho era um “homem jovem e de bela aparência, de compleição robusta, olhos e cabelos escuros e um rosto belo e inteligente - o exemplo perfeito do fino homem do campo brasileiro. Tinha estudado na universidade de Coimbra e seus conhecimentos eram consideráveis. Lia e falava inglês, mas preferiu o francês nas nossas conversas”. O viajante almoçou na casa de seu anfitrião Aureliano Coutinho e teve boa impressão de sua moradia, pois afirma ter achado “tudo bom e confortável”. Apesar de ter sido tratado “de maneira delicada e sem afetação”, diz que mais de uma vez Aureliano “se desculpou dizendo que era um homem solteiro” e, “após descrever demoradamente os desconfortos de uma vida como a sua, ele falou, com bastante simplicidade: ‘Na verdade, não acho que posso continuar vivendo assim, por isso vou-me

---

<sup>332</sup> HÉBRARD, op. cit., 1996, p. 38.

<sup>333</sup> MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano: um mecenas do projeto civilizatório em São João del Rei no início do século XIX - a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Mestrado). Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. p. 156.

<sup>334</sup> Ver Estudantes do Brasil na Universidade de Coimbra. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. p. 141-335.



casar'. De fato, estava noivo de uma jovem que tinha apenas doze anos de idade, devendo o casamento realizar-se em breve”<sup>335</sup>.

Aureliano Coutinho foi o primeiro diretor da Biblioteca Pública de São João del-Rei, tendo escrito e oferecido a sua mesa administrativa os Estatutos da Sociedade Literária (ver capítulo II). WALSH o dizia “sabedor das deficiências de seu país, ansioso por obter informações e conhecimentos que pudessem ser úteis e mostrando-se, por essa razão, amigo dos estrangeiros, que poderiam transmiti-los a ele”<sup>336</sup>.

Depois de sair de São João del-Rei, Aureliano Coutinho ocupou cargos importantes na estrutura administrativa e política do Império. Membro do Partido Liberal, foi presidente das Províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro e integrou o Ministério durante a gestão do Terceiro Gabinete da Regência. De acordo com Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, o monarca era “fascinado” pelo Ministro Aureliano e, mesmo após deixar o ministério, seu “prestígio e autoridade [...] no circuito palaciano permaneceriam intocados”<sup>337</sup>.

Possuía a crença na instrução como possibilitadora da unidade imperial e da civilização da nação brasileira:

*Aureliano de Sousa Coutinho, que então presidia a província fluminense, lembrava que era por meio da instrução elementar que se adquiriam “certas noções, certas práticas e sentimentos que devem ser gerais assim para as primeiras como para as classes superiores da sociedade. É essa instrução comum, essa identidade de hábitos intelectuais e morais, como bem diz um dos homens mais vistos nessas matérias, o Sr. Cousin, que constituem a unidade e a nacionalidade”<sup>338</sup>.*

Foi sócio de várias associações literárias européias e um dos membros fundadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), onde ocupou o cargo de vice-presidente entre os anos de 1839 a 1855<sup>339</sup>. Afastou-se do IHGB devido a problemas de saúde, vindo a falecer em 1855.

---

<sup>335</sup> WALSH, op. cit., 1985. p. 76 a 78.

<sup>336</sup> Id., Ibid., p. 79.

<sup>337</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O ‘tribunal da posteridade’. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. p. 44-45 e 51-52.

<sup>338</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994. p. 245. O autor cita o “Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro - 1848: Presidência de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho”. p. 57.

<sup>339</sup> BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p. 373. Sobre Aureliano Coutinho e o IHGB ver: GUIMARÃES, op. cit., 1999. p. 43-46.

Esses dois casos exemplares - de letrados brasileiros do século XIX comprometidos com o ideal civilizatório - revelam que era possível aliar a posse do capital cultural com a dos capitais político e econômico. Mas, como veremos adiante, nem todos os subscritores da Livraria Pública de São João del-Rei tiveram trajetórias semelhantes às que acabo de descrever.

### **III - OS SUBSCRITORES DA BIBLIOTECA: uma comunidade de leitura marcada pela diferença.**

Quanto aos demais subscritores da Livraria Pública de São João del Rei, sabe-se que nem todos contribuiram com as ações prometidas, conforme aviso do tesoureiro João Baptista Pinto de Almeida, noticiado no *Astro de Minas*:

*João Baptista Pinto de Almeida como Thesoureiro da Meza Administrativa da Biblioteca publica desta Villa avisa aos Srs, que fizeram a phiantropica acção de voluntariamente subscrever para tão util estabelecimento, que segundo o Regimento feito pela Commissão, as acções devem ser pagas hum mez depois das eleições. Mas como isto não será possível a todos, roga aquelles dos Srs. subscritores a quem for possível entrar com alguma quantidade o fação para poder-se continuar com a despeza de Periódicos, tinta, papel e Empregados, cuja despeza tem até o presente sido feita a credito<sup>340</sup>.*

Ao constatar que parte deles havia abandonado o projeto da Biblioteca, num primeiro momento vi-me tentada a deixar de lado esses agentes não tão comprometidos com o projeto de civilizar São João del-Rei como Baptista Caetano ou Aureliano Coutinho. Não me foi possível, dadas as dificuldades de se encontrar fontes, estabelecer a trajetória de vida da maioria dos subscritores. Mas a partir de uma investigação feita com base nos indícios deixados pelos subscritores ao longo de suas vidas (nos documentos da Câmara Municipal da Vila e em testamentos e inventários *post mortem*) acredito ser possível compor um quadro mais completo das condições sócio-culturais dessas pessoas que, pelo menos num primeiro momento, se encontravam ligadas às instituições culturais analisadas nos capítulos anteriores.

---

<sup>340</sup> *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 08, p. 04, 5.ª feira, 06/12/1827.

Ao estudar as vidas dos demais subscritores, estarei reconstituindo, além de suas condições sócio-econômicas, um pouco das relações estabelecidas entre eles e a cultura escrita e suas condições ou níveis de *letramento*, tentando entender os motivos de seu envolvimento com o projeto de criação da Livraria Pública. Nesse momento, há que se ter em vista que tanto as trajetórias individuais quanto a relação com o escrito e o modo de se apropriar do ideal “filantrópico-civilizatório” não são iguais para todos aqueles que compunham essa parcela da elite de São João del-Rei.

À primeira vista, a iniciativa de inauguração da Biblioteca por parte de Baptista Caetano pareceu-me uma tentativa isolada de melhoria das condições culturais da Vila, uma ação de um “entusiasta” ou, como ele mesmo se qualificava, alguém “desde meus primeiros anos muito amante da Litteratura”<sup>341</sup>. Mas o “sentido” dessa ação, inserido num contexto mais amplo - de um conjunto de relações de uma comunidade de leitores que, por sua vez, se insere num momento histórico propício para ações desse tipo - foi se mostrando, ao longo da pesquisa, uma explicação mais confiável. Na tentativa de entender o sentido da ação atribuído pelos subscritores à iniciativa de criação da Livraria Pública de São João del-Rei a primeira hipótese é a de que esse grupo estava, de alguma forma, procurando se ligar politicamente à figura de Baptista Caetano d’Almeida, pois sabe-se que este comerciante participava de várias atividades, sendo influente em diversas esferas da sociedade de São João del-Rei. Baptista Caetano era o homem “certo”, um “homem de penetração pública, em posição estratégica”<sup>342</sup>. Talvez por isso fosse interessante se ligar a ele no empreendimento da Biblioteca Pública ou em qualquer outro projeto que pudesse render contatos frutíferos e contribuir na busca de prestígio em termos locais. Portanto, sendo Baptista Caetano conhecedor dessa elite local, poderia ter-se utilizado de “estratégias” para convencer os menos interessados em “bens culturais” a apoiar sua iniciativa, mostrando-lhes que outros ganhos que não somente culturais poderiam ser conquistados ao apoiar seu projeto. Mas a decisão de se inaugurar uma Biblioteca Pública em São João del-Rei pode

---

<sup>341</sup>ACMSJDR: “Livro para Subscrição voluntaria a beneficio da mantença da Livraria Publica de São João d’El Rey” (SUB 208 - 1824-1827): “Correspondência de Baptista Caetano d’Almeida ao Presidente da Província, em que oferece sua livraria aos 30/7/1824”.

<sup>342</sup>LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: 1979. p. 100. Interessante dizer que, em 1828, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia era composta pelo Cap. Luiz Alves de Magalhães (tesoureiro), Baptista Caetano d’Almeida (escrivão) e Martiniano Severo de Barros (responsável pela venda de loterias), todos subscritores da Livraria Pública. Cf.: *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 75, p. 04, sábado, 10/5/1828.

não ter sido completamente orientada por um cálculo consciente de ganhos políticos e/ou econômicos, e sim constituída de uma série de “estratégias e práticas (sociais, ... políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”<sup>343</sup>. Dessa forma, a busca pela constituição da Biblioteca Pública seria uma estratégia de acordo com a qual os envolvidos nesse processo se moviam sinceramente pela crença de estar desempenhando uma “missão civilizatória” e, *ao mesmo tempo e de maneira indissociável*, ampliavam sua reputação social, ganhando “capital simbólico” que poderia ser “convertido” em aceitação pública e posteriormente em “capitais político e econômico”. Esse tipo de *status* já foi mencionado no primeiro capítulo deste trabalho; trata-se do “poder simbólico” socialmente atribuído aos que se encontravam ligados aos livros numa sociedade basicamente analfabeta. Esse ponto de vista, defendido por Michel de CERTEAU, refere-se ao poder concedido àquele que detém a sabedoria chamada “cultura escriturística”. Conforme CERTEAU, o poder do que sabe ler e escrever com proficiência “define o código da promoção sócio-econômica e domina, controla e seleciona segundo suas normas todos aqueles que não possuem esse domínio da linguagem. A escritura se torna um princípio de hierarquização social”<sup>344</sup>. No caso do Brasil, VILLALTA diz que não apenas a posse de livros, mas também “a instrução, é bem verdade, abrindo portas para a conquista de cargos, sempre foi apanágio dos privilegiados ou dos que podiam e almejavam ascender. Elemento de reforço do *status* ou de sua melhoria, a instrução possuía, ainda, uma natureza pública: era ostentada, inscrevendo-se na civilidade das aparências”<sup>345</sup>.

Com relação ao prestígio e reconhecimento social obtido na Vila de São João del-Rei por parte dos subscritores, no período que corresponde a 1824-1831, 23 dos 91 subscritores ocuparam algum posto administrativo, sendo 07 deles eleitos vereadores da Câmara Municipal. Muitos outros foram convocados para prestar algum tipo de serviço para a Câmara e 12 possuíam algum título ou patentes militares. O subscritor Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque era Ouvidor Geral e Corregedor da Província, em 1826. O Ouvidor representava a “mais alta autoridade judiciária”, que deveria ocupar também a

---

<sup>343</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

<sup>344</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 230.

<sup>345</sup> VILLALTA, op. cit., 1997, p. 354.

função de “corregedor e, como tal dirigia o policiamento”<sup>346</sup>. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho foi Juiz de Fora da Vila, ou seja, “juiz letrado, com diploma de formatura”, que tinha como função “presidir a Câmara Municipal, administrar o município, decidir com suas sentenças as pendências judiciais”<sup>347</sup>. Havia ainda o escrivão Antônio Balbino Negreiros de Carvalho e, dentre os oficiais da Guarda Nacional, temos o Coronel Martiniano Sevéro de Barros. O ocupante do posto de coronel, a mais alta patente da Guarda, “possuía grande influência local” e sua escolha era feita tendo como base as rendas individuais. Somente aqueles que “[tivessem] renda superior a 200\$000” poderiam ser escolhidos<sup>348</sup>. Na hierarquia militar, o Sargento-mor situava-se logo abaixo do Coronel. Dentre os subscritores, podemos mencionar Antônio Felisberto da Costa como possuidor dessa patente. O Alferes João de Faria Silva Gomes, oficial que também subscreveu na relação da livraria pública, “ocupava o primeiro degrau na escala do oficialato”, situando-se abaixo do Tenente<sup>349</sup>. Baptista Caetano d’Almeida foi também Tesoureiro da Câmara, em 1824, ao passo que Antônio Fernandes Moreira foi Procurador da Câmara, no ano de 1826. O procurador exercia a mesma função do tesoureiro, mas também era “representante da Câmara em juízo e fora dele”<sup>350</sup>. Vários outros foram juizes-almotacés, “nomeados pela Câmara, entre os homens bons da vila; em cada mês [...], de dois em dois”, responsáveis por “providenciar para que não faltassem alimentos, nem oficiais de cada ofício, verificar as medidas e os pesos, promover a limpeza das ruas, fiscalizar a execução das posturas municipais etc”. Dentre os subscritores que ocuparam esse cargo, podemos citar Antônio José de Freitas<sup>351</sup>. Em 1827, o fazendeiro Gabriel Francisco Junqueira foi indicado para exercer o posto de Capitão-mor, ficando portanto responsável por “manter a paz em sua localidade [...], prendendo os criminosos”<sup>352</sup>.

Sabe-se que os subscritores compunham a elite de São João del-Rei que, apesar de não ser homogênea, procurava se diferenciar do “povo miúdo” e que constituíam uma

---

<sup>346</sup> ACMSJDR: CAED 14. BARBOSA, Waldemar. *Dicionário da Terra e da Gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. p. 139.

<sup>347</sup> BARBOSA, op. cit., 1985, p. 109.

<sup>348</sup> Id., Ibid., p. 70.

<sup>349</sup> Sobre a escala de oficiais da Guarda, ver o verbete *alferes*. In: BARBOSA, op. cit., 1985. p. 17.

<sup>350</sup> ACMSJDR: “Cartas e Editais da Câmara (CAED 68); Acórdãos (ACOR 14). Cf. o significado de procurador em: BARBOSA, op. cit., 1985. p. 156.

<sup>351</sup> Definição de almotacé: BARBOSA, op. cit., 1985. p. 19. Demais informações: ACMSJDR: “Acórdãos” (ACOR 14).

<sup>352</sup> ACMSJDR: “Acórdãos” (ACOR 14). Capitão-mor, cf.: BARBOSA, op. cit., 1985. p. 51.

“comunidade de leitura” - que se aglutinava em torno de um projeto de civilização e ampliação do acesso às práticas de *letramento*. Pode-se dizer que se estabelecia no período uma “teia de informações”, criada a partir da prática de troca/empréstimo de livros e de debate e confronto de idéias. Uma prova da existência dessa uma comunidade de leitores e da explicitação pública de que a circulação do livro pela Vila estava restrita a determinados grupos é a nota publicada na seção de *Avisos* do *Astro de Minas*, segundo a qual o redator do periódico pede a “Qualquer pessoa que tenha o Tratado do Juri traduzido pelo illustre Deputado o Sr. Joaquim Gonçalves Ledo, e quizer vende-lo, ou ao menos emprestar-nos por algum tempo, far-nos-ha grande obzequio em o enviar a Typographia”<sup>353</sup>. Eis que alguns dias depois o mesmo redator publica a seguinte nota: “Agradecemos muito ao Sr. Sargento Mor Antonio Felisberto da Costa [um dos subscritores da biblioteca] o obsequio que nos fez da Historia do Juri”<sup>354</sup>.

Além do empréstimo, publicaram-se, em vários números do *Astro de Minas*, indícios da circulação de impressos pela Vila, o que, na época, se chamava de “anúncios literários”, ou seja, avisos de obras disponíveis para venda na Tipografia do referido periódico, como por exemplo: “Acham-se á venda nesta Typographia a Constituição do Império a 320 - Modo breve e facil de pronunciar os vocabulos, [...] da Lingua Franceza a 80 réis”<sup>355</sup>.

Foram publicados ainda convites para que se reunissem leitores interessados em subscrever para a compra de periódicos ou para o financiamento de alguma impressão especial:

*Trata-se de imprimir = A Carta escrita pelo Sr. Deputado Vasconcellos aos Eleitores da Provincia de M. Gerais; esta carta contem a historia das 2 primeiras Sessões da Camara dos Augustos e Dignissimos Srs. Deputados, constará de mais de 200 paginas em quarto grande; quem quizer subscrever para esta obra, o pode fazer nesta Villa na Typographia do Astro, [...] preço 1\$200*<sup>356</sup>.

Além desses avisos, havia espaço para os comerciantes que quisessem anunciar a venda de livros em seus estabelecimentos: “quem quizer comprar os Livros Compendio de

---

<sup>353</sup> *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 10, p. 04, 3.<sup>a</sup> feira, 11/12/1827.

<sup>354</sup> *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 11, p. 04, 5.<sup>a</sup> feira, 15/12/1827.

<sup>355</sup> *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 25, p. 04, 3.<sup>a</sup> feira, 15/01/1828.

<sup>356</sup> *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 14, p. 04, 5.<sup>a</sup> feira, 20/12/1827.

Agricultura 5 volumes, e Contrato Social de J. J. Rousseau: dirija-se à Botica junto ao Paço no largo da Cadêa”<sup>357</sup>.

Mesmo antes do parecer acerca da tentativa de instituição da Sociedade Literária, os leitores da época compartilhavam leituras, debatiam e confrontavam idéias contidas em livros e periódicos, como afirma o leitor do *Astro de Minas* “O Perneira da Corte”, em correspondência dirigida ao Redator do dito jornal: “não sendo eu grande cousa em Política, porque os meus negocios me privam deste estudo, hoje tao da moda, contento-me com referir-lhe o que *oiço* geralmente sobre a celebre *gazeta do Brazil*, assumpto infalivel de todas as conversações”<sup>358</sup> [grifo meu]. Todos esses dados oferecem indícios da circulação da palavra escrita (por meio da leitura ou do “ouvir ler”) pela Vila de São João del-Rei e demonstram que a comunidade de leitores em questão executava diferentes estratégias para se apropriar do escrito, em variados locais de sociabilidade de idéias - na medida em que um mesmo indivíduo poderia ser subscritor da Biblioteca, mas ainda leitor e correspondente do periódico local etc.<sup>359</sup>.

### III.1 - Ocupações e condições econômicas

Apesar de considerar os subscritores parte da elite da Vila, não é lícito afirmar que compunham um grupo homogêneo. Eram homens provenientes de lugares sociais e culturais diferentes. Apesar de não terem contribuído durante muito tempo, num primeiro momento houve um grupo de subscritores que, de uma forma ou de outra, deu suporte à iniciativa do comerciante “amante da Litteratura” de manter a livraria. Nesse momento, faz-se necessária a busca por dados deixados pelos subscritores no decorrer de suas vidas, que dêem indicações que permitam constatar e demonstrar a relação desses leitores com a cultura escrita.

---

<sup>357</sup> *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 32, p. 04, 5.ª feira, 31/01/1828.

<sup>358</sup> *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 27, p. 02, sábado, 19/01/1828, Nº 27. p. 02.

<sup>359</sup> Uma possibilidade interessante de pesquisa não privilegiada por essa dissertação seria a de se fazer um levantamento minucioso dos anúncios de livros publicados e vendidos pela Tipografia do *Astro de Minas*, que parecia ser um local de encontro, debate e sociabilidade de idéias, muito freqüentado pela população masculina e livre de São João del-Rei no período em questão.

Foi possível estabelecer uma amostra que permite observar a posição social de uma parcela das pessoas envolvidas no processo de criação da biblioteca, baseada numa pesquisa feita em 36 inventários e 16 cópias de testamentos (de um total de 91 subscritores) encontrados no Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei - IPHAN.

Mesmo sabendo dos perigos e arbitrariedades que podem ser geradas a partir das tentativas de se classificar o mundo social, a partir das informações levantadas, será traçado um quadro geral das características e posicionamento social dos subscritores, agrupando-os de acordo com as ocupações profissionais que exerciam na Vila de São João<sup>360</sup>. É necessário ressaltar que uma das dificuldades do trabalho com inventários é a de se estabelecer com precisão a qual ramo profissional pertencia o inventariado, já que não existe, em local pré-determinado na estrutura do documento, referência explícita à ocupação exercida pelo mesmo. Muitos dos subscritores por mim estudados atuavam em mais de um ramo de negócio ao mesmo tempo. Esse fato não parece incomum para o período, tendo sido vários casos semelhantes encontrados por Angela MAGALHÃES, em pesquisa comparativa realizada a respeito de São João del-Rei e Campanha, nas “listas nominativas” localizadas no Arquivo Público Mineiro<sup>361</sup>.

Luiz Carlos VILLALTA, ao analisar a posse e distribuição de livros em Mariana (comparando os dados encontrados com o Rio de Janeiro e Diamantina) através de um levantamento feito em inventários do cartório do segundo ofício produzidos entre os anos de 1714 a 1822, classifica os inventariados em 9 categorias:

*clérigos, advogados, boticários, cirurgiões, mercadores, licenciados (sem que se pudesse identificar suas áreas de atuação), militares de ordenança ou de tropa paga, proprietários de bens imóveis (terras agrícolas e/ou casas e/ou terras minerais) sem patente ou ofício, e, por fim, inventariados sem ofício, patentes ou bens imóveis - constatou-se que o perfil dos proprietários de livros de Mariana muito se aproxima do observado em Diamantina e no Rio de Janeiro [...] confirmando-se em parte a hipótese*

---

<sup>360</sup> Os dados que utilizaremos a seguir foram retirados dos inventários dos subscritores encontrados no AMRSJDR/IPHAN. Para que completássemos as informações, o Prof. Afonso de Alencastro Graça Filho gentilmente nos cedeu alguns dados referentes aos comerciantes e oficiais da cidade. As informações foram encontradas por Graça Filho no ACMSJDR, nos “Livros de Licenças para Negociantes e Ofícios” (LIC 101 e 102 - 1830-1832), no ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO “Respostas das Câmaras Municipais aos Inquéritos Provinciais da Presidência de Minas Gerais, 1855” (Códice SP. 570) e nas observações de ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. 2 vols.

<sup>361</sup>MARTINS, Angela Magalhães. Século XIX: estrutura ocupacional de São João del Rei e Campanha, In: IV SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. *Anais...* Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p. 34-35.



[...] [de que] eram os burocratas do governo da Capitania, os ouvidores das comarcas, os advogados ou bacharéis e os clérigos que constituíam as elites culturais<sup>362</sup>.

Dadas as especificidades de meu trabalho de pesquisa, cheguei a uma categorização algo distinta da estabelecida por VILLALTA, que é a que se segue: comerciantes, oficiais mecânicos (marceneiros, sapateiros, alfaiates etc), advogados, clérigos, professores, proprietários de bens imóveis (residências, terras para pasto, agrícolas e/ou minerais), cirurgiões, médicos e boticários. Importante ressaltar que contabilizei o número de ocorrências pois, como foi dito anteriormente, há subscritores que atuavam em mais de um tipo de ocupação, o que dificulta que se privilegie uma ou outra profissão. Ao fim, os subscritores se distribuíam conforme os números de ocorrências expressos na tabela abaixo:

**TABELA 2: OCUPAÇÕES/PROFISSÕES DOS SUBSCRITORES**

Ocupações/ profissões	<i>Número de ocorrências das ocupações/profissões dentre os subscritores</i>
Comerciantes	26
Mestres de ofícios mecânicos	02
Advogados	02
Clérigos	12
Professores	04
Proprietários de bens imóveis	08
Cirurgiões, médicos e boticários	10

**FONTES:** Inventários dos subscritores alocados no Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei/IPHAN e ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1979. 2 vols.

Dentre os 26 subscritores ligados ao ramo do comércio, Felipe Gomes Pereira, que assina a subscrição da livraria em seu nome e no de sua Companhia, teve “uma sociedade” durante sua vida, mas em seu inventário não consta a que tipo de negócio esse subscritor teria se dedicado.

<sup>362</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado). USP, 1999. p. 355-356.

Os demais comerciantes negociavam com os mais diversos produtos, como era comum na época. Dentre eles, 14 se ocupavam de negociar fazendas secas, molhados da terra e do reino, tecidos e louças, assim como Baptista Caetano, que mantinha negócio de molhados e efeitos da terra com seu primo Francisco de Paula Almeida Magalhães (entre os anos de 1818 a 1828) e Antônio Gonçalves Liberal, um negociante de “grosso trato” que possuía loja de fazendas secas e molhados do reino. O Comendador Carlos Baptista Machado, além de comercializar fazendas, vendia escravos recém trazidos do continente africano, como consta de um “Aviso” publicado no *Astro de Minas* em 1828: “chegou a esta Villa huma porção de escravos novos por conta de Carlos Baptista Machado, os quaes pretende vender com quatro, e mais annos de prazo, ou como se convencionarem”<sup>363</sup>.

Havia outros 8 que, além de alguns dos produtos mencionados anteriormente, negociavam também com drogas.

José Coelho Mendes e Lázaro da Silva Chaves, além de constarem entre os 25 negociantes de fazendas secas e molhados da terra e do Reino, possuíam, respectivamente, uma taverna na Rua do Curral e uma estalagem na Vila.

No inventário de Francisco de Paula e Almeida, consta a informação de que esse subscritor teve um “negócio de bestas”, ou seja, era dono de uma tropa, que muito provavelmente, dadas as características do comércio local, transportava gêneros de primeira necessidade para a Corte do Rio de Janeiro ou, quem sabe, outras províncias do Império.

Há 10 ocorrências de subscritores ligados à área de saúde. Dentre essas, foram contabilizadas 04 cirurgiões-mores, 03 boticários, 02 cirurgiões-boticários e 01 médico, o inglês Dr. Jorge Such, que durante o anos de 1827 e 1828 foi o “médico do partido” da Câmara Municipal, responsável pela vacinação ocorrida na Vila. Dentre esses homens, 03 se encontravam ligados também ao comércio, sendo que 02 comercializavam com drogas e 01 último era proprietário de uma loja de tecidos.

Representando os oficiais de ofícios mecânicos, encontramos na relação de subscritores o senhor Antônio da Costa Braga, dono de uma loja de marceneiro, e um proprietário de tenda de sapateiro, chamado Antônio Pereira da Costa.

---

<sup>363</sup> *O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 130, p. 04, 3.<sup>a</sup> feira, 30/9/1828.

Foram localizados 02 advogados, sendo um deles Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Juiz de Fora da Vila de São João, mencionado anteriormente, e o outro de nome Florencio Antonio da Fonseca.

Havia 12 padres e, entre eles, João Ferreira Leite, dono de fazenda e lavras em Nazaré, com oito escravos minerando nas lavras. O Padre Francisco d'Assis Braziel foi o primeiro bibliotecário da Livraria Pública, havendo outros 02 que também exerciam a atividade de professores de aulas públicas da Vila - um de Primeiras Letras e outro de Gramática Latina.

A respeito dos demais subscritores professores, havia ainda o cadete José de Queiroga Vasconcelos e Ataíde, responsável pela implantação do Método de Ensino Lancasteriano na Vila de São João del-Rei. Um dos advogados mencionados acima, o Dr. Florêncio Antônio da Fonseca, se tornaria, anos depois da inauguração da biblioteca, em 1840, professor de Filosofia Racional, cadeira criada depois da representação feita em 1831 pelo então vereador e também subscritor Francisco Antônio da Costa<sup>364</sup>. Como foi dito anteriormente, era comum no período, devido à escassez de professores, que os pais contratassem professores particulares para ensinar seus filhos, serviço prestado principalmente pelos padres. Talvez muitos desses padres-subscritores tenham sido professores na Vila, mas poucos deixaram registros da realização desse tipo de trabalho, como foi o caso do Reverendo José Joaquim de Santa Ana, que não apenas era professor da Cadeira Pública de Primeiras Letras, como em 1831 lecionava no seu “Collégio particular, em que [...] [ensinava] Música, dança, Francês e Latim, e [contava] já dez alunos que moravam com o Professor”<sup>365</sup>.

Apesar de a maioria dos subscritores localizados possuir profissões exclusivamente urbanas e viver na Vila de São João, observa-se através dos inventários que 08 deles eram proprietários de bens imóveis, sendo que 06 se relacionavam com a produção para o comércio de abastecimento, na medida em que possuíam propriedades produtoras de gêneros alimentícios, como gado *vacum*, porcos, café e roças de milho. Entre esses havia um grande produtor de gêneros: Gabriel Francisco Junqueira, “afazendado em

---

<sup>364</sup> ACMSJDR: “Atas das Sessões da Câmara” (ATA-SES 27, 1831-1835), “Representação do Vereador Francisco Antônio da Costa dirigida aos Concelheiros da Província”, transcrita em Ata da Câmara Municipal, na sessão de 06/10/1831.

<sup>365</sup> ACMSJDR: “Atas das Sessões da Câmara” (ATA-SES 27, 1831-1835): “Sessão de 06/10/1831”.

estabelecimento de agricultura, e criação em grande ponto; maior de 40 anos [em 1827], morador na Freguezia de Carrancas<sup>366</sup>. Outros dois possuíam terras minerais, sendo João Lourenço Ribeiro Brito também possuidor de uma pequena propriedade rural.

No que diz respeito às fortunas deixadas por esses homens quando de seus falecimentos, pode-se afirmar que algumas eram significativas, pois muitos subscritores deixaram uma situação bastante tranqüila para seus herdeiros, sem dívidas passivas, com muitos bens móveis, imóveis, escravos em boas condições de saúde, muitas dívidas ativas, dinheiro, jóias etc. Como exemplo, pode-se citar Carlos Baptista Machado, que em 1854 deixou 26 escravos para seus herdeiros, além de uma chácara e uma morada de casas de sobrado na Rua da Intendência<sup>367</sup>. A rua da Intendência, localizada do lado direito do Córrego do Lenheiro, caracterizava-se por possuir casas bem arejadas, com jardins e pomares, chácaras e ainda casas comerciais. Constituía, na primeira metade do século XIX, um espaço para a elite, ocupado por pessoas de mais posse da Vila, principalmente por burocratas ex- oficiais da Coroa Portuguesa<sup>368</sup>.

Outro exemplo de subscritor abastado era Francisco de Paula de Almeida Magalhães, falecido em 1849. Teve uma sociedade mercantil com Baptista Caetano entre os anos de 1819 e 1828. Deixou de legado a seus herdeiros 27 escravos, 03 moradas de casas, sendo uma delas de sobrado, com grades de ferro, no Lago do Carmo, de frente para a Rua Direita, e um terreno murado de pedras na mesma rua. A Rua Direita, situada no núcleo que se constituiu na margem esquerda do Córrego do Lenheiro, possuía um adensamento populacional maior que as ruas mais novas construídas do lado oposto do dito Córrego. Juntamente com as Ruas do Curral e Municipal, a Direita compunha o “eixo [...] [que] concentrava a principal área comercial da vila”<sup>369</sup>. Além desses bens de raiz em espaço tão valorizado, o subscritor em questão deixava ainda uma grande Fazenda com terras de cultura e campos de criar na Serra do Lenheiro e 03 chácaras nos subúrbios da Vila<sup>370</sup>.

Os locais habitados por esses dois subscritores, separados pelo Lenheiro, constituíam, cada um a seu modo, partes da região central da Vila de São João del-Rei,

---

<sup>366</sup> ACMSJDR: “Acórdãos” (ACOR 14, 1823/1828-1831): “Sessão de 14/5/1827”.

<sup>367</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1854/cx. 145.

<sup>368</sup> CAMPOS, op. cit., 1998, p. 86-87 e 96.

<sup>369</sup> CAMPOS, op. cit., 1998, p. 88-89.

<sup>370</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1849/cx. 400.

onde se concentravam as casas de sobrado e “residiam pessoas em caráter definitivo, que moravam com a família, possuíam uma atividade profissional definitiva e geralmente participavam da vida social e [...] política da comunidade”<sup>371</sup>.

O subscritor com maior número de escravos contabilizado em inventário foi o Cap. Joaquim José de Oliveira, que deixou, além de 39 escravos, partes de uma Fazenda na Serra das Letras, com terras de cultura e de criar, cafezal, morada de casas, paiol, moinho, monjolos, senzalas, currais e outras benfeitorias<sup>372</sup>.

Esses dados são importantes para a caracterização das condições econômicas dos homens em estudo, na medida em que “a ostentação e a distinção social faziam-se sentir na posse de uma grande quantidade de escravos, nas moradias, na indumentária, nos jantares onde a prataria e as louças da Índia eram expostas”<sup>373</sup>. Bens como louças e pratarias materializavam a posição de distinção que seus possuidores desejavam ocupar, como ainda os pianos e liteiras<sup>374</sup>. Dos 36 inventários pesquisados, 30 relacionavam a posse de escravos, a grande maioria contabilizando 04 a 08 (lembrando que a maioria dos plantéis em Minas Gerais oscilava entre 04 e 06 escravos)<sup>375</sup>. Também o fato de se possuir mais de uma morada e principalmente uma chácara ou casa de campo era importante indicativo de que se ocupava uma posição privilegiada em relação à grande maioria de despossuídos da sociedade oitocentista mineira.

Mas vários outros subscritores não tiveram o mesmo destino próspero. Seis deles não possuíam sequer um escravo quando da época em que seus inventários foram lavrados e alguns outros faleceram quase em estado de miséria - o que não quer dizer que tenham vivido sempre em dificuldades financeiras. Dentre os que não possuíam escravos e passavam por problemas com finanças, encontrava-se o músico José Marcos de Castilho,

---

<sup>371</sup> CAMPOS, op. cit., 1998, p. 94.

<sup>372</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1827/cx. 180.

<sup>373</sup> ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Dissertação (Mestrado). Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 1999. p. 30.

<sup>374</sup> Não se sabe se por dificuldades financeiras o subscritor e dono de estalagem Lázaro da Silva Chaves anunciava a venda de um piano forte (*O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 34, p. 04, 3.ª feira, 05/02/1828.) e de uma liteira com todos os seus pertences (*O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 47, p. 04, 5.ª feira, 06/3/1828.).

<sup>375</sup> Outras informações sobre posse de escravos dos subscritores foram encontradas na seção de “Avisos” do *Astro de Minas*: “Ao cadete Joze de Queiroga fugiu na noite de 29/11 hum crioulo de nome Pedro, alto, rosto descarnado, faltas de dentes, sem barbas, pouco mais ou menos 50 anos” (*O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 11, p. 04, 5.ª feira, 15/12/1827.) e no dia “24 de junho p. p. fugiu u escravo de Luís Fortes de Bustamante e Sá” (*O Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 102, p. 04, sábado, 12/7/1828.).

que foi mestre de música para as funções da Câmara Municipal nos anos de 1823, 1825 e 1826. Solteiro, tendo falecido em 1832, deixou para seus dois filhos naturais apenas uma coleção de músicas e alguns papéis avulsos, no valor de 30\$000 e umas moradas de casas baixas no Morro da Forca, avaliadas em 300\$000. Em seu testamento, transcrito no inventário, pediu apenas que seu enterro fosse acompanhado por “meus amigos Musicos, com os quais sempre tive boa amizade”<sup>376</sup>.

Outro subscritor, Felipe Gomes Pereira, português, natural da Freguesia de São Pedro da Vila de Torres Novas, Patriarcado de Lisboa, casado, sem filhos, também não teve boa fortuna. Abriu uma sociedade com Francisco Antônio Gonçalves, sobre a qual não há maiores informações em seu inventário ou testamento, este feito em 1836. De acordo com o testamento, sempre viveu com sua sogra, “em decadência”. O único bem legado a sua esposa foi o escravo Antônio Mina, barbeiro, 40 anos, avaliado em 450\$000<sup>377</sup>, quem muito provavelmente sustentava a casa com o dinheiro que ganhava no exercício de seu ofício.

Outro exemplo de homem não muito bem sucedido foi o negociante-boticário com botica na Rua do Cais, cirurgião e boticário do Partido contratado pela Câmara Municipal em 1828, Bernardo José Gomes da Silva Flores. Apesar de haver exercido tantas atividades ao longo de sua vida, seu inventário foi feito em benefício de seus credores. Alguns bens tiveram que ser vendidos por seu herdeiro e inventariante, também subscritor, o Pe. Joaquim Gomes da Silva Flores, para que fosse possível satisfazer as despesas de seu funeral e inventário, pois, segundo as palavras do Pe. Flores, “tudo importou em a quantia de 286\$853 reis, e [...] o dito fallecido não deixou dinheiro algum como he notorio”. O boticário faleceu em 1829 e, em 1831, seus dois herdeiros fizeram “abstenção no Inventario da herança que lhe possa tocar para não ficar responsável a credores”<sup>378</sup>. Mas, em se tratando ou não de homens bem estabelecidos economicamente, considero relevante a observação de André PETITAT, quando diz que todas essas categorias profissionais, ou seja, “os comerciantes e [...] os profissionais liberais. Funcionários públicos, [...]

---

<sup>376</sup> Informações retiradas do ACMSJDR: “Acórdãos” (ACOR 14, 1823/1828-1831) e AMRSJDR/IPHAN: Inv./1832/cx. C.

<sup>377</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1838/cx. 451.

<sup>378</sup> Cf.: ACMSJDR: “Cartas e Editais da Câmara” (CAED 68, 1823-1831) e AMRSJDR/IPHAN: Inv./1829/cx. 333.

advogados, médicos, notários, professores, etc. [são as] que parecem manter relações privilegiadas com [a cultura letrada]”<sup>379</sup>.

### III.2 - Posse de livros e graus de *letramento*

No que diz respeito à posse de livros, alguns trabalhos apontam para uma relação estreita entre a ocupação profissional e o interesse dedicado à constituição e manutenção de bibliotecas particulares. Daniel ROCHE afirma que, na França, os maiores possuidores de livros, de acordo com pesquisas feitas em inventários, eram “as elites [...] sobretudo, o mundo da toga, do ofício e dos clérigos [...] os comerciantes, até mesmo negociantes, artesãos e assalariados, mas os primeiros têm freqüentemente duas vezes mais livros que os outros”. Sobre a composição dessas bibliotecas, concluí que “varia muito segundo os *hábitos sociais*: permanece dominado pela piedade entre o povo e abre-se para as tradições científicas, técnicas e até para as audácias filosóficas, entre a elite”<sup>380</sup> [grifo meu]. No que diz respeito a Minas Gerais, VILLALTA afirma que os homens que aparecem ligados a livros no período analisado (1714-1822),

*somava a posse de bens de raiz à dedicação ao sacerdócio, às atividades militares, à botica, à advocacia, ao comércio e à cirurgia; do que se supõe ser o livro usado, em grande parte, como fonte de conhecimento para o exercício profissional. O predomínio de proprietários de livros com esse perfil elitizado, todavia, não excluiu totalmente a possibilidade de indivíduos situados em posição inferior da escala social terem acesso à propriedade de bibliotecas*<sup>381</sup>.

Dos 36 inventários de subscritores investigados, em 12 foram encontrados livros, sendo 10 dessas bibliotecas particulares descritas pelos avaliadores - umas com mais outras com menos detalhes. As ocorrências de ocupações indicam 07 negociantes possuidores de bibliotecas particulares (dentre os quais se encontravam 01 cirurgião, 01 boticário-fazendeiro e 02 cirurgiões-boticários). Havia 04 subscritores ligados ao ramo da medicina que possuíam livros: 01 negociante-cirurgião, 01 fazendeiro-negociante-boticário, e 02

---

<sup>379</sup> PETITAT, André. *Produção da escola* - produção da sociedade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 88.

<sup>380</sup> ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996. p. 197.

<sup>381</sup> VILLALTA, op. cit., 1999. p. 359. Veja-se também: VILLALTA, op. cit., 1997. p. 356 e 383.

negociantes-boticários-cirurgiões. Quatro eram sacerdotes (sendo dois desses também professores) e 01 advogado e professor.

Interessante ressaltar que nem sempre os subscritores mais aquinhoados se encontravam de posse de livros, de acordo com a análise de seus inventários, o que não quer dizer que não fossem leitores, pois, mesmo sendo importantes, os “vestígios diretos” deixados em inventários não são o suficiente para se saber da relação das pessoas com o escrito. O inventário não traz informações detalhadas a respeito do que aconteceu ao longo da vida das pessoas, mas sim quando do período de seu falecimento. Os livros ajuntados durante a vida poderiam perfeitamente ter sido doados, vendidos, perdidos. Além disso, a compra, ou melhor, “a posse privada do livro não [...] constitui o único acesso possível ao impresso, que pode ser consultado em biblioteca ou em um gabinete de leitura, alugado em uma livraria, emprestado de um amigo, decifrado em comum na rua ou em um atelier, lido em voz alta em público ou em uma reunião”<sup>382</sup>. Em outras palavras, a presença do livro em inventários não é a única forma de se comprovar que esse ou aquele possível leitor se encontrava em contato direto com a cultura letrada. Há diferentes maneiras de se conseguir ler, vários locais onde a leitura poderia ser realizada e vários tipos de textos, uns mais, outros menos “nobres”, como por exemplo os jornais, folhetos, livros de santos, almanaques, brochuras, que poderiam não compor o patrimônio do inventariado ou ter passado despercebidos aos olhos de um avaliador devido ao seu baixo valor ou estado de conservação precário no momento da avaliação. A localização de livros em inventários constitui uma maneira mais direta de tentar perceber a relação dos leitores com a cultura impressa e, possibilita, em parte, que se estabeleçam relações que permitam uma aproximação às preferências dos leitores da época pesquisada (lembrando ainda que não se pode afirmar que os livros relacionados nessas fontes foram realmente lidos e apropriados por seus proprietários).

Embora não esteja trabalhando com um universo que permita análises quantitativas como VILLALTA - o que dificulta a comparação - importante chamar atenção para o fato de o número de subscritores negociantes exceder, proporcionalmente, o número do que o mencionado historiador classificou em sua pesquisa em Mariana como “mercadores”. No caso dos subscritores de São João del-Rei, num total de 12 inventariados, 07 possuíam

---

<sup>382</sup> CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, op. cit., 1996. p. 77.



algum tipo de negócio comercial, ao passo que em Mariana, de dois inventários de “mercadores”, apenas um era proprietário de biblioteca particular. Na pesquisa de VILLALTA, os clérigos constituíam a categoria que mais possuía livros (22 num total de 37). Em termos proporcionais, o número de clérigos subscritores é bastante semelhante aos números da pesquisa de Mariana (04 entre os 12). Os boticários de Mariana ocupam o terceiro lugar em quantidade de livros (06 proprietários em 08 inventários). VILLALTA encontrou apenas 01 cirurgião, o qual também possuía uma biblioteca particular. Somados todos subscritores da Biblioteca Pública de São João del-Rei que possuíam ocupações ligadas ao ramo da medicina (já que no meu caso não separei os boticários dos cirurgiões) e que possuíam livros, encontra-se um total de 04 em 12<sup>383</sup>.

Em dois inventários de subscritores foi mencionada a existência apenas de partituras - o que acredito evidenciar não só ligações com atividades musicais, pois saber “ler” uma partitura de música é considerado um dos possíveis tipos de *letramento*, pois “uma concepção mais ampla da alfabetização deveria contemplar também a *capacidade para decifrar/decodificar outros signos diferentes dos alfabéticos, especialmente os do mundo da imagem, do número e das formulações algébricas*”, ou ainda o “código da música”<sup>384</sup> [grifo do autor]. Um dos avaliadores fez uma anotação não muito detalhada das peças musicais encontradas no inventário de José Marcos de Castilho, registrando “uma coleção de música que se compõe de várias peças responsórias, Antifonas, Graduas, Missas, Cremos, Ofícios de defuntos, e Responsorias de Semana Santa, 2ª parte da Opereta de Chiquinha, e de Lavera Constancia, e alguns papéis avulsos”. No inventário de João José das Chagas as partituras foram registradas apenas como “várias peças de música”, avaliadas em 12\$000<sup>385</sup>.

Dos 12 inventários de subscritores que possuíam livros, dois avaliadores não se preocuparam em descrever os títulos que compunham as bibliotecas. Dentre os possuidores de livros que não foram descritos com minúcia pelos avaliadores encontra-se o fazendeiro, negociante-boticário e Tenente Coronel Francisco Mendes de Almeida e Silva, que possuía

---

<sup>383</sup> Confira os dados na “Tabela II - Posse de Livros em Mariana (1714-1822)”. In: VILLALTA, op. cit., 1999, p. 357.

<sup>384</sup> VÍNAO FRAGO, Antonio. *Alfabetização na Sociedade e na História: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 42. Atenção para a nota nº 47. Destacando que a Vila de São João del-Rei possuía uma intensa atividade musical. Cf.: CAMPOS, op.cit., 1998.

<sup>385</sup> ACMSJDR: Inv./1832/cx. C e Inv./1828/cx.55.

25\$000 em “livros e Botica homeopathica” e mais 20\$000 em “toda livraria da casa”. Os livros avaliados em vinte mil réis foram herdados por seu filho Aureliano Mendes da Silva Caldas. Também o Padre Manoel da Paixão e Paiva, professor público de Gramática Latina, além dos “trastes na casa da cidade”, possuía “uma Estante grande de livros”, avaliada em 3\$000, sendo as obras avaliadas em 20\$000. Teve sete filhos. O segundo deles, também padre, o Sr. Reverendo Bernardino de Souza Caldas, herdou os impressos por “convenção” que fizeram todos os irmãos<sup>386</sup>.

Apesar de a quantidade de dados referentes a livros nos demais inventários analisados ser bastante extensa, um grande problema com o qual o pesquisador que lida com essa documentação se depara advém da falta de detalhes acerca dos títulos dos livros, o que muitas vezes impossibilita a análise da composição das livrarias particulares em estudo. Raramente são encontradas informações sobre os formatos dos livros, as datas em que foram publicados, o número exato de volumes das coleções ou obras de referência ou sua aparência. Não bastasse isso, muitas vezes os nomes de autores se encontram incompletos ou até mesmo escritos de modo errado, o que torna em muitos momentos impossível que se faça sua identificação.

Mesmo assim, a “classificação” e a análise dos títulos encontrados nos inventários dos subscritores permitem que se estabeleça em parte as preferências literárias desses homens, bem como um pouco da relação que possuíam com seus livros<sup>387</sup>. O mais interessante, porém, seria encontrar, “paralelamente às sinalizações das frequências de tais objetos [...] as práticas de sua utilização e consumo”<sup>388</sup>, o que raramente aparece em inventários.

---

<sup>386</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1839/cx.505.

<sup>387</sup> Para que pudessem ser identificados, tanto os nomes dos autores quanto dos títulos das obras foram confrontados com os dados oferecidos por VILLALTA (VILLALTA, op. cit., 1999); SILVA, M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da. Uma biblioteca científica brasileira no início do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*, São Paulo, n. 14, p. 137-148, 1977; Id., A Livraria Pública da Bahia em 1818: obras de História. *Revista de História*, São Paulo, v. 87, n. 43, p. 225-239, 1971; DINIZ, Sílvio Gabriel. Biblioteca setecentista nas Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 06, p. 333-344, 1959b; Id., Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 47/48, p. 180-198, jan./jul/ 1959a; ELIS, Myriam. Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 30, p. 387-447, 1957; *Enciclopaedia britannica*. Chicago: William Benton, 1973. Foram também consultados os catálogos *on line* das seguintes bibliotecas: Library of Congress (EUA), Bibliothèque National de France, British Library, National Library of Canada e Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>388</sup> CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996. p. 79.

Apesar de referir a existência de livros, a leitura do inventário do subscritor Sr. João José de Souza Campos, negociante de fazenda seca e tecidos, falecido em 1836, permite perceber que esse comerciante não possuía sequer uma obra em sua casa. Os livros se encontravam em sua loja e correspondiam a nove dúzias de livrinhos de Santa Bárbara e cento e noventa registros de diferentes Santos, o que totalizava 266 pequenos livros, avaliados em 2\$960. Além de comercializar esse tipo de impresso, o inventário do subscritor mostra que sua casa comercial era a única, dentre as de vários subscritores negociantes, que vendia material de papelaria. Constam em seu comércio três resmas e três mãos de papel “almasso”, uma resma e uma mão de papel branco, dez cadernos de papel espesso, duzentas penas para escrever e um compasso, o que evidencia a utilização de materiais para escrita por parte dos moradores da cidade<sup>389</sup>. Esse caso é interessante, pois, apesar de o comerciante não possuir livros particulares, seu estabelecimento foi um dos poucos locais que nos ofereceu indícios do que era vendido na cidade, em matéria de impresso. Seriam esses livrinhos sagrados a preferência da maior parte dos leitores de São João del-Rei? De acordo com VILLALTA, na cidade de Mariana, “entre os autores e/ou títulos mais freqüentes, figuravam, em primeiro lugar, os *Livros de Santa Bárbara*, totalizando 34 exemplares [...] atingindo o valor monetário irrisório de \$170 (cento e setenta reis)”. Os 34 exemplares encontrados na Leal Cidade foram descritos no inventário de um mercador, em 1789. Esse tipo de impresso de devoção, vendido a preços módicos, foi o que mais circulou na América Portuguesa. VILLALTA afirma que, apesar de muito difundido, pois que auxiliava seus leitores a ter acesso ao mundo sagrado, as dificuldades de se encontrar referências a seu respeito em inventários decorrem do fato de possuírem na época baixo valor econômico. Por esse motivo, os *Livrinhos de Santa Bárbara* só são mencionados quando encontrados em grande número, principalmente nas casas comerciais<sup>390</sup>.

Excetuando-se o inventário do negociante e subscritor João José de Souza Campos, que não possuía livros de uso pessoal, restam 09 inventários de subscritores em que a posse

---

<sup>389</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1836/cx.41.

<sup>390</sup> VILLALTA, op. cit., 1999, p. 369 e 376. Lembrando mais uma vez que, de acordo com SILVA, o valor dos folhetos vendidos no Rio de Janeiro no XIX não deveria passar de 100 réis, ao passo que uma resma de papel branco custava 5\$760, um quartilho de tinta para escrever 320 réis, uma bala de papel almaço 2 mil réis e um arrátel de lingüiça 280 réis. Ver: SILVA, M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, São Paulo, v. 94, n. 46, p. 450-451, 1973.

de livros é mencionada e os títulos das obras quase totalmente descritos. Um primeiro aspecto relevante sobre as bibliotecas particulares desses 09 subscritores diz respeito ao número de volumes encontrados. A quantidade de livros totaliza pelo menos 795 volumes. Essas cifras certamente seriam mais elevadas, se o número exato de volumes de alguns “jogos de dicionários” e de livros em mau estado de conservação não tivessem sido negligenciados pelos avaliadores. Em muitos casos os títulos dos livros se repetem em diversas bibliotecas, sendo a soma total dos mesmos, sem se excluir os repetidos, de 298. Os números encontrados por VILLALTA em Mariana totalizam 2031 volumes e 1253 títulos (foram analisados 911 inventários, datados de 1714 a 1822, nos quais foram encontradas 76 bibliotecas particulares)<sup>391</sup>.

Em São João del-Rei, a biblioteca mais numerosa, tanto em número de títulos quanto em número de volumes, encontrava-se em poder do subscritor advogado Florencio Antonio da Fonseca. Totalizava 122 títulos, distribuídos em 362 volumes. A maior biblioteca encontrada em Mariana no período colonial também pertencia a um advogado, o doutor José Pereira Ribeiro, que possuía 211 títulos e 476 volumes<sup>392</sup>. Dentre os advogados que contribuíram com a lista de subscritores e que possuía livros em casa, encontra-se Florêncio Antônio da Fonseca, que também exerceu o cargo de professor de Filosofia numa cadeira pública da Vila de São João. Grande parte de sua biblioteca particular (122 títulos, 362 volumes) se encontrava em bom estado de conservação, segundo o avaliador. Mas, além dessas obras, havia “uma grande porção de livros muito arruinados” e não descritos, que foram avaliados em 5\$000, mais quatro cadernos de música e “uma pequena porção de músicas avulsas”. A respeito da composição de sua biblioteca, observa-se que 39 títulos referiam-se a legislação e direito, tanto civil, como de órfãos e criminal, sendo 13 desses livros obras escritas pelo famoso jurista português Manoel de Almeida Souza de Lobão. Ainda sobre leis destacam-se a *Legislação Constitucional Francesa*, as *Execuções* de Silvestre Gomes de Moraes (*Moraes Executionibus*, em 03 volumes) e *As Ordenações* de Pegas (em 12 volumes, faltando o quinto). Dentre os livros sacros havia 02 *Bíblias* (uma em latim e outra em português), mais 10 volumes de direito eclesiástico, e ainda a obra do canonista-jurista Sanches: *Do santo*

---

<sup>391</sup>VILLALTA, op. cit., 1999. p. 365.

<sup>392</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1859/cx.431. Sobre José Pereira Ribeiro ver: VILLALTA, op. cit., 1999. p. 365; ANTUNES, op. cit., 1999.

*sacramento do matrimônio*, em 05 volumes. Mas outras áreas de conhecimento interessavam ao advogado e professor, pois havia 05 títulos de História, dentre os quais a *Histoire de la revolucion de France*, em 05 volumes. Os autores franceses nessa biblioteca se encontravam representados por D'Alembert (*Obras completas* - 04 volumes), Montesquieu (*Nova edição do espírito das leis* - 04 volumes; *Obra* - 01 volume), Condillac (*Obras completas* - 16 volumes), M. de Staël (*Consideration sur la revolution* - 03 volumes) e De Pradt (*A Europa e as Américas*, 02 volumes). Os ingleses por Locke (*Oeuvres philosophiques* - 05 volumes) e Bentham (*Tratado da legislação* - 03 volumes). Havia ainda as *Obras* de Las casas (02 volumes) e os jusnaturalistas Pffendorf (*Direito natural* - 02 volumes) e Heinécio (*Recitations* - 01 volume; *Obras completas* - 09 grossos volumes). Todos autores de grande circulação no Brasil na primeira metade do século XIX. Dos clássicos latinos havia Cícero (*De officiis*), Lucrécio e Calepino e, de filosofia grega, Platão (*De la republic* - 06 volumes). Encontravam-se ainda em sua biblioteca livros de geometria (*Elementos de geometria*, por Euclides), retórica, uma gramática da língua inglesa e diversos dicionários: um de português-inglês, um de francês, um geográfico e um canônico. Assim como Baptista Caetano, o advogado Florêncio Antônio possuía obras de Las Casas e grande interesse pela história, língua e pelos pensadores franceses<sup>393</sup>. Dentre as bibliotecas dos subscritores analisadas, a desse advogado era, ao nosso ver, não só a que possuía maior quantidade de volumes, mas também a mais variada. De acordo com WALSH, apenas três pessoas ligadas à biblioteca sabiam falar inglês<sup>394</sup>, sendo um deles Aureliano Coutinho. Mas o viajante não revela o número daqueles que sabiam apenas ler essa língua. Através dos títulos dos livros do advogado Florêncio Antônio, vê-se que o idioma inglês estava presente em sua biblioteca e, portanto, provavelmente ele era um dos três subscritores que conheciam a língua. Percebe-se, a partir de sua biblioteca, que esse subscritor se interessava não só pela língua inglesa, mas também por outros aspectos das culturas britânica e norte-americana. Este era o subscritor que mais se aproximava de Baptista Caetano, em relação às suas preferências literárias. Do mesmo modo que a biblioteca do advogado Florêncio Antônio da Fonseca em São João del-Rei, VILLALTA afirma que:

---

<sup>393</sup> ACMSJDR: CAED 70 e AMRSJDR/IPHAN: Inv./1859/cx431.

<sup>394</sup> WALSH, Robert. *Notícias do Brasil - 1828/1829*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1985. p. 76. (vol. 2).

*as maiores bibliotecas identificadas nos inventários de Mariana pertenciam a três advogados. Nelas, apesar de predominarem obras de direito, estavam presentes livros de ciências sacras. O dr. José Pereira Ribeiro tinha 201 títulos, a maioria deles de jurisprudência. A estes se juntavam obras-primas da literatura universal, gramáticas, dicionários, livros de história, geografia, ciências naturais, filosofia e teologia. Entre os ilustrados, encontravam-se: Condillac, D'Alembert, Genovesi, Montesquieu, Voltaire, Wolff e William Robertson<sup>395</sup>.*

Entre os 02 subscritores que se encontravam exclusivamente ligados a ocupações comerciais e possuíam bibliotecas particulares estava João Evangelista de Magalhães, dono de armazém que comercializava utensílios domésticos e tecidos. Em sua livraria encontramos várias obras de referência, ou seja, “Um jogo de *Dicionários de Moraes*” (certamente uma das várias edições do *Dicionário da lingua portugeza, composto por Antonio de Moraes Silva*), um dicionário histórico, um de Geografia do Brasil, dicionários das línguas francesa e portuguesa. Observa-se a existência ainda de 04 volumes das *Obras de Walter Scott* traduzidas em francês, 06 de *Obras* de Montesquieu, 03 de *Revolução Francesa*, sem outros detalhes que permitam identificação mais refinada. Por fim, havia 01 volume do *Genio do Christianismo - Chateaubriad* e um livro de *Homeopathia*, sendo que este último ficava na loja, não se sabe se para ser vendido. Não conseguimos identificar um de seus livros: “um livro de Guigralhia”. Na medida em que os “jogos de Dicionários” não trazem o número exato de volumes, pelo que foi possível contabilizar, sua livraria era composta de 10 títulos diferentes e mais de 16 volumes<sup>396</sup>. Observamos, através dos títulos compreendidos, que o interesse desse comerciante pela França era patente, pois não só possuía livros referentes ao país e à filosofia das “Luzes” como também um dicionário de francês, que provavelmente era utilizado para auxiliar a ler os textos nessa língua. Até mesmo as obras de Walter Scott se encontravam traduzidas para o francês, o que indica o quanto o idioma dos britânicos era estranho para esse subscritor.

Já o rico negociante e Comendador da Ordem de Cristo Carlos Baptista Machado, morador em uma das casas de sobrado na Rua da Intendência da Vila de São João, possuía 07 títulos diferentes de livros. Nem todos os títulos trazem o número exato de volumes, como o “jogo de Dicionarios Portugueses”. A soma das obras de sua biblioteca que trazem os números de volumes chega ao total de 36. Os títulos dos livros foram escritos pelo avaliador de maneira muito resumida, o que dificulta a identificação precisa, pelo que não

---

<sup>395</sup> VILLALTA, op. cit., 1997. p. 365.

<sup>396</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1860/cx.487 (dois volumes).

consegui estabelecer do que tratam. São 08 volumes intitulados de *Panorama* ou outros 07 de *Museu Universal*. Compunham ainda a biblioteca do Comendador uma *Coleção das leis do Império do Brasil*, 01 volume do *Código Criminal* e 10 de *Medicina doméstica*. Tendo como base os temas dos livros pertencentes ao negociante Machado, realmente não podemos afirmar que ele se interessava pelos assuntos tantas vezes presentes em bibliotecas de seus contemporâneos, como Filosofia, Geografia, História, livros publicados em francês, etc. Seus livros sugerem uma relação muito mais utilitarista com o impresso, principalmente considerando os volumes de Medicina, que eram comumente utilizados pela população para se socorrer quando ocorria algum problema de saúde. Assim também seu irmão, subscritor e negociante Machado, contribuiu com apenas uma ação para a livraria - apesar de possuir condições materiais que possibilitassem maior empenho. Ao pesquisar o inventário de seu irmão, Pe. Francisco de Paula Machado, foi constatado que ele não possuía livros na época em que seus bens foram inventariados<sup>397</sup>. Observa-se, a partir desses dois casos, que nem sempre os mais privilegiados economicamente ou os que possuíam determinadas profissões que sugerem ligação com livros são os que realmente se interessavam por possuí-los, o que demonstra que se estabeleciam diferentes relações com o escrito e que se utilizava de diversos tipos de impresso, sendo que o valor atribuído a esses diferentes materiais de leitura também variava.

Outros 03 subscritores que possuíam biblioteca particulares se ocupavam do comércio, mas também possuíam profissões ligadas ao ramo da Medicina.

Dentre esses estava o Sargento-mor, cirurgião e comerciante de tecidos Antônio Felisberto Costa, que ocupou o cargo de vereador da Câmara Municipal da Vila de São João del-Rei nos anos de 1823 e 1828 e, de acordo com o inventário do negociante e subscritor José Antônio da Costa, foi também Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo e Juiz de Fora e de Órfãos da Vila de São João. Além de influente nos meios políticos, possuía “uma morada de casas de sobrado com quatro portas e quatro janelas de frente, na Rua Direita [...], de muito boas madeiras e construção assoalhada e forradas com todos os cômodos para numerosa Família”, avaliada no ano de 1830 em 4:000\$000. Se tomada em relação às outras duas bibliotecas de cirurgiões, a de Antônio Felisberto era a que possuía a maior quantidade de obras. Seus 122 volumes ficavam em sua casa, acondicionados em

---

<sup>397</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1854/cx145 e Inv./1889/cx.410.

estantes de quatro andares, com vidros - o que demonstra que o acesso a essas obras não era permitido a todos, pois ficavam fechadas. Dentre os quarenta e oito títulos que compunham esse acervo - a partir do que foi possível identificar - a maioria dizia respeito a medicina, ou seja, 27 títulos referentes a medicina. Dentre esses, *Medicina prática* de Pinel (03 volumes), *Anathomia com estampas da Martem Martini*, tratados de enfermidades e de febres, de operações e cirurgia. Dentre as obras de referência ligadas à sua profissão, possuía 06 volumes de um *Dicionario de Medicina por uma Sociedade*, outros 02 volumes de *Dicionario de Anatomia e Cirurgia*, 01 dicionário de Química em 04 volumes e *Dicionario de Historia Natural* “por Bomar, 06 volumes”. Outros livros que compunham a face profissional da livraria do boticário eram os tratados de *Agoas Minerais, dos Saes* e da *Quina e suas espécies* (plantas arborescentes de casca medicinal, de onde se extrai o sulfato de nome quina ou quinino), certamente usados na preparação de medicamentos. Entre os livros se encontravam duas “carteiras de cirurgia com instrumentos”. Mas na biblioteca de Antônio Felisberto da Costa havia ainda espaço para outros assuntos, além dos diretamente ligados a sua profissão. Foram contabilizados 04 títulos referentes a obras sacras, dentre eles *Moral de Jezus Christo, e dos Apostolos* em dois volumes, *Evangelho em Triunfo e Regra da Ordem Terceira do Carmo*. Além de 02 títulos de História, sendo um deles *Historia do Brazil por Bochamp* - em 03 volumes, mais 11 volumes das *Obras de Fontenelle*, 07 de “Omero” e a obra *Ensaios sobre a crítica* do “iluminista” Alexander Pope. Dentre as obras de referência encontravam-se dicionários de português (*Moraes* em 2 volumes), francês, latim, italiano, de História Natural e de Geografia<sup>398</sup>. Portanto, sua relação com os livros ia além da utilidade prática ou do auxílio que esses poderiam prestar no exercício de sua profissão, o que leva a crer que esse subscritor possuía um interesse maior pela instrução de modo geral do que os outros cirurgiões investigados.

Outro subscritor ligado ao ramo do comércio com drogas era Bernardo José Gomes da Silva Flores, negociante boticário com botica na Rua do Cais, nomeado juiz almotacé no ano de 1826 e contratado Boticário do Partido pela Câmara Municipal de São João em 1828. De acordo com a relação feita pelo avaliador de seus bens, possuía em sua botica 16 livros em bom estado de conservação, além da *Obra de Tissot, in oitavo*, “truncada [truncada], faltando três volumes, toda traçada”, “três peças avulsas de Tissot, in oitavo”,

---

<sup>398</sup> ACMSJDR: “Acórdãos” (ACOR 14) e AMRSJDR/IPHAN: Inv./1830/cx290 (do cirurgião) e Inv./1828/cx.414.



mais quatro volumes, sendo dois deles tratados de Química. Todos esses livros foram classificados como “muitos traçados, incapazes de servir”, não tendo sido seus preços nem estabelecidos, pois não possuíam mais nenhum valor, segundo a avaliação da época. A livraria do cirurgião deve ter sido atacada por grande número de insetos, pois, além dos livros citados anteriormente, ele guardava em sua botica “duas arrobas e oito livros que nem para embrulho serve que está traçado” e mais “três arrobas e doze libras de livros que só servem para embrulho”, esses últimos, avaliados em 3\$600. Dentre os livros em bom estado, a maioria dizia respeito a suas necessidades profissionais. Eram preceitos de Medicina prática, tratados de Medicina (dois desses em francês), Química, História Natural e um *Dicionário portátil de medicina*. Havia várias farmacopéias: “*Lisbonence*”; *Tubalence*, de Manoel Coelho Rodrigues (1ª, 2ª e 3ª partes em 02 volumes); “*Luzitana*”; “*Londençe*”; “*Santo Tirço*”. E a célebre *Pharmacopéa Geral* (1º e 2º tomos), obra sobre o preparo de fórmulas farmacêuticas publicada em 1794, durante a regência de D. João, para auxiliar a prática médica. O título completo da obra é *Farmacopéia geral para o reino e domínios de Portugal*. A partir da identificação dos 16 títulos que compunham a biblioteca de Bernardo José Gomes da Silva Flores, além da *Obra* de Tissot e também pelo lugar onde esse subscritor guardava seus livros - na botica - parece que ele estabelecia uma relação exclusivamente profissional com as obras que possuía. Outro indicativo dessa relação utilitarista com o impresso por parte do boticário Flores aparece registrado no relatório do “Termo de visita de Boticas e casas de drogas”, feito em 1830 por cinco “homens de bem” convocados pela Câmara Municipal<sup>399</sup>. Dentre esses, estavam outros três subscritores: o Rev. Francisco Antônio da Costa, fiscal da Vila; Casemiro Lúcio de Azeredo Coutinho Rangel, Professor do Partido (cirurgião da Câmara); o Tenente Manoel de Magalhães Gomes. Após visitar e inspecionar vários estabelecimentos e observar que o “Artigo 95 das Posturas” estava sendo cumprido, chegam à Botica de Bernardo José Gomes da Silva Flores. Nesse estabelecimento não ocorria o mesmo que nos demais, pois, de acordo com a comissão, o boticário “não apresentou Carta de Exame e aprovação, por ter mandado (segundo disse) à confirmação”. De maneira geral, porém, sua botica estava em ordem, pois possuía a licença para venda de drogas, todas as receitas passadas por médicos aprovados, todos os emplastros, tinturas, drogas e espíritos em bom estado e com identificação correta,

---

<sup>399</sup> ACMSJDR: SUB 206: “Termo de visita de boticas e casas de drogas” - 14/8/1830.

utensílios devidamente limpos. Além disso, apresentou a *Farmacopeia geral*, ou seja, estava devidamente orientado no exercício de sua profissão, já que possuía o livro correto<sup>400</sup>. Vale lembrar que Bernardo José era pai do Padre Joaquim Gomes da Silva Flores, também subscritor. Como foi dito no início deste capítulo, todos os bens do boticário Flores foram a leilão para que se pagassem seus credores. Vários leilões foram anunciados em editais, mas ninguém apareceu para arrematar seus pertences. De acordo com correspondências anexas aos autos de inventário, o herdeiro padre escreveu ao Juiz, em 1830 e novamente em 1831. Na primeira carta, diz querer se “livrar de qualquer responsabilidade” perante os credores de seu pai, alegando ser necessário que alguém arremate logo os livros da botica e demais utensílios, pois “os remedios, e Livros se estão deteorando”. Na de 1831 afirma que “os remedios existentes se vão detriorando com o tempo, e muitos vasos se tem quebrado pelos ratos, sem embargo de haver zelo e cuidado”, mas a preocupação com os livros desaparece. Alguns bens do boticário foram vendidos para que se pagassem as custas do funeral e do inventário. Além de dois dos quatro escravos que possuía, foram vendidos uma besta, um cavalo, alguns móveis e utensílios de louça e a “*Pharmacopea Tubalence* 1ª, 2ª e 3ª partes”, esta pelo preço de 6\$000. Ao analisar o inventário do Padre Flores descobri outro sacerdote que, assim como o subscritor-padre Francisco de Paula Machado, não possuía sequer um livro dentre seus bens inventariados<sup>401</sup>, mas suas correspondências anexas ao inventário de seu pai atestam sua prática da escrita e bom conhecimento da língua portuguesa.

O terceiro dos subscritores que exerciam as ocupações de negociante-boticário e cirurgião era o Sr. Manoel de Magalhães Gomes, juiz almotacé da Câmara Municipal em 1827. Das três bibliotecas particulares de subscritores ligados à área de saúde a sua era a menos numerosa. Os 08 volumes (07 títulos) ficavam na botica e a maioria dos títulos referia-se a Medicina, havendo três farmacopéias: *Universal*, “*Lisbonence*” e “*Londinence*”<sup>402</sup>, ou seja, livros que ensinavam a compor e preparar medicamentos. Uma pequena biblioteca, que guarda muitas semelhanças com a biblioteca do subscritor

---

<sup>400</sup> Interessante sublinhar que nos outros 07 estabelecimentos inspecionados não foi exigida a posse de qualquer livro. Não consegui encontrar o artigo 95 das posturas municipais da Vila de São João del-Rei para comprovar se a propriedade da *Farmacopéia geral* em boticas era uma exigência legal, ou se o boticário em questão a utilizou para se “defender”, na medida em que não estava com a documentação em dia.

<sup>401</sup> Todas as informações foram retiradas do ACMSJDR: “Acórdãos” (ACOR 14); “Cartas e Editais da Câmara” (CAED 68); AMRSJDR/IPHAN: Inv./1859/cx314 e Inv./1868/cx.88.

<sup>402</sup> ACMSJDR: ACOR 14 e AMRSJDR/IPHAN: Inv./1859/cx314.

anteriormente descrita, do Sr. Bernardo José Gomes da Silva Flores. Ambas se encontravam estreitamente ligada à carreira desses boticários. A relação desses subscritores com suas obras revela um dos possíveis usos do livro por parte de seus leitores: a face utilitarista daqueles que necessitavam das obras impressas, pois principalmente a partir delas é que podiam exercer suas profissões.

Os clérigos sempre foram apontados como uma das categorias profissionais que mais se encontravam ligadas a livros, como no caso dos dados levantados por VILLALTA em Mariana e por FURTADO em Diamantina<sup>403</sup>.

Em São João del-Rei, dos 12 subscritores que possuíam livros, 03 eram clérigos e, dentre esses, 02 ocupavam ainda cargos de professores de aulas públicas.

O clérigo e mestre José Joaquim de Santa Anna possuía em casa 31 títulos diversos, distribuídos em mais de 66 volumes, pois muitos números de volumes foram omitidos pelo avaliador dos bens<sup>404</sup>. Em sua biblioteca encontravam-se muitos livros sacros, sendo vários deles de uso profissional, como os 04 exemplares de breviários, muito difundidos no período em questão. Outros livros sacros bastante disseminados pelo território brasileiro e que também se encontravam na biblioteca do padre Santa Anna eram os descritos como “*Larraga* - 03 volumes em bom uso” e “*Thiatro Eclesiástico* - in oitavo - 01 volume”. O primeiro desses livros trata da obra *Promptuario de theologia moral*, de Francisco Larraga. De acordo com VILLALTA, depois dos *Livros de Santa Bárbara*, essa era a obra mais encontrada nos inventários de Mariana, sendo a “mais freqüente nas bibliotecas eclesiásticas mineiras” no século XVIII e inícios do XIX<sup>405</sup>. O *Theatro Eclesiástico*, outra obra extremamente popular no período, era um volume que se tratava de partituras de cantochão (canto gregoriano) e outras peças sacras, geralmente executadas durante as festividades da Semana Santa. Ainda classificados como livros sacros se encontravam presentes na livraria particular desse padre 02 volumes in oitavo de M. Fleuri e “um tomo muito usado” da *Constituição da Bahia*. Acredito que fossem o historiador da igreja Claudi Felury “clássico na segunda metade do século XVIII” e as *Constituições primeiras do*

---

<sup>403</sup>Cf.: VILLALTA, op. cit., 1999. p. 356-357; FURTADO, Júnia. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Anna Blume, 1996. p. 54-55.

<sup>404</sup>AMRSJDR/IPHAN: Inv./1845/cx228.

<sup>405</sup>De acordo com o VILLALTA, a edição de 1729 foi proibida pela censura portuguesa, o que não a impediu de circular nos território de domínio luso e de ser várias vezes apreendida nas alfândegas da América Portuguesa. Cf.: VILLALTA, op. cit., 1999. p. 370. Citação: VILLALTA, op. cit., 1997. p. 362.

*arcebispado da Bahia*, obra escrita por dom Sebastião Monteiro da Vide editada no início do século XVIII<sup>406</sup>. Dos clássicos latinos se encontravam Cícero, Ovídio, Quintiliano, Terêncio, Calepinus e *Observações críticas a respeito das obras de Horacio*, em dez volumes. De acordo com Márcia ABREU, grande parte das obras dos clássicos latinos e os comentários acerca desses autores era destinada ao uso escolar, sendo esse “conjunto de textos [utilizado] na formação de certos ‘protocolos de leitura’ e na constituição de um determinado ‘gosto’” e, principalmente, na consolidação de um modelo de moral - os textos originais eram geralmente “expurgados” em nome dessa noção de moralidade<sup>407</sup>. Outras obras possuídas pelo padre Santa Anna e que eram comumente utilizadas pelos mestres de fins de setecentos e início dos oitocentos em sua prática pedagógica eram os *Elementos de Civilidade*, os *Elementos de filosofia moral* e a *Colleção de instrução*. Esses livros podem ser classificados como “literatura de civilidade” e, para além do objetivo de incentivar a leitura, correspondiam à idéia amplamente difundida no início do século XIX de “civilidade distintiva”, no sentido de se procurar “cultivar” o aluno para que se tornasse “polido” ou “contido” em seus impulsos. Segundo Maria do Carmo Teixeira RAINHO, o manual pedagógico *Elementos de civilidade* era explicitamente dirigido à instrução pública das crianças<sup>408</sup>. Dentre as obras de referência possuídas pelo padre Santa Anna encontravam-se “dicionários grandes Latinos - 05 exemplares, *in folio*, em bom uso” (de acordo com o avaliador) e outros dicionários, como “da lingua Francesa, 01 volume, *in oitavo*”, “dicionário Frances e Latino - 01 volume” e mais 05 volumes *in oitavo* de “dicionários estóricos”. Havia ainda um “*Athlas* com mapas coloridos *in folio*”, um volume de *Geografia moderna* e um mappamúndi. Sobre História, talvez um livro, pois não foi possível identificar com exatidão os dois volumes *in oitavo* intitulados *Historia da Revolução Romana*. Referentes a Filosofia estariam presentes *Espírito filosófico*,

---

<sup>406</sup>Fleury e as *Constituições da Bahia* se encontravam presentes na biblioteca do Seminário de Mariana, sendo a segunda obra uma das mais encontradas em inventários de eclesiásticos daquela mesma cidade. Cf.: VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 22 e 24, jan./dez. 1995.

<sup>407</sup> ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil Colonial. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Histórias de Leitura). p. 226-231.

<sup>408</sup> RAINHO diz que a obra *Elementos de civilidade* apontava não apenas os locais e situações onde se deveria ser “civilizado” (na igreja, na conversação, na mesa, com os superiores, nas cartas, no luto etc.), mas sobretudo “insistia na manutenção das distâncias sociais”. Cf.: RAINHO, M<sup>a</sup> do Carmo Teixeira. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade - Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n<sup>o</sup> 1-2, p. 146-147, jan./dez. 1995.

*Methafisica* e *Instituição filosófica*, sem maiores detalhes que possibilitassem uma identificação mais precisa. Havia ainda 02 volumes do “iluminista” italiano Genuense. O avaliador faz também referência a “uma porção de Musicas de vários autores” e instrumentos musicais, como um rabeção pequeno com seu baixo, uma violeta com seu arco e uma rabeça com seu arco, certamente os instrumentos que ele utilizava para ensinar seus alunos a tocar. A biblioteca do Pe. Santa Anna destaca-se pela ausência de obras francesas e pela presença dos clássicos recomendados pelas autoridades eclesiásticas. Apesar de saber francês, possuir dicionários dessa língua e ensiná-la a seus alunos, como atesta o documento sobre sua escola particular citado anteriormente, esse idioma não se encontrava fortemente disseminado pelos impressos que possuía. O caráter utilitarista de sua biblioteca revela-se ainda na existência dos dicionários de latim, certamente utilizados de acordo com suas necessidades profissionais, pois era uma das línguas que o padre mestre ensinava.

Outro subscritor que também era clérigo e professor público de Primeiras Letras, o Cônego José Lameda de Oliveira, possuía uma biblioteca de mais ou menos 142 volumes, número aproximado, pois nem todos foram descritos detalhadamente. Essa biblioteca particular contava com 15 títulos, dentre eles a *História de Condillac* (15 volumes “truncados”). Além dessa obra referente ao “iluminista” francês, sua livraria contava com 01 volume das *Lições filosóficas de Kant* e mais 04 volumes de Filosofia, que contemplavam a Lógica e a Metafísica. Dos livros provavelmente utilizados em trabalhos didáticos encontravam-se os de Eloquência e de Poética: *Lições de eloquência nacional de Lopes da Gama* (02 volumes); *Lições elementares de eloquência nacional* (01 volume); *Compendio de Poética* (01 volume). As obras sacras, de cunho devocional, constituíam a maior parte da biblioteca do Cônego José Lameda de Oliveira, totalizando 116 volumes. Dentre elas se encontravam 03 volumes das *Obras Oratorias de Frei Francisco do Monte Alverne* (de acordo com as anotações do avaliador, estava faltando o primeiro volume dessa obra, que havia sido composta em 04). Ainda havia 01 volume de *Assumpção, Poema em honra da Santa Virgem, por Frei Francisco de São Carlos*, mais 25 exemplares de sermões e 86 volumes de “diversas obras de moral, e sermoens, muito velhos e estragados da traça”, conforme o avaliador. Esse subscritor também possuía 01 volume do famoso *Theatro Eccleziastico*, mencionado na biblioteca do outro padre subscritor José Joaquim de Santa

Anna<sup>409</sup>. A utilização dos sermões e textos de moral para o ensino das primeiras letras também era comum no período, o que pode explicar a quantidade tão grande de exemplares de sermões, já que o Cônego Oliveira era professor.

O terceiro dos clérigos subscritores e também proprietários de livros era José Florêncio de Freitas Lima, possuidor de 11 títulos, que se dividiam em 16 volumes. Quase a totalidade de sua biblioteca era constituída de obras sacras, com exceção de um volume de *Orthografia de Madureira*. Apesar de não haver encontrado referências que atestassem que esse clérigo também se ocupasse do ensino na Vila de São João del-Rei, é possível que esse livro fosse utilizado para o desempenho de atividades pedagógicas. No que se refere a livros sacros, em sua biblioteca destaco 04 breviários “velhos”, segundo o avaliador; *Ripanso* (sic) *de Semana Santa*; outros 03 livros sobre cerimônias e sacramentos católicos; 01 volume do *Theatro Ecclesiastico*; 01 de *Larragas, Theologia moral*, ou melhor, o já citado *Prontuário de teologia moral*, de Francisco Larraga; 01 volume do *Sacerdote instituído*. Compunham ainda essa livraria 02 volumes do clássico latino Virgílio Marão<sup>410</sup>. Mais um padre e subscritor não muito interessado pelo idioma tão recorrente nas bibliotecas do período: o francês. Seus livros tratavam de obras publicadas em latim ou de traduções para o português.

De maneira geral, pode-se dizer que esse grupo de subscritores compartilhava preferências por certas leituras, na medida em que os livros ou temas de suas bibliotecas particulares muitas vezes se repetem. É bem verdade que suas preferências literárias, na maioria das vezes, estavam diretamente relacionadas com as profissões que exerciam, o que corrobora o pensamento do dicionarista E. M. CAMPAGNE, quando diz que “a eleição de um bom livro não é menos difícil, que agradável a sua leitura. O melhor livro é o que mais convem á nossa profissão”<sup>411</sup>. Mas nas livrarias particulares dos subscritores de São

---

<sup>409</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1855/cx562.

<sup>410</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1834/cx591.

<sup>411</sup> CAMPAGNE, E. M. DICCIONARIO// UNIVERSAL// DE EDUCACÃO// E ENSINO// Util á mocidade de ambos os sexos, ás mães de familia,// aos professores, aos directores e directoras de collegios e aos alumnos// que se preparam para exame// CONTENDO O MAIS ESSENCIAL DA SABEDORIA HUMANA// E TODA A SCIENCIA QUOTIDIANAMENTE APPLICAVEL, ESPECIALMENTE AO ENSINO// TUDO SIMPLIFICADO AO ALCANCE DOS ALUMNOS// E PESSOAS MERAMENTE DESEJOSAS DE INSTRUCÇÃO, COM ELUCIDAÇÕES TÃO PROFICUAS AOS MESTRES// QUANTO PROVEITOSAS NO TRATO DAS FAMILIAS// REDIGIDO COM A COLLABORAÇÃO DE ESCRITORES PECULIARES// POR E. M. CAMPAGNE// Director de collegio// Tradladado a portuguez e ampliado nos varios assumptos relativos a Portugal// Por CAMILLO CASTELLO BRANCO// Nova edição portugueza illustrada// CONSIDERAVELMENTE AUGMENTADA COM UM CRESCIDO NUMERO DE

João del-Rei havia espaço para uma diversidade de livros que abordavam temas e ideais relevantes para a época em que viviam e não somente livros “profissionais”. Apesar de morar no interior da província, não é de se espantar que esses subscritores conseguissem trazer livros para São João del Rei, para seus espaços de trabalho ou locais privados. Mesmo durante o século XVIII, quando havia forte censura por parte da coroa portuguesa, ao analisar os inventários dos inconfidentes nos autos da devassa, vários autores como Eduardo FRIEIRO, Júnia FURTADO e Luiz Carlos VILLALTA “[acusam] uma presença significativa de livros em Diamantina, Mariana, Vila Rica e São João del-Rei - os principais centros urbanos de Minas no século XVIII”<sup>412</sup>. Ora utilizados como obras de referência em suas profissões, ora guardados na privacidade dos lares, os impressos poderiam ser lidos individualmente ou em grupo, consultados, apropriados, ou simplesmente deixados às traças. “Padres, advogados e cirurgiões possuíam, via de regra, as maiores bibliotecas. Havia, ainda, uma relação estreita entre, de um lado, a composição das livrarias e, de outro, a condição social e os ofícios dos seus proprietários”<sup>413</sup>. Apesar de muitos de nossos subscritores seguirem as mesmas profissões e terem uma posição social bastante semelhante, a escolha dos títulos que compunham suas bibliotecas não se baseava somente em sua ocupação profissional. Na maioria das vezes, o grau de *letramento* era o maior promotor de seu interesse pela cultura letrada e o grande definidor de suas escolhas. Como nem todos possuíam o mesmo refinamento intelectual, seu interesse por possuir livros não poderia ser o mesmo, nem suas bibliotecas poderiam ser iguais - apesar de revelarem um caráter comum<sup>414</sup>, dado por serem filhas do mesmo tempo. Desse modo, pode-se afirmar que não há ligação direta entre as condições financeiras e o interesse pelo mundo da cultura escrita, ou seja, nem sempre o capital econômico estava aliado ao capital cultural, o que mostra o pertencimento a distintas posições, se analisarmos a composição da comunidade de leitores em estudo.

E quanto aos subscritores que não possuíam livros, ou ainda aqueles que não deixaram vestígios de suas vidas em testamentos e inventários? Na tentativa de perceber

---

ARTIGOS// COORDENADOS DOS PRINCIPAES ESCRIPTORES DE PEDAGOGIA// Por JOSÉ NICOLAU RAPOSO BOTELHO// Capitão de Infantaria e Professor no Lyceu Central do Porto// VOLUME II// PORTO// LIVRARIA INTERNACIONAL DE ERNESTO CHARDRON// 1886. p. 675.

<sup>412</sup> VILLALTA, op. cit., 1997. p 362.

<sup>413</sup> Id., Ibid., p 362.

<sup>414</sup> Sobre a composição das bibliotecas mineiras e o perfil de donos de livros entre 1750 e 1822: Id., Ibid., p. 362, 365, 384.

sua relação com a cultura letrada, outras fontes que não somente inventários e testamentos podem se tornar úteis, uma vez que através delas pode-se tentar mensurar a capacidade de *letramento* dos subscritores. Esses dados devem ser coletados de maneira indireta, uma vez que as fontes utilizadas não foram explicitamente constituídas para a finalidade que ora lhes atribuo. A maneira mais utilizada para se tentar estabelecer níveis de *letramento* é através das escalas de assinaturas. A partir da constatação de que os indivíduos estudados assinam e da coleta de suas assinaturas, passa-se à análise de seus traços com a ajuda de uma “escala de assinaturas”, que pode ser convertida em “escala de *letrismo*”.

Antonio VIÑAO FRAGO utiliza-se da proposta de classificação de domínio das habilidades de leitura e escrita criada por L. STONE, para os países Europeus, que estabelece 05 níveis de *letrismo*:

*o nível um, em que se pode ler algo e assinar, que era o máximo a que podiam aspirar as classes inferiores; o nível dois, para as classes médias baixas, que supõe uma aprendizagem mais extensa e intensa da leitura e, além disso, da escrita e do cálculo; o nível três, que implica uma educação secundária utilitária de tipo comercial, contábil etc. que prepara para as categorias profissionais baixas e para o mundo dos negócios; o nível quatro, uma educação humanístico-clássica que prepara para a Universidade e as posições de elite; e, por último, o nível cinco, que se obtém nas Universidades e escolas de Advocacia*<sup>415</sup>.

No presente estudo, utilizo-me da escala de níveis de assinatura e *letramento* proposta por Justino Pereira de MAGALHÃES pois, dentre as diversas escalas oferecidas pela literatura, esta é a que permite maiores possibilidades de análise. Para estabelecer níveis de *literacia* em Portugal, MAGALHÃES monta suas séries de dados a partir das assinaturas encontradas em *fontes paroquiais*, como os *registros de batismos, casamentos e óbitos*. De maneira diferente da de VIÑAO FRAGO, MAGALHÃES estabelece uma escala de assinatura e consegue validá-la tendo em vista outras variáveis que não somente o fato de se assinar ou a escolaridade dos sujeitos analisados, convertendo-a em indicador de alfabetização. Formula uma escala que também conta com 05 níveis de chancela e uma escala de *alfabetismo* correspondente a cada um desses níveis, levando em consideração fatores internos, como o conhecimento da “cultura gráfica”, ou seja, a caligrafia dominante do período pesquisado. Considera ainda os fatores externos para a validação de sua escala,

---

<sup>415</sup> Ver, a esse respeito, VIÑAO FRAGO, op.cit., 1993. O autor cita, na nota de número 44, a pesquisa de STONE, L. Literacy and education... *Past and Present*, n. 42, p. 69-70, 1969.



como as profissões, posições sócio-econômicas dos sujeitos estudados, a ocupação de cargos administrativos ou a obtenção de patentes militares, as circunstâncias históricas, os contextos de iniciação à escrita e de reforço. Portanto, à escala de qualidades das assinaturas alia as de funções profissionais, administrativas e jurídicas, estabelecendo, a partir da consideração dessas outras variáveis, uma escala de níveis de leitura e escrita e uma de níveis de alfabetização<sup>416</sup>. As escalas criadas por MAGALHÃES e os números totais de subscritores da Livraria Pública de São João del-Rei classificados por mim, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo citado autor, podem ser vistos no fim da dissertação (Tabela 2, Anexo 1). Em seu trabalho, MAGALHÃES conclui que há grande relação entre as estruturas sócio-profissionais e as capacidades *literácitas* dos que ocupam certas profissões ou cargos administrativos. Os homens citadinos e proprietários de bens móveis ou imóveis estão sempre à frente, quando se tenta estabelecer quantificações dos níveis de *letramento*, com destaque para os comerciantes.

No caso dos envolvidos na criação da Biblioteca Pública de São João del-Rei, torna-se, portanto, fundamental ressaltar que constam da relação dos subscritores suas próprias assinaturas (Cf. as assinaturas da relação de subscritores na cópia existente no fim do trabalho – Anexo 2). Dessa maneira, utilizando-me das escalas construídas por MAGALHÃES, as assinaturas dos subscritores foram transformadas em fontes que me permitiram elaborar algumas considerações a respeito da relação desses homens com a cultura escrita. Como se sabe, no período em que os subscritores foram alfabetizados (considerando-se as últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX), a aprendizagem da leitura e da escrita se davam em dois momentos distintos<sup>417</sup>. De acordo com o *Diccionario universal de educação e ensino*, “nas escolas d’outro tempo a escripta e a leitura constituíam duas ordens d’ensino essencialmente desligadas. Um grande numero de alumnos contentava-se só com aprenderem a lêr, e mesmo para os que desejavam aprender

---

<sup>416</sup>As escalas construídas por MAGALHÃES podem ser conferidas em: MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação - Universidade do Minho, 1994. “Escala de Níveis de Assinaturas”, p. 320-321; “Escala de funções sócio-profissionais”, p. 326; “Escala de funções administrativas e judiciais”, p. 327; “Escala de níveis de leitura e escrita”, p. 328; “Escala de níveis de alfabetização”, p. 333.

<sup>417</sup>Ver, a esse respeito, FRAGO, Antonio Viñao. op.cit., 1993. Ou ainda: Id., Leer y escribir (siglos XIX-XX). *Educación em Revista*. Belo Horizonte, n. 29, Ano XIII, jun 1999.

também a escrever, este ensino só começava geralmente depois do aluno estar bem desembaraçado na leitura”<sup>418</sup>.

A partir do que se sabe a respeito dos tempos dissociados de aprendizado da leitura e da escrita e tendo em mente que a palavra subscrever significa escrever por baixo de; assinar; firmar com sua assinatura, e somando-se a isso os indícios da citada lista, fonte que nos atesta a capacidade de todos os subscritores de assinar seus nomes, pode-se pensar que todos se encontravam dotados da capacidade de ler, uma vez que essa habilidade, enquanto não fosse aprendida, não cedia lugar ao aprendizado das técnicas de escrita. Mas o fato de os subscritores em questão assinarem seus nomes não quer dizer que todos possuíssem as mesmas capacidades e desenvoltura no exercício da palavra escrita, que estabelecessem com os livros o mesmo tipo de relação ou tivessem as mesmas expectativas. O que fica mais claro, ao correr os olhos por essa lista de assinaturas, é que, enquanto uns exibem letras extremamente “desenhadas”, com assinaturas que se desenvolvem sobre o papel de maneira harmoniosa, constante, regular e firme, como por exemplo Martiniano Severo de Barros, outros deixam evidente sua falta de intimidade com a pena, quando assinam de maneira irregular, insegura, como no caso de Miguel Ferreira, o que não quer dizer que aquele seja melhor leitor que esse. Significa que os que assinam de maneira mais firme têm maior intimidade com essa prática, podendo até, muitas das vezes, fazer dela seu ofício. O importante é ressaltar que “aquele que escreve está, portanto, situado, e o domínio da escrita, longe de ser um desvio, obedece a uma estrita distribuição local das competências [...] [sendo], de imediato, ‘os que sabem’, uma vez que escrevem”<sup>419</sup>.

Apenas um exemplo de assinatura não é o suficiente para se estabelecer com precisão o grau de *letramento* de um sujeito. Dessa forma, além da relação de subscritores, procurei outras fontes que pudessem comprovar que esses homens realmente se utilizavam da escrita, assinando outros documentos. Dos dezesseis subscritores que fizeram testamentos, quatorze deixaram suas assinaturas registradas.

Um desses testamentos foi feito por seu titular, Antônio Balbino de Negreiros Carvalho, pois afirma que o documento foi “por mim escripto e assinado”. Fato que se

---

<sup>418</sup> CAMPAGNE, op. cit., 1886. p. 894. (vol. I).

<sup>419</sup> FABRE, Daniel. O livro e sua magia, In: CHARTIER, op. cit., 1996. p. 223.

justifica por esse subscritor ocupar o cargo de escrivão dos órfãos<sup>420</sup>, ou seja, sua profissão estava diretamente ligada ao saber e domínio das técnicas de escritura.

Havia outros que, apesar de assinar, não foram capazes de escrever seus próprios testamentos. Dentre esses, João José de Souza Campos se justificou da seguinte forma: “e por eu não poder escrever eu mesmo em razão de muita escripta, roguei a [...] que por mim escrevesse, e como testemunha assigna, e eu assigno de minha própria mão e letra”<sup>421</sup>.

Outros nos informam que assinaram seus testamentos depois de os terem lido, como José Marcos de Castilho e Carlos Baptista Machado, que dizia que seu testamento fora “somente por mim assignado *depois de o ler* e achar conforme o dictei”<sup>422</sup> [grifo meu].

Dentre os que não assinaram seus testamentos, estão o Pe. Joaquim Gomes da Silva Flores e o Pe. Francisco de Paula Machado, que obviamente sabiam ler e escrever, pois para se ordenar passaram pelo seminário. Ambos afirmam que *não puderam assinar*, provavelmente em razão de doença ou fraqueza. Vejamos suas próprias palavras: o primeiro diz que “*por não poder escrever* meu nome pedi, e roguei a [...] que por mim escrevesse e a meu rogo assinasse” e o segundo “vai assinado por [...] por *não poder escrever*”<sup>423</sup> [grifos meus].

Um dos mais fortes indicativos da importância dada ao fato de se saber ler e escrever vem de alguém que não era subscritor. Antônio Caetano Coelho, natural de São João del-Rei, falecido em 1859, foi cunhado e sócio do subscritor cirurgião-mor Manoel de Magalhães Gomes. Para evitar problemas no momento da partilha dos bens, o testamento de Antônio Caetano foi transcrito nos autos de inventários do cirurgião-subscritor, seu antigo sócio. Nesse documento, seu titular nos dá a seguinte informação: “por eu *não poder assinar, apesar de saber ler e escrever*”- que nos revela, indiretamente, o quanto se ganhava em *status* nessa sociedade quando se era um letrado<sup>424</sup> [grifos meus]. A respeito da habilidade de assinatura dos que viveram em séculos passados “o *status* social aparece como o discriminante mais importante. Desde o final do século XVII, nobres, oficiais, profissionais liberais e comerciantes, em sua totalidade, sabem assinar”<sup>425</sup>.

---

<sup>420</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1867/cx.45 e Inv. do subscritor Lázaro da Silva Chaves, 1834/cx.470.

<sup>421</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1836/cx.41.

<sup>422</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1832/cx.C e Inv./1854/cx.145.

<sup>423</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1868/cx.88 e Inv./1889/cx.410.

<sup>424</sup> Cf.: AMRSJDR/IPHAN: Inv./1859/cx.314.

<sup>425</sup> PETITAT, op. cit., 1994, p. 114.

Dentre os demais documentos que atestam a capacidade de *letramento* dos subscritores, estão a correspondência enviada por Martiniano Sevéro de Barros à Câmara Municipal a respeito da doação dos livros do Conselheiro Resende Costa, que traz consigo uma relação desses impressos (fonte citada no capítulo anterior). Soma-se a isso o fato de esse subscritor ter sido negociante, juiz de paz, substituto de juiz de órfãos, juiz almotacé, alferes, tenente e coronel do exército, além de tutor de filhos órfãos do subscritor João de Faria Silva Gomes, conforme o inventário deste. Foi ainda “delegado do nono círculo literário”. Esses “círculos literários” foram criados no século XIX, caracterizando-se “como uma forma de organização administrativa, hierárquica e de cunho político, controlada por um Delegado Literário, que poderia nomear um suplente e tantos visitantes quantos fossem necessários para supervisionar as Aulas então criadas”. Uma das atribuições do Delegado do Círculo Literário era a de “enviar, trimestralmente, ao Presidente da Província, um mapa de frequência dos alunos e professores”<sup>426</sup>. Para agir assim, deveria saber razoavelmente ler, escrever e contar. Portanto, apesar de não encontrarmos seu inventário ou testamento (se é que foram feitos), de não sabermos da existência de nenhum registro das leituras feitas ou livros possuídos por esse subscritor, sendo capaz de cumprir com todas as atribuições dos cargos a ele conferidos, Martiniano Sevéro de Barros demonstra ter possuído um nível de *letramento* bastante superior a muitos de seus contemporâneos.

No inventário do subscritor João Martins de Carvalho, apesar de em momento nenhum haver referências a livros ou sua assinatura, encontramos outros registros de sua capacidade de *letramento*. Esse negociante possuiu, durante os anos de 1826 a 1831 uma sociedade com Martiniano Sevéro de Barros e Baptista Caetano d’Almeida. Assim, no momento de se proceder ao inventário dos bens do falecido João Martins, a pedido de seus sócios, o Juiz de Órfãos ordenou, em 1837, que fosse feito um “Balanço geral” por “peritos” nos livros caixa, títulos, casa, bens da sociedade “e todos os mais documentos comprobatórios da existência e veracidade do estado de cada uma delas”. Dentre os resultados das “averiguações”, feitas “com o exame ocular” dos peritos, chama a atenção a seguinte frase: “Desnecessário é confessar que os Peritos acharam a escripturação da

---

<sup>426</sup>Todas as informações referentes a Martiniano Sevéro foram encontradas nos ACMSJDR: SUB 206; CAED 68 e 69; ATA SES 28 - e AMRSJDR/IPHAN:: Inv./1831/cx. 615. Sobre a definição de Círculo Literário, cf.: OLIVEIRA, Raquel dos Santos e SOUZA, Hozana Penha de. PESQUISA E SOCIEDADE, VII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E I SEMANA DA PÓS-GRADUAÇÃO DA FAE/UFMG, 1999, Belo Horizonte, *Anais...* p. 344.

Sociedade, e todos os papéis que lhes diz respeito no melhor estado possível, sendo parte desses mesmos livros escripturados pelo falecido socio Martins, e parte pelo Sócio Caixa Severo de Barros”<sup>427</sup>.

Também não foram localizados inventário ou testamento do subscritor Padre Francisco Antônio da Costa. Em se tratando de um padre, certamente sabia ler e escrever. Suas habilidades foram solicitadas pela Câmara Municipal várias vezes e, como exemplo de sua capacidade de *letramento*, pode-se citar seu relatório, que propunha a criação de cadeiras de Filosofia Racional e Retórica na Vila, documento em que se refere à Biblioteca Pública como possuidora de “volumes de boa escolha”. Há ainda registros seus como fiscal da Vila em 1830, vereador em 1831 e bibliotecário da Livraria Pública na década de 1840. Além de ser um homem ligado ao poder político local, observa-se seu apreço pelos livros da biblioteca iniciada por Baptista Caetano, uma vez que chegou a ocupar o lugar de guardião do estabelecimento. Foi convocado pela Câmara Municipal para compor outras comissões, trabalhos que exigiam, acima de tudo, o conhecimento da leitura e da escrita, como por exemplo a “comissão para redação do Elenco Estatístico”, em 1829, e a “comissão para seleção das cópias autênticas, e duplicatas, de todas as memorias Documentos, e qualquer outros papéis oficiais, que existirem no seu Archivo, e possam servir para illustrar, e facilitar a ultimação do trabalho da Historia dos Sucessos Politicos do Brasil a Cargo do Conselheiro José da Silva Lisboa” (fontes compreendidas entre os anos de 1822 e 1825). Segundo o autor do documento, quatro pessoas da Vila deveriam ser convocadas para formar essa comissão. Para que fosse possível levar a cabo o trabalho, os escolhidos deveriam possuir algumas qualidades, ou seja, ser “Pessoas de muito Patriotismo, instrução e probidade”.

Compondo essas comissões ao lado do referido padre, estavam outros subscritores. Da primeira comissão participaram também o Padre Francisco d’Assis Braziel, o advogado Florêncio Antônio da Fonseca, o Padre José Lameda de Oliveira e o negociante Felipe Gomes Pereira. Para a comissão sobre os documentos históricos da Câmara foram nomeados, além do Padre Costa, o Padre José Lameda de Oliveira, Felipe Gomes Pereira e o Padre-mestre José Joaquim de Santa Ana, todos nossos conhecidos subscritores<sup>428</sup>.

---

<sup>427</sup> AMRSJDR/IPHAN: Inv./1837/cx.48.

<sup>428</sup> Todos os dados retirados do ACMSJDR: “Subscrições” (SUB 206); “Cartas e Editais” (CAED 68); “Atas das Sessões da Câmara” (ATA SES 27 e 28).

O cirurgião-mor Casemiro Lúcio de Azeredo Coutinho Rangel, contratado pela Câmara Municipal como Professor do Partido em 1823 a 1825, também participou de uma comissão e, como membro desta, deveria, ao lado de outros subscritores - como o Pe. Francisco Antônio da Costa e o cirurgião Manoel de Magalhães Gomes -, visitar, inspecionar e *relatar por escrito* as condições das boticas e casas de drogas da Vila. Além de ter participado da execução desse trabalho de escritura, encontra-se no inventário de Manoel de Magalhães Gomes uma correspondência sua, escrita de próprio punho<sup>429</sup>.

Finalizando a procura por indícios de *letramento* deixados pelos subscritores da Livraria Pública de São João del-Rei, há ainda uma “Representação incluza de 247 cidadãos, a maior parte, chefes de Família, sobre a inconveniência da conservação do Dr. Luís José Dias Custódio, como nosso Parocho por fallecerem-lhe as verdadeiras qualidades de hum bom Pastor”<sup>430</sup>. Não vem ao caso conhecer os motivos que levaram esses “chefes de Família” a se juntar contra o então “Parocho” da Vila. Desse documento foram retirados dados referentes aos subscritores em questão, ou seja, dentre os 91 em estudo, foi constatado que 16 assinaram a representação. Além de confirmar mais uma vez sua capacidade de assinar, através do citado documento tem-se a prova de que essa elite local, apesar de não homogênea, era capaz de se aglutinar em torno de um interesse específico.

Levando em consideração todas as variáveis levantadas, conclui-se que grande parte dos subscritores (41 num total de 91) se concentrava, de acordo com as escalas aplicadas, no grau de *letramento* de número 4, ou seja, assinava de maneira “caligráfica, estilizada”. Profissionalmente se ocupava do comércio e/ou era proprietária de bens imóveis e, além disso, ao longo de suas vidas esses subscritores foram nomeados para constituir comissões ou ocupavam cargos na Câmara Municipal da Vila de São João-del Rei. Quanto à distribuição do número de subscritores pelas escalas aplicadas, em segundo lugar, com 31 indivíduos, ficaram os pertencentes ao nível máximo proposto por Justino MAGALHÃES. Nesse nível, de número 5, encontravam-se aqueles possuidores de assinaturas “pessoalizadas, criativas”. Geralmente exerciam funções sócio-profissionais e administrativas que exigiam uma formação acadêmica, como advogados, médicos,

---

<sup>429</sup> Informações retiradas dos ACMSJDR: “Acórdãos” (ACOR 14); “Subscrições” (SUB 206) e AMRSJDR/IPHAN: Inv./1859/cx.314.

<sup>430</sup> ACMSJDR: “Cartas e Editais da Câmara” (CAED 68): “Ofício da Cam. ao Pres. da Prov. ao qual acompanha a representação dos habitantes desta Vila acerca do Rev. Vig. Luís José Dias Custódio - 08/02/1833”.

cirurgiões, ou eram eclesiásticos, professores, grandes negociantes, notários, juízes e administradores. No nível 3, no qual o sujeito demonstra uma assinatura “completa, normalizada”, mas sem imprimir nenhuma marca ou estilo pessoais, se encontravam 18 subscritores, que eram pequenos proprietários de terras, pequenos comerciantes ou mestres de ofícios mecânicos. Nenhum subscritor se encontrava nos níveis 2 (de assinatura “incompleta, rudimentar, de ‘mão guiada’”) ou 1 (“sinal/assinatura”) - (Cf.: Tabela 3, Anexo 3).

Não se pode identificar os subscritores da Biblioteca como sendo a totalidade da Vila de São João del-Rei, pois vários outros homens que se identificam como negociantes - 12 no total - não constam da relação que visava a manter a Biblioteca, mas se encontram na citada representação contra o pároco, como por exemplo Francisco Antônio Gonçalves, José Felipe de Castro Vianna, Antônio de Souza França, José Vital de Almeida e outros. Dentre os boticários, foram localizados 05 que exerciam suas atividades profissionais na Vila (em 1830) e que também não constam da relação de subscritores, como o Rev. Antônio Joaquim de Medeiros, o responsável pela botica da Santa Casa Francisco Pereira da Matta Ludaris e o farmacêutico José da Rocha Nunes Quintella Júnior<sup>431</sup>. Para explicar as ausências de algumas dessas assinaturas na relação de subscritores pode-se recorrer às datas em que os documentos citados foram escritos, ou seja, a representação em 1833 e as informações sobre boticários em 1830. Dessa forma, talvez os homens que nela aparecem não residissem em São João del-Rei na época da inauguração da Livraria, 1824-1827. Por outro lado, pode-se pensar na possibilidade de esta elite local não ser tão coesa assim, apesar de esses “homens de bem” se juntarem num momento de conflito contra o pároco. Ainda que se confirme o fato de existirem muitos outros homens na Vila que, assim como muitos dos subscritores, pertenciam à elite econômica, uma vez que eram negociantes, não se deve afirmar que todos eles possuíam as mesmas aspirações culturais. Nem todos os comerciantes de São João, apesar de precisarem no mínimo saber ler, escrever e contar para gerenciar seus negócios, se interessaram pelos livros, leituras ou pelos projetos educativos propostos durante o período de criação da Livraria Pública.

A respeito dos subscritores que possuíam profissões ligadas ao ramo da saúde, é importante dizer que cirurgiões e boticários geralmente se formavam no “sistema de mestre

---

<sup>431</sup> ACMSJDR: “Subscrições” (SUB 206, 1736-1828).

a aprendiz, tais como os “mestres de risco”, que praticavam a arquitetura e a engenharia [...] os quais, depois de aprenderem na prática, prestavam um exame para serem autorizados a exercer a profissão”. Dessa forma, os subscritores que exerciam atividades como essas eram submetidos a provas que deveriam demonstrar não só sua capacidade de exercer a profissão mas, de alguma forma, acabavam por demonstrar suas condições culturais. Excetuando-se os subscritores que eram padres e advogados formados, os quais geralmente tiveram ensino regular, alguns chegando à universidade, o aprendizado de grande parte dos subscritores por nós pesquisados teria ocorrido fora da escola. Dentre esses, os mais interessados e com acesso restrito a mestres teriam, provavelmente, instituído como espaço para a aquisição de saberes o autodidatismo, “retirando dos livros que encontravam nas bibliotecas [principalmente as de particulares] os elementos para sua formação intelectual”<sup>432</sup>.

Com o que foi explicitado ao longo deste capítulo, conclui-se que o baixo número de escolas não impedia que a população oitocentista tivesse acesso ao mundo da leitura e da escrita. As análises da relação dos habitantes da Vila de São João del-Rei - e de outras cidades - com a palavra escrita não podem se restringir aos dados censórios, às altas taxas de iletrismo e ao baixo número de estabelecimentos escolares de ensino característicos do século XIX. Esses indícios não dizem tudo a respeito das diferentes formas e variadas estratégias criadas pelos que viveram nos oitocentos para melhorar sua condição de leitores e escritores, pois as relações estabelecidas com o escrito nesse período histórico são múltiplas, complexas e diferenciadas. Como foi demonstrado, mesmo dentro da elite existem imbricadas e ao mesmo tempo diferenciadas relações entre poder político, econômico e cultural. No que se refere explicitamente ao mundo da palavra escrita, havia possibilidade de se atribuir diferentes usos e valores e/ou ainda de se constatar graus diversos de capacidade e utilização das habilidades *literárias*. Restringi-me a analisar uma comunidade de leitura não marcada pela homogeneidade, que ganhou destaque ao longo de meu trabalho de pesquisa por ser composta de homens que, de alguma forma, se ligaram aos projetos de abertura da Livraria Pública e da Sociedade de Leitura de São João del-Rei. Portanto, o que define essa comunidade de leitores é sua relação com os projetos civilizatórios empreendidos na Vila de São João. Isso não quer dizer que não houvesse

---

<sup>432</sup> Sobre as respectivas citações, cf.: VILLALTA, op. cit., 1997. p. 358-359.



outras comunidades de leitura na cidade e período estudados, pois a documentação levantada indica que outras camadas da sociedade local – como os homens pobres livres, os escravos e as mulheres - se relacionavam com o mundo letrado e buscavam ampliar seus graus de *letramento*, o que aponta para interessantes possibilidades de pesquisa.

## CONCLUSÃO

De maneira restrita, pode-se considerar alfabetizado o sujeito que possui a compreensão e se utiliza cotidianamente da leitura, da escrita e que sabe contar pelo sistema grafo-numérico. Em contraposição, caracteriza-se por analfabeto o indivíduo que não se encontra de posse dessas habilidades. O conceito de “*alfabetismo*” assim exposto encontra-se marcado pela perspectiva escolar. Na medida em que à escola foi atribuída social e historicamente a responsabilidade de recolher e difundir o conhecimento (processo que não transcorreu de maneira harmoniosa), essa instituição foi se afirmando como a maior difusora das habilidades necessárias para se considerar alguém como alfabetizado e ainda como a responsável por conceituar o que se entende por analfabeto.

Numa perspectiva histórica, percebe-se que na longa duração o conceito de alfabetizado nem sempre foi definido dessa forma. No século XIX, por exemplo, para ser considerado “alfabetizado”, bastava ao sujeito se encontrar de posse da habilidade da leitura, já que os aprendizados das técnicas necessárias para ler e escrever se davam, até meados desse século, de maneira dissociada (um era realizado necessariamente depois do outro). Assim sendo, para se entenderem as relações estabelecidas entre os agentes sociais e o mundo da leitura em períodos anteriores a meados do século XIX, a “macro-divisão” entre alfabetizados e analfabetos feita conforme o modelo escolar é extremamente simplificadora. Na medida em que as palavras alfabetizado/”alfabetismo” se encontram histórica e socialmente marcadas pelos processos de escolarização, o neologismo *letramento* (uma tradução da palavra inglesa *literacy*) foi escolhido e utilizado como conceito. Essa “ferramenta” me permitiu entender e analisar as relações estabelecidas entre os agentes sociais estudados e a leitura/escrita de maneira não restrita. Essas relações foram redefinidas para além do espaço escolar, admitindo-se que os sujeitos sociais podem, ao longo de suas trajetórias de vida, adquirir/possuir diferentes graus de *letramento*.

Difícilmente o pesquisador tem acesso a fontes que originalmente foram criadas com o objetivo de registrar a intensidade e as formas da circulação do escrito, ou os graus de *letramento* dos indivíduos que viveram em períodos pré-estatísticos. Dessa forma, apenas a partir do rastreamento de diferentes fontes e do levantamento sistemático de

indícios indiretos é que se pode montar um retrato da relação dos leitores e/ou escritores com o escrito. Os estudos baseados apenas em dados censórios, além de, na maioria das vezes, serem obrigados a se restringir a períodos posteriores à segunda metade do século XIX, não conseguem nem se aproximar das múltiplas e complexas maneiras possíveis de se acessar o mundo da palavra escrita. A pesquisa indicou como é precário utilizar conceitos do século XX, como o de analfabetismo referenciado no modelo escolar, e ainda os dados oferecidos pelos censos escolares de finais do século XIX, para se perceber como se davam as diversas estratégias de acesso ao escrito. Portanto, no período estudado, as altas taxas de analfabetismo e os baixos números de instituições escolares não refletem a intensidade nem a maneira como se dava a circulação do escrito nas cidades brasileiras.

Num período em que não existia no Brasil um sistema nacional de ensino, sendo o acesso aos aprendizados elementares de ler, escrever e contar extremamente seletivos e as taxas de analfabetismo elevadíssimas - mesmo entre a população livre -, as elites de fins dos setecentos e início dos oitocentos, ansiosas por atingir graus mais elevados de “civilidade”, começaram a empreender alternativas para suprir suas necessidades de instrução. É nesse contexto que variadas formas de acesso ao escrito, como as subscrições para a compra de periódicos, as sociedades literárias, científicas e as bibliotecas, começam a ser projetadas e postas em prática nos meios urbanos do país.

À primeira vista, a criação de uma Biblioteca Pública na Vila de São João del-Rei pode parecer uma excentricidade, mas esse projeto só tem sentido quando inserido em seu contexto, num espaço urbano intensamente ativo e projetado por uma parcela da elite local que se referenciava nos ideais iluministas. De acordo com esse ideário, a prática da leitura – a *leitura útil* – se constituía como uma das estratégias através das quais era possível “civilizar” os indivíduos, tornando-os cidadãos submetidos à ordem pública e ainda levar a recém-fundada nação brasileira a ingressar na corrida constante que culminaria com o “progresso”. Tendo em vista a necessidade de se constituírem um povo e uma nação civilizados, as elites brasileiras buscavam inspiração na França, tornando esse país o modelo de civilização almejado. Daí o interesse pelos espaços de sociabilidade, pelo idioma, livros e autores franceses.

Para se pesquisar o modo como se dava a circulação do escrito numa determinada época e num espaço geográfico limitado, é preciso entender os valores atribuídos à palavra

escrita pelos agentes sociais em estudo. No caso de São João del-Rei, na primeira metade do século XIX, elegeu-se uma comunidade de leitura marcada pela heterogeneidade - composta por homens provenientes de diversos lugares sociais e possuidores de diferentes graus de *letramento* – mas ligados aos projetos civilizatórios que foram a criação da Biblioteca Pública e a tentativa de inauguração da Sociedade Phylopolitechnica.

Seria interessante analisar a presença maciça do escrito em São João del-Rei numa pesquisa quantitativa de maior fôlego, que se utilizasse de dados seriais (que podem perfeitamente ser levantados em inventários e testamentos), num recorte cronológico de longa duração. Após o estabelecimento dessas séries de dados e de sua análise, seria possível comparar a intensidade da circulação e utilização de impressos em São João del-Rei com pesquisas referentes a outras cidades brasileiras ou ainda de outros países.

Na pesquisa realizada em São João del-Rei, pude perceber que os espaços de convivialidade do escrito dialogavam entre si. O freqüentador da Biblioteca era também leitor e correspondente do jornal local, praticava a troca de livros e ainda participava de discussões em locais de sociabilidade de idéias. Há, portanto, a possibilidade de se pesquisar a intensa circulação de livros, folhetos e discussão de idéias no espaço de sociabilidade que parece ter sido a tipografia do periódico *O Astro de Minas*. Outras práticas de *letramento* que não cheguei a analisar, embora sobre elas tenha levantado ao longo dessa pesquisa dados relevantes, dizem respeito à relação de cativos com o escrito.

Por fim, pode-se dizer que, no campo da História da Educação, os trabalhos que visam a entender a interlocução da escola com outras práticas de *letramento* (como as bibliotecas e sociedades literárias) e as relações estabelecidas entre leitores e livros fora do espaço escolar, constituem uma área de pesquisa em construção e têm buscado o diálogo constante com a História e os estudiosos das Letras.

Esse trabalho, que inicialmente teve como centralidade o estudo da criação da Biblioteca Pública de São João del-Rei, acabou por tomar outros significados, abordando as práticas de *letramento* idealizadas e postas em ação por parte da elite da Vila para aumentar a circulação do escrito e a “civilização” entre os homens livres, levando-os, conseqüentemente, ao “progresso”.

## **FONTES**

### **I) - FONTES PRIMÁRIA MANUSCRITAS:**

#### **I.1) - ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI:**

\* “Correspondência dirigida ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de São João del Rei, por Martinianno Sevéro de Barros, a respeito das obras doadas em testamento pelo Conselheiro Resende Costas - 1842” (documento avulso).

\* “Correspondência enviada à Câmara Municipal de São João del Rei por Francisco de Assis e Almeida, contendo a “Relação dos livros que Baptista Caetano d’Almeida deu para a Livraria desta Cidade, e de seus preços... - 1845”. (documento avulso).

\* “Recibos avulsos do transporte de quatro caixas e dois caixotes de livros legados pelo Conselheiro Resende Costa à biblioteca - 1842”.

\* “Acórdãos e Termos de Vereança” - ACOR 14 (1823-1828, 1831);

\* “Atas das Sessões da Câmara” - ATA-SES 27 (1831-1835); ATA-SES 28 (1839-1844);

\* “Cartas e Editais da Câmara” - CAED 68 (1823-1831); CAED69 (1831-1836);

\* “Licenças Passadas pela Câmara” - LIC 101 (1830); LIC 102 (1830-1832);

\* “Receita e Despesa da Câmara” - REC 171 (1738-1868); REC 172 (1829);  
REC 173 (1829-1838); REC 174 (1830-1833);

\* “Subscrições” - SUB 206 (1732-1828; 1829-1852); SUB 208 (1824-1827).

#### **I.2) - ARQUIVO DO MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI/IPHAN:**

\* “Inventários”:

\* Cap. Manoel Lobo de Castro 1805, cx. 504;

\* Thereza Izabel de Jesus, 1806, cx. 449;

\* Rosália Maria de Jesus, 1806, cx. 338;

\* Cap. Pedro de Alcântara de Almeida, 1815, cx. 588;

\* João Martins de Carvalho, 1837, cx. 48;

\* Francisco de Paula de Almeida Magalhães: 1849, cx. 400;

- \* Miguel Ferreira: 1841, cx. 407;
- \* Antônio Felisberto da Costa: 1830, cx. 290;
- \* Antônio Fernandes Moreira: 1857, cx. 167;
- \* Antônio Balbino de Negreiros Carvalho: 1867, cx. 45;
- \* Antônio José de Freitas: 1833, cx. 241 (Obs.: o inv. é de sua esposa);
- \* Fellipe Gomes Pereira: 1838, cx. 451;
- \* José Antônio Costa: 1828, cx. 414;
- \* João Baptista Pinto de Almeida: 1837, cx. 06;
- \* Carlos Baptista Machado: 1854, cx. 145;
- \* Cesário José da Silva Lima: 1850, cx. 137;
- \* João Rodrigues Silva: 1862, cx. 370;
- \* Lázaro da Silva Chaves: 1834, cx. 470;
- \* Antônio Pereira da Costa: 1856, cx. 301;
- \* João José de Souza Campos: 1836, cx. 41;
- \* Joaquim Gomes da Silva Flores: 1868, cx. 88;
- \* Francisco de Paula Machado: 1889, cx. 410;
- \* José Florêncio de Freitas Lima: 1834, cx. 591;
- \* Bernardo José Gomes da Silva Flores: 1829, cx. 333;
- \* Florêncio Antônio da Fonseca: 1859, cx. 431;
- \* Manoel de Magalhães Gomes: 1859, cx. 314;
- \* João Lourenço Ribeiro Brito: 1835, cx. 536;
- \* João de Faria Silva Gomes: 1831, cx. 615;
- \* José Joaquim de Santa Anna: 1845, cx. 228;
- \* José Lamêda de Oliveira: 1855, cx. 562;
- \* João José das Chagas: 1828, cx. 55;
- \* João Evangelista de Magalhães: 1860, cx. 478;
- \* Francisco Mendes de Almeida e Silva: 1874, cx. 248;
- \* Luis Fortes de Bustamante e Sá: 1833, cx. 37;
- \* Manoel da Paixão e Paiva: 1839, cx. 505;
- \* Francisco Izidoro Baptista da Silva: 1844, cx. 363;
- \* Joaquim José de Oliveira: 1827, cx. 180;
- \* José Antônio das Neves: 1863, cx. 401;
- \* José Marcos de Castilho: 1832, cx. C;
- \* Sabino Januário do Sacramento: 1844, cx. 225.

### **I.3) - ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO DE BELO HORIZONTE:**

- \* “Respostas das Câmaras Municipais aos Inquéritos Provinciais da Presidência de Minas Gerais, 1855”- (Códice SP. 570).

## **II - FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS:**

Apontamentos sobre a biografia de Baptista Caetano d'Almeida. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, jan/jul, 1905.

*Astro de Minas (O)*, São João Del Rei, 1827-1831.

BARBOSA, Waldemar. *Dicionário da Terra e da Gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ : Imprensa Nacional, 1899. (vol. V).

CAMPANGNE, E. M. DICCIONARIO// UNIVERSAL// DE EDUCAÇÃO// E ENSINO// Util á mocidade de ambos os sexos, ás mães de familia,// aos professores, aos directores e directoras de collegios e aos alumnos// que se preparam para exame// CONTENDO O MAIS ESSENCIAL DA SABEDORIA HUMANA// E TODA A SCIENCIA QUOTIDIANAMENTE APPLICAVEL, ESPECIALMENTE AO ENSINO// TUDO SIMPLIFICADO AO ALCANCE DOS ALUMNOS// E PESSOAS MERAMENTE DESEJOSAS DE INSTRUÇÃO, COM ELUCIDAÇÕES TÃO PROFICUAS AOS MESTRES// QUANTO PROVEITOSAS NO TRATO DAS FAMILIAS// REDIGIDO COM A COLLABORAÇÃO DE ESCRITORES PECULIARES// POR E. M. CAMPAGNE// Director de collegio// Transladado a portuguez e ampliado nos varios assumptos relativos a Portugal// Por CAMILLO CASTELLO BRANCO// Nova edição portugueza illustrada// CONSIDERAVELMENTE AUGMENTADA COM UM CRESCIDO NUMERO DE ARTIGOS// COORDENADOS DOS PRINCIPAES ESCRITORES DE PEDAGOGIA// Por JOSÉ NICOLAU RAPOSO BOTELHO// Capitão de Infantaria e Professor no Lyceu Central do Porto// VOLUME I// PORTO// LIVRARIA INTERNACIONAL DE ERNESTO CHARDRON// 1886.

D'ALEMBERT. Discurso preliminar dos editores. In: *Enciclopédia ou dicionário raciocinado das ciências das artes e dos ofícios*. São Paulo: UNESP, 1989.

*Enciclopaedia britannica*. Chicago: William Benton, 1973.

ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Edusp, 1979. (2 vols).

FONTES, Lucy G.; FIUSA, Marysia M.; GOMES, Sonia de C. *Catálogo de livros raros da Biblioteca Baptista Caetano*. Central Globo de Comunicações da Rede Globo de Televisão, 1992.

Parecer do Visconde de Cayru acerca dos Projectos d'Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica entendida em a Villa de São João D'El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 1899.

Projectos d'Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolitechnica emprehendida em a Villa de São João D'El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 1899.

SILVA, Antonio de Moraes. DICIONARIO// DA// LINGUA PORTUGUEZA,// COMPOSTO// POR// ANTONIO DE MORAES SILVA// NATURAL DO RIO DE JANEIRO.// QUINTA EDIÇÃO.// APERFEIÇOADA, E ACCRESCENTADA DE MUITOS ARTIGOS NOVOS,// E ETYMOLOGIAS.// TOMO I.// A-E// LISBOA: TYPOGRAPHIA DE ANTONIO JOSÉ DA ROCHA – AOS MARTYRES N.º 13.// 1884.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil - 1828/1829*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1985. (vol. 2).

### **III - FONTES SECUNDÁRIAS:**

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC: INEP, 2000.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. (vol I).

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias* (subsídios para a história da educação no Brasil): 1834-1889. São Paulo: Editora Nacional, 1940. (Coleção Brasileira, vol. 147-B).

\_\_\_\_\_. *A instrução e o Império* (subsídios para a história da educação no Brasil): 1823-1853. São Paulo: Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, vol. 66).

MOURÃO, Paulo Krügger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1959.

PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Os inconfidentes José de Resende Costa (pai e filho) e o Arraial da Lage*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1992.

SOBRINHO, Antonio Gaio. *História da Educação em São João del-Rei*. São João del Rei: FUNREI, 2000.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMO, M. O livro no Brasil: alguns dados sobre a sua história e sua evolução. *Revista de Cultura e Vozes*, Petrópolis, v. 3, n. 66, p. 05-20, abr. 1971.

ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil Colonial. In: \_\_\_\_ (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).



ABREU, Márcia. Leitura de ficção no Brasil Colônia. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 124, p. 55-68, jan./mar. 1996.

\_\_\_\_\_. (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

\_\_\_\_\_. (org.). *Leituras no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (vol. I).

ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva: Edusp, 1978.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *O livro brasileiro*. Brasília: Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ARAÚJO, Jorge de Souza. O perfil do leitor colonial. *Artes e literatura - Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, n. 4, p. 448-450, jul./ago. 1989.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara: Koogan, 1981.

\_\_\_\_\_. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Phillippe; DUBY, Georges (orgs). *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. (vol. III).

AUGUSTI, Valéria. Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. *Leitura, teoria & prática*, Campinas, n. 32, dez./1998.

AZEVEDO, Moreira. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLVIII, P. II, p. 265-322, 1884.

AZZI, Riolando. A influência do Iluminismo e o despertar do interesse científico no Brasil. *Reflexão*, Campinas, v. 10, n. 31.

BARBOSA, Januário da Cunha. Biblioteca Pública. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 159-161, 1844.

BARREIRO, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil: 1780-1880. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 09-24, fev. 1998.

BASTOS, Maria Helena Camara. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). Pelotas, *História da Educação*, v. 1, n. 1, p. 115-134, abril.1997.

BASTOS, M<sup>a</sup> Helena; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediuf, 1999.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (orgs.) Práticas de leitura, impressos, letramentos: uma introdução. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 100-111, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996.

BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1991.

BURNS, E. Bradford. The enlightenment in two colonial brazilian libraries. *Journal of the history of ideas*, v. 25, n. 3. 1964.

\_\_\_\_\_. O Iluminismo em duas bibliotecas do Brasil colônia. *Universitas*, Salvador, n. 8-9, p. 05-15, jan./ago. 1971.

CAEIRO, Francisco da Gama. *Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins do setecentos e no primeiro quartel do século XIX*. Coimbra: Editora Coimbra, 1980.

CAMPOS, Arnaldo. *Breve história do livro*. Porto Alegre: Mercado Aberto: Instituto Estadual do Livro, 1994. (Série Revisão).

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as Vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

CANDEIAS, António e SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: censos nacionais e estudos de caso. *Análise psicológica*, v. 1, n. XVIII, p. 169-173, 1999.

CARNEIRO, Paulo E. de Berredo. L'Université de Coimbra et le Brésil. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, v. 4, p. 316-336, 1972.

CARRATO, José Ferreira. *Igrejas, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

\_\_\_\_\_. *O marquês de Pombal e a reforma dos estudos Menores em Portugal*. Coimbra: Editora Coimbra, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem - a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASSIRER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAVALCANTE, Berenice. Os "letrados" da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 53-66, jan/dez 1995.

CAVALCANTI, Nireu O. A livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 187, jan./dez. 1995.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus, 1993.

\_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. (vol. I)

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura - 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

\_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996.

\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994.

\_\_\_\_. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Phillippe; DUBY, Georges (orgs). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

\_\_\_\_. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

\_\_\_\_. *As utilizações do impresso*. Portugal: DIFEL, 1998.

CHARTIER, Roger; HÉBRARD, Jean. Les imaginaires de la lecture. In: *Histoire de l'édition française*. Paris: Promodis, 1984.

COSTA, Emília Viotti da. A Invenção do Iluminismo. In: *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

CURY, Maria Zilda Ferreira. A biblioteca como metáfora. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 10, p. 42-45, dez. 1989.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Schuarcz, 1992.

\_\_\_\_. A filosofia por debaixo do pano. In: ROCHE, Daniel; DARNTON, Robert. *Revolução impressa: a imprensa na França: 1775-1800*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_. *O grande massacre de gatos - e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_. História da Leitura. In: BURKE, Peter. (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800*. São Paulo: Schuarcz, 1996.

\_\_\_\_. Os intermediários esquecidos da Literatura. In: *O Beijo de L'Amurette*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

\_\_\_\_. Primeiros passos para uma história da leitura. In: *O Beijo de L'Amurette*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105-170, jan./mar. 1968.

\_\_\_\_\_. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, C. G. (org.). *1822 Dimensões*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

DINIZ, Sílvio Gabriel. Biblioteca Setecentista nas Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 6, p. 333-344, 1959b.

\_\_\_\_\_. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVII. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 47/48, p. 180-198, jan./jul. 1959a.

DOCTORS, Marcio (org). *A cultura do papel*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Fundação Eva Klabin Rapaport, 1999.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*. Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, s/d.

ECO, Humberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (vol. I).

ELIS, Myriam. Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*. São Paulo, n. 30, p. 387-447, 1957.

Entrevista com Robert Darnton. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2, p. 13-18, jan./dez. 1995.

Entrevista com Roger Chartier. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2, p. 03-11 jan./dez. 1995.

ESTUDANTES do Brasil na Universidade de Coimbra. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 141, 335, 1940.

FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. *Iluminismo*. São Paulo : Ática, 1991.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. In: *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*, Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

\_\_\_\_ (org.). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

\_\_\_\_. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (orgs.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. A escrita da História da Educação Mineira: a produção de Paulo Krüger. In: GONDRA, José (org). *Dos arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

FEBVRE, Lucien. Febvre e os historiadores da Filosofia. In: *FEBVRE: História*. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: Ática, 1978. (Grandes cientistas sociais).

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Unesp: Hucitec, 1992.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras. Porto: Porto, 1994.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

\_\_\_\_. Leitores no Rio de Janeiro: bibliotecas como jardins das delícias. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n 1/2, jan./dez. 1995.

FERREIRA, Tito Lívio. *História da educação luso-brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. João Manso Pereira, químico empírico do Brasil Colonial. *Química Nova*, São Paulo, v. 2, n. 16, 1993.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p. 17-27, julho/1998.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2 ed. São Paulo: Itatiaia, 1981.

FURTADO, Joaci Pereira. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das cartas chilenas: 1845-1989*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Anna Blume, 1996.

GALVÃO, Dr. Benjamim Franklin Ramiz (org.). *Catálogo do gabinete português de leitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia do 'Jornal do Comércio' de Rodrigues & C., 1907.

GAY, Peter. *The enlightenment: the rise of modern paganism*. New York: Norton, 1995.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história; e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMES, Sonia de Conti. Criação e desenvolvimento de bibliotecas e variáveis sócio-culturais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, p.146-157, set. 1982.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996.

GOUVÊA, M<sup>a</sup> Cristina Soares de. *O mundo da criança: a construção da infância na literatura*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

GRAFF, H.. O mito do analfabetismo. *Teoria & Prática*, n. 2, p. 30-64, 1990.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O "tribunal da posteridade". In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: ARIÈS, Phillippe; DUBY, Georges (orgs). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. (vol. IV).

HALLEWELL, Laurece. *O livro no Brasil, sua história*. São Paulo: Edusp: T.A. Queiroz Editora, 1985.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. Cultura manuscrita nos séculos XVIII e XIX: correspondência, revistas manuscritas, diários. [Seminário proferido aos 30/3/2000 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais]. Disponível em fita de vídeo.

\_\_\_\_\_. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

HEYNEMANN, Cláudia. Edições perigosas: a *Encyclopédie* para Robert Darnton. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 167-182, jan./dez. 1995.

IPANEMA, Marcelo; IPANEMA, Cybele. Subsídios para a história das livrarias. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 22-32, 1938.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Schwarcz, 1997.

KURY, Lorelai B.; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 105-122, jan/dez 1995.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LEDESMA, Xavier Rodrigues. Lectura y educación en la modernidad latinoamericana. *Educación em Revista*, Belo Horizonte, n. 28, p. 35-41, dez. 1998.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Paulo Gomes. Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 27, p. 22-29, jul. 1990.

\_\_\_\_\_. A cultura do Tijuco no resgate do Iluminismo em Minas. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 14, p. 22-26, mar.1989.

\_\_\_\_\_. A Maçonaria, o Iluminismo e a Inconfidência Mineira. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 27, p. 18-23, jan.1991.

\_\_\_\_\_. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/ 2, p. 153-166, jan./dez. 1995.



LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LENOIR, Timothy; ROSS, Cheryl Lynn. The naturalized history museum. In: GALISON, Peter; STUMP, David J. (orgs.). *The disunity of science: boundaries, contexts, and power*. Stamford: Stamford University Press, 1996.

LEPAPE, Pierre. *Voltaire: nascimento dos intelectuais no século das luzes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LESSA, Clado Ribeiro. As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 191, p. 339-345, 1946.

LLAROSA, Jorge Os Paradoxos da Repetição e a Diferença. Notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas : Mercado de Letras : Associação de Leitura do Brasil; São Paulo : Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

LOPES, Eliane Marta Teixeira de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOUREIRO, M<sup>a</sup> Olímpia da Cunha. *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*. Porto: Humbertipo, 1994. (Col. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão).

LYONS, Martyn. Fogos da expiação: queima de livros e políticas culturais na França no início do século XIX. *Leitura: teoria & prática*. Campinas, n. 32, p. 65-71, dez. 1998.

LYONS, Martyn; LEAHY, Cyana. *A palavra impressa*. Histórias da leitura no século XIX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (orgs.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

\_\_\_\_\_. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime*. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação - Universidade do Minho, 1994.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. O método João de Deus para o ensino da leitura. *Leitura: teoria e prática*. Campinas, n. 17, ano 15, p. 24-50, junh. 1996.

MALDONADO, Juan Pablo Conejeros. Libros franceses y educación nacional: componentes de un processo de transferencia cultural - Chile, 1840-1880. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 28, p. 43-50, dez. 1998.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Schwarz, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido. (1847-1890)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. Gabinetes de leitura no Império: casas esquecidas da censura?. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Histórias de Leitura).

MARTINS, Angela Magalhães. Século XIX: estrutura ocupacional de São João del Rei e Campanha, In: IV SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. *Anais...* Diamantina: CEDEPLAR, 1990.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal: 1750-1808*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes, In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil - Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (vol. II)

MINDLIN, José E. *Uma vida entre livros: reencontros com o tempo*. São Paulo: Companhia das Letras: EDUSP, 1997.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 3 ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros: Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

\_\_\_\_. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

\_\_\_\_. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro: CEB, 1943.

MORAIS, Christianni Cardoso. “*Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria*”: leitores, leituras, livros e bibliotecas na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Monografia (Especialização em História de Minas no Século XIX). Departamento das Ciências Sociais da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, São João del-Rei, 2000.

MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João del-Rei no início do século XIX - a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Mestrado), Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MOYSÉS, Sarita M<sup>a</sup> A. Literatura e história: imagens de leituras e de leitores do Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 53-62, set./out./nov./dez 1995.

NARODOWSKI, Mariano. *Infância y poder: la conformación de la pedagogia moderna*. Buenos Aires: Aique, 1994.

NEEDELL, Jeffrey D. Comércio de livros e censura de idéias: atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*, Lisboa, n. 23, p. 61-78, 1993.

\_\_\_\_. Um silêncio maldito: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1823. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, n. 15, p. 56-61, 1999.

\_\_\_\_. Verbetes: censura, impressão régia, livreiros, periódicos, tipografias. In: SILVA, M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da (coord). *Dicionário da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

NEVES, Lúcia M<sup>a</sup> Bastos P., Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

\_\_\_\_. Leituras e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2, p. 123-138, jan./dez. 1995.

\_\_\_\_. Uma nova cultura política: os folhetos no debate da Independência do Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marcos (org.). *COLÓQUIO HISTÓRIA E IMPRENSA: HOMENAGEM A BARBOSA LIMA SOBRINHO – 100 ANOS*. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das; FERREIRA, Bessone. Livros Franceses no Rio de Janeiro 1808/1823. In: IV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH: Taurus, 1990.

NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (vol. II).

NOVINSKY, Anita Waingort. Estudantes brasileiros 'afrancesados' da Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Moraes Silva (1779-1806). In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp: Brasília: CNPq, 1990.

NUNES, Clarice. I Congresso Luso Brasileiro de História da Educação: leitura e escrita em Portugal e no Brasil (1500-1970). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1994.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. O processo de Independência em Minas Gerais, In: MOTA, Carlos G. (org.). *1822 - Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 283-292.

OLIVEIRA, Raquel dos Santos e SOUZA, Hozana Penha de. PESQUISA E SOCIEDADE, VII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E I SEMANA DA PÓS-GRADUAÇÃO DA FAE/UFMG, 1999, Belo Horizonte, *Anais...*

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAIXÃO, Fernando. *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro: MEC, 1952.

PALLARES-BURKE, M.<sup>a</sup> Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, n. 104, p. 144-161, jul/1998.

PERROT, Michelle *et alii* (org.). *História da vida privada: da revolução francesa primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PETITAT, André. *Produção da escola - produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PETRUCCI, Armando. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guglielmo (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. (vol. II).

PICARD, Evelyne. Une bibliothèque conventuelle aux XVIIIe siècle: les théatins de Sainte-Anne-La-Royale. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris, n. 27, 235-255, abr./jun. 1979.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1977.

POULAIN, Martine *et alli*. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997. (Série Fundamentos - 133).

PRADO, M<sup>a</sup> Emília. *O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

RAINHO, M<sup>a</sup> do Carmo Teixeira. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade - Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2, p. 146-147, jan./dez. 1995.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Phillippe; DUBY, Georges (orgs.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Gladys S. “Pés-de-chumbo” e “garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 141, set./ago./1992.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez, 1989.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822 com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro: São Paulo: Porto Alegre: Kosmos, 1946.

ROCHA, João Cezar de Castro. O homem de letras (cordial). In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000.

ROCHE, Daniel. A censura e a indústria editorial. In: ROCHE, Daniel e DARNTON, Robert. *Revolução impressa: a imprensa na França: 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Liberdade, 1996.

\_\_\_\_. *Les republicans des lettres: gens de culture et lumières au XVIII siècle*. Paris: Fayard, 1988.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

ROUANET, Sergio Paulo. As Minas iluminadas. A ilustração e a inconfidência. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Schwarcz, 1996.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia; 1550-1755*. Brasília : UnB, 1981.

\_\_\_\_. Relato de um caso luso-brasileiro do século dezessete. *Stvdia*. Lisboa, n. 36, jun. 1973.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Minas e a Monarquia. In: *A Monarquia no Brasil - o pensamento político da independência*. Vitória: EDUFES/CEG, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. *As palavras*. São Paulo: DIFEL, 1967.

\_\_\_\_. *O que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: a suprema corte e seus juízes: 1609-1751*. Lisboa: Estampa, 1986.

SILVA, M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da. Uma biblioteca científica brasileira no início do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*, São Paulo, n. 14, p. 137-148,1977;

\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1801-1821)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

\_\_\_\_. Educação feminina e educação masculina no Brasil Colonial. *Revista de História da USP*, São Paulo, v. 109, n. 55, p. 149-64,1977.

\_\_\_\_. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Histórias de Leitura).

\_\_\_\_. A livraria pública da Bahia em 1818: obras de história. *Revista de História*. São Paulo, 43 (87), p. 225-239, 1971.

\_\_\_\_. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, São Paulo, v. 94, n. 46, p. 450-451, 1973.

SILVA, Wlamir. Desafiando o leviatã: sociedade e elites políticas em interpretações do Estado Imperial Brasileiro. *Vertentes*, São João del-Rei, n. 11, p. 15-22, jan./jun.1998.

SOARES, Magda B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE, 1998.

\_\_\_\_\_. História e linguagem: uma perspectiva discursiva. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, Ano XII. julho de 1998.

\_\_\_\_\_. Letramento/alfabetização. *Presença pedagógica*, Belo Horizonte, v. 2, n. 10, p. 83-89, jul./ago. 1996.

\_\_\_\_\_. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 05-16, set./out./nov./dez. 1995.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Schwarcz, 1996.

SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

STARN, Randolph. Vendo a cultura numa sala para um príncipe renascentista. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

STONE, L. Literacy and education. *Past and Present*, n. 42, p. 69-70, 1969.

TOBIAS, José Antônio. *História da Educação brasileira*. São Paulo: Juriscredi, 1972.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VENTURA, Dayse. Ordem e unidade no Império de Martins Pena. In: ROLLEMBERG, Denise (org.). *Que história é essa?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

VENTURA, Roberto. Leituras do Abade Raynal na América Latina. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.) *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp: Brasília: CNPq, 1990.

VIDAL, Diana G. e GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n 8, p. 13-30, jul./ago. 1998.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n 1/2, p. 19-52, jan./dez. 1995.

\_\_\_\_. O diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Schwarcz, 1996.

\_\_\_\_. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

\_\_\_\_. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Scwarcz, 1997.

\_\_\_\_. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_. *A 'torpeza diversificada dos vícios': celibato, concubinato e casamento no mundo das letras em Minas Gerais (1748-1801)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Alfabetização na Sociedade e na História: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

\_\_\_\_. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação/ANPED*. São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995.

\_\_\_\_. *Leer y escribir*. História de dos prácticas culturales. Naucalpan de Juárez (México): Fundación Educación, Voces y Vuelos y Edilar, 1999.

\_\_\_\_. Leer y escribir (siglos XIX-XX). *Educación em revista*, Belo Horizonte, n. 29, Ano XIII, p. 62, jun. 1999.

WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?. In: CHARTIER, R. e CAVALLLO, Guglielmo (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. (vol. II).

ZILBERMAN, Regina. O leitor e o livro. *Dossiê: Memória social da leitura*, Bragança Paulista, n. 15, p. 21-40, 1997.



## ANEXO 1

TABELA 3: ESCALAS DE MAGALHÃES E N.º DE SUBSCRITORES POR GRAU DE LETRAMENTO

Níveis	<i>Escala de assinaturas</i>	<i>Escala de funções sócio-profissionais</i>	<i>Escala de funções administrativas e jurídicas</i>	<i>Escala de níveis de leitura e escrita</i>	<i>Escala de níveis de alfabetização</i>	N.º de subscritores
5	Pessoalizada; criativa.	Profissões com formação académica geral e/ou específica: profissões liberais (bacharéis, advogados, médicos/cirurgiões); eclesiásticos, escrivães diplomados; agentes de causas, notários, mestres de primeiras letras e professores.	Mestre de primeiras letras, juiz, jurista, administrador, agente de causas, amanuense administrativo, solicitador, notário.	Lê e escreve bem; (ou uma formação académica equivalente).	Fala/discursa, lê e escreve bem, com propriedade e estilo; comunica com persuasão.	31
4	Caligráfica; estilizada.	Escrivães nomeados, estaqueiros do tabaco; negociantes (proprietários de negócios); proprietários fundiários e de bens imóveis; capitalistas; ourives;	Juiz eleito (ordinário); escrivão, oficial de diligências, membro de comissão de recenseamento; aferidor; estaqueiro do tabaco; regedor.	Lê e escreve sofrivelmente; lê e escreve	Fala/discursa, lê e escreve com correção/mestria; comunica com fluência.	42
3	Completa; normalizada.	Lavradores, mestres de ofício; oficiais de diligências; pequenos comerciantes; guarda da câmara; cabos de polícia.	Jurado; cabo de polícia; guarda; rendeiro.	Apenas lê e escreve; escreve sofrivelmente; escreve; lê e escreve alguma coisa.	Fala/prática e lê aceitavelmente; escreve com incorreções; comunica com propriedade e oportunidade.	18
2	Incompleta; rudimentar; de “mão guiada”; traço memorizado (amestrado)	Oficiais (mester ou ofício), criados; polícias.	Eleitor; cabo da bomba; soldado da bomba; testemunha; polícia.	Apenas lê e escreve mal; apenas lê e escreve o nome; apenas lê; apenas escreve ou faz o nome.	Fala/prática e lê com incorreções; assina o nome de forma rudimentar; comunica com propriedade.	00
1	Sinal/assinatura	Jornaleiro, servos.	-----	Não sabe ler nem escrever.	Fala/prática e comunica com aceitabilidade.	00

ANEXO 2

Miguel de Almeida Pinheiro	huma accao	1
Luiz de Almeida de S. Paulo	com cinco accoes	5
Luiz Carlos de A. P.	dua accao	1
Fran. de Paula	Mag. quatro accoes	4
Miguel Ferreira	huma accao	1
Antonio Feliberto de A. J. de A.		2
Antonio (Fry) Moraes	huma accao	1
Jamario Fran. de A.	huma accao	1
João Mir. de A.	dua accoes	1
Antonio P. de A.	duas accoes	1
Antonio Jose de Freitas	huma accao	1
Antonio Jose de A.	huma accao	1
<del>Antonio Jose de A.</del>	<del>dua accoes</del>	<del>1</del>
<del>Antonio Jose de A.</del>	<del>duas accoes</del>	<del>2</del>
<del>Antonio Jose de A.</del>	<del>huma accao</del>	<del>1</del>
Antonio Jose de A.	huma accao	1
Antonio Jose de A.	huma accao	3
Luiz Albi de Mag.	duas accoes	2
Carlos Bapt. Machado	duas accoes	6
Antonio Jose de A.	huma accao	1
Jorge Luis M. D.	duas accoes	2
João Bapt. Silva	huma accao	1
Fran. de A.	huma accao	1
Miguel de A.	huma accao	3
João Carlos Mendes	duas accoes	2
Manoel de A.	duas accoes	1
Antonio Jose de A.	duas accoes	1
Antonio Jose de A.	duas accoes	5
Manoel de A.	duas accoes	2
Manoel de A.	duas accoes	1
Manoel de A.	duas accoes	1



Joaquim Fran. Lima Duas accens	1
João José de Chagas hua acca	1
João Evangel. de Chagas. hua acca	1
Baptista Cactano d'Alm. quatro acc	4
Francisco Moraxiel - duas accens	2
Genacio José de Nobre - hua acca	1
Antonio Simplicio de Siquira - hua acca	1
Manuel Francisco Campos - hua acca	1
Ant. Calisto Ant. de S. hua acca	1
Manoel Joaz de Castro hua acca	1
Pedro José de S. - hua acca	1
João Mendes de Almeida et Almeida	1
Luis Fortes de S. hua acca	1
João Ferreira Leite hua acca	1
Manuel da Paizois, Paizois hua acca	1
Francisco Teixeira Paizois hua acca	1
Gabriel Fran. Junq.	1
Joaquim José de S. hua acca	1
Gabriel Francisco Junqueira hua acca	1
Joze de Andrade Junqueira hua acca	1
Domengos Theodoro de S. hua acca	1
Ant. de S. hua acca	1
Joze Martim de S. hua acca	1
Joze Martim de S. hua acca	1
Manoel Machado de S. hua acca	1
Sabino Januario de S. hua acca	1
Fran. de Paula de S. hua acca	1

## ANEXO 3

**TABELA 4:**  
**RELAÇÃO DOS SUBSCRITORES, FUNÇÕES E NÍVEIS DE LETRAMENTO**

<b>N.<sup>a</sup></b>	<b>Nome do subscritor</b>	<b>Funções sócio-profissionais, administrativas e jurídicas</b>	<b>Níveis de letramento*</b>
1	Miguel de Noronha Peres	-----	3
2	Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Bacharel, juiz de fora	5
3	Luis Carlos de Souza Rodrigues	-----	3
4	Francisco de Paula de Almeida Magalhães	Negociante, vereador, comendador	4
5	Miguel Ferreira	-----	3
6	Antonio Felisberto da Costa (**)	Negociante, cirurgião-mor, vereador, juiz de fora	5
7	Antonio Fernandes Moreira	Procurador da Câmara, vereador	5
8	Januario Francisco da Silva Serqueira	-----	4
9	João Martins de Carvalho	Negociante, tenente da 3 <sup>a</sup> Companhia do Exército	4
10	Antonio Balbino Negreiros de Carvalho	Escrivão dos órfãos, fiscal do Distrito da Câmara	4
11	Antonio Joze de Freitas	Almotacé	3
12	Felippe Gomes Pereira	Negociante, capitão do 2 <sup>o</sup> Distrito da Vila	4
13	Joze Antonio da Costa	Negociante	4
14	Martiniano Severo de Barros	Negociante, almotacé, alferes, juiz de órfãos, juiz de paz, tenente do Exército e delegado do 9 <sup>o</sup> Círculo Literário	5
15	Joze Teixeira Coelho	Negociante, tesoureiro da Câmara e vereador	5
16	Caetano Alves de Magalhães	-----	3
17	João Baptista Pinto de Almeida	Negociante (dono de tropa)	4
18	Luis Alves de Magalhães	Negociante, tenente da 2 <sup>a</sup> Companhia do Exército	4
19	Carlos Baptista Machado (**)	Negociante, comendador da Ordem de Cristo	4
20	Cezario Joze da Silva Lima	Tenente-coronel	4
21	Jorge Such	Médico do Partido responsável pela vacinação	5
22	João Rodrigues Silva	Pequeno lavrador	3
23	Francisco Joaquim de Araújo Pereira	-----	4
24	Manoel da Costa Souto	-----	4
25	Joze Coelho Mendes	Negociante, dono de taverna, procurador da Câmara, capitão da 3 <sup>a</sup> Companhia do Exército	4
26	Manoel Ferreira de Pinho	Negociante	4
27	Joze Bonifacio de Oliveira Fronteira (sic)	-----	4
28	Antonio Gonçalves Liberal	Negociante de grosso trato e almotacé	4
29	Lazaro da Silva Chaves	Negociante e dono de estalagem	4
30	Manoel da Silva de Gouveia	-----	3
31	Bernardo Xavier da Silva Porrão (sic) Brandão	-----	3
32	Luiz Joaquim Nogueira da Gama	-----	5

33	Francisco Antonio da Costa	Padre, bibliotecário da Livraria Pública, vereador e fiscal da Vila	5
34	Antonio da Costa Braga	Marceneiro, secretário da Câmara e escrivão	4
35	Antonio Pereira da Costa	Sapateiro e escrivão da Intendência	4
36	Joaquim Antonio de Carvalho	-----	3
37	João Jozé de Souza Campos	Negociante	4
38	Joaquim Gomes da Silva Flores	Padre	5
39	João da Silva Pereira	Negociante	4
40	Manoel de Abreu Lobato	-----	3
41	Francisco de Paula Machado	Padre	5
42	Antonio Celestino de Figueiredo	Negociante	4
43	Joze Florencio de Freitas Lima (**)	Padre	5
44	Francisco de Assis Pinto de Campos	Alferes da 3ª Companhia do Exército	3
45	Manoel Carlos Pereira	-----	3
46	Joaquim Francisco da Roza	-----	5
47	Manoel Jozé Correia e Alvarenga	Padre	5
48	Francisco Antonio dos Passos	Negociante	4
49	Joze Gonçalves Gomes e Soiza	-----	4
50	Bernardo Joze Gomes da Silva Flores (**)	Negociante, boticário, cirurgião, almotacé e boticário do Partido	5
51	Casemiro Lucio de Azeredo Coutinho Rangel	Cirurgião-mor, cirurgião do Partido, almotacé e sub-delegado de polícia	5
52	Florencio Antonio da Fonseca (**)	Advogado, professor de filosofia e nomeado para comissões da Câmara	5
53	Manoel de Magalhães Gomes (**)	Cirurgião-mor, negociante com botica e almotacé	5
54	João Lourenço Ribeiro Brito	Pequeno produtor e almotacé	3
55	Joaquim da Silva Lustosa de Macedo	-----	4
56	Joaquim Bibiano Soares Baptista	-----	4
57	Silvestre Justiniano da Silva	-----	3
58	Joam de Faria Silva Gomes	Proprietário de bens imóveis e alferes	5
59	João Bernardo	Almotacé e ajudante do Exército	4
60	Joze Joaquim de Santa Anna (**)	Padre, professor particular e da escola pública	5
61	Jozé Lamêda de Oliveira (**)	Padre e professor da escola pública	5
62	Jozé de Queiroga Vasconcelos e Athaide	Cadete do Exército e professor da escola pública	5
63	Jacinto Joze de São Bernardo Roma	-----	5
64	Carlos Antonio da Silva	-----	3
65	Joaquim Francisco de Lima	Negociante	4
66	João Joze das Chagas	-----	67
67	João Evangelista de Magalhães (**)	Negociante	4
68	Baptista Caetano d'Almeida	Negociante, tesoureiro da Câmara, vereador, juiz de paz, almotacé e deputado	5
69	Francisco Braziel	Padre, bibliotecário da Livraria Pública e nomeado para comissão da Câmara	5
70	Ignacio Joze de Mello	-----	4
71	Antonio Simplicio de Siqueira	-----	4
72	Manoel Francisco Campos	-----	4
73	Antonio Calisto Antunes de Souza	-----	5

74	Manoel Joaquim de Castro	Padre	5
75	Manoel Joze Dias	Padre	5
76	Francisco Mendes de Almeida e Silva	Proprietário de bens imóveis e negociante com botica	4
77	Luis Fortes de Bustamante e Sa	Proprietário de bens imóveis	4
78	João Ferreira Leite	Padre, proprietário de bens imóveis e terras minerais e vereador	5
79	Manoel da Paixão e Paiva	Padre e professor da escola pública	5
80	Francisco Izidoro Baptista da Silva	Comendador da Ordem de Cristo e da do Cruzeiro e comandante de regimento	4
81	Gabriel Francisco Junqueira (***)	Proprietário de bens imóveis e capitão-mor do Termo	4
82	Joaquim Joze de Oliveira	Proprietário de bens imóveis	4
83	Gabriel Francisco Junqueira (***)	-----	4
84	Joze de Andrade Junqueira	-----	3
85	Domingos Theodoro de Azevedo	-----	5
86	Joze Pereira de Almeida Beltrão	-----	3
87	Jozé Antonio das Neves	Negociante	4
88	Jozé Marcos de Castilho	Mestre de música para funções da Câmara	3
89	Manoel Machado Alves	-----	4
90	Sabino Januário do Sacramento	Negociante	4
91	Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque	Ouvidor geral e corregedor da Província	5

\* Cf. a equivalência dos níveis de *letramento* no Anexo 1, Tabela 3.

(\*\*) Subscritores que, de acordo com os inventários, eram proprietários de livros.

(\*\*\*) Trata-se de dois subscritores homônimos, provavelmente pai e filho. Disponho de informações sobre apenas um deles.

**FONTES:** Inventários dos subscritores alocados no Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei/IPHAN; Arquivo da Câmara Municipal: ACOR 14; ATA 27; ATA 28; CAED 14; CAED 68; CAED 69; CAED 70; RPOR 189; SUB 206; ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1979. 2 vols.

ANEXO 4

24.º

Ill. mos. Srs.

Tenho a satisfação de communizar a V. S.<sup>as</sup> q. hontem che-  
garão os Livros, q. o Conselheiro Jozé de Resende Costa legou  
em seu Testamento à Bibliotheca Publica d' esta Cidade, --  
sendo entem m.<sup>tes</sup> entregues ao respectivo Bibliothecario os 5 vo-  
lumes tães e quas virão, e vai inclusa a conta das de-  
pesas na impr.<sup>ca</sup> de R. \$ 418,100, inclusive a Decima de Leg.  
do dos referidos Livros.

Deos fca a V. S.<sup>as</sup> m. annos.

Cid.<sup>de</sup> de São Paulo d' El Rei 13 d' Outubro de 1842.

Ill. mos. Srs. Presidentes e Vereadores da Camara Municipal  
d' esta Cidade

O Encarregado p.<sup>ta</sup> Camara  
Martimiano Severo de Barros



*Libros, que o Conselho Joz de Aranda Costa por seu  
fallecimento deixou em legado a Bibliotheca Publica  
desta Cidade de S. Joze de S. Paulo.*

Vol.

<i>Affairs de Rome</i> - - - - -	1
<i>Auxiliador da Industria Nacional</i> - o - - - - -	6
<i>Benjamin Constant</i> - - - - -	4
<i>Benefícios Politicos</i> - - - - -	1
<i>Constitution of England - the</i> - - - - -	1
<i>Geographia Brasiliica</i> - - - - -	2
<i>Cultura Americana</i> - - - - -	1
<i>Cornelii Taciti opera</i> - - - - -	1
<i>Compendium of Finance</i> - - - - -	1
<i>Essay Essay - by</i> - - - - -	1
<i>Comercio Oriental</i> - o - - - - -	1
<i>Chimie de Chaptal</i> - - - - -	3
<i>Conversations on Chemistry</i> - - - - -	2
<i>" " " on natural Philosophy</i> - - - - -	1
<i>Collecção de Ley e Decretos</i> - - - - -	7
<i>Diálogo de Maria</i> - - - - -	2
<i>Domestic Medicine</i> - - - - -	1
<i>Dictionnaire Universel</i> - - - - -	20
<i>Diario da Assembleia Constituinte</i> - - - - -	2
<i>Dictionario Portuguez de Moray</i> - - - - -	2
<i>Dictionnaire Espagnol - Francois</i> - - - - -	3
<i>Dictionnaire Italiano</i> - - - - -	2
<i>" Latino por Frayzer</i> - - - - -	1
<i>" Francuz - Portuguez</i> - - - - -	1
<i>" Inghez, e Portuguez</i> - - - - -	1
<i>" Francuz - Inghez</i> - - - - -	2
	<hr/> 7.

	vol.
<i>Livres traités, &amp; abrégés</i> - - - - -	18
<i>Annales de Chimie</i> - - - - -	2
<i>Arithmétique politique</i> - - - - -	1
<i>Anciennes Républiques</i> - - - - -	1
<i>Algebra de Bezout</i> - - - - -	1
<i>Biblia - a - in Latina</i> - - - - -	1.
<i>Briffon</i> - - - - -	3.
<i>Bezout - Elements de Arithmetica</i> - - - - -	2.
<i>Course de mathématiques</i> - - - - -	1.
<i>Coûtes of Letters of Bonaparte</i> - - - - -	1.
<i>Compendio de Botanica</i> - - - - -	2.
<i>Contes moraux par Marmontel</i> - - - - -	3.
<i>Cordillac</i> - - - - -	35
<i>Dictionnaire de Chimie</i> - - - - -	3
<i>Époque de la Nature</i> - - - - -	2.
<i>Éléments ou principes physico-chimiques</i> - - - - -	1
<i>Éléments physiques</i> - - - - -	2.
<i>Éducation des Enfants</i> - - - - -	1
<i>Éléments de Géométrie</i> - - - - -	1
<i>Espectacle de la Nature - la</i> - - - - -	1
<i>Fables de La Fontaine</i> - - - - -	1.
<i>Image en Nature</i> - - - - -	7.
<i>Goldoni</i> - - - - -	3.
<i>Guarda libros</i> - - - - -	1
<i>" " moderno</i> - - - - -	1
<i>Guide des Voyageurs</i> - - - - -	1
	95
	Histoi-

Dictionnaire Portugais, Franco - Latino - - - -	1	no. 10
" " Franco - Portugais - - - -	1	
" " " ou L'art de parler en les Franco - - - -	1	
Encyclopedie methodique - - - -	8	
Elements de Euclide - - - -	1	
Elements de Algebre - - - -	2	
Essai philosophique - - - -	1	
Essai sur le Commerce - - - -	3	
English Encyclopedia - the - - - -	3	
Fazendas do Brazil - - - -	1	
Federativa - o - - - -	2	
Fanilh - Economic politique - - - -	2	
Histoire du Brazil par Beauchamp - - - -	3	
Investigador Portugais - - - -	6	
J. B. Say - - - -	2	
J. de S. Lisbon - - - -	2	
M. Gofredo del Tajo - - - -	1	
Industria do Brazil - - - -	1	
Invasao dos Franceses em Portugal - - - -	5	
Jardim - by - - - -	1	
Luzadas de Camoys - - - -	2	
Memorias da Companhia no Reino de Portugal - - - -	1	
Maître d'Hotel - - - -	1	
Medicinas - a - Roma - - - -	1	
Manual de Mineralogias - - - -	2	
		124

	vol 124
Obra de Diego Bernandj - - - - -	1
Opera del Actustaus - - - - -	6
Oriente - Poema de J. M. de Alacudo - - - - -	1
Obras de Quita - - - - -	2
Poethi Virgilia quera - - - - -	2
Paradisi tot - - - - -	1
Politica natural - - - - -	2
Principios de Direito Natural - - - - -	1
Lezzy de Elpino Durionje - - - - -	2
Poetical Works of Thomson - the - - - - -	1
Picture of London - the - - - - -	1
Phisica par Hany - - - - -	2
Piudeje Commercial - - - - -	1
Requitos das Lij extravagante - - - - -	2
Religion - la - Poema - - - - -	1
Revista Semanaria dos trabalhos da C. dos Deputados - - - - -	1
Roussau - oeuvre - - - - -	15
Revista Medica - - - - -	1
Systema dos Regimentos - - - - -	6
Specij plantarum - - - - -	2
Table de Logarithmy - - - - -	1
Theoria das funcões analyticas - - - - -	1
Traite - traduction par Duran de Lamalle - - - - -	6
Thomson - the seajory - - - - -	1
Voyage de Cook. - - - - -	5
Voltaire - oeuvre complete - - - - -	44
Voyage au Bresil - - - - -	2
	235

No 5.º volume, nas folhas mir-  
cas de dez cartas de Procurar.

Dezen a Camara de Primeira  
de legado, e conducao. — 914/007.

Praga

v.ª se o L.º de Punita N.º 1.  
que foy de em 1842. *Alto*